

Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

**Volume II
Sudeste e Sul**



Brasília, 2005

Programa Monumenta

**Cadernos
Técnicos**

4

Brasil. Ministério da Cultura. Programa Monumenta

Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul. Brasília : Ministério da Cultura, Programa Monumenta , 2005.

392 p. (Programa Monumenta, v. II) (cadernos técnicos 4)

I. Cidades Históricas. II. Brasil. Programa Monumenta.

Volume II
Sudeste e Sul

Sítios Históricos
e Conjuntos Urbanos de
Monumentos Nacionais

Cadernos Técnicos

4



SUMÁRIO

Apresentação	11
---------------------	-----------

4 - Listagem dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais dos Estados do Sudeste e do Sul

4.1 Sudeste

4.1.1 Espírito Santo	13
-----------------------------	-----------

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Vitória	• Cidade Alta de Vitória (igrejas e casas);	14
---------	---	----

4.1.2 Minas Gerais	21
---------------------------	-----------

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Belo Horizonte	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Orla da Lagoa da Pampulha;	22
Cataguases	• Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases;	31
Congonhas	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas;	39
Diamantina	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina;	47
Mariana	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana;	57
Nova Era	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Matriz de Nova Era;	65
Ouro Preto	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto;	73
Piranga	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos;	81
Sabará	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua D. Pedro II;	87

São João Del Rei	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Del Rei;	95
Serro	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro;	103
Tiradentes	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes;	111

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Caeté	• Centro Histórico: Igreja Matriz Nossa Senhora Bonsucesso, Igreja Nossa Senhora do Rosário e Museu Regional);	119
Conceição do Mato Dentro	• Centro Histórico: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Igreja Nossa Senhora do Rosário e Chafariz;	127
Itaverava	• Centro Histórico: Igreja Matriz Santo Antônio, Sobrado Padre Taborda e casario;	135
Mariana	• Centro Histórico de Santa Rita Durão: Igreja Matriz Nossa Senhora do Nazaré e Igreja Nossa Senhora do Rosário);	143
Minas Novas	• Centro Histórico: Igreja Matriz São Francisco de Assis, Igrejas São José e São Gonçalo e Sobradão);	151
Sabará	• Centro Histórico: igrejas, passos e chafarizes;	157
Santa Bárbara	• Centro Histórico: igrejas, capelas e Centro de Cultura;	165
Santa Luzia	• Centro Histórico: Igreja Matriz Santa Luzia, Recolhimento de Macaúbas e Casa Praça Matriz;	173

4.1.3 Rio de Janeiro 181

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Angra dos Reis	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Localidade de Mambucaba;	182
Nova Friburgo	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas;	187
Parati	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati;	193

Petrópolis	• Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeller;	201
	• Conjunto Urbano Paisagístico da Companhia Petropolitana de Tecidos - Cascatinha;	209
Rio de Janeiro	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Morro do Valongo;	215
	• Área Central da Praça XV de Novembro;	221
Vassouras	• Conjunto Urbano Paisagístico de Vassouras;	227

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Angra dos Reis	• Centro Histórico: igrejas e sobrados;	235
Itaboraí	• Praça Central: Igreja Matriz São João Batista e casa do Visconde de Itaboraí;	241
Rio de Janeiro	• Catete: Palácio do Catete com respectivo parque e Conjunto Arquitetônico;	247
	• Cinelândia: Biblioteca Nacional, Passeio Público e chafariz Praça Mahatma Gandhi;	253
	• Praça Tiradentes: Igreja do Santo Sacramento, Solar V. Rio Seco e Monumento D. Pedro I;	259

4.1.4 São Paulo 265

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Carapicuíba	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba;	266
-------------	--	-----

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Itu	• Centro Histórico: Convento Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária e Museu República);	273
Santos	• Centro Histórico: Casa de Câmara e Cadeia, igrejas e casas;	281
São Paulo	• Área da Luz: Estação da Luz;	289

4.2 - Sul

4.2.1 Paraná 297

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Lapa	• Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Lapa;	298
------	--	-----

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Curitiba	• Conjunto no entorno do Antigo Paço Municipal;	305
Paranaguá	• Centro Histórico: igrejas e Colégio dos Jesuítas;	311

4.2.2 Rio Grande do Sul 319

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Antônio Prado	• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado;	320
Porto Alegre	• Centro Histórico de Porto Alegre;	327

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Pelotas	• Centro Histórico de Pelotas: Prédios à Praça Coronel Pedro Osório;	337
Piratini	• Centro Histórico de Piratini;	347
Rio Grande	• Centro Histórico de Rio Grande;	355

4.2.3. Santa Catarina 363

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

Laguna	• Conjunto Histórico de Laguna;	364
São Francisco	• Conjunto Histórico e Paisagístico de São do Sul Francisco do Sul;	375

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Florianópolis	101 Centro Histórico: Casa Natal Vítor Meirelles, antiga Alfândega e Forte;	383
---------------	---	-----

Créditos		391
-----------------	--	------------

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi realizado pelo Programa Monumenta no segundo semestre de 2000. E teve por objetivo subsidiar o trabalho da comissão especial que elaborou a Lista de Prioridades de Conservação do Programa.

Os Técnicos do Monumenta iniciaram o trabalho após a formulação da ficha básica que foi preenchida com fundamento nas indicações das Superintendências Regionais do IPHAN. Assim foram definidos os 101 Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais.

Coube, então, ao Monumenta a elaboração de um estudo de classificação tipológica segundo “narrativas históricas” elaboradas por Professores do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

O trabalho resultou em um banco de dados significativo para todos os que trabalham e tem interesse na Área.

Por esta razão, o Monumenta resolveu disponibilizar o material sob a forma de Cadernos Técnicos nº 3 e 4.

O volume I contém o Dossiê completo, o relatório final do trabalho da comissão que definiu a Lista de Prioridades e as fichas dos Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais Tombados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O volume II reúne as fichas dos Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais Tombados das Regiões Sul e Sudeste.

Ficha de Informações Básicas



Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais

Vitória · Cidade Alta de Vitória: Igrejas e Casas

Espírito Santo

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Vitória

(2) MUNICÍPIO: (3) ESTADO: (4) SR IPHAN

Vitória ES 21^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS INSERIDOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:	(6) DATA:	(7) LIVRO DE TOMBO:
Casa à Rua José Marcelino, n° 197, 787-T-67	05/10/1967	LH insc. 406, fl. 66
Casa à Rua José Marcelino n° 203/205, 787-T-67	13/11/1967	LH insc. 408, fl. 66
Igreja de Santa Luzia, 195-T-39	06/11/1948	LH insc. 245, fl. 41
Igreja de São Gonçalo, 381-T-48	06/11/1948	LBA insc. 317, fl. 67;
	08/11/1948	LH insc. 251, fl. 42

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS INSERIDOS NOS CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:	(9) RESP. P/ TOMBAM.
Palácio Anchieta	Estado
Catedral Metropolitana	Estado
Assembléia Legislativa	Estado
Escola Maria Ortiz	Estado
Residência da Família Cerqueira Lima	Estado
Sede da OAB (Obs 1)	Estado
Casa 141 (Obs 1)	Estado

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Casas à Rua José Marcelino n° 197, 203 e 205

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Existência de um grupo de edificações tombadas pelo IPHAN e Estado, agrupadas espacialmente no Centro Histórico da Cidade, dentro de uma estrutura urbana específica.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMAMENTOS ISOLADOS

1 e 2 – Casa à Rua José Marcelino; 3 – Igreja de Santa Luzia; 4 – Igreja de São Gonçalo; B – Catedral Metropolitana.

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

2.400

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

65 (480 unidades).

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais se insere no centro da Cidade, em um eixo imaginário acompanhando à linha litorânea, delimitado pelas áreas de várzea. O arruamento deste trecho é irregular, definido pela inserção aleatória dos lotes. Outros trechos da Cidade apresentam planejamento e regularidade de quarteirões, característicos de sua modernidade.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área corresponde ao núcleo original do período inicial de formação e ocupação urbana da cidade de Vitória, contendo os principais tipos de construções cívicas, religiosas e de uso civil que caracterizam uma povoação dos séculos XVI ao XIX.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1537
Fundação do município:	1551
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico com monumento de singular importância

Prioridade social

Prioridade regional

Prioridade por densidade cronológica

Prioridade por vazio cronológico

O Conjunto Urbano da cidade alta de Vitória se compõe de duas casas na Rua José Marcelino, nºs 197 e 203/205 (habitação, século XVIII), da Igreja de Santa Luzia (religioso, 1537), da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (religioso, 1765) e da Igreja de São Gonçalo (religioso, 1766).

As casas na Rua José Marcelino são as últimas edificações da antiga cidade alta de Vitória. A de nº 197 é de propriedade da Federação e Congregação Mariana de Vitória. A casa de dois pavimentos é coberta de telhas-canal, seu piso e escada são em madeira. A casa de nº 203/205 também possui dois pavimentos, é coberta de telhas-canal e possui piso e escada em madeira. Possui estações hidro-sanitárias regulares e três sacadas em treliça de madeira.

Segundo o proprietário, José dos Passos Carvalho, em carta a SPHAN, datada de setembro de 1977, apenas as três varandas e parte do telhado remontam à época de construção. Uma reforma feita em 1930 substituiu portas, janelas, divisões internas e escada.

A Igreja de Santa Luzia, atual Museu de Arte Religiosa, teve sua construção em meados do século XVI, durante os anos de 1537 a 1549. Deve sua existência ao então donatário Dom Duarte de Lemos, que a ergueu para uso próprio e para atender os indígenas dos arredores. A construção tosca, em pedra, ainda com conchas aderentes, sofreu a primeira reforma em 1812. Existia, abaixo da Igreja e da Residência, um pequeno engenho de açúcar, assim como, em frente, a senzala e casinhas térreas para colonos. A Residência, anexa à Igreja, foi demolida em 1929. Era preciso retificar e alargar a atual Rua Dr. Azambuja. Em 1943, a Igreja foi restaurada.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

A área passou por processo de verticalização, com a eliminação de diversos espaços originais, mantendo-se alguns ainda com as características do século XIX. Igualmente, a malha urbana, característica de um determinado tipo de ocupação do espaço colonial, ainda é perceptível. Há alguns prédios com problemas no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, que necessitam de intervenção isolada, mas pode-se afirmar que, de modo geral, a situação do Conjunto é boa. O IPHAN não executou nenhuma intervenção na Área em períodos recentes.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A cidade de Vitória, desde a década de 80, encontra-se em processo de estagnação na sua dinâmica de uso do solo. Este último, no caso do Centro da Cidade, sempre foi de uso misto, abrigando atividades residenciais, institucionais, comerciais, serviços, educação, cultura e lazer. Contudo, desde a construção do Shopping Vitória, na área da zona norte e de recente ocupação, o Centro vem sofrendo um processo de abandono e desvalorização significativa. Há problemas de estacionamento e de abandono de edificações.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

No momento, os problemas maiores da Área são decorrentes da mudança do eixo econômico/comercial, não implicando, portanto, em processos ativos de degradação. Deve-se observar, contudo, que a Cidade já passou por um processo de verticalização, que se apresentou como problemático.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Descontando-se alguns prédios abandonados que apresentam problemas de conservação, não foram localizados elementos significativos degradados. Os problemas da Área são aqueles que se repetem na maior parte das cidades brasileiras, causados pela falta de manutenção regular e cuidadosa.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Existe um Programa Municipal, Vitória para o Futuro, executado em parceria com o Estado e com o IPHAN. Este gerou a criação da "Divisão de Revitalização de Áreas Urbanas", vinculada à estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Esta se dedica, especialmente, à revitalização do Centro Histórico da Cidade, onde se situa o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A Legislação Municipal é adequada às exigências do IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem diversas associações que atuam na Área, algumas com papel saliente na área cultural, mas os resultados ainda não são excepcionais, do ponto de vista da revitalização do Conjunto.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Existe participação do setor privado, mas como a Área foi transformada em área de passagem, os centros comerciais e de lazer tendo se deslocado para outros bairros, não pode se dizer que haja uma organização do setor turístico.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Não é relevante, nesta área.

Ficha de Informações Básicas



Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

- Caeté** • Centro Histórico: Igreja Matriz Nossa Senhora Bonsucesso, Igreja Nossa Senhora Rosário e Museu Regional
- Conceição do Mato Dentro** • Centro Histórico: Igreja Matriz Nossa Senhora do Mato Dentro Conceição, Igreja Nossa Senhora Rosário e Chafariz
- Itaverava** • Centro Histórico Igreja Matriz Santo Antônio, Sobrado Padre Taborda e casario
- Mariana** • Centro Histórico de Santa Rita Durão Igreja Matriz Nossa Senhora Nazaré e Igreja Nossa Senhora do Rosário
- Minas Novas** • Centro Histórico: Igreja Matriz São Francisco Assis, Igrejas São José e São Gonçalo e Sobradão
- Sabará** • Centro Histórico: igrejas, passos e chafarizes
- Santa Bárbara** • Centro Histórico: igrejas, capelas e Centro de Cultura
- Santa Luzia** • Centro Histórico: Igreja Matriz Santa Luzia, Recolhimento de Macaúbas e Casa Praça Matriz

Sítios Históricos Urbanos Nacionais

- Belo Horizonte** • Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Orla da Lagoa da Pampulha
- Cataguases** • Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases
- Congonhas** • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo
- Diamantina** • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina
- Mariana** • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana
- Nova Era** • Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Matriz de Nova Era
- Ouro Preto** • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto
- Piranga** • Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos
- Sabará** • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua D. Pedro II
- São João Del Rei** • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Del Rei
- Serro** • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro
- Tiradentes** • Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes



Minas Gerais

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Orla da Lagoa da Pampulha (proc. 1341-T-84).

(2) MUNICÍPIO:

Belo Horizonte

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Pampulha

(6) DATA:

1997

(7) LIVRO DE TOMBO:

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

descrito na notificação / 05.12.1994

(9) ÁREA (em ha):

10

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Igreja São Francisco de Assis e suas Obras de Arte (proc. 373-T-47, LBA vol. 1 inscr. 312 fl. 65, 01/12/47).

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Igreja São Francisco de Assis e a Lagoa da Pampulha



Igreja São Francisco de Assis

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, Decreto nº 19.113, de 28/03/78, compreendendo as obras projetadas por Oscar Niemeyer, Igreja, Cassino, Casa do Baile, etc, com seus jardins, estatuárias e elementos artísticos ornamentais e complementares, incluindo a Lagoa e margens delimitadas pela Avenida Otacílio Negrão de Lima.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Área de Diretrizes Especiais - ADE - da Pampulha, de interesse histórico, cultural e paisagístico, criada pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, de 1996. As ADEs ainda não foram regulamentadas.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



Perímetro do tombamento federal ao redor da Lagoa à Avenida Otacílio Negrão de Lima e do Zoológico, em laranja, englobando: Sede da Fundação Zoobotânica, antigo Golf Clube, Casa de Juscelino Kubitschek, Igreja São Francisco de Assis, único tombamento isolado no Sítio, late Tênis Clube, Casa do Baile, Monumento a Yemanjá, Museu de Arte, antigo Cassino, Restaurante Redondo.

Perímetro do tombamento estadual menor, não incluindo o Zoológico, acompanhando a Av. Otacílio Negrão de Lima, e não contemplando o Redondo e o Monumento a Yemanjá. apenas a Igreja, Cassino, Casa do Baile e late.

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

0

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

0

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado situa-se ao norte da Cidade, numa região hoje cercada de vários bairros residenciais de alto padrão no entorno próximo e de padrão médio para baixo, à medida que vai se distanciando

da Lagoa. À época da construção da Igreja de São Francisco e do Conjunto Modernista da Orla da Lagoa, a região era de ocupação bastante esparsa e de uso residencial de lazer. Até hoje ainda existem alguns Sítios construídos há mais de 40 anos, de uso residencial definitivo ou de final de semana. Com o passar do tempo, a região se adensou, porém, na região da Pampulha as construções são baixas e o parcelamento do solo é de lotes de maiores dimensões nas proximidades da Lagoa, devido ao próprio mercado, à proximidade do aeroporto e principalmente às proteções das legislações urbanísticas anterior e atual, e das legislações dos tombamentos.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto da Pampulha foi tombado para garantir sua proteção como marco da arquitetura moderna brasileira.

A região da Pampulha exerce uma atração sobre todo o beloizontino desde a criação da Lagoa. A vocação para equipamentos de lazer existe desde o seu surgimento e, ao longo dos anos, isso foi se consolidando cada vez mais e hoje ela é cercada de inúmeros clubes de recreação, parques, restaurantes, locais de contemplação, o Zoológico e equipamentos culturais instalados nas construções modernistas. Por esse motivo, a Região sempre foi protegida pelas legislações e tem se mantido com suas características paisagísticas e de vanguarda modernista apesar da pressão imobiliária.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1701
Fundação do município:	1897
Datação genérica (origem):	1930-1960
Datação genérica (predominante):	1930-1960
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico com monumento de singular importância

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O pequeno povoado de Curral d'el-Rei, originado no início século XVIII, permaneceu até pelo menos 1890 como distrito de Sabará, sendo que nesta época já era chamado de Belo Horizonte. A localidade só ganhou evidência nacional sete anos depois, quando foi escolhida para substituir Ouro Preto como sede administrativa de Minas Gerais, sendo uma cidade projetada.

Até 1930, Belo Horizonte era uma cidade quase que estritamente administrativa. A partir daí, com a fixação de indústrias pelo Estado Novo, teve início seu acentuado crescimento, para o qual foi figura importante o então prefeito Juscelino Kubitschek, que investiu em um projeto "modernizante". Neste, a Pampulha, até então um ponto ermo da Cidade, mereceu destaque. O arquiteto Oscar Niemeyer fez o projeto para um centro de lazer junto ao lago artificial do novo subúrbio da Cidade, a Pampulha. O Conjunto Arquitetônico, expressão da nova arquitetura modernista brasileira, é considerado por Niemeyer como o início de Brasília. Fazem parte deste Conjunto assinado por Niemeyer a Igreja de São Francisco de Assis (religioso, 1942/43), o antigo cassino e hoje Museu de Arte Moderna (público civil, 1942/43), o late Clube (público civil, 1942/43) e o Pavilhão de Danças (público civil, 1942/43).

Todo o Conjunto foi projetado e construído em 1942, num prazo de aproximadamente nove meses. A primeira edificação do Conjunto a ficar pronta foi o Cassino, o que ocorreu em maio de 1942. A inauguração dos outros prédios deu-se oficialmente em 16 de maio de 1943. Atuaram, também, o paisagista Burle Marx, que criou todo o entorno das edificações, usando plantas de baixo porte recolhidas da flora regional, o pintor Portinari, autor dos murais e afrescos da Igreja de São Francisco de Assis, e o escultor Alfredo Ceschiatti, responsável pela execução dos painéis em baixo-relevo da Igreja e também pelas esculturas dos jardins do Cassino. Com a Pampulha, Niemeyer inaugurou uma nova linguagem dentro da arquitetura moderna, explorando através de curvas e formas inusitadas as qualidades plásticas do concreto armado, que influenciou a arquitetura brasileira nas décadas seguintes. Além de representar um marco fundamental para a compreensão da arquitetura moderna brasileira a partir da década de 40, o Conjunto da Pampulha participou da definição do estilo de vida belorizontino, constituindo-se no principal cartão postal da Cidade. A Capela de São Francisco de Assis, incluindo suas obras de arte, foi objeto de tombamento individual em dezembro de 1947, constituindo-se no primeiro monumento moderno sob proteção Federal.

A Igreja de São Francisco de Assis é coberta por cascas parabólicas de concreto e possui alguns traços que lembram o estilo empregado alguns anos depois em Brasília, quando o ex-prefeito de Belo Horizonte chegou à Presidência. Enriquecem ainda mais o monumento painéis de azulejos e afrescos de Portinari, outro artista ligado à vanguarda. O antigo cassino foi transformado em museu em 1957.

Os Monumentos do Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha são relevantes tanto para a história de Belo Horizonte quanto para a história nacional. Afinal, o "projeto modernizante" da Capital Mineira, expresso no Conjunto Arquitetônico, é indicativo também da formação de um ideário que alguns anos mais tarde ganhará status de "projeto nacional".

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

A Lagoa está assoreada e poluída pelos esgotos sanitários da região. A Prefeitura periodicamente realiza dragagem, mas o problema fica resolvido por pouco tempo e a solução é paliativa. A Lagoa da Pampulha está inserida na bacia hidrográfica da Pampulha, abrangendo áreas urbanas dos municípios de Contagem (56%) e Belo Horizonte, com população estimada de quase 500.000. Na região ocorrem numerosos cursos d'água que deságuam e poluem a Lagoa, como esgoto doméstico e industrial proveniente de 59 bairros de Contagem e 39 de Belo Horizonte, sendo que a maior parte da região é caracterizada como

urbano-industrial, com avançado grau de degradação. Além dos esgotos, a Lagoa recebe o lixo e os materiais inertes resultantes da perda do solo provocada pela erosão. O acelerado e crescente processo de construção de prédios na região tem causado aterramento de inúmeras nascentes.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Na orla da Lagoa, devido aos tombamentos e à legislação urbanística, o crescimento é ordenado. Na região imediatamente em volta, altamente valorizada no mercado imobiliário, o processo de adensamento é controlado pela legislação. Existe a tendência de substituição do uso residencial para o de serviços e lazer, mas muito devagar. Está havendo a construção de conjuntos habitacionais de porte nas proximidades da Lagoa.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O processo de adensamento das regiões circunvizinhas ao Sítio, apesar de controlado por legislação, está afetando a região da Lagoa. O desmatamento, os movimentos de terra sem as medidas de precaução para evitar o assoreamento dos mananciais a jusante, a ocupação de encostas vulneráveis à erosão e das várzeas de nascentes, o lixo, o esgoto doméstico, o esgoto industrial proveniente do Centro Industrial de Contagem - CINCO e o adensamento do trânsito são os causadores do impacto ambiental sobre a Lagoa.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A Igreja da Pampulha sofre problemas periódicos de rachaduras em sua cobertura, causando infiltrações. Existe também o problema de segurança, o que facilita arrombamentos e roubos. O Iate Clube está em bom estado de conservação e os demais edifícios, quando públicos, estão em estado razoável. Todas as edificações ficam sujeitas a alterações estruturais devido ao desnível da linha d'água da barragem que altera o nível do lençol freático.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura atende a área pela Administração Regional da Pampulha, que cuida dos bairros da região. Intervenções no Sítio devem ter a aprovação das Secretarias Municipais de Cultura, Atividades Urbanas e Meio Ambiente e demais órgãos reguladores, conforme for o caso. No Perímetro Tombado estadualmente, as intervenções são analisadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA. Existem parcerias entre a Prefeitura, o IEPHA e o IPHAN para cuidar do Bem cultural. Recentemente a Região foi incluída no Programa de Saneamento das Bacias do Onça, Pampulha, e do Arrudas - PROSAM, numa parceria entre os municípios de Contagem e Belo Horizonte e o Estado, com financiamento do Banco Mundial e ajuda financeira japonesa. A empresa estadual de águas e esgotos - COPASA - deveria estar fazendo duas estações de tratamento, ou seja, a contrapartida estadual no projeto, devido a isso o Programa está paralisado. Os japoneses retiraram sua participação no projeto.

Em Belo Horizonte fica instalada a 13ª Superintendência Regional do IPHAN.

O Estado incentiva a preservação patrimonial através da contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Belo Horizonte tem se utilizado desse benefício.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Em 1996, foram aprovados o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, com a criação da Área de Diretrizes Especiais - ADE - da Pampulha, de interesse cultural, histórico e paisagístico, de perímetro mais abrangente do que os dos tombamentos. A ADE possui parâmetros urbanísticos de proteção mais restritivos do que o da zona onde a área se insere, compatíveis com a preservação, porém ela ainda não foi regulamentada.

Não existe inventário do Sítio. O IPHAN executou o Inventário de Bens Móveis e Integrados da Igreja São Francisco de Assis. A cartografia básica é a oficial do município. Existem dados da região no cadastro do IPTU e no geo-processamento da Prefeitura.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A partir dos anos 70, a população residente nos arredores começou a reivindicar a implantação do sistema de esgotos, canalizações de córregos, dragagem de material assoreado, implantação de sistema viário, controle de enchentes e medidas de saúde pública. No final da década de 90, apareceram as reivindicações mais veementes de proteção da Lagoa e da região da Pampulha, através de Associações de Moradores e organizações não-governamentais e entidades civis. Atualmente, os moradores da região da Pampulha contrataram uma arquiteta para realizar estudos na região que subsidiarão uma minuta de regulamentação da ADE. Essa regulamentação é alvo do interesse divergentes de vários segmentos que atuam na Região.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe muita presença do setor privado na preservação da Região. O setor turístico não atua significativamente na Área, embora seja um local de atratividade consagrada.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festa de Yemanjá é realizada tradicionalmente, desde 1958, no dia 15 de agosto. A passagem do ano é comemorada com bailes nos vários clubes da região e a queima de fogos de artifícios na orla da Lagoa é um espetáculo muito concorrido. A orla da Lagoa é palco de maratonas de corridas e passeios ciclísticos. Os passeios de carro ao redor da Lagoa são muito apreciados pelos belorizontinos e turistas, que param nos locais de contemplação para ver a vista. O Zoológico é local de grande frequência de público.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases (proc. 1342-T-94)

(2) MUNICÍPIO:

Cataguases

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Cataguases

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA Inscr. XX fl. XX

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

descrito na notificação / 05.12.1994

(9) ÁREA (em ha):

16

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

- 01) Colégio Cataguases, atual Colégio Estadual Manoel Ignácio Peixoto;
- 02) Residência Francisco Inácio Peixoto, R. Major Vieira 154;
- 03) Residência A. O. Gomes, casa de Dona Nanzita, Av. Astolfo Dutra 176;
- 04) Residência Josélia Peixoto Medeiros, Av. Astolfo Dutra 146;
- 05) Residência Nélia Peixoto, Av. Astolfo Dutra 116;
- 06) Hotel Cataguases;
- 07) Cine-Teatro Edgard;
- 08) Edifício "A Nacional";

- 09) Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira,
- 10) Conjunto de Residências Operárias;
- 11) Monumento a José Inácio Peixoto;
- 12) Ponte Metálica sobre o Rio Pomba,
- 13) Fábrica de Fiação e Tecelagem Cataguases / Monumento a Ignácio Peixoto Filhos;
- 14) Estação Ferroviária de Cataguases;
- 15) Museu da Eletricidade Cataguases-Leopoldina;
- 16) Educandário São José.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

01) Colégio Cataguases, atual Colégio Estadual Manoel Ignácio Peixoto (TM 435 / 88);

02) Cine-Teatro Edgard (TM 1434 / 88);

- 03) Edifício do Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira, atual Escola Estadual Coronel Vieira (TM 2562 / 98);
- 04) Monumento a José Inácio Peixoto (TM 2560 / 98);
- 05) Ponte Metálica sobre o Rio Pomba (TM 2563 / 98);
- 06) Estação Ferroviária de Cataguases (TM 1436 / 88);
- 07) Chácara Dona Catarina (TM 1211 / 86);
- 08) Companhia Brasileira de Alimentos (TM 1212 / 86);
- 09) Prédio à R. Rabelo Horta 55 (TM 1433 / 88);
- 10) Escola Estadual Guido Marliéri (TM 2561 / 98);
- 11) Delegacia de Polícia de Cataguases (TM 2559 / 98);
- 12) Paço Municipal (TM 2564/98).

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



Tombamentos só federais (em vermelho): 2 - Casa de Francisco Inácio Peixoto; 3, 4, 5 - Casas à Rua Astolfo Dutra; 6 - Hotel Cataguases; 8 - "A Nacional"; 9 - Conjunto de casas operárias, 10 - Monumento a José Inácio Peixoto; 12 - Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases; 4 - Museu da Eletricidade; 16 - Educandário Dom Silvério Tombamentos Federais e Municipais (em vermelho grifado): 1 - Colégio Cataguases; 7 - Cine-teatro Edgard; 11 - Ponte Metálica sobre o Rio Pomba; 13 - Estação Ferroviária 15 - Escola Estadual Coronel Vieira.

Tombamentos só municipais (em amarelo): 17 - Prefeitura Municipal; 18 - Companhia Brasileira de Alimentos; 19 - Escola Estadual Guido Marliéri; 20 - Chácara D. Catarina; 21 - Prédio à Rua Rabelo Horta 55; 22 - Delegacia.

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.425

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

285

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O traçado do perímetro do tombamento de interesse cultural abrange os principais setores da Cidade e espelha o processo de desenvolvimento que conseguiu manter, ao longo dos anos, a qualidade dos espaços urbanos, com o equilíbrio entre as intervenções modernistas, os edifícios ecléticos, o casario antigo mais modesto, as construções novas, as praças e as ruas calçadas e arborizadas.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Tombado encontra-se na área central de Cataguases, onde estão inseridas as obras de valor artístico tombadas pelo IPHAN, que é formado por um grupo de construções modernistas.

Os parâmetros de qualidade de espaço e de vida que orientaram o traçado do perímetro de proteção constituem uma ambiência imediata. A experiência de modernidade, iniciada com o pioneirismo tecnológico industrial e permeada de atitudes inovadoras de vanguarda cultural do país, refletiu no contexto físico de Cataguases, sendo um retrato vivo gravado no modo de ser da Cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1826
Fundação do município:	1871
Datação genérica (origem):	1930-1960
Datação genérica (predominante):	1930-1960
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Excluída da “civilização do ouro”, Cataguases também não merece a atenção dispensada a outras cidades de Minas Gerais. Sua colonização remonta do começo do século XIX sob a iniciativa do francês Guida Tomaz Marlière. Aparentemente a Cidade viveu todo o século XIX sem grandes mudanças, dominada em grande parte por latifundiários como o Major Joaquim Vieira da Silva Pinto.

Já no século XX, a cidade de Cataguases recebeu algumas indústrias, destacando-se o ramo têxtil e metalúrgico, que favoreceram seu desenvolvimento. Talvez se explique daí uma série de monumentos recentes, assinados por alguns dos mais importantes artistas do modernismo, o que permite aos moradores de Cataguases falarem de um “movimento modernista” da Cidade. São exemplos disso o Monumento a José Inácio Peixoto (público civil, ignorado), com a participação de Portinari, e a Escola Estadual Manoel Inacio Peixoto (público civil, década de 1940), projetada por Oscar Niemeyer.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Muito bom. Recentemente foi elaborado um projeto para transformação do antigo prédio da Fundação e Tecelagem para um ambiente cultural, com área de 13.000m². No espaço será instalado o Museu Giramundo, em outro será criado um Museu Temático com antigas máquinas da fábrica de tecelagem. A Chácara Dona Catarina, atualmente, está passando por intervenções. Recentemente a escultura do Monumento a Manoel Inácio Peixoto foi higienizada.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A Cidade se adensou com crescimento ordenado e conseguiu preservar seus Bens e sua ambiência, independentemente de legislações urbanísticas e de proteção. A Cidade é viva, sem abandono de imóveis.

Mas atualmente está havendo um movimento de verticalização, com demolição de casas de até 2 pavimentos para construção de prédios de 6 a 7 andares. Os lotes vazios são muito valorizados e há uma grande demanda para aprovação de projetos de prédios residenciais de luxo. Estão surgindo muitas edificações altas nos fundos dos lotes com casas na frente.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O desenvolvimento econômico é acompanhado por controle do uso do solo, embora do ponto de vista da preservação a verticalização esteja causando um impacto negativo sobre a visibilidade do Conjunto. São exigidos dos empreendimentos industriais de porte a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório - EIA/RIMA, para concessão de licenças pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - COPAM. O turismo não é predatório, é tranquilo e de pouco vulto, sendo mais expressivo na área cultural.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O afresco da casa de Dona Nanzita está se destacando do suporte, possivelmente devido à umidade. O Colégio está precisando de uma boa reforma, estando com as esquadrias danificadas.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

As intervenções no Sítio devem ter a aprovação da Prefeitura e do IPHAN, quanto a alterações no espaço urbano, que possam afetar o meio ambiente. Elas devem ser analisadas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM e aprovadas pelo COPAM.

O Estado incentiva a preservação patrimonial por meio da contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Cataguases não tem utilizado esse benefício.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Legislação Municipal com seus artigos que tratam da preservação:

- Constituição do Município, de 1990 - Capítulo X, seção IV, artigos 207 e 208 e seção V, artigos 186, 187, 220, 221, 223, 226, 229, 235 e 237.
- Código de Zoneamento, Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano, de 1995 - Capítulo II, artigos 5º ao 12.
- Código de Obras, de 1995 – Capítulo III, seção IX, artigos 67 e 71.
- Código de Posturas, de 1996.

Não existe inventário do Sítio. Cartografia básica: IBGE e CEMIG.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade de Cataguases é muito consciente do valor de seus Bens Culturais. Por muito tempo a Cidade preservou o seu acervo sem o Instrumento do Tombamento Federal, que ocorreu muitos anos depois de vários tombamentos municipais isolados, alguns coincidentes. A população é muito orgulhosa de seus Bens, sua História e sua Cultura.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A Cidade possui 2 entidades muito atuantes na conservação, preservação e restauração de seus Bens Culturais e na realização de eventos culturais gratuitos e de excelente padrão para a população, patrocinados pelas duas maiores empresas locais:

O Instituto Francisca Peixoto, mantido pela Fiação e Tecelagem Cataguases, responsável pela manutenção do Monumento a Manoel Ignácio Peixoto, está revitalizando o prédio da antiga Fábrica e deu abrigo ao acervo de bonecos do Grupo Giramundo, sendo por isso agraciado com o prêmio IAB - Gentileza Urbana, em 1999.

E a Fundação Ormeu Junqueira Botelho, mantida pela Companhia Força e Luz Leopoldina/Cataguases está restaurando a Chácara Dona Catarina.

O setor turístico em Cataguases não é uma atividade econômica muito forte, embora seja bem organizado e ofereça bons serviços.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A Cidade respira cultura. O Instituto Francisca Peixoto e a Fundação Ormeu Junqueira Botelho realizam apresentações teatrais ou de música todo final de semana. Constantemente há exposições de artes plásticas e lançamentos de livros na Cidade. A Biblioteca Virtual, o Salão de Exposição, que expõe o artesanato produzido nas oficinas pelo grupo de teatro, são alguns exemplos das atividades culturais de Cataguases. Todos os eventos são gratuitos, ofertados para a população ou a troca de alimentos não perecíveis, que são doados a instituições beneficentes da Cidade.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo (proc. 238-T-41)

(2) MUNICÍPIO:

Congonhas

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo

(6) DATA:

17/03/1941

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 12 fl. 3

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

70 ha

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

70 ha

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (proc. 395-T-50, LBA vol.1 inscr. 386 fl. 76, 21/07/50).

Santuário de Bom Jesus de Matozinhos (proc. 75-T-38, LBA vol.1 inscr. 239 fl. 41, 08/09/39, Patrimônio da Humanidade).

Ex-votos pintados pertencentes ao Santuário de Bom Jesus de Matozinhos - Coleção de 89 (Bens móveis - proc. 1039-T-80, LBA vol. 2 inscr.548 fl. 04, LH vol.1 inscr. 486 fl. 84, 29/01/81).

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Santuário de Bom Jesus Matozinhos



Vista do Santuário de Bom Jesus Matozinhos



Detalhe de um dos profetas

OUTRAS PROTEÇÕES

(12)EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13)EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Pelo Decreto Municipal 2.795 De 12/04/1996, publicado em 20/04/1996:

Praça do Santuário (Casas 7, 17, 27, 35, 76, 180);

Beco dos Canudos (Casas 8, 12, 22, 34, 42, 50, 60, 68, 76, 82, 88);

Rua Ouro Preto (Casas 2, 20, 21, 26);

Rua do Aleijadinho (Casas 10, 18, 30, 42, 48, 62, 72, 96, 102, 110);

Rua Bom Jesus (Casas 20, 32, 42, 54, 104, 122-A, 122, 141, 146, 159, 164, 174, 250, 261, 273, 285, 303);

Rua Feliciano Mendes (Casas 28, 32, 61, 68, 95, 235);

Rua Dr. Paulo Mendes (Casas 637, 647);

Praça Santo Afonso (Casas 73, 90);

Rua Dom Rodolfo (Casa 39)

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Torreões da Romaria (Decreto Estadual 21.178 de 08/01/1981).

Fora do Sítio: Igreja de Nossa Senhora da Soledade, no Distrito de Lobo Leite, e Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, no Distrito de Alto Maranhão (Decreto Estadual 19.113, de 28/03/78).

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
 (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
 (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

750

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

150

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Área Tombada não delimitada, mas o núcleo central era marcado por uma via perpendicular ao Rio, com uma transversal a esta, ligando a uma das igrejas tombadas, formando um "L". Este núcleo original foi acrescido de um traçado urbano mais moderno, nas laterais dos Eixos Tombados, mas mantendo um traçado sinuoso, condicionado pela topografia e pelas praças, ligadas aos principais espaços públicos da Cidade, os monumentos com tombamento isolado.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Área Tombada não delimitada – era a Cidade como um todo em 1941, ou seja, continha todos os elementos necessários à vida urbana, mas hoje em dia complementada ou suplementada por outras áreas, de expansão mais recente.

A 13ª SR do IPHAN trabalha com toda a área central do Município, conforme o trabalho elaborado em 1988 sob a coordenação do IPHAN/PRÓMEMÓRIA, que determinou as Diretrizes de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano nas Ambiências dos Monumentos Históricos. O Plano foi implantado em 1990 e serve de embasamento até que se elabore um outro, mais atualizado, levando-se em conta as intervenções mais recentes.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1700
Fundação do município:	1938
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazão cronológico

A exemplo de vários Núcleos Urbanos Históricos Mineiros, Congonhas teve sua origem na mineração do ouro e já no início do século XVIII, o povoado era considerado um dos centros de mineração das

Minas Gerais. Na área central, que corresponde ao núcleo de origem da antiga povoação, as praças existentes se resumem naquelas implantadas junto às igrejas: a Praça da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, situadas em lugar de destaque, em dois morros opostos, uma em frente à outra, e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada à leste, também na mesma estrada.

As ruas, caminhos estreitos e sinuosos, se organizavam de acordo com as condições topográficas mais favoráveis, como ligações entre esses pontos de interesse coletivo, sem intenção de ordenação geométrica. Em meados do século XVIII, Congonhas já se revelava como intenso centro religioso, datando daquela época a construção da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Capela de Nossa Senhora da Soledade, filiada inicialmente à Igreja de Ouro Branco, Igreja de Nossa Senhora D'ajuda, no distrito do Alto Maranhão e a fundação do magnífico Conjunto Arquitetônico e Escultórico do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, que transformou a Cidade em centro de peregrinações religiosas. Ainda na arquitetura religiosa, cabe destacar a Igreja do Rosário, a mais antiga, construída pelos escravos no início da formação do povoado, e a Igreja de São José, com talha Neoclássica, construída em 1817.

Ao lado do patrimônio de arte religiosa, Congonhas conserva alguns bons exemplares da arquitetura civil. Deste acervo, a área mais expressiva está concentrada no chamado núcleo histórico que se desenvolveu no entorno ou ambiência do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, constituído por vias do início da povoação. Ao longo destas ruas encontram-se casas compostas, na sua grande maioria, de um só pavimento ou um pavimento e porão, em partido retangular, cobertura em telha canal, datadas dos séculos XIX e XX, com alguns poucos exemplares remanescentes do século XVIII. O Beco dos Canudos, formado por casas de propriedades da Irmandade do Senhor Bom Jesus, preserva a arquitetura característica do período colonial.

A maioria dos textos sobre Congonhas do Campo reduz a Cidade ao seu maior monumento: o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos (religioso, século XVIII e XIX), considerado pelo Guia dos Bens Tombados o maior e mais notável Conjunto Arquitetônico e Artístico do País.

Conta a tradição que a iniciativa da construção do Templo se deve ao minerador Feliciano Mendes, que acompanhava a bandeira de Bartolomeu Bueno quando caiu em uma grave enfermidade. Desesperado, o minerador teria feito promessa a Bom Jesus de Matozinhos, jurando trabalhar exclusivamente ao seu serviço caso melhorasse. Ficando curado, Feliciano Mendes teria passado a colher esmolas para a construção do Templo, que não chegou a ver completado.

A história repetida, de geração em geração, sobre a devoção de Feliciano Mendes não é, porém, o aspecto mais célebre do Santuário. O que fez a UNESCO declarar em 1985 o Santuário como Patrimônio Cultural da Humanidade foi a participação em sua construção, ao longo de todo o século XVIII, de alguns dos mais brilhantes artistas da época, como Antônio Roiz Falcato, Francisco Lima, Manuel da Costa Ataíde, João Calheira, Hierônimo Teixeira e Manuel Rodrigues Coelho, além de Aleijadinho. As imagens de autoria deste, no Santuário, são consideradas como sua realização máxima. O término da construção do Santuário só ocorreu no final do século XIX.

O Santuário documenta vários aspectos da vida das Minas no século XVIII. Em primeiro lugar, a riqueza da região – e o Santuário é apenas um exemplo das várias igrejas erguidas em Minas como agradecimento a um santo. O poder da fé durante o processo de colonização não se expressa apenas em gestos particulares como o de Feliciano Mendes, mas também nas várias Irmandades que se criaram nas Minas e que conseguiam custear templos suntuosos. Por fim, cabe ressaltar a complexidade da sociedade das Minas – da qual faziam parte vários grandes artistas e artesãos extremamente especializados – em relação ao resto da colônia.

A Estação da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil e sua área de entorno constituem um conjunto de edificações representativas da arquitetura eclética do início do século XX. Nessa área, merece destaque

a Praça Dr. Mário Rodrigues Pereira, local onde se situou o primeiro prédio da Prefeitura Municipal, constituindo-se hoje no local de manifestações políticas e culturais. Congonhas possui um acervo arquitetônico e artístico representativo da evolução da arte civil e religiosa mineira. Além de testemunhar as construções e os programas decorativos do Barroco Mineiro, registra ainda as manifestações do ecletismo dos séculos XIX e XX. Todavia, seu legado nuclear é o Conjunto Arquitetônico e Escultórico do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos.

A Cidade passou por um processo de revitalização com o início da mineração do ferro em 1912, processo que acentuou-se de forma marcante a partir de 1946, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional. As conseqüências da instalação da Siderúrgica foram, do ponto de vista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, negativas, devido ao processo de crescimento descontrolado que se seguiu.

A vocação de peregrinação foi se firmando cada vez mais, transformando a Cidade num pólo turístico, mas bastante incipiente. As transformações provocadas pela mineração e metalurgia nos Sítios Históricos Mineiros, a partir da década de 60, do século XX, foram mais sentidas em Congonhas, do que em qualquer outra cidade. A implantação do complexo siderúrgico da Açominas, entre 1976 e 1987, teve um efeito arrasador sobre Congonhas. A população passou de 14.126, em 1970, para 25.282 em 1981, e para 45.000 em 1988. Apresentando um crescimento de 900% em relação a 1941 e causando modificações na estrutura espacial, na ocupação desordenada da área central, na expansão da periferia e no surgimento de novos bairros.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

A mancha urbana acrescida a partir 1960, e principalmente após 1980, é despersonalizada e de uma certa forma compromete o Acervo Tombado.

O Conjunto do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos tem recebido atenção especial, muitas vezes de parceria entre a Prefeitura e o IPHAN. As peças escultóricas dos Passos estão sendo restauradas e colocada iluminação adequada nas capelas. Os profetas estão sendo objeto de estudo quanto à sua preservação e destino, no local a céu aberto, ou em local protegido com cópias no lugar original.

O grupo de trabalho do Projeto Ideas, de cooperação do governo alemão, IEPHA, IPHAN e CETEC, está efetuando pesquisas sobre o comportamento da pedra-sabão face às condições climáticas atuais.

O Complexo das Romarias, numa área de 10.000m², passou por uma restauração recente, se transformando num centro turístico, com o Museu de Arte Sacra, lojas e restaurante.

O Sítio necessita de novo estudo de zoneamento, uso e ocupação, nova definição de perímetro de proteção, projetos de restauração, revitalização e paisagismo.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A Cidade cresceu rápida e desordenadamente, sem uma legislação urbanística. Há um processo de adensamento e o centro comercial está muito conturbado, com tendência de substituição do uso residencial por comércio e serviços.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS COMO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O crescimento da Cidade não foi acompanhado de desenvolvimento econômico e a Administração Municipal, envolvida com os inúmeros problemas daí decorrentes, não teve como elaborar uma legislação de controle do uso do solo. O órgão Federal de preservação foi incapaz de sustentar a interferência no Sítio Tombado.

O maior impacto ambiental causado na Cidade foi à implantação da Açominas em Ouro Branco, transformando Congonhas num imenso canteiro de obras do empreendimento, como local de moradia de engenheiros e operários, e como ponto comercial e de abastecimento para os trabalhadores e para os inúmeros desempregados que para lá afluíram em busca da oportunidade de trabalho.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os Profetas de pedra sabão, ao ar livre e sob a influência da poluição atual estão muito comprometidos.

A edificação da Casa do Bispo, de dois pavimentos, em frente à Matriz de Nossa Senhora da Conceição, tirou a visada existente entre esta e o Santuário, que se localiza na outra colina, em frente. O caminho que liga os dois pontos, passando pelo Vale do Rio Abaixo, constitui um determinante da ocupação histórica.

A área do Complexo Ferroviário necessita de revitalização.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

O município conta com um Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico, de caráter consultivo.

Os estudos de diretrizes norteadoras de legislação urbanística foram elaborados numa ação cooperada entre IPHAN e a Prefeitura, porém não foi elaborada a Lei.

O Estado incentiva a preservação patrimonial por meio da contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Congonhas não tem utilizado esse benefício.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe Plano Diretor e legislação de uso do solo. Não foi elaborado inventário do Sítio. Existem inventários, pelo IPHAN, dos Bens Móveis e integrados do Santuário, dos Passos, dos Profetas e da Matriz de Nossa Senhora do Carmo.

Cartografia básica: Telemig - 1:5000, Planta Cadastral de 1954, Base Cartográfica da Prefeitura de Congonhas de 1975.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Quanto à preservação dos Bens Isolados, a população é consciente, mas quanto à ambiência do Conjunto Tombado falta participação para garantir a integridade da paisagem.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado tem participado por intermédio dos incentivos fiscais da Lei Federal, tendo um retorno muito grande em marketing, devido à grande importância de âmbito mundial do Patrimônio do Santuário.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A peregrinação ao Santuário de Bom Jesus de Matozinhos é tradicional e até hoje tem grande apelo e força religiosa.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina (proc. 64-T-38).

(2) MUNICÍPIO: (3) ESTADO: (4) SR IPHAN
Diamantina MG 13ª

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Diamantina

(6) DATA: (7) LIVRO DE TOMBO:
 16/05/1938 LBA vol. 1 insc. 66 fl.12

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM (8) PORTARIA N° / DATA: (9) ÁREA:
 Lei Municipal n° 69 de 31/10/1949 66 ha

NÃO (10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA:
 66 ha

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

- 01) Casa de Chica da Silva à Rua Lalau Pires n° 266 (proc. 412-T-49, LBA vol. 1 inscr. 355 fl. 72, 04/04/50).
- 02) Casa do Forro Pintado à Rua Tiradentes n° 36 (proc. 429-T-50, LBA vol.1 inscr. 451 fl. 84, 02/09/59).
- 03) Edifício do Fórum à Praça Juscelino Kubistchek (proc. 413-T-49, LBA vol. 1 inscr. 349 fl. 71, 09/01/50).
- 04) Biblioteca Antônio Torres, Rua Francisco Sá 50, atual Rua da Quitanda (429-T-50 LBA vol. 1 insc.382 fl. 75, 28/06/50).
- 05) Mercado - Praça Barão de Guaicuí (proc. 429-T-50, LBA vol.1 inscr. 387 fl. 76, 31/07/50).
- 06) Museu do Diamante – Casa do Padre Rolim à r. Tiradentes, atual Rua Direita (LH vol. 1 inscr. 278 fl. 47, 28/06/50).

IGREJAS:

- 07) Nossa Senhora das Mercês (proc. 409-T-49, LBA vol.1 inscr. 333 fl. 70, 06/12/49).

- 08) Igreja Nossa Senhora do Amparo (proc. 409-T-49, LBA vol. 1 inscr. 331 fl. 69, 06/12/49).
- 09) Igreja Nossa Senhora do Carmo (proc. 220-T-40, LBA vol. 1, inscr. 283 fl. 49, 19/04/40).
- 10) Igreja Nossa Senhora do Rosário (proc. 409-t-49, LBA vol.1 inscr. 334 fl. 70, 06/12/49).
- 11) Igreja São Francisco de Assis (proc. 409-T-49, LBA vol.1 inscr. 335 fl. 70, 06/12/49).
- 12) Igreja Nosso Senhor do Bonfim (proc. 409-T-49 LBA vol. 1 inscr. 332 fl. 70, 06/12/49).
- 13) Igreja Matriz de Santana (LBA inscr. 408 fl. 50 e LH inscr. 298 fl. 50).

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista geral da cidade de Diamantina



Mercado de Diamantina



Casa Chica da Silva



Igreja do Carmo



Igreja do Rosário



Igreja São Francisco de Assis



Igreja das Mercês

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Municípios pertencentes às micro-regiões da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha – Patrimônio Natural (Constituição Estadual de 1989 - Ato das Disposições Transitórias / artigo 84).

Fora do Sítio: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri, no Distrito Sede (homologado em 11/11/1998).

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

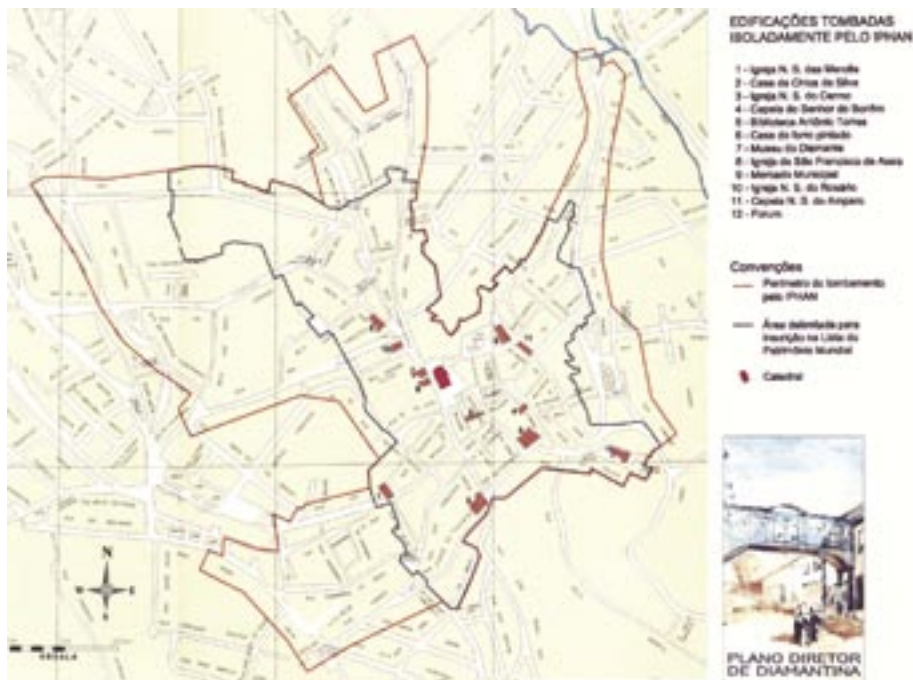
Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

6.500

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.300

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado compreende toda a área urbana da Cidade no ano de 1938. O traçado original irregular sobre o terreno acidentado e seus largos que valorizam as edificações, apresentando-as em diversas perspectivas, caracterizam e particularizam a riqueza arquitetônica e urbana da Cidade.

Não houve crescimento expressivo da área tombada, comparando-a ao sítio atual.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O sítio histórico corresponde à área urbana da Cidade, tombada em 1938 em função do magnífico acervo arquitetônico resultante do período da mineração.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1713
Fundação do município:	1831
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A formação da cidade de Diamantina deu-se com a descoberta e exploração do ouro no Vale do Córrego do Tijucu, em 1713, pela Bandeira liderada por Jerônimo Gouveia que, partindo do Serro, acompanhou o curso do Rio Jequitinhonha até atingir a confluência do Córrego Pururuca e Rio Grande. Nesta região, no lugar denominado Burgalhau, hoje Rua do Burgalhau, Rua do Espírito Santo e Beco das Beatas, se fixaram os primeiros povoadores, mas o crescimento do Povoado deu-se a partir de 1729, em decorrência da descoberta do diamante por Bernardo da Fonseca Lobo. A Coroa é notificada em 1729 e passa a exercer a cobrança do quinto e a proceder à anulação de datas. Em 1734, foi criada a Intendência dos Diamantes e a região passou a ser governada por regime especial e separada do resto da Capitania de Minas Gerais. Até 1740 foi adotado o sistema de livre extração, com pagamento do quinto. A partir de então, começou o período dos Contratadores, de arbitrariedade e opressão, mas de maior produtividade.

Deste período de formação histórica baseada na mineração, a cidade de Diamantina conservou significativas referências culturais, mantendo um acervo, sobretudo arquitetônico e urbanístico. Desta forma, o centro urbano de Diamantina apresenta uma configuração característica das cidades do período colonial, com um padrão irregular, com arruamentos transversais à encosta, marcados principalmente, pelas ruas paralelas com pequenas variações de abertura ou desvio de alguns becos e ruas estreitas. O alargamento das vias e largos determina espaços mais abertos, dando maior destaque às edificações. Esta configuração urbana foi formada aproximadamente entre os anos de 1720 a 1750, e sua consolidação foi verificada até meados do século XIX, quando surgiram algumas novas áreas de expansão, conservando-se, entretanto, a estrutura fundamental do Núcleo Urbano Central.

No século XIX, a Cidade é pólo do comércio regional do Alto do Jequitinhonha e centro de prestação de serviços de toda a região. Com a decadência da produção, em 1845, a Real Extração é extinta e passa a haver o livre arrendamento das jazidas sob a fiscalização da Inspetoria dos Terrenos Diamantinos, até 1906. Na segunda metade do século XIX, foram instalados vários serviços de lapidação de diamantes na Cidade e surgiram as primeiras companhias estrangeiras de mineração mecanizada, que, embora de atuação temporária, representaram esforço de reerguimento da atividade. O crescimento da produção de diamantes se desfez a partir de 1867, com a descoberta de gemas na África do Sul. A comunicação com outros centros foi incrementada em 1914, quando chegou a estrada de ferro, ligando Diamantina à Corinto. A expansão urbana prosseguiu com a criação de novas áreas de habitação. Atualmente, Diamantina exerce a função de pólo regional, com diversificação de comércio, serviços, saúde, educação e atividades culturais. Em 2000, foi declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO.

No Conjunto Arquitetônico, a Cidade conta com Monumentos significativos para a História da Arte e da Arquitetura no Brasil dos séculos XVIII, XIX e XX, como as Igrejas das Mercês, do Amparo, do Carmo, do Rosário, de São Francisco de Assis, do Senhor do Bonfim, bem como a Casa do Forro Pintado, à Rua Direita, o Edifício do Fórum, o Mercado Municipal, o Museu do Diamante, a Biblioteca Antônio Torres, a Casa da Chica da Silva e os prédios projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer: Hotel Tijuco, Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina, Escola Estadual Professora Júlia Kubistchek e Diamantina Tênis Clube. A arquitetura civil da Cidade também é uma referência especial com as raras casas térreas na área central, ficando em destaque os conjuntos de sobrados.

Por ser região diamantífera, a Coroa implantou mecanismos de rigoroso controle fiscal, criando uma administração específica para Diamantina, normas registradas no “Livro da Capa Verde”. O poder dos contratadores – parte – da nova burocracia portuguesa na região – marcou a história de Diamantina. Sua riqueza permitiu a construção de suntuosas casas e igrejas. O poder e o conflito na região de Diamantina estão registrados nos monumentos que compõem o Conjunto de Diamantina: sete igrejas, dentre as quais a Igreja Nossa Senhora do Carmo (religioso, 1784); cinco casas, dentre as quais a Casa de Chica da Silva (habitação, século XVIII) e a Casa do Inconfidente Padre Rolim (habitação, século XVIII).

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi mandada construir pelo contratador de diamantes e desembargador José Fernandes de Oliveira. As obras de ornamentação levaram pelo menos 20 anos, o que dá a idéia do requinte dedicado a estes templos. Também fazendo referência ao poder dos contratadores está a Casa de Chica da Silva, uma negra que diante da censura da sociedade escravocrata de Diamantina gozou dos privilégios de uma “sinhá” por ser a companheira do contratador João Fernandes de Oliveira. Ligada à Inconfidência de 1789 está à casa do Padre Rolim. A casa em Diamantina fazia parte dos Bens que foram confiscados pela Fazenda Real depois da descoberta do envolvimento do Padre na Inconfidência. Atualmente abriga o Museu do Diamante.

De período posterior, merece destaque o local onde hoje se encontra o Mercado Municipal, que pertenceu originalmente ao Tenente Joaquim Cassimiro Lages, que, em 1835, ali construiu um prédio de moradia e comércio e um rancho de tropeiros ou “inteligência”, nome dado aos locais destinados ao descarregamento e comercialização de mercadorias vinda de outros lugares, cujo comércio foi desarticulado por volta de 1884.

Coube à Câmara Municipal de Diamantina, por de manifestação de apoio popular, a iniciativa da construção de um mercado que centralizasse a distribuição de mercadorias, de modo a evitar o monopólio de algumas “intendências” da Cidade. Desta forma, em atendimento ao pedido feito em 1889, a municipalidade adquiriu dos herdeiros do Tenente Lages o prédio e o rancho, iniciando a construção do atual Mercado Municipal.

Estes Bens inseridos no Sítio Histórico de Diamantina documentam a especificidade da região no século XVIII, reduto diamantífero engravado nas minas de ouro, assim como etapas de seu crescimento no século XIX, e o desejo de modernização no século XX, com os prédios de Oscar Niemeyer.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Bom. Com a indicação de Diamantina para Patrimônio da Humanidade, muitos esforços foram feitos, preparando-a para assumir o título, tendo havido algumas intervenções recentes.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O uso e a ocupação do solo no centro de Diamantina ocorre sem impactar a sua ambiência, ocorrendo crescimento ordenado conforme as diretrizes do Tombamento. Tem havido adensamento na região com uma pequena tendência de substituição do uso residencial para o setor turístico.

Como a Cidade é pólo referencial para a região pobre do Alto do Jequitinhonha, tem atraído muitas pessoas em busca de trabalho, gerando na periferia da Cidade um processo de construção de casas para a população de baixa renda.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O grande impacto causado à Diamantina tem sido o Carnaval, que atrai um número exorbitante de pessoas, gerando transtornos à Cidade. Espera-se que após o recebimento do título, a Prefeitura venha instalar, nos próximos anos, mictórios volantes e cuidadosa limpeza das ruas e do entorno durante os dias festivos.

Outra questão que causou um grande dano ao entorno da Cidade foi o garimpo, que hoje está mais controlado devido a leis e fiscalização ambientais e a criação de Conselhos Municipais.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Como todo Sítio Histórico Mineiro do século XVIII, há a necessidade de intervenções em edifícios isolados que têm problemas de infiltrações, má conservação, ataque de brocas, cupins e nas instalações elétricas.

Devido ao garimpo existem muitas áreas nos arredores de Diamantina em processo erosivo.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A 13ª SR possui uma Sub-Regional em Diamantina. O inventário, incompleto, foi uma ação conjunta do IPHAN e da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte.

A Administração Municipal trabalha junto com vários conselhos: da assistência social, da saúde, da criança e do adolescente, do turismo.

A Secretaria Municipal de Cultura é muito atuante.

A questão da degradação ambiental provocada pelo garimpo tem sido resolvida com a ação conjunta da Fundação Estadual do Meio Ambiente com a Prefeitura.

O Estado incentiva a preservação patrimonial por meio da contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Diamantina não tem utilizado esse benefício.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Estudos existentes compatíveis com a preservação: de Plano Diretor de 1973 pela SERFHAU, Prefeitura, Conselho Estadual do Desenvolvimento de MG, Circuito do Diamante - Diretrizes para o Desenvolvimento Urbano de Diamantina - 1977 / 1980 - Secretarias do Planejamento Federal e Estadual, Embratur, IPHAN, Fundação João Pinheiro, Projeto de Coleta, Disposição e Tratamento dos Resíduos Sólidos do Município de Diamantina - 1995 Prefeitura, Ministério Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Fundo Nacional do Meio Ambiente. O Município está fazendo parte do Projeto Turístico da Estrada Real, que engloba os mais importantes Sítios Históricos de Minas.

Inventariados 458 imóveis em 1998 e 1999, de um total de 1.300. Base cartográfica: planta cadastral da CEMIG – digitalizada.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A população é bastante conscientizada e participativa. Existem várias associações atuantes como: 30 associações comunitárias reunidas na Central de Entidades Comunitárias de Diamantina, clubes de serviço, conselhos populares, associações de jovens.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado tem participado. O setor turístico tem muito interesse na preservação e é muito organizado.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A Cidade Histórica é alegre e musical. Em Diamantina os eventos profanos fazem parte da tradição, como as serestas e mais recentemente as vespertatas, onde os músicos tocam das janelas dos sobrados e o público se instala nas ruas. As festas religiosas mais tradicionais: de Nossa Senhora do Rosário e do Divino, com danças e música. Já em 1801, quando o Governador veio destituir o Intendente houve o Te-Deum e exposição do Santíssimo Sacramento, com baile a céu aberto. A elite tijuicana dos tempos passados, ávida por diversões e luxo, foi verdadeira mecena, patrocinando artistas locais. Esse comportamento aliado à religiosidade, talento musical, alegria e participação do povo de Diamantina é que deu à Cidade essa vocação festeira. Anualmente são 13 festas e comemorações religiosas e ainda festivais de música. No ano de 2000, o Festival de Inverno da UFMG foi comemorado na Cidade. No aniversário de JK, comemora-se o Dia da Seresta. O Carnaval atrai 40.000 turistas. Existem os tradicionais blocos carnavalescos, criados por grupos de amigos, e 5 escolas de samba com 1.400 figurantes. Há 3 bandas, 4 grupos instrumentais de música erudita, uma orquestra, vários grupos de serestas, corais e grupos folclóricos. O Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita ministra aulas de música erudita e popular. Na Cidade são realizados congressos, simpósios, conferências cursos e encontros. O IPHAN administra e é proprietário do Museu do Diamante, da Biblioteca Antônio Torres e da Casa de Chica da Silva.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana, 069-T-38.

(2) MUNICÍPIO:

Mariana

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana

(6) DATA:

14/05/1938

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA inscr. 62, fl.12

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

36

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

- 01) Capela de Nossa Senhora dos Anjos, da Arquiconfraria de São Francisco - 075-T-38;
- 02) Capela de Santana - 75-T-38; CASAS:
- 03) Casa à Praça João Pinheiro ou Paço Municipal ou Casa de Câmara e Cadeia - 414-T;
- 04) Casa Capitular ou Museu Arquidiocesa no - 410-T-49;
- 05) Casa do Barão de Pontual - 500-T;
- 06) Casa do Seminário Menor - 410-T-49;
- 07) Capela Fonte da Samaritana (bem integrado do Museu Arquidiocesano) - 410-T-49;
- 08) Capela de Nossa Senhora das Mercês - 71-T-38;
- 09) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - 75-T-38;
- 10) Igreja de Nossa Senhora do Carmo - 075 - T-38;

- 11) Igreja da Sé - 75-T-38;
- 12) Igreja de São Francisco de Assis - 072-T-38;
- 13) Igreja da Ponte de Areia - 410-T-49;
- 14) Igreja da Ladeira do Rosário - 410-T-49;
- 15) Casa com rótulas na Rua do Rosário (distrito de Santa Rita Durão) - 438-T-50;
- 16) Igreja Nossa Senhora da Glória (em Passagem de Mariana) - 502-T-54;
- 17) Igreja Nossa Senhora do Rosário (Santa Rita Durão) - 357-T-45;
- 18) Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte (em Furquim) - 410-T-49;
- 19) Igreja de Nossa Senhora da Conceição (em Camargos) - 410-T;
- 20) Igreja Nossa Senhora de Nazaré (em Santa Rita Durão) - 356-T-45;
- 21) Igreja Matriz de São Caetano (em Monsenhor Horta) - 340-T-44.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista aérea da cidade de Mariana



Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Casa do Barão do Pontal



Igreja do Carmo e Igreja São Francisco de Assis

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

Fora do Sítio: Centro Histórico do Distrito de Santa Rita Durão, homologado pela Secretaria Estadual de Cultura, em 12 de janeiro de 1996.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.500

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

700 imóveis da estimativa para o inventário do Núcleo Urbano, sendo estimados 500 domicílios.

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade tem sua origem no final do século XVII (1696) e, dentre as cidades coloniais de Minas, é a única que possui traçado regular, por determinação real, sendo reconhecida como a Primeira Cidade do País a ter esse tipo de desenho urbano.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Tombado corresponde hoje ao núcleo setecentista, o Centro Histórico.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1696
Fundação do município:	1711
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Mariana tem sua origem ligada à exploração do ouro pela expedição do Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que, fixando-se à margem de um ribeirão, ali fundou um arraial no dia 16 de junho de 1696, ao qual deu o nome de Ribeirão do Carmo, em homenagem ao dia de Nossa Senhora do Carmo, iniciando a construção de uma capela provisória. A Vila do Carmo chamou-se também Vila de Albuquerque, em homenagem a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão-General da Capitania de São Paulo e Minas Gerais (1710), responsável pela criação, em 1711, das primeiras Vilas, sendo a primeira delas a Vila do Carmo.

A Carta Régia de 23 de abril de 1745, elevou a Vila à categoria de cidade, com o nome de Mariana, em homenagem a Dona Maria Ana D'Austria, esposa de D. João V. Em todo período da Colônia foi a primeira Vila, a única cidade e a principal capital de Minas Gerais. Sede do primeiro Bispado do Estado, Mariana foi ainda à única da província que teve seu traçado urbano planejado no período colonial, distanciando-se, nesse aspecto, das demais vilas do ciclo do ouro. Em virtude de uma enchente, ocorrida em 1742, a Coroa aproveitou para reerguer a Vila segundo o plano do arquiteto português José Fernandes Pinto Alpoim, que transferia a Casa de Câmara e Cadeia para as proximidades da Rua Nova, o que criava um novo centro urbano.

Mariana apresenta traçado com ruas retas e praças retangulares, o que pode ser notado ainda hoje, apesar de sua expansão e da constante descaracterização que vem sofrendo. Sede do Bispado, ali se fundou o Seminário Menor (cultural, 1750) com sua capela, obra iniciada em 1750 e concluída entre 1780 e 1790, constituindo-se na primeira Casa de Instrução de Minas, de onde saíram várias personalidades, não só na religião, mas nas letras, na magistratura e na política.

Com o florescimento das Ordens Terceiras, na segunda metade do século XVIII, Mariana, como ocorreu em outras cidades da Capitania e do País, foi beneficiada com a construção de seus templos. Assim, na Praça João Pinheiro, a poucos metros uma da outra, estão as igrejas construídas pelas poderosas Irmandades, a de São Francisco de Assis (religioso, 1763) e a do Carmo (religioso, 1784). Já as igrejas de Nossa Senhora das Mercês e do Rosário, pertencentes às Irmandades dos pretos, se distanciam daquelas, a primeira situada a cinco quarteirões da praça e a outra numa elevação mais afastada. A Catedral de Nossa Senhora da Assunção (religioso, 1714), a Sé marianense, antiga matriz, é uma das mais antigas igrejas mineiras, mas apesar de já ter o altar-mor dourado em 1827, suas obras se prolongaram até a primeira década do século XX. De sóbrio aspecto externo, seus 12 altares são ricamente talhados e dourados. A Igreja, conta ainda com alfaias, prataria, e o grande órgão alemão de 1701. O altar principal é de Francisco Xavier de Brito, um dos mestres do Barroco Mineiro. Trabalharam na Sé Manuel Francisco Lisboa, primeiramente como carpinteiro e depois, a partir de 1860, como finalizador dos trabalhos, o construtor português José Pereira Arouca, que atuou tanto em outras igrejas como em edifícios civis marianenses e o pintor Manuel da Costa Athaide.

José Pereira Arouca é apontado também como autor da planta da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, cuja obra, iniciada em 1784, se prolongou por mais de quarenta anos. Considerada a mais bela Igreja de Mariana, corresponde à terceira modalidade do Barroco Mineiro. Um dos exemplares mais curiosos da arquitetura colonial de Mariana, a antiga Casa de Câmara e Cadeia (público civil, 1768), hoje sede da Prefeitura e Câmara Municipal, teve sua construção iniciada em 1768, com planta de Arouca, tendo sido concluída trinta anos depois. Juntamente com as Igrejas do Carmo e São Francisco, cujas fachadas estão em ângulo reto, formam um conjunto arquitetônico da Praça João Pinheiro. Outra obra de vulto foi à fundação, pela Arquidiocese, do Seminário Maior de Mariana, de estilo Neoclássico. Cabe ainda mencionar o Conjunto de Sobrados com casas comerciais no térreo e sacadas na andar superior, localizados na Rua Direita, incluindo a casa onde viveu o poeta Alphonsus de Guimaraes, reformada para se transformar em Museu, além de antigas pontes e capelas dos Passos. Merece destaque também a Casa do Barão de Pontual (residência, final do século XVIII).

A Casa de Câmara e Cadeia reunia diversas funções, tais como: sede administrativa, casa de audiências, açougue, pórticos, sino do povo, sineiras, trapeiras, torres, relógio público, coima, prisões e enxovias, sala-livre, sala-fechada, aljube, segredo, oratório, passos e capelas, casa do carcereiro, corpo de guarda, hospital, peças de circulação. Segundo o Guia dos Bens Tombados, a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana tem a maioria destes elementos. Declarada Monumento Nacional em 1945, Mariana guarda importantes registros do século XVIII que não têm sido respeitados. Segundo o IPHAN a constante expansão urbana juntamente com outros fatores vêm contribuindo para que o Conjunto de Bens Históricos esteja aos poucos se descaracterizando.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Sítio necessita de intervenções em seu acervo arquitetônico e paisagístico, embora tenha passado por algumas, à época de seu aniversário de 300 anos. Em 1995, foram restauradas as Igrejas do Carmo, de São Francisco de Assis, de Nossa Senhora da Glória (no Distrito de Passagem de Mariana), de São Caetano (no Distrito de Monsenhor Horta) e Santana, num convênio entre a Arquidiocese de Mariana, a Companhia Vale do Rio Doce e o IPHAN. Foi restaurada a Casa da Câmara e Cadeia, num convênio entre a Prefeitura e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA. Em 1997, houve troca de pavimentação de pé-de-moleque para paralelepípedo na Rua Monsenhor Horta pela Prefeitura. Em 1999, o fogu consumiu a Igreja do Carmo.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O crescimento desordenado da Cidade ocorreu com a instalação de grandes empresas de exploração mineral a partir de 1960. A área a ser preservada não tem o seu perímetro de entorno oficialmente definido e nenhum planejamento para sua proteção. A ocupação recente das encostas interfere na leitura visual do Sítio. A poluição do Ribeirão e de seus tributários, a perda da vegetação que emoldura a paisagem da Cidade e a falta de um programa de manutenção e conservação das edificações são fatores que comprometem a continuidade da existência dos valores do Conjunto Urbano. Há alguns anos houve muita polêmica no município quando um prefeito construiu um enorme ginásio esportivo na Cidade.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Tem havido um crescimento muito rápido de Mariana, com construções novas que interferem na ambiência do Sítio. A poluição visual do comércio é grande. As reformas de imóveis particulares sem técnica adequada e sem recursos financeiros têm alterado a leitura espacial.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A má conservação de alguns imóveis está pondo em risco a sua preservação. Já houve o desabamento de vários sobrados tendo ocorrido um caso de desmoronamento de um sobrado na Praça da Sé. O Palácio da Olaria, 2ª residência episcopal, está entrando em processo de arruinamento. As instalações elétricas mal feitas ou antigas são um perigo. O fogo na Igreja do Carmo, em 1999, foi provocado por falha humana durante a finalização da obra, quase concluída depois de 10 anos. A infiltração pelos telhados ou pelo solo causam apodrecimento das madeiras. A população não possui preparo técnico para a administração do casario. Falta uma política local, estimulada pelo IPHAN para a valorização do acervo.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A 13ª SR mantém um Escritório Técnico em Ouro Preto que atende Mariana. Existem ações cooperadas entre a Prefeitura, o IEPHA, IPHAN e outras instituições. Ao mesmo tempo, ocorre a pulverização das responsabilidades.

Em 1997, foi defendida uma tese de doutorado por um arquiteto do IPHAN, Altino Barbosa Caldeira, cujo objeto de estudo foi a cidade de Mariana, onde destacou os problemas e apontou soluções.

O Estado incentiva a preservação patrimonial pela contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Mariana não tem utilizado esse benefício.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação urbanística. Em 1974, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento para Ouro Preto e Mariana, pela Fundação João Pinheiro, IPHAN, IEPHA e prefeituras das duas cidades, mas falhou por falta de suporte político e financeiro. Em 1989, começou-se a discutir o Plano Diretor, com envolvimento do setor industrial, políticos e organizações federais, regionais e locais, mas sem ser levado a termo.

Os inventários do IPHAN só contempla os Bens Móveis e Integrados das Igrejas Nossa Senhora da Assunção (Sé), Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora das Mercês, de São Francisco de Assis, São Pedro dos Clérigos, passos da Ladeira do Rosário e da Ponte de Areia, Capelas de Santana e Nossa Senhora Rainha dos Anjos, Cúria Metropolitana, Casa do Barão de Pontal, Casa do Seminário Menor e Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de Nazaré em Santa Rita Durão, Nossa Senhora da Conceição em Camargos, Nossa Senhora da Glória em Passagem de Mariana, Bom Jesus da Morte, em Furquim e São Caetano em Monsenhor Horta. Não existe um inventário de Bens Imóveis.

Base cartográfica: Mapa da CEMIG de 1974. Levantamento aerofotogramétrico da CEMIG. Mapa digitalizado de traço da sede (arruamento e principais edificações) da CEMIG. Mapa do IBGE. Mapa da Prefeitura de 1990. Mapa de 1967 produzido por Sampaio. Mapa de 1945 do arquivo do IPHAN

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A questão da preservação é sempre discutida e tratada em jornais locais, sendo parte da população comprometida com a preservação e outra a favor da modernização.

Existem associações participativas em Mariana ligadas às artes, ao turismo, aos estudantes. Para as comemorações dos 300 anos houve muito envolvimento da comunidade.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado tem patrocinado projetos de preservação, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Samarco, a Samitri.

O setor turístico é organizado. Existe uma Associação dos Guias de Turismo de Mariana.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Existem muitas instituições culturais, como Sala Afonso Ávila, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Centro de Cultura e Galeria do SESI - Mariana, Museu Casa Alphonsus de Guimarães e a Casa Setecentista do IPHAN, onde acontecem muitas atividades culturais. Corporação Musical XV de Novembro, Banda Santa Cecília, Bloco Zé Pereira de bonecos, grupos de teatro, de capoeira, grêmio literário, artistas plásticos locais e campeonatos esportivos. Museu de Música, na Casa do Barão de Pontal. Concertos de órgão na Catedral da Sé.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Matriz e do Prédio do Museu de Arte e História, 880-T-73.

(2) MUNICÍPIO:

Nova Era

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Matriz e do prédio do Museu de Arte e História.

(6) DATA:

17/12/1973

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP inscr. 59 fl. 14; LBA 1 inscr. 508 fl. 92

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

9

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Igreja Matriz de São José, 475-T-53.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Igreja da Matriz de São José

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Matriz.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Fora do Sítio, na área rural: Fazenda da Vargem.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



1. Igreja Matriz de São José da Lagoa; 2. Conjunto Museológico.

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

50

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

10

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio é uma praça situada no alto de um morro. Está inserido num contexto urbano característico das cidades de Minas Gerais com origem na mineração do século XVIII. A malha urbana é irregular acompanhando o relevo bastante acidentado.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio corresponde apenas a uma praça e o seu entorno imediato, definindo-se, portanto como um fragmento do espaço urbano. A Praça da Matriz é formada por um grupo de 7 edificações listadas, destacando-se o prédio onde funcionava o Museu à época do tombamento (1973) como referência mais importante. Atualmente o Museu foi expandido, ocupando também a casa setecentista do lado direito, que está sendo restaurada.

O parecer do relator do processo de tombamento ressaltou “a defesa e conservação do único conjunto de arquitetura do século XVIII existente no Município e a oportuna criação de um centro de integração das áreas circunvizinhas, destinado às atividades culturais e cívicas da comunidade, pela criação de uma Praça da Cultura”.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1703
Fundação do município:	1938
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio urbano de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os primeiros moradores de São José da Lagoa, primeiro topônimo de Nova Era, fixaram-se no começo do século XVIII atraídos pela mineração. Posteriormente, a exaustão das minas deu lugar ao aparecimento de diversas fazendas que passaram a abastecer o Núcleo Urbano onde os moradores ainda se entretinham com os negócios do garimpo ou outras atividades, como o comércio.

O Sítio Histórico localizado na Praça Matriz é composto por imóveis erguidos no século XVIII, exceção feita ao Prédio onde se localiza um orfanato, que é uma construção moderna. O destaque do Sítio é o Museu Municipal de Arte e História (ignorado, século XVIII). O prédio foi adquirido pela Companhia Vale do Rio Doce em 1970, atualmente Nova Era está localizada no centro do quadrilátero ferrífero e do complexo siderúrgico, para abrigar o Museu de Nova Era que viria a retratar a cultura e a história da região. Possui desde um rico acervo fotográfico até obras de arte sacra e pinacoteca que procuram percorrer o caminho da Arte do Barroco aos dias atuais.

A Igreja Matriz de São José (religioso, Século XVIII) possui fachada chanfrada e torre central. No interior um conjunto de três retábulos cuja estrutura e composição atestam a transição do estilo D.João V para o Rococó, e identificam-se com a obra de Francisco Vieira Cervas. Na capela-mor pintura arquitetônica, vendo-se ao centro A Ressurreição de Cristo. O motivo do tombamento deste Conjunto traz um certo estranhamento. Ao contrário do que se poderia imaginar, os prédios do século XVIII parecem ser "coadjuvantes" do Museu financiado pela Companhia do Vale do Rio Doce, cuja importância está ligada a uma ação Contemporânea.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O acervo encontra-se em mau estado de conservação. A Igreja de São José está em obras há anos, com recursos dos devotos do Santo Padroeiro. Em 1999, começou a restauração do imóvel nº 12 da Praça da Matriz, prédio de expansão do Museu, com recursos oriundos da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais. Foi recuperada a cobertura do prédio. Com a extinção da Secretaria, o Município foi obrigado a continuar a obra, já tendo sido feita a licitação.

Fora do Sítio, a Fazenda da Vargem passou por limpeza interna, revisão da instalação elétrica, capina e colocação de serviço de vigia, para prevenção contra invasões e depredações. O Conselho de Cultura está tentando obtenção de verbas para a sua recuperação por dotação orçamentária municipal. Foi elaborado projeto de recuperação da Lagoa de São José ou do Engenho e da Gruta.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Está ocorrendo ocupação de encostas do Morro do Cruzeiro para novas edificações.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Nova Era tem problemas de garimpo que causam impacto ambiental, mas não dentro da Área Urbana.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O Conjunto Tombado está necessitando de tratamento paisagístico total e adequado às necessidades do uso que a comunidade faz do local, com espaços e equipamentos urbanos. Os postes de iluminação pública interferem muito na paisagem e deveriam ser retirados para instalação de fiação subterrânea.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Nova Era possui Secretaria de Cultura e conta com o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico. A Casa de Cultura do Município é muito atuante e trabalhou pelo projeto museológico. O Estado incentiva a preservação patrimonial pela contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Nova Era tem se utilizado desse benefício.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Inventário, do IPHAN, dos Bens Móveis e Integrados da Matriz de São José. O Município realizou o inventário de alguns Bens.

Plantas cadastrais da CEMIG, ortofoto e mapa digitalizado da sede do município com arruamento e principais edificações, do IBGE e da Associação dos Municípios do Médio Piracicaba - AMEPI.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade tem o Conjunto Tombado como referência cultural. A Igreja de São José está em obras com recursos dos devotos do santo padroeiro.

A existência do Museu se concretizou a partir de organização espontânea de lideranças comunitárias e de doações para o acervo.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O Município desenvolveu Plano de Desenvolvimento do Potencial Turístico de Nova Era.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A Corporação Musical Euterpe Lagoana funciona desde 1937. Além de apresentações musicais ela ministra aulas, e foi inscrita no Projeto Bandas em 1998, do Programa de Apoio às Bandas de Música, do Fundo Nacional de Cultura - Ministério da Cultura e Secretaria de Estado da Cultura.

Na Fazenda da Vargem são realizados esporadicamente eventos comunitários.

No Plano de Desenvolvimento do Setor Cultural do Município está proposta a criação de espaços para exposição e comercialização de produtos de arte e artesanato, oficinas e eventos.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Ouro Preto, 070-T-38.

(2) MUNICÍPIO:

Ouro Preto

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Ouro Preto

(6) DATA:

20/01/38(LBA) e 15/09/86 LBA.

(7) LIVRO DE TOMBO:

Inscr.39 fl.08; LH inscr.512 fl. 98; LAEP inscr.98 fl.47 – Proc. 070-T-38

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

Averbação 22/05/1990 proc. Tomb.

(9) ÁREA:

275

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA:

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Capelas - 075-T-38:

01) de Nossa Senhora das Dores;

02) de São João;

03) de São Sebastião;

04) de Nossa Senhora da Piedade;

05) Igreja de Nossa Senhora do Rosário;

06) do Bom Jesus das Flores;

07) do Senhor do Bonfim.

Casas:

08) dos Contos - 415-T-49; 09) Casa Rústica ou Casa Setecentista – 472-T-52.

Chafarizes - 430-T-50: 10) da Praça de Marília;

11) da Rua Antônio de Albuquerque;

12) do Alto da Cruz.

13) do Alto das Cabeças;

14) do Passo de Antônio Dias;

15) Casa dos Contos;

16) Escola de Minas e Metalurgia ou Palácio dos Governadores, na Praça. Tira.dentes - 415-T-49;

17) Fábrica de Ferro Patriótica - 031-T-38.

Igrejas:

18) de Bom Jesus de Matozinhos-75-T;

19) Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia ou Mercês de Cima - 075-T-38;

20) Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões ou Mercês de baixo - 075-T-38;

21) Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo - 110-T-38;

22) Igreja Nossa Senhora do Rosário - 075-T-38;

23) Capela de Santa Efigênia - 075-T-38;

24) de Santana - 410-T-49;

25) Igreja de São Francisco de Assis - 11-T-38;

26) de São Francisco de Paula - 075-T-38;

27) de São José – 075-T-38;

28) Matriz de Nossa Senhora da Conceição - 075-T-38;

29) Matriz de Nossa Senhora de Nazaré - 403-T-49;

30) Igreja Matriz de Nossa Senhora de Santo Antônio (Distrito de Glaura)–465-T-52;

31) Mt. de São Bartolomeu (Distrito de São Bartolomeu)-604-T-60;

32) Matriz do Pilar de Ouro Preto – 075-T-38;

33) Museu da Inconfidência ou Antiga Casa de Câmara e Cadeia - 512-T-54;

34) Museu Oratório à R. Barão do Ouro Branco-075-T-38.

Passos - 075-T-38;

35) da Praça Tiradentes;

36) da Ponte Seca;

37) da Rua do Rosário;

38) da Rua São José;

39) de Antônio Dias.

Pontes - 430-T-50:

40) da Barra;

41) de Antônio Dias;

42) de São José;

43) Museu do Pilar;

44) do Rosário;

45) Ponte Seca;

46). Imagem de Santana de autoria de Aleijadinho.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista aérea da cidade de Ouro Preto



Casa dos Contos - foto de Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

Fora do Sítio: Fazenda São José do Manso (homologado em 22/09/1998)

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

95.000

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.900

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado tem conformação urbana do século XVIII. O traçado irregular sobre o terreno de topografia acidentado determinou a conformação urbana irregular, com traçado de ruas criado pelas casas e não de acordo com um planejamento prévio. Essa situação, que é bem característica do Centro Histórico, não se reflete integralmente nas áreas de expansão mais recente.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Tombado corresponde hoje ao Centro Histórico e à maior parte de toda a área urbana. Ouro Preto é a cidade mineira que possui o maior número de Bens listados individualmente pelo IPHAN (46), entre imóveis e móveis ou integrados.

O adensamento da ocupação em alguns locais da Cidade ocorreu pouco após o tombamento, havendo algumas Áreas Urbanas que estão fora da área acautelada.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1698
Fundação do município:	1711
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazío cronológico

O ouro foi o principal motivo da primeira fixação populacional no sítio que viria a ser Vila Rica, depois Ouro Preto. Divulgando-se a notícia de que haveria ouro na região do Pico do Itacolomi, a descoberta de ouro na região teria sido feita por um mulato que acompanhava uma Bandeira vinda de Taubaté, a partir de pequenas pedras negras que recolheu. Ato contínuo, diversas expedições saindo de São Paulo e Taubaté buscariam o local do Pico do Itacolomi. Somente a Bandeira liderada pelo taubateano Antonio Dias, em 23 de junho de 1698, conseguiu localizar o Tripuí.

Em dez anos, Vila Rica já era um núcleo populacional expressivo a ponto de ser elevada, em 1711, à categoria de vila, com o nome de Vila Rica de Albuquerque. Em um dos inúmeros conflitos desenrolados na região, Felipe dos Santos foi acusado de comandar uma revolta contra as pesadas taxas da coroa em 1720, acabando por ser exemplarmente executado. Quase setenta anos depois outra importante revolta teve Vila Rica como cenário: a Inconfidência Mineira, foco primordial de uma posterior narrativa histórica nacionalista brasileira. Dentre seus participantes, Cláudio Manoel da Costa e Tomaz Antonio Gonzaga representavam o que havia de mais sofisticado em literatura na América portuguesa de então. A riqueza do ouro já tinha transformado, a inicialmente rústica Vila Rica, em um Centro Urbano marcado por intensa vida social e econômica, traduzidas por ricos e suntuosos edifícios.

O desenho urbano de Ouro Preto é estreito e alongado, seguindo a topografia acidentada dos vales e morros. A maioria das casas tem um pavimento, mais em determinadas ruas predominam os sobrados sendo que, em qualquer caso, a aparência homogênea da arquitetura permanece. Dentre estes, são bastante representativos a Antiga Casa de Câmara e Cadeia (público civil, 1784), a Casa dos Contos (residência, 1785), o Antigo Palácio dos Governadores (público civil, 1741), o Chafariz da Praça de Marília (público civil, 1758). A Capela do Padre Faria (religioso, 1710), a Matriz do Pilar de Ouro Preto (religioso, 1733), a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Antonio Dias (religioso, 1727), a Capela de Santa Efigênia (religioso, c.1760), a Igreja das Mercês (religioso, 1771), Igreja das Mercês e Perdões (religioso, 1771), a Capela de N. Senhora das Dores (religioso, 1788), a Igreja de São Miguel e Almas (religioso, c.1750), a Igreja de N. Senhora do Rosário do Pilar (religioso, c.1785), a Igreja de N. Senhora do Monte do Carmo (religioso, 1767) e a Igreja de São Francisco de Assis (religioso, 1764) são as onze igrejas que expressam a riqueza e a arte da região. Para além deste período, encontram-se os restos da Fábrica de Ferro Patriótica (industrial, 1812), também tombada em Ouro Preto. A construção da Antiga Casa de Câmara e Cadeia foi descrita nas "Cartas Chilenas" de Tomás Antonio Gonzaga, denunciando o sofrimento dos trabalhadores encarregados de sua construção. Hoje o Prédio abriga o Museu da Inconfidência, centro de construção de memória histórica acerca do movimento. Também ligada a esta, a Casa dos Contos é o local onde foi encontrado o corpo de Cláudio Manuel da Costa depois de ter se enforcado.

O Prédio conheceu várias utilizações ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, como Casa do Contrato, sede da Prefeitura, Agência dos Correios e até prisão. Hoje é sede do Museu da Moeda e do Fisco e do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro. Construção um pouco mais antiga, o Palácio dos Governadores veio substituir a moradia dos Governadores que antes se fixavam em Mariana. Com a mudança da capital para Belo Horizonte (1897) o Palácio passou a abrigar a Escola de Minas e Metalurgia criada por D. Pedro II. Símbolos da urbanidade da ex-capital mineira, os 6 chafarizes tombados pelo IPHAN também são significativos, dentre os quais destaca-se o da Praça de Marília, que ganhou este nome pelo costume popular de associar o chafariz com a vizinha casa de Dorotéia Joaquina de Seixas, a Marília de Dirceu.

A segunda metade do século XVIII caracteriza-se pelo poder e prosperidade das confrarias, e são desse período algumas das igrejas mais expressivas da região, consideradas criações inovadoras da arte luso-brasileira, como, por exemplo, a São Francisco de Assis, de autoria de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738-1814). A pintura do teto da nave, feita por Manuel da Costa Ataíde, foi iniciada em 1801, e é considerada uma das obras-primas da pintura colonial. O percurso das irmandades religiosas, suas lutas e conflitos, marcaram e influenciaram o Barroco das igrejas mineiras.

Por fim, já no Período Joanino, o Barão von Eschwege iniciou as atividades da Fábrica Patriótica de São Julião, um marco no desenvolvimento da siderurgia do Brasil que funcionaria por apenas 10 anos. Este último exemplo ressalta a diversidade histórica documentada pelo Sítio de Ouro Preto, declarada Monumento Mundial pela UNESCO em 1980, o primeiro do Brasil.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

A cidade de Ouro Preto tem sofrido processo constante de descaracterizações. Dada à importância do Sítio, muitos Monumentos Tombados foram alvo de intervenções de restaurações, como a Igreja do Rosário e a Casa do Oratório, no anexo da Igreja do Carmo. Porém, muitas intervenções clandestinas nos imóveis não atendem às diretrizes do IPHAN, prejudicando a imagem do conjunto.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Em 1931, foi elaborada a primeira legislação local, que determinou que as novas construções deveriam seguir o padrão das já existentes. Isso resultou num aumento de construções semelhantes ao contexto do Sítio Histórico. O crescimento hoje é desordenado, sem controle de legislação urbanística, e há um processo de adensamento, embora o território de Ouro Preto já seja bastante ocupado. Não existe abandono de imóveis pois eles são muito valorizados. Há tendência de substituição de uso residencial para o de serviços: pousadas, restaurantes, entre outros.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Os empreendimentos industriais à volta de Ouro Preto produzem poluição atmosférica que causam danos às edificações. O turismo de final de semana e os shows são predatórios, não havendo uma política preservacionista.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A umidade e a amplitude térmica da região são fortes fatores de degradação. Há muitos problemas decorrentes da ação de insetos xilófagos. O trânsito pesado de caminhões com mais de 10 toneladas e o excesso de veículos afetam as edificações.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A ação da prefeitura nem sempre é positiva, concedendo aprovação de loteamentos e construções em áreas de risco, permitindo a invasão no Sítio Arqueológico, doando terrenos em áreas de risco. O Estado incentiva a preservação patrimonial pela contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Ouro Preto não tem utilizado esse benefício.

A 13ª SR mantém uma Sub-Regional em Ouro Preto, que atende também à região mais próxima, e funciona na Casa da Baronesa. Em 1988, a 13ª e a Sub-Regional elaboraram um mapa da área para definição dos limites do Núcleo Histórico pelo Conselho Deliberativo do IPHAN.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Inventariados 300 imóveis com fichas completas entre 1988 e 1990, de um total estimado de 1.500. Planta cadastral utilizada pelo IPHAN, Prefeitura e Fundação João Pinheiro de 1974.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade é conscientizada e está se mobilizando. Existe a Associação de Amigos do Meio Ambiente - AMA.

O Projeto Manuelzão, de limpeza e proteção do mananciais com participação popular, está sendo realizado em Ouro Preto.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Reduzida e, quando há, muitas vezes é questionável, como no caso do patrocínio da Alcan para intervenção no Museu do Pilar, sem consulta ao IPHAN, sem arquiteto ou outro técnico responsável.

O Museu do Oratório foi patrocinado pela iniciativa privada.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Ouro Preto é uma cidade viva em suas manifestações culturais e festas religiosas da população local. A semana santa é comemorada com muita pompa, procissões passando pelas ruas enfeitadas com tapetes de flores e toalhas nas janelas. O carnaval e outras festas atraem muitos turistas.

Durante muitos anos comemorou-se lá o Festival de Inverno da UFMG e a vida artística e cultural da Cidade é muito intensa.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, no Distrito de Santo Antônio de Pirapetinga, proc. 1.223-T-87

(2) MUNICÍPIO:

Piranga

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos

(6) DATA:

31/10/96

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA vol.2 insc.607 fl. 29; LH vol.2 insc.542 fls.29-30; LAEP inscr.114 fls.80-81

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

10

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não existe.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Capela de Santo Antônio - Decreto Estadual 29.399, de 21/04/1989,

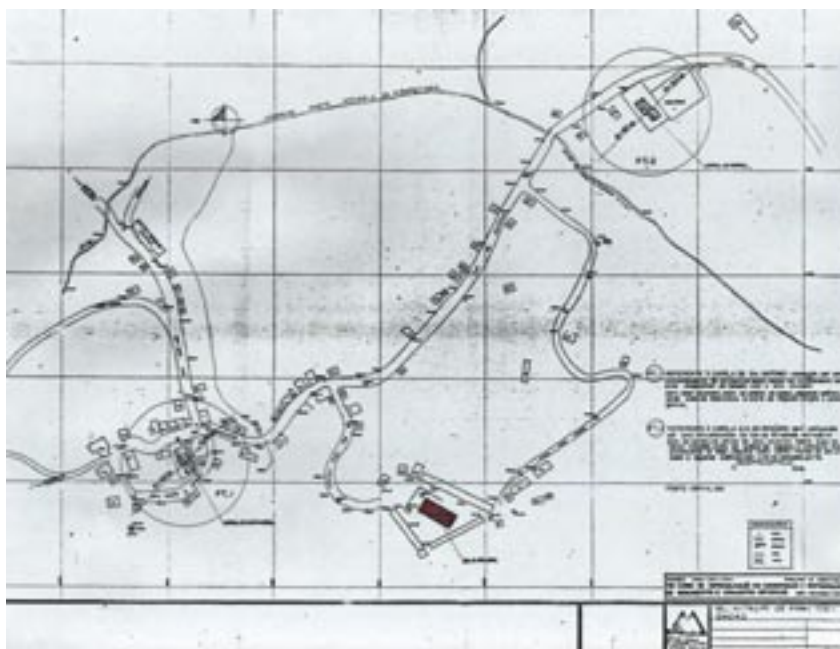
Capela de Nossa Senhora do Rosário - Decreto Estadual 29.399, de 21/04/1989 – demolida,

Capela de Nossa Senhora do Rosário, na sede - Decreto Estadual 29.399, de 21/04/1989.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

50

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

11

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado, uma elevação, acha-se dissociado do Núcleo Histórico da povoação do Distrito, estando um pouco afastado da mesma. Por sua vez, o Distrito faz parte da cidade de Piranga, cuja sede também é de interesse histórico.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Bem Tombado é composto por um conjunto de edifícios associados à atividade religiosa, correspondendo a um trecho do Distrito de Santo Antônio de Pirapetinga. O pequeno Distrito é de interesse histórico, possuindo 2 tombamentos estaduais, sendo um deles, a Capela de Nossa Senhora do Rosário que ruiu. A sede da cidade de Piranga também é de interesse histórico, possuindo a Capela de Nossa Senhora do Rosário, tombada pelo Estado.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVII
Fundação do município:	1841
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Piranga e Pirapetinga são duas cidades distintas não só no aspecto político-administrativo. A “trajetória histórica” das duas Cidades também é bem diversa. Piranga foi um dos muitos povoados de Minas que nasceram sob o impulso da descoberta do ouro, economia que cedeu lugar à agropecuária com a rápida degradação das minas. Já Pirapetinga só tem a formação dos seus primeiros núcleos populacionais em meados do século XIX, ganhando importância com a construção da malha ferroviária que em Pirapetinga ocupava papel estratégico.

Esses dados já são razoáveis para supormos que há bem pouco em comum entre as duas Cidades. Esse elemento comum também não parece estar em nenhuma igreja ou santuário construído em conjunto pelas duas cidades, que têm inclusive padroeiros diferentes.

Existem poucas informações sobre os Bens tombados nas duas Cidades e nenhuma diz respeito ao santuário. Piranga dá informações pouco precisas sobre o seu patrimônio arquitetônico, rotulado de “imóveis antigos”. Tratam-se de velhas residências que não formam um conjunto homogêneo: são indicadas tanto construções como a casa da Rua Dr. Solon (habitação, 1844) em estilo Barroco, como construções do século XX a exemplo da casa da Rua Major Augusto Goçalves (habitação, 1930), a qual é atribuída um “estilo colonial”.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

O estado geral de conservação é bom. A Capela de Nossa Senhora do Rosário, da sede, teve restauração completa pelo IEPHA/MG a 7 ou 8 anos, com recursos da comunidade. A Igreja do Bom Jesus foi restaurada pelo IEPHA/MG em 1998, pelo Programa Minas Para Sempre, que também permitiu a colocação de alarmes nessa Igreja e na Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Um conjunto harmonioso de pequenas casas foi reformado pelo padre e a comunidade em mutirão, em 3 meses, a ponto de estar pronto para a festa, seguindo as orientações de técnicos do IEPHA/MG, dadas a tempo de evitar uma intervenção descaracterizante, quando seria tudo demolido para a construção de casas de 2 pavimentos.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Ocupação desordenada, com descaracterização de imóveis de interesse histórico, como, por exemplo, a troca das janelas de madeira das residências por basculantes de vidro. Há um processo de estagnação, com utilização esporádica de imóveis, sendo estes só usados nas épocas de romarias.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não há a presença de empreendimentos causadores de impacto ambiental. O turismo restringe-se ao religioso e é de caráter local, quando a população que reside nas redondezas vai para o Distrito.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Presença de cupins e infiltrações.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

O estado incentiva a preservação patrimonial pela contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Piranga tem recebido os benefícios da lei apenas pelos tombamentos federal e estadual que se encontram em seu território, mas a partir de 2001 não receberá mais esses créditos, pois as condicionantes para esse exercício exigem a participação efetiva do Município.

O IEPHA/MG tem efetuado ações preservacionistas no Município por meio do Projeto Minas Para Sempre, com participação do setor privado.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação urbanística.

Não existe inventário.

Cartografia básica: levantamento do IEPHA, plantas cadastrais da CEMIG, ortofoto e mapa digitalizado da sede com arruamento e principais edificações e mapa do IBGE.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Quem conserva os Bens Culturais é a comunidade, que se organiza para preservar os Monumentos, com a ajuda do padre.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A CEMIG patrocinou a restauração da Igreja do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e alarmes para essa Igreja e a de Nossa Senhora do Rosário por meio do Programa Minas Para Sempre.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As festas de cunho religioso são a razão de ser do Povoado, que fica cheio de gente na época das romarias, ocasião em que as casas deromeiros são utilizadas. As festas são realizadas na Igreja de Santo Antônio.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Sabará - Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Pedro II.

(2) MUNICÍPIO:

Sabará

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13ª

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Pedro II.

(6) DATA:

27/10/1965

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP inscr. 36, fl. 09; LH inscr.379, fl.61.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

pelo tombamento

(9) ÁREA (em ha):

5

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

1 - Casa à Rua Pedro II, Paço Municipal ou Solar Jacinto Dias - 418-T-49;

2 - Casa Azul ou Casa na Rua Pedro II nº 215 - 726-T-64; 3 - Teatro Municipal - 437-T-53.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Rua D. Pedro II



Teatro Municipal

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Fora do sítio: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Igreja de Nossa Senhora da Lapa (Distrito de Ravena).

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Fora do Sítio: Capelas de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Efigênia, Distrito de Cuiabá ou Mestre Caetano.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Tombamento na Rua Pedro II: Teatro Municipal.

Tombamentos nas proximidades: pontilhão sobre o Rio das Velhas; Pontilhão do Gaia; Chafariz da Corte Real; Capela do Senhor Bom Jesus; Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho; Segundo Passo da Rua Marquês de Sapucaí; Chafariz da Confraria.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



1) Solar Padre Correia 2) Teatro Municipal 3) Chafariz da Corte Real 4) Chafariz do Kaquende 5) Matriz Nossa Senhora da Conceição 6) Nossa Senhora do Carmo

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.)

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

300

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

60

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Rua D. Pedro II, antiga Rua Direita, conserva várias construções históricas; o Sítio Tombado tem conformação urbana do século XVIII, marcado por um traçado irregular sobre o terreno de topografia acidentada, demonstrando um crescimento orgânico da povoação.

O crescimento urbano da Cidade foi definido por uma perpendicular ao rio para a base do morro - a Rua Pedro II, e por uma paralela ao rio no topo, onde a Igreja do Rosário está situada numa grande praça. A Rua Pedro II tem uma ponte em sua extremidade.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio corresponde a uma das primeiras ruas da cidade de Sabará: a Rua Direita, onde estão situadas algumas das mais importantes construções históricas da Cidade, mas se restringe apenas a esta Rua, com um acervo arquitetônico de 150 edificações coloniais, sendo 3 tombadas isoladamente. Outras vias seguem integradas no desenho urbano.

Fora da Rua Pedro II, Sabará conta ainda com mais 16 Tombamentos Federais isolados e possui 380 edificações consideradas pelo IPHAN como de interesse de preservação. Suas igrejas possuem belíssimas talhas e deve ser citado, ainda, a Igreja Nossa Senhora do Ó, com sua fachada chanfrada de torre única e rico interior ornamentado com motivos orientais, delicadamente pintados em ouro sobre azul.

Sabará é uma Cidade Histórica, que embora não tenha sido tombada como tal, possui características arquitetônicas especiais e de desenho urbano típico do século XVIII.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1672
Fundação do município:	1711
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A Rua D. Pedro II, antiga Rua Direita, foi aberta no começo do século XVIII tornando-se a principal via do então Povoado. Os 42 edifícios tombados que constituem o Sítio mantêm conservado o seu aspecto do século XVIII. Apenas duas edificações fogem ao padrão colonial, ainda que algumas reformas mal conduzidas tenham descaracterizado alguns trechos do Sítio. Destacam-se aqui o Solar Jacinto Dias (habitação, 1773) e o Teatro Municipal (Cultural, 1819).

O Solar Jacinto Dias foi construído pelo padre José Correia da Silva em 1773, sendo que várias obras de reforma modificaram a sua planta original. O conforto e riqueza arquitetônica da casa, bem como o poder de seus moradores, fizeram-na hospedagem de personalidades ilustres que visitaram a Cidade no século XIX. Hoje é a sede da Prefeitura Municipal.

Inaugurado quase cinquenta anos depois do Solar, o Teatro Municipal é o único teatro em estilo elisabetano da América do Sul, tendo sido inspirado em teatros italianos de fins do século XVIII. Erguido em substituição a uma Casa de Ópera já existente em 1740, tomou-se posteriormente o Cine-Teatro Borba Gato, entrando em completa decadência. Em 1970, foi restaurado pelo IPHAN.

A construção da Rua D. Pedro II é contemporânea à elevação do povoado de Sabará à condição de Vila Real em 1711, e de sua escolha (1714) para sede de uma das 4 comarcas em que a Capitania de Minas foi dividida pelo Império. A extração de ouro neste período fez da Vila um dos núcleos de mineração mais importantes da América Portuguesa, tanto assim que a Coroa fez instalar em Sabará a Casa da Intendência para a cobrança do quinto. Nesse período a Vila viveu seu apogeu, criando um estilo suntuoso e luxuoso de vida por parte de alguns habitantes.

Os edifícios da Rua D. Pedro II registram não só a abundância do ouro nas Minas do século XVIII e o estilo de vida tipicamente ostentatório do período, mas também a decadência desta economia.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

Bom. Existem poucas intervenções recentes, mas existem. A Rua D. Pedro II é muito visada e muito importante - é a rua principal da Cidade. É onde está situada a Prefeitura, o Teatro e a sede de diversos órgãos públicos.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Há um crescimento dinâmico na área central, porém é ordenado devido à restrição do tombamento quanto à taxa de ocupação, gabarito e substituição de imóveis. O uso é predominantemente de comércio e serviços, mais concentrado no centro urbano, próximo à Igreja do Rosário. O uso residencial ocorre mais na parte de baixo, da Praça de Santa Rita até o rio.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS, COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Na Rua D. Pedro II não ocorre crescimento desordenado, ao contrário do entorno e periferias. Os fundos do vale e das encostas de morro são pano de fundo do Sítio Histórico e estão sendo afetados. Sabará faz parte da região metropolitana de Belo Horizonte, sofrendo o processo de conurbação. Suas áreas funcionam como periferia de Belo Horizonte, com loteamentos clandestinos e também legalizados, porém inadequados, com lotes pequenos, e não obedecendo integralmente à Legislação Federal, quanto à reserva de 25% da área para equipamentos públicos, destinados à ocupação de moradias populares.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Na Rua D. Pedro II não ocorrem processos erosivos. Há casos isolados de má conservação, pois o local é o centro comercial, bem valorizado, com casas de boa qualidade. Em casos isolados, há o problema de ataque de insetos xilófagos, infiltrações e fiação elétrica.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura tem uma Secretaria de Turismo e Cultura e um Conselho Municipal do Patrimônio. A equipe técnica municipal conta com arquiteto, geógrafo, engenheiro, pessoal da área de biologia e de

planejamento turístico, que estão estudando a regulamentação do Plano Diretor, a legislação urbanística e a valorização do turismo. Está em andamento um projeto de saneamento e tratamento das encostas, e outro de tratamento paisagístico das margens dos Rios Sabará e das Velhas e da lagoa, para Lazer contemplativo.

A 13ª SR mantém um Escritório Técnico em Sabará com um arquiteto, uma secretária e um estagiário de nível superior.

Há um entrosamento muito positivo entre a Prefeitura e o IPHAN. Existe um termo de cooperação técnica entre a Prefeitura, o IPHAN, o IEPHA e o CREA para criar uma comissão de análise e aprovação das intervenções na área de proteção.

A fiscalização da Prefeitura e do IPHAN são rotineiras, sendo a do órgão de preservação mais incisiva.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe um Plano Diretor, com diretrizes, e uma minuta de legislação de ocupação e uso do solo urbano, meio ambiente e zoneamento que é compatível com a preservação. Não tem código de obras. O código de posturas é antigo.

Não tem inventário ainda. Embora o número de imóveis na Área Tombada seja em torno de 150, a estimativa para a elaboração do inventário é de 500. Planta cadastral utilizada pelo IPHAN, Prefeitura e Fundação João Pinheiro baseada em aerofoto.

Inventários do IPHAN de Bens Móveis e integrados dos Imóveis Tombados: sede da Prefeitura e suas outras propriedades, Casa Azul, Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Mercês, de São Francisco de Assis, de Santana do Arraial Velho, Passos do Carmo e da Sapucaí, Capelas Nossa Senhora do Ó e de Santo Antônio em Pompéu, Hospício da Terra Santa, e de monumentos não tombados.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade não é participativa e a mobilização não é muito forte. Os Conselhos possuem membros das entidades civis.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A participação do setor privado não é expressiva. Como Sabará faz parte da RMBH, ela está incluída no roteiro turístico da região.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Existem muitas festas na Cidade: religiosas, folclóricas, da Jabuticaba, Festival da Cachaça, as festas no tradicional Clube do Cravo Vermelho. Existe um artesanato razoável com cursos para artesãos nas áreas

de culinária, licores, bordados. Em Sabará existe um grupo de mulheres que produzem até hoje flores na técnica do século XVIII, para enfeitar os altares das igrejas e os oratórios. Essa tradição ainda é viva na Cidade, e no Museu do Ouro existe um espaço onde é dado cursos nessa arte.

O IPHAN é responsável pelo Museu do Ouro e a Casa de Borba Gato, que são muito visitados.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Del Rei, 68-T-38.

(2) MUNICÍPIO:

São João Del Rei

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Acervo Arquitetônico e Paisagístico de Trechos de São João Del Rei

(6) DATA:

04/03/1938

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 01, fl.2

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

Notificação 45-A/28/12/47 e Ofício 101 4/13/12/48

(9) ÁREA (em ha):

24

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

01) Igreja Nossa Senhora do Carmo e Cemitério, 172-T-38;

02) Igreja de São Francisco de Assis, 171-T-38;

03) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, 404-T-49;

04) Passo da Rua Duque de Caxias, 410-T-49;

05) Passo da Rua Getúlio Vargas, 410-T-49;

06) Sobrado à Rua Marechal Deodoro 12 (Museu Regional), 361-T-46;

07) Complexo Ferroviário, 1.185-T-85.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Igreja São Francisco de Assis



Vista aérea da Cidade São João Del Rei



Passo e Igreja do Carmo

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Decreto nº 21. 308, de 19/05/1981 do Governo do Estado de Minas Gerais - Proteção Especial para Preservação de Mananciais e do Patrimônio Histórico e Paisagístico - área de terreno situado na Serra de São José, nos municípios de Tiradentes, Prados, São João Del Rei e Coronel Xavier Chaves. Publicado no Diário executivo de Minas Gerais de 20 de maio de 1981.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Avenidas Hermilo Alves e Eduardo Magalhães, processo 01-T-86, Livro de Tombo 1 insc. 001 fl. 2 em 02/10/86, com acervo de 22 imóveis, entre as sedes da Prefeitura, Câmara e Teatro Municipal. O Tombamento Municipal faz limite com o Tombamento Federal em alguns pontos, ou seja, junto às Pontes de Pedra e ao Complexo Ferroviário.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

01) Complexo Ferroviário, 1.185-T-85 (próximo ao sítio), LH vol. 2 insc. 528 fl. 10, 03/08/89;

02) Ponte da Cadeia;

03) Ponte do Rosário;

04) Matriz do Pilar;

05) Igreja São Francisco de Assis e Cemitério;

06) Igreja do Carmo e Cemitério;

07) Museu Regional do IPHAN,

08) Passos da Paixão da Rua Getúlio Vargas.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



01) Igreja Nossa Senhora do Carmo e Cemitério, 172-T-38; 02) Igreja de São Francisco de Assis, 171-T-38; 03) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, 404-T-49; 04) Passo da Rua Duque de Caxias, 410-T-49; 05) Passo da Rua Getúlio Vargas, 410-T-49; 06) Sobrado à Rua Marechal Deodoro 12 (Museu Regional), 361-T-46; 07) Complexo Ferroviário, 1.185-T-85.

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

3.500

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

700

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Perímetro Tombado corresponde a dois eixos: o formador da Cidade, paralelo ao Rio, e outro, transversal, por sobre uma ponte no Rio, com foco na Igreja de São Francisco. O desenvolvimento da Cidade foi orgânico, não planejado, a partir das casas e conformando-se à topografia, resultando em uma grade irregular de ruas. A margem direita do Rio teve um crescimento mais regular, assim como as áreas de expansão mais recente.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área acautelada corresponde a dois eixos de expansão da Cidade, com a maior parte das edificações cívicas, mas sem incluir a totalidade da área urbana, mesmo antes do tombamento.

O Núcleo Histórico corresponde à parte do centro urbanos e é a área mais valorizada da Cidade.

O Conjunto Tombado é constituído por 15 imóveis relacionados isoladamente, 2 pontes, 8 igrejas, 2 fontes, 4 passos e mais 665 imóveis, num total de 696 na Área Tombada. Dentro dessa área existem 6 Tombamentos Federais isolados.

O Complexo Ferroviário, Tombamento Federal isolado, não está dentro da Área de Tombamento Federal do Conjunto, mas é contíguo à Área de Tombamento Municipal do Conjunto. As duas áreas fazem limites em alguns pontos.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVII
Fundação do município:	1713
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

No fim do século XVII, o lugar onde hoje está assentada a cidade de São João del Rei era passagem obrigatória para os que partiam de São Paulo em direção às Minas. Por isso alguns moradores que lá se instalaram viviam do transporte e do fornecimento de víveres para os viajantes.

A descoberta de ouro na região trouxe novos moradores e prosperidade ao povoado, elevado à categoria de vila em 1713. Entre outros conhecidos acontecimentos históricos, foi nestas terras que se deu o sítio dos portugueses aos paulistas no lugar conhecido como "Capão da Traição", em um episódio da chamada Guerra dos Emboabas.

Apesar de possuir importantes registros do século XVIII, a arquitetura da cidade de São João del Rei não se limita a ele. O córrego Lenheiro é conhecido na Cidade por dividi-la entre a parte antiga e a que foi mais modernizada. Escolhida para sede da nova Comarca do Rio das Mortes, criada em 1714, em virtude de seu desenvolvimento expressivo a partir da criação da Vila, São João Del Rei ganhou, até a metade do século XVIII várias edificações de vulto, civis e principalmente religiosas. Surgiram nessa época a Igreja do Rosário (religioso, 1719), a nova Matriz do Pilar (religioso, 1721), as Igrejas do Carmo (religioso, 1733) e das Mercês (religioso, 1751), à margem esquerda do Lenheiro e, à margem direita, a Igreja de São Francisco de Assis (primitiva capela em 1749), as Capelas do Bonfim (religioso, 1769) e de São Gonçalo (religioso, 1789). Em 1719, foi construída a primeira ponte sobre o Córrego do Lenheiro, possibilitando a integração das duas partes da Vila. Em princípios do século XIX, antes ainda de ser elevada à categoria de cidade, São João Del Rei contava com cerca de mil edificações, destacando-se entre estas as Igrejas do Pilar, São Francisco, Carmo e Rosário, Casa do Ouvidor e da Intendência, Casa de Fundição, Santa Casa de Caridade, e ainda obras de grande valor viário e urbanístico, como as duas pontes de pedra, a da Cadeia, construída em 1797, e a do Rosário, de 1800.

A Igreja de São Francisco de Assis tem uma história muito semelhante à de outros templos mineiros do século XVIII. Construída pela Irmandade de São Francisco de Assis, a Igreja contou com o trabalho de importantes artistas da época, como Francisco de Lima Cerqueira e o Aleijadinho. Também do século XVIII é o Passo da Rua Duque de Caxias, exemplar de uma construção típica das minas setecentistas. Como no resto de Minas, os Passos são ainda uma referência importante nas festas católicas, retratando episódios da Paixão de Cristo.

Já se referindo a um período diverso da história de São João del Rei, a Casa da Rua Marechal Deodoro (habitação, 1859) consiste num rico exemplar da arquitetura do período imperial ou "arquitetura do café", curiosamente instalada em uma região estranha a essa economia. Sua ornamentação aparentemente serviu de modelo às demais casas da Cidade construídas no período.

São João Del Rei foi elevada à categoria de cidade em 1838, afirmando-se nesse momento pelo seu amplo desempenho comercial, abastecendo, principalmente, a cidade do Rio de Janeiro, com a qual mantinha laços comerciais bastante dinâmicos. No final do século XIX, um novo impulso foi dado à Cidade com a criação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, ocasionando um maior adensamento em direção à linha férrea e, mais nitidamente, em direção ao arraial de Matozinhos. A arquitetura religiosa de São João Del Rei segue, na sua maior parte, os padrões tradicionais dos partidos das matrizes mineiras da primeira fase, com a clássica disposição de planta em nave, capela-mor, sacristias e corredores laterais, tendo a fachada organizada em um corpo principal ladeado por duas torres, geralmente de perfil quadrado. Quanto à ornamentação, estas Igrejas obedecem principalmente aos padrões artísticos vigentes em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e início do XIX, correspondendo a composições do gosto Rococó. A arquitetura civil adota os mesmos sistemas construtivos da religiosa - as estruturas em pedra, adobe e taipa, apresentando plantas de forma mais compacta. Os sobrados mostram soluções bastante eruditas, com platibandas e frontões trabalhados, a exemplo dos prédios da Prefeitura, Museu Regional, Solar Tancredo Neves, entre outros. Na Rua do Rosário, o casario é, em geral, composto por edificações térreas, de cimalthas simples, constituídas por beirais-seveiras. O Tombamento do Acervo Arquitetônico e Paisagístico da Cidade, ocorrido em 1938, não definiu a delimitação da área urbana a ser preservada, o que veio a acontecer em 1947. O Núcleo Histórico que foi preservado, constituía, na época, a área mais íntegra. O Conjunto de Bens Imóveis Tombados totalizam, aproximadamente, cerca de 710 imóveis.

Estes Bens Tombados em São João del Rei dão a idéia da diversidade por eles documentada. Assim como a Igreja de São Francisco de Assis e o Passo são registros do "século do ouro", a Casa da Rua Marechal Deodoro é um indicativo da mudança econômica da região que vai se consolidar com a construção da estrada de ferro em 1881 e a chegada de imigrantes italianos para o trabalho nas lavouras.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Regular, com intervenções recentes. Várias obras de conservação e restauração foram feitas com bons resultados.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O crescimento é ordenado pelo controle do IPHAN de gabarito, taxa de ocupação. Não há estagnação e nem abandono de imóveis, pois é o Centro Urbano da Cidade, a área mais dinâmica. Há tendência de substituição de uso residencial. O abandono de imóveis ocorre em apenas uma única rua, a Marechal Bitencourt, é um caso isolado, de imóveis que ruíram e não tiveram mais ocupação, mas outras pessoas vão comprando, e esses estão sendo restaurados e revitalizados gradualmente.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não há impacto ambiental negativo significativo no Sítio. Existe o caso da mineração de ouro nas proximidades do centro, mas faltam estudos mais detalhados para análise do impacto.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Na Rua Marechal Bitencourt os imóveis estão ruindo. Nos últimos anos, 3 imóveis foram reconstruídos. Era uma área marginalizada e que agora está tendo um processo de revitalização.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura tem Conselho e Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente com equipe técnica pequena, sem arquiteto, historiador ou urbanista.

O IPHAN mantém um Escritório Técnico em São João Del Rei, com um historiador e um estagiário de nível médio. A equipe de obras do Escritório Técnico de Tiradentes atende também a São João. A fiscalização do órgão é rotineira. Em 1997 foi elaborado um estudo pelo IPHAN sobre a Rerratificação do Tombamento.

Obras de Restauração e Conservação de Monumentos Tombados estão tendo recursos do Ministério da Cultura – PRONAC. Participação da EMBRATUR na implantação da sinalização interpretativa. Existe uma Associação dos Municípios do Campo das Vertentes.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Sem Plano Diretor e Lei de Uso do Solo. Código de obras incipiente e o de posturas ultrapassado.

Inventariados 458 imóveis entre 1995 e 1997, de um total estimado de 725. Planta cadastral da CEMIG de 1975.

Inventários, do IPHAN, de Bens Móveis e integrados das Igrejas de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Carmo, São Francisco de Assis, São Gonçalo, Nossa Senhora do Rosário, Capelas de Bom Jesus do Monte, de Santo Antônio, do Senhor do Bonfim, de Nossa Senhora da Piedade e Passos da Paixão.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A mobilização da comunidade é muito pouca, apesar de várias ações estarem sendo implementadas visando à melhoria da conscientização. O IPHAN fez uma cartilha, a imprensa está apoiando, os museus fazem campanhas, tudo para sensibilizar a comunidade. A própria atuação do Conselho do Patrimônio é pequena.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Existe o apoio regular de empresas locais e de fora. Recentemente uma empresa siderúrgica patrocinou a reforma da Praça da Igreja São Francisco. A Associação Comercial está procurando convênio com SEBRAE para incrementar o turismo.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Há muitas festas religiosas e cívicas. O espírito religioso da cidade é grande e as comemorações acontecem com muita solenidade e música. As procissões detêm-se nos Passos e cantam, as ruas são enfeitadas com flores no piso e panos nas janelas, fiéis carregam flores ou velas nas mãos, há encenações religiosas, as Igrejas são ornamentadas e iluminadas, à exceção da penumbra do Ofício das Trevas, na Semana Santa, os sinos tocam com significados próprios, as missas têm música e cânticos. A Quaresma, Semana Santa e Festa do Divino atraem forasteiros de todo o Brasil. Todas as Irmandades fazem festas dos padroeiros. Os enterros são feitos à noite, a pé, com música e velas.

A tradição musical se revela nas 2 orquestras, 2 bandas e corais das Irmandades.

É tradição o Pregão do Bolo de Feijão, os cartuchos de amêndoas distribuídos nas procissões e o Jornal do Poste.

Em julho acontece o Festival de Inverno da Universidade de São João Del Rei.

O IPHAN mantém o Museu Regional em São João Del Rei, com grande fluxo de visitantes.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro, 65-T-38

(2) MUNICÍPIO:

Serro

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13ª

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro

(6) DATA:

08/04/1938

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA inscr. 25 fl. 6.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

17 (aprox.).

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA (em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Igreja de Nossa Senhora do Carmo, 318-T

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 263-T-41

Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, 319-T-42

Casa à Praça Cristiano Ottoni 72 ou Casa dos Ottoni, 425-T-50

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCRIVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCRIVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

Fora do Sítio:

Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, Distrito de Milho Verde - Decreto Estadual nº 20.581, de 26/05/80.

Igreja Matriz de São Gonçalo, Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras - Decreto Estadual nº 20.581/80, de 26/05/80.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

01) Igreja de Santa Rita; 02) Rancho de Tropeiros no Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, 03) Casa G, 04) Casa B. Dias; 05) Cemitério; 06) Sobrado Prefeitura.

MAPA DA CIDADE (SEM PERÍMETRO DE TOMBAMENTO DEFINIDO) COM INDICAÇÃO ISOLADA DOS TOMBAMENTOS PELO IPHAN:



1. Igreja de Nossa Senhora do Carmo, 318-T; 2. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 263-T-41; 3. Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, 319-T-42; 4. Casa à Praça. Cristiano Ottoni 72 ou Casa dos Ottoni, 425-T-50;

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

7.000 habitantes pelos últimos dados do IBGE.

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.000, em 1997, ver tese de Altino B. Caldeira, 13ª SR.

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCRIVER:

O contexto urbano da cidade do Serro segue basicamente a conformação do seu núcleo original, ou seja, do Sítio Tombado. O traçado é irregular e acompanha a topografia, porém o Conjunto Arquitetônico Edificado fora do Sítio difere do original. O próprio Sítio já sofreu algumas alterações, como, por exemplo, a construção de uma rodoviária em linhas modernas, quebrando a unidade do Conjunto Arquitetônico.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A QUASE TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A cidade do Serro teve algum crescimento após o tombamento. O Sítio corresponde a toda a Cidade Histórica original. Foi levada em conta a singularidade arquitetônica do Sítio e sua relevância Histórica.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1703
Fundação do município:	1714
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Em torno da mineração é que deu-se a criação da antiga Vila do Príncipe do Serro do Frio, no começo do século XVIII. No entanto, é da segunda metade do século XVIII que data o seu principal Conjunto Arquitetônico. O aspecto geral do Sítio remonta à metade do século XVIII, quando a Vila já estava urbanisticamente definida, guardando porém algumas características do século XIX. Fazem parte do Conjunto Arquitetônico do Serro, bastante homogêneo, a Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição (religioso, século XVIII), a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (religioso, final do século XVIII) e a Casa dos Ottoni (ignorado, século XVIII). O acervo de arquitetura colonial do município do Serro caracteriza-se pela homogeneidade do Conjunto, assegurada pela fidelidade a determinados partidos próprios da região, e pela ênfase conferida à ornamentação interna dos templos, sobretudo à pintura em perspectiva dos forros. As Igrejas e Capelas do Município, apesar de construídas na segunda metade ou mesmo fins do século XVIII, conservam os sistemas construtivos da época da mineração, isto é, madeira e taipa, e obedecem aos partidos tradicionais das Capelas e Matrizes Mineiras das primeiras décadas do século XVIII.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que existe hoje, é o terceiro edifício erguido no mesmo local, substituindo templos mais humildes que chegavam a ser cobertos com palha. O Prédio atual é posterior a 1776 e recebeu várias reformas durante o século XIX. Também no Serro as Irmandades tiveram forte peso na construção das Igrejas e conformação do espaço urbano. Há informações de que a Igreja Bom Jesus de Matosinhos concretizou-se porque os confrades das Mercês, agrupados na sua associação desde 1735, e que reuniam-se comumente na Capela do Rosário, desistiram do projeto de uma igreja particular para a Irmandade, passando a colaborar na construção da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, sob a condição de ali se instalarem definitivamente. É o que aliás realmente se verifica, nas anotações dos livros da Irmandade, como se depreende dos registros das principais despesas relativas à Igreja, no século XIX, quando já se acha sob a tutela dos Irmãos de São Benedito e de Nossa Senhora das Mercês. Durante todo o século XIX, os Irmãos se viram às voltas com constantes trabalhos de reforma e reedificação. Na capela-mor, há um conjunto de pinturas de excepcional qualidade, cuja autoria é atribuída, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do IPHAN, de 1937 a 1968, a Silvestre de Almeida Lopes. Também fundada no século XVIII, a Casa dos Ottoni diferencia-se do Conjunto por ter sido a moradia dos irmãos Teófilo Benedito e Cristiano Ottoni, ambos personagens de destaque político no Império Brasileiro. Atualmente o edifício abriga o Museu Casa dos Ottoni.

Se ambos os edifícios datam arquitetonicamente do século XVIII, os Momentos Históricos, por eles majoritariamente evocados, são diferentes.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

O estado geral de conservação é bom. A Casa do General Carneiro, que pertence ao IPHAN, a Igreja de Santa Rita e uma residência estão sendo restauradas. Nos últimos 5 anos algumas casas passaram por

pequenos reparos e troca de telhados. A Igreja de Matozinhos passou por alguns serviços isolados e foi feita a parte elétrica simplificada, apenas para retornar ao uso, necessitando porém de um projeto elétrico mais elaborado. A Casa do Barão de Diamantina foi restaurada entre 1984 e 1986, adaptada e transformada em escola secundária.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O crescimento é ordenado pela preservação, na área central. Entretanto, tem ocorrido muitos desmembramentos de lotes, alterando a relação de espaços vazios e verdes por espaço edificado. Já existe princípio de ocupação desordenada por moradores de baixa renda.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A mineradora de cromita, não mais operante na Cidade, no passado, causou enorme impacto ambiental na região, restando um buraco no local sem recuperação, pois à época do ocorrido a legislação ambiental não obrigava a recuperação do dano.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

As edificações no Serro possuem estrutura de madeira. O terreno muito acidentado exigiu esteios muito longos, que atravessam 2 ou 3 pavimentos, sofrendo a ação das chuvas ficam vulneráveis ao ataque de insetos xilófagos.

Outro problema sério no Serro é o cupim de solo, que, mesmo com as imunizações que têm sido feitas, voltam a atacar as tábuas de piso e a parte estrutural próxima ao chão. Muitas igrejas estão com seus elementos artísticos comprometidos. A Igreja do Carmo é a mais necessitada de restauração arquitetônica e de elementos artísticos, e de descupinização. Também a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. As Igrejas de Santa Rita e de Matozinhos precisam de restauração dos elementos artísticos e de descupinização.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A 13ª SR mantém uma Sub-regional na Cidade. O IPHAN desenvolveu um trabalho de educação patrimonial por meio do envolvimento da comunidade na restauração da Casa do Barão, cuja consequência foram parcerias entre instituições locais e governamentais resultando no aumento do número de restaurações.

Existe Conselho Municipal de Patrimônio.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Legislações urbanísticas municipais desatualizadas, inadequadas à Cidade e incompatíveis com a preservação.

De um total estimado de 350 imóveis, 150 foram inventariados pelos alunos da Escola de Arquitetura do Isabela Hendrix, de Belo Horizonte, entre 1992 e 1996.

De acordo com a tese de doutorado de Altino Barbosa Caldeira, da 13ª SR, de 1997, à página 144, existe um estudo feito por um escritório local que estima, em 450, os imóveis para inventário. Esse estudo contém um Plano de Preservação para o sítio.

Planta cadastral da CEMIG.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade se envolveu na campanha de educação patrimonial começada com a restauração da Casa do Barão. Estudantes e associações locais se mobilizaram e o resultado foi o incremento do número de restaurações.

Existem associações do tipo "Amigos do Serro", mas a conscientização da população ainda é pequena.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existem parcerias do setor privado e nem organização do setor turístico.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Congado, com os catopês e outros grupos, são muito concorridas. Nos distritos de Milho Verde e de São Gonçalo também o Congado é muito festejado, com vários grupos vindos dos povoados vizinhos.

Na Cidade ocorrem a Festa do Queijo, a Festa do Cavalo e o Festival de Bandas. A banda local é expressiva.

O IPHAN mantém, no Serro, o Museu Casa dos Ottoni e a Casa do General Carneiro. A Chácara do Barão, que antes era de responsabilidade do Órgão Estadual de Preservação - IEPHA, por intermédio de um acordo passou para a Prefeitura, e hoje é uma escola secundária.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes, 66-T-38

(2) MUNICÍPIO:

Tiradentes

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes

(6) DATA:

20. 04. 1938

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA. Inscr. 36, fl.7

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

p/ efeito das Normas e Critérios de Intervenção (1994)

 SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

 NÃO(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):
mais ampla

7

2

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Capelas:

da Santíssima Trindade;

de Nossa Senhora das Mercês;

São Francisco de Paula;

São João Evangelista;

do Senhor Bom Jesus;

Casas:

à Rua Padre Toledo n° 8;

à rua Padre Toledo s/n° ou Casa do Inconfidente;

Chafariz de São José;

Igreja Matriz de Santo Antônio.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Igreja Matriz Santo Antônio



Chafariz São José



Capela da Santíssima Trindade



Vista aérea da cidade de Tiradentes

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Decreto nº 21.308, de 19/05/1981, do Governo do Estado de Minas Gerais - Proteção Especial para Preservação de Mananciais e do Patrimônio Histórico e Paisagístico, área de terreno situado na Serra de São José, nos municípios de Tiradentes, Prados, São João Del Rei e Coronel Xavier Chaves.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

150

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado tem conformação urbana do século XVIII. O traçado irregular sobre o terreno de topografia acidentada liga o núcleo inicial de formação da Vila, onde se encontram as edificações mais antigas. As vias se desenvolveram a partir dos largos, onde estão estrategicamente posicionados os edifícios religiosos e os espaços da exploração do ouro.

Os três eixos principais: Rua da Câmara, Rua Direita e Rua Padre Toledo detêm as características do Sítio primitivo da antiga Vila de São José do Rio das Mortes.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

A Cidade Histórica

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio corresponde hoje ao núcleo setecentista, estabelecido a partir das margens do Ribeiro de Santo Antônio, limitado ao norte pela Serra de São José e pelo Córrego Pacú, e ao sul, pelo Rio das Mortes. Nem mesmo durante o apogeu da mineração, o núcleo chegou a ser um centro densamente ocupado e essa relação entre as áreas construídas e as áreas verdes é uma característica marcante de Tiradentes.

O adensamento da ocupação, em algumas áreas da Cidade, ocorreu logo após o Tombamento. Entretanto é essa ocupação mais recente que tem interferido na estrutura da cidade. As transformações mais comprometedoras aconteceram pelas bordas do núcleo acautelado.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1702
Fundação do município:	1718
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O ouro foi o principal fator de fixação do primeiro povoado em Tiradentes, então Ponta do Morro, por volta de 1702. Esta riqueza gerou em Tiradentes significativas edificações, a exemplo das demais "vilas do ouro."

Entre 1708, e 1709 a Cidade presenciou dois violentos combates na chamada Guerra dos Emboabas, num dos quais, segundo a tradição, as águas do Rio teriam sido tingidas de sangue, valendo-lhe o nome de Rio das Mortes. Daí o primeiro nome dado ao lugar de São José do Rio das Mortes, mais tarde mudado para São José del Rei. O seu atual toponímio vincula a Cidade à figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que, segundo relatos, teria sido a residência deste Inconfidente e palco de algumas de suas ações. A Cidade ainda disputa com São João del Rei a fama de ter sido o berço do nascimento do Martir da Inconfidencia Mineira, o que ainda provoca controvérsias.

As construções históricas de Tiradentes registram primordialmente sua história setecentista. Na arquitetura civil, destaca-se pela harmonia do casario térreo, caracterizado pela simplicidade de suas linhas. Os sobrados, em menor número, caracterizam-se tanto pelo tratamento requintado da cantaria nos vãos, incluindo em alguns casos pinturas policromadas, quanto pelos acabamentos internos de extrema riqueza, particularmente no que diz respeito aos forros pintados e apainelados, marcados por composições policromadas com figuras e elementos decorativos do barroco. Em alguns casos, a pintura se manifesta em vários cômodos de uma mesma residência, a exemplo da casa do Padre Toledo (habitação, século XVIII). Entre as construções assobradadas de maior porte destacam-se a Prefeitura Municipal, além de outras edificações oficiais como os prédios do Fórum, avarandado, e a Cadeia. Outra particularidade observada em Tiradentes é a existência de dois edifícios separados para o funcionamento das tradicionais Casas de Câmara e Cadeia. Quanto à arquitetura religiosa, a Matriz de Santo Antônio tem fachada com risco de autoria do Aleijadinho, manifesta em seu interior rica ornamentação conferida não só pela talha da nave e da capela-mor, como também pelas diversas sacristias, além da decoração do órgão, considerado exemplo único em Minas Gerais. Destacam-se pela pintura dos forros apainelados, as Capelas de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Mercês, como também a de São João Evangelista, que reúne na talha da capela-mor elementos de gosto oriental, barroco e rococó. Cabe ainda destacar o chafariz de São José, um dos mais significativos remanescentes de construções públicas setecentistas do Estado.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário é a mais antiga da Cidade, acreditando-se que tenha sido fundada em 1708. Como é comum a várias igrejas de Minas, a documentação a seu respeito, fragmentada ou mesmo perdida, não possibilita uma boa reconstituição de sua história.

Já a Casa do Inconfidente Padre Toledo, hoje Museu Regional de Arte Antiga Brasileira, guarda histórias que foram preservadas pela tradição oral e que parecem misturar o testemunho de contemporâneos com a fantasia popular. Assim, conta-se que a casa tinha um túnel secreto pelo qual os inconfidentes burlariam a vigilância da Metrópole. Nesta casa, presumivelmente, reuniam-se os inconfidentes, em um salão onde juravam fidelidade à causa, em frente a um altar.

Os dois exemplos sintetizam uma dimensão da história das minas do ouro, que geraram riquezas e também conflitos.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

De maneira geral o estado de conservação é razoável. Entretanto, são necessárias obras de conservação em todas as Igrejas. Existe necessidade de intervenção em Bens Móveis integrados na Igreja Matriz de Santo Antonio.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Existe crescimento fora da Área Tombada, onde deveria haver um maior controle quanto à qualidade das edificações. Existe tendência a substituição de uso, passando do residencial para comercial.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A atuação dos órgãos de preservação tem impedido maior descaracterização em função dos fatores deste quesito.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os principais fatores se aplicam aos casos de coberturas mal conservadas e conseqüentes infiltrações e ataque por insetos xilófagos.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Caeté

(2) MUNICÍPIO:

Caeté

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso,
67-T-38

13/06/1938

LBA inscr. 115 fl.21

Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 408-T-49

09/05/1950

LBA inscr. 363 fl.73

Casa na Rua Israel Pinheiro, nº 32, Museu

28/05/1950

LBA inscr. 383 fl.73

Regional (do IPHAN), 429-T

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Solar do Tinoco - Praça Paulo Pinheiro - Centro (Casa de João Pinheiro)

IEPHA

Biblioteca Pública - Praça João Pinheiro - Centro

Município

Casa de Cultura - Praça João Pinheiro - Centro

Município

Chafariz da Matriz - Rua Mato Dentro

Município Pela Lei

Orgânica e Pelo
Conselho

Pelourinho do Poder - Praça João Pinheiro

Município Pela Lei

Orgânica E Pelo
Conselho

Chafariz da Cadeia Velha - Rua São Francisco

Município pela Lei

Orgânica e Pelo

Igreja São Francisco de Assis e seu adro - Rua São Francisco	Conselho MUNICÍPIO PELA LEI ORGÂNICA E PELO Conselho
Imóvel sito na Rua Maurílio João Vieira, 204	Município
Travessa Raul Franco "Beco Fonte da Clara"	Município
Imóvel sito na Rua Peixoto de Souza, nº 75	Município
Imóvel sito na Rua Peixoto de Souza, nº 158	Município
Imóvel sito na Travessa Santa Rita, nº 06	Município
Imóveis sítos na Praça Dr. João Pinheiro, nºs 4, 10, 16, 42, 74, 75, 86, 106, 118 e 121	Município
Imóvel sito na Rua José Augusto Ferreira, nº 225	Município
Imóveis sítos na Rua Governador Valadares, nºs 15, 285, 315, 361 e 368	Município
Imóveis sítos na Rua Presidente Vargas, nºs 15, 69, 91, 125, 185 e 235	Município
Imóvel sito na Praça Joaquim Franco, nº 44	Município
Imóvel sito na Rua Francisco de Assunção Pedrosa, s/nº	Município
Imóvel sito na Praça da Estação, s/nº	Município
Imóveis sítos na Rua João Batista Peixoto, nº 06	Município
Imóvel sito na Praça da Cerâmica, s/nº	Município
Imóveis sítos na Rua Benjamim de Oliveira, nº 37 e 101	Município
Imóveis sítos na Rua Mato Dentro, nºs 145, 154, 270, 278, 297 e o Passo anexo	Município
Imóveis sítos na Rua Israel Pinheiro, nºs 20, 90, 129 e 142	Município
Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso	Município

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Serra da Piedade - Patrimônio Natural protegido pela Constituição Estadual de 1989 - ato das disposições transitórias / artigo 84.

Capela de Santa Frutuosa e seu Conjunto Arquitetônico, incluindo a Caixa D'água e o Cruzeiro - Rua Santa Frutuosa (pela Lei Orgânica e pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e Natural).

Pedra Branca e entorno - Bairro Dom Carmelo (pelo Conselho).

Cachoeira do Tinguá e seu conjunto paisagístico (pela Lei Orgânica).

Conjunto Arquitetônico sito na Rua Monsenhor Domingos, s/nº (pela Lei Orgânica).

Igreja do Rosário e o Conjunto Arquitetônico do Cemitério - Rua do Bonfim (pela Lei Orgânica).

(11) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Caeté é uma cidade do século XVIII e dentre os Monumentos Tombados pelo IPHAN, remanescentes de seu passado, estão a Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Museu Regional, a Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, no Distrito de Morro Vermelho, e o Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Serra e Santuário de Nossa Senhora da Piedade, a 13 km do centro da cidade, no alto da Serra da Piedade, onde são incluídos a Igreja Barroca com a Pietá de Aleijadinho, o restaurante moderno e a paisagem. São tombados, estadualmente, a Casa de João Pinheiro e o Patrimônio Natural da Serra da Piedade.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS

Centro histórico de Caeté

Tombamentos federais: 1 - Igreja do Rosário e Cemitério; 2 - Museu Regional; 3 - Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Museu Sacro; tombamento estadual: 7 - Solar do Tinoco; alguns tombamentos municipais: 4 - Imóvel sito na Praça da Estação s/nº; 5 - vários imóveis na praça João Pinheiro; 6 - imóvel na Praça Joaquim Franco;

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

28.357 (na área urbana da sede) 175 (estimada no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais)

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

35

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A cidade de Caeté possui ainda características de cidade colonial, está inserida no belo conjunto paisagístico da Serra da Piedade. O Centro Histórico da Cidade possui traçado original e várias edificações do século XVIII, mesclada com construções recentes. Na Cidade, situada numa região rica em ferro, foi implantada uma indústria metalúrgica que teve suas atividades interrompidas no começo da década de 1990. Toda a Cidade girou em torno dessa indústria, surgiram os locais de moradia de funcionários qualificados, dos operários, as florestas cultivadas de eucaliptos, os negócios e empresas gerados no local. O Centro Histórico é completamente separado desse bairro industrial, José Brandão, construído para esta função.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

No Centro Histórico de Caeté estão situados 3 tombamentos isolados Federais e um Estadual, e ainda várias construções significativas, formado um conjunto representativo da arquitetura colonial dos séculos XVIII ao XIX. Na Praça da Matriz do Bom Sucesso, em frente à Igreja existe um pelourinho e dois chafarizes. Algumas ruas ainda apresentam expressivo número de casas típicas e simples, antigas e outras mais recentes, como a Rua do Gambá. O Município fez vários tombamentos pela Lei Orgânica e pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e Natural.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1701
Fundação do município:	1714
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os Bens Tombados que compõem o Centro Histórico de Caeté são: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso (religioso, 1754), a Igreja Nossa Senhora do Rosário (religioso, 1768), a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (religioso, século XVIII) e o Museu Regional (habitação, séc. XVIII).

Sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso sabe-se que, depois de erguida em 1756, foi reedificada em 1790, sofrendo em 1930 uma reforma. A planta da Igreja é atribuída a Manoel Francisco Lisboa. Menos imponente que a Igreja Matriz, a Igreja da Nossa Senhora do Rosário é uma das pequenas igrejas mais ricas de Minas Gerais. Consta que teria sido construída como cumprimento de uma promessa feita pelo padre Henrique Pereira que, acusado de violentar uma moça, teria vinculado sua construção à comprovação de sua inocência. Já o prédio onde se encontra hoje o Museu Regional foi a habitação de alguns moradores ilustres de Caeté, como o Capitão Eugênio Lopes Varela e o Barão de Catas Altas. Em 1950, foi comprado pelo SPHAN para abrigar o Museu, inaugurado em 1979.

Os três monumentos registram a opulência da antiga Vila Nova da Rainha do Caeté no século XVIII. Com a descoberta de minas, em 1701, pelo paulista Leonardo Nardez, a fama da região espalhou-se rapidamente pela América Portuguesa, tratando de trazer para a Cidade colonos de várias partes, principalmente de São Paulo e da Bahia. Em 1704, Caeté já era bastante povoada e seus habitantes tiveram participação em acontecimentos como a Guerra dos Emboabas.

Um ano após ser elevada a condição de vila, em 1714, os habitantes da Vila Nova da Rainha rebelaram-se contra a taxaço do quinto imposta pelo Império. A repressão portuguesa e o empobrecimento das aluviões auríferas abriram para a antes dinâmica Caeté, segundo a Enciclopédia dos Municípios, um período de "vida letárgica."

Não é o que se depreende de sua arquitetura. Pois é justamente da segunda metade do século XVIII que datam a construção dos três monumentos. As duas igrejas, exemplares da riqueza mineira, substituem os pobres templos de palha que acolhiam os crentes da região até pelo menos 1740. Da mesma forma, o prédio assobradado que hoje abriga o Museu Regional marca um período de riqueza em que os sobrados substituem as casas térreas e são símbolos de status social.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

Estado de conservação razoável. O Museu Regional, que foi uma das casas do Barão de Catas Altas está fechado para restauração sem previsão de conclusão da obra. O Solar do Tinoco passou por uma reforma, em 1998, para instalação do Museu Casa de João Pinheiro e está em ótimas condições, assim como seu acervo. Recentemente a Matriz foi restaurada. A Igreja Nossa Senhora Mãe de Deus está sendo restaurada. O edifício onde funciona o Centro de Artesanato recebeu pequenos reparos, mas necessita de reforma no telhado e na parte elétrica. Houve uma mudança total da Praça Dr. João Pinheiro, com retirada da fonte e construção de um coreto estilizado, lembrando o aspecto da antiga praça, e os imóveis históricos ainda se mantêm, não sofrendo nenhuma reforma nos últimos 5 anos.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:**

Caeté situa-se na região metropolitana de Belo Horizonte, mas o processo de periferação e invasões, que ocorrem ao longo da estrada que liga os dois municípios, não afetam o Núcleo Histórico, pois a sede da Cidade está a alguns quilômetros do entroncamento da rodovia principal.

O Núcleo Urbano passa por um processo de estagnação, mas sem decadência, devido ao fechamento da metalúrgica que afetou consideravelmente o desenvolvimento da Cidade. Aos poucos, estão sendo implantadas outras indústrias. Está havendo um grande crescimento de comércio e serviços no Bairro Pedra Branca, situado após o Bairro José Brandão, e além do Núcleo Histórico.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:**

A área de Gongo Soco sofreu um dano irreparável com a destruição da casa sede da fazenda pela mineradora.

O crescimento ocorre fora do Centro Histórico e o turismo é muito incipiente no local.

A grande visita de romeiros se dá ao Santuário da Serra da Piedade, onde existe uma capela moderna, de arquitetura aberta, para as celebrações religiosas, e um restaurante. Em épocas de peregrinação, vários ônibus sobem a estradinha estreita e de curvas sinuosas e estacionam lá em cima. Lá também situa-se o Observatório Astronômico da UFMG, que, em determinados dias da semana, é aberto ao público, recebendo a visita de muitas pessoas e de excursões de alunos. Apesar de todo esse movimento

a Região tem sido preservada. Já está em obras o antigo projeto do famoso e estimado Frei Rosário que morava no alto da Serra, falecido em agosto de 2000. Consiste na duplicação da entrada definindo a subida e a descida.

O turismo mais predatório nos últimos anos é o que tem ocorrido no Distrito de Morro Vermelho. A Região é muito atraente para o ecoturismo, porém não tem havido nenhuma ação de planejamento dessa atividade.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A Igreja do Rosário necessita de uma restauração urgente, embora tenha passado por uma reforma no telhado.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Há pouca atividade da Prefeitura quanto ao Patrimônio Cultural. Existe um Conselho do Patrimônio que se reúne de 2 em 2 meses, e está tentando envolver o setor privado.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe Plano Diretor e Lei de Uso do Solo. O Código de Posturas é muito antigo e não compatível com a preservação.

O IPHAN inventariou os Bens Móveis e integrados das Igrejas de Nossa Senhora do Bonsucesso, São Francisco de Assis, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora de Nazaré e de Nossa Senhora da Piedade.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

O grau de conscientização da população em geral é pequeno. A exceção fica por conta da comunidade religiosa da Matriz do Bom Sucesso, que é muito unida e constantemente arrecada recursos para fazer alguma melhoria.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há apoio a projetos de preservação pelo setor privado, pois não há grandes empresas no município atualmente. Mas existe uma preocupação em determinados segmentos, pois o Conselho é composto também por membros do setor privado. O setor turístico está organizado e interessado na preservação.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A comunidade da Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso comemoram suas festas religiosas com muita tradição. O Jubileu da Serra da Piedade é muito concorrido.

Outras festas de Caeté que ainda persistem são as festas juninas, os congados e a Cavalhada de Morro Vermelho.

O Centro de Artesanato fica aberto ao público com exposição permanente e venda de produtos dos artesãos de Caeté.

A Prefeitura mantém a Casa de Cultura, o IPHAN o Museu Regional, agora em restauração, e uma fundação é responsável pelo Museu da Casa de João Pinheiro.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Conceição do Mato Dentro, 379-T-48

(2) MUNICÍPIO:

Conceição do Mato Dentro

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Igreja Matriz de Nossa Senhora da
Conceição, 379-T-48

16/11/48

LBA insc. 318 fl.. 67

LH insc. 252 fl. 43

Igreja de Nossa Senhora do Rosário,
379-T-48

19/09/48

LBA insc. 319 fl. 67

LH insc. 253 fl. 43

Casa com teto pintado à Praça
D. Joaquim, 379-T

19/11/48

LBA insc. 320 fl. 67

Chafariz da Praça D. Joaquim
(Bem integrado), 379-T-48

09/03/60

LBA insc. 454 fl. 84

Obras de talha do Santuário do Bom
Jesus de Matozinhos (Bens integrados), 379-T

03/10/62

LBA insc. 469 fl. 86

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Casa de Cultura

Município

Residência da Família Lages

Município

Residência da Família Costa

Município

Santuário do Bom Jesus

Município

Antigo Fórum

Município

Edifício da Prefeitura Municipal

Município

Residência da Família Rajão

Município

Residência da Família Guerra

Município

Mercado Municipal

Município

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Chafariz da Praça D. Joaquim



Vista aérea da cidade Conceição do Mato Dentro.



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

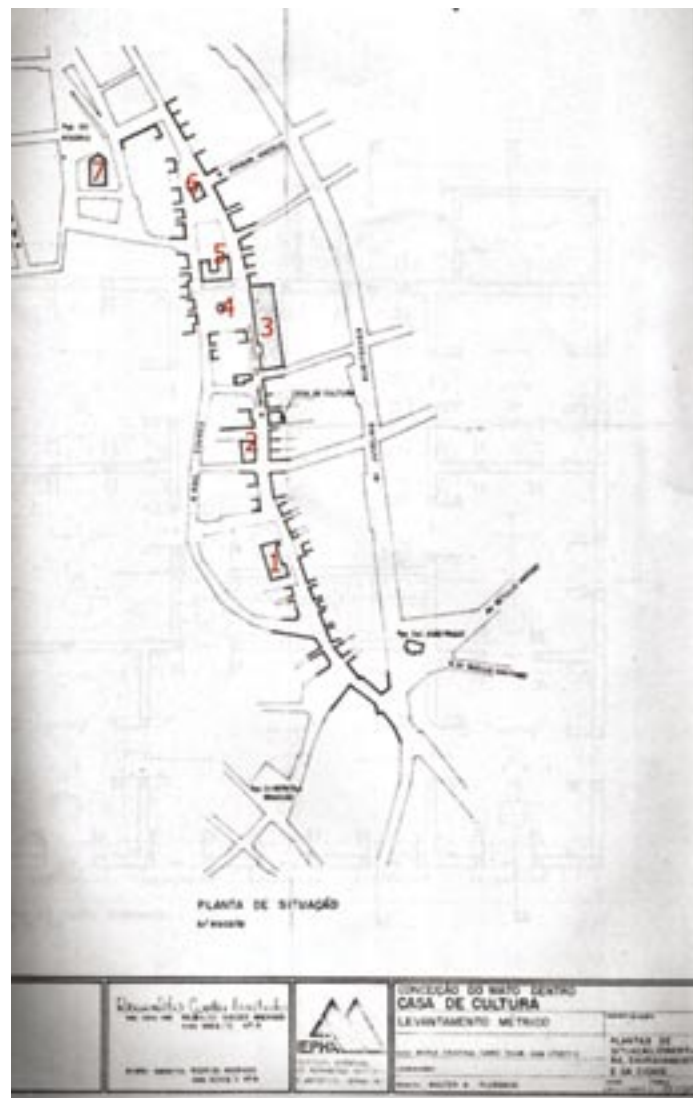
(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Ver item 8.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

A Cidade é um Sítio Histórico com várias construções coloniais e igrejas barrocas, havendo na sede duas igrejas, uma residência, um chafariz e obras de talha com Tombamentos Federais, mais vinte Bens significativos de várias épocas tombados pelo Município, espalhados pela Cidade, e quadro igrejas tombadas pelo Estado em distritos.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

200

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

41

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O sítio tem conformação urbana do século XVIII, marcado por um traçado irregular sobre o terreno de topografia acidentada, demonstrando um crescimento orgânico da povoação, desprovido de planejamento.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área representada pelos tombamentos abrange a maior parte do Núcleo Urbano Original, com as principais edificações cívicas e utilitárias que caracterizam a vida urbana.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	XVII
Fundação do município:	1840
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os Bens Tombados inseridos no Centro Histórico de Conceição do Mato Dentro são a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (religioso, 1802), a Igreja Nossa Senhora do Rosário (religioso, 1730) e o Chafariz (público civil, 1825).

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição começou a ser construída em 1715 no lugar em que antes Gabriel Ponce de Lion, um dos desbravadores do lugar, erguera uma capela em homenagem à mesma Santa. Apesar da sua inauguração ter acontecido quase um século após o início das obras, o edifício mantém características comuns às Igrejas da primeira metade do século XVIII, tendo sido restaurado por diversas vezes. Já a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi construída por escravos e negros forros entre 1728 e 1730, sendo a ornamentação incorporada à Igreja só em 1745. Mais recente que os outros dois monumentos, o Chafariz da Cidade foi construído sob as ordens do Cônego Bento Alves Gondim e do Comendador Joaquim Bento Ferreira Carneiro e inaugurado em 1825, "quarto ano da independência", conforme inscrição gravada na sua base. O projeto e a execução da escultura são de autoria do mestre José Caetano. Sua estrutura escultórica, em pedra sabão, é composta por figuras nuas de quatro carrancas por onde jorra a água. Estas sustentam o pedestal onde se assenta um guerreiro guarani. Segundo o Guia dos Bens Tombados, é considerado um dos melhores exemplares de Minas Gerais pela manutenção de seu feitiço original.

O povoamento inicial da Cidade tem uma história próxima a várias cidades mineiras. Atraídos pelas notícias de novas lavras auríferas, os bandeirantes fixaram um povoado que cresceu à medida que a existência do ouro foi confirmada. As casas do Povoado começaram a ser erguidas entre 1702 e 1709, em torno da Capela de Gabriel Ponce de Lion. Os primeiros colonos tiveram que disputar o controle da Região com os índios Botocudos em duros combates.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

Estado geral de conservação razoável. Na Igreja do Rosário foi feita a estabilização estrutural, novo telhado, instalação elétrica e uma etapa da forro da capela-mor. O restante da obra já está aprovado pela Lei de Incentivo Estadual e possivelmente será patrocinado por Furnas. No Distrito de Santo Antônio do Norte, a Igreja de Santo Antônio foi restaurada pelo IEPHA, pelo Programa Minas Para Sempre, com patrocínio da CEMIG. A Capela de Santana e a Matriz do Distrito de Costa Sena foram restauradas pela comunidade com orientação do IEPHA.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Crescimento desordenado com adensamento e ocupação das encostas, levando à derrubada de mata e ao desaparecimento de nascentes, causando já a falta d'água na Cidade. Há o abandono de imóveis de interesse histórico com a demolição das ruínas e construção de novas edificações. Existe pouca tendência de substituição de uso residencial.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Existe a presença de garimpo irregular causando impacto ambiental.

A Região está começando a ser alvo do turismo ecológico, com visitas à Cachoeira do Tabuleiro e caminhadas ecológicas.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os imóveis são abandonados propositadamente para ruir, dando lugar a novas edificações. A Casa de Cultura e o Ginásio Municipal estão abandonados, e o antigo cinema caiu. O Éden Clube, bem no centro da Cidade começou a ter restauração do telhado, mas a obra foi paralisada. O antigo Fórum necessita de restauração.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Cidade possui Conselho de Patrimônio e Secretaria de Cultura com pequena equipe técnica.

A fiscalização do IEPHA/MG ocorre por iniciativa do Órgão ou por denúncias de intervenções inadequadas.

Existe cooperação entre o Órgão Estadual de Preservação e a Prefeitura.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Estava previsto, para o segundo semestre de 2000, o inventário da Cidade pelo IEPHA/MG. Existe Inventário Municipal de alguns Bens de interesse histórico. Mapas da CEMIG: ortofoto e mapa digitalizado do traçado da sede dos arruamentos e principais edificações. Mapa do IBGE.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

As paróquias e as comunidades organizadas conseguem restaurar algumas igrejas. A participação é incipiente.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Participação da CEMIG, pela lei de incentivo e do Programa Minas Para Sempre.

Ainda não há organização do setor turístico.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A comunidade comemora as festas tentando preservar as tradições. Existem muitas festas religiosas, como o congado, o reizado, a festa do doce. A produção artesanal é significativa, com produção de doces, tapetes arraiolos.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Itaverava

(2) MUNICÍPIO:

Itaverava

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MON. NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Sobrado do Padre Taborda e Casario
(tombamento de conjunto)

(6) DATA:

24/03/1993

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA v.2 insc. 600, fl. 6.

Igreja Matriz de Santo Antônio, 1087-T-83

19/07/84

LBA v. 2 insc. 560, fl.6.

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não existe

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Igreja Matriz de Santo Antônio

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Itaverava foi um dos primeiros arraiais da Comarca de Vila Rica. Possui exemplares da arquitetura do século XVIII, como a sua Matriz, cuja construção iniciou-se em 1744, com a Casa de Padre Taborda e o casario colonial remanescente, todos tombados pelo IPHAN.

A Igreja apesar de ter sido descaracterizada por reformas na fachada em estilo eclético, no início do século XX, ainda conserva a beleza de seus altares e da pintura dos forros da nave principal e capela-mor, atribuídas à Manoel da Costa Athayde.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

60

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

18

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto engloba toda a área urbana da Cidade no momento do tombamento. Sob o ponto de vista do desenvolvimento, este foi orgânico, não planejado, conformando-se à topografia, resultando em uma grade de ruas irregulares.

O Sobrado do Padre Taborda e a Matriz de Santo Antônio constituem os dois Monumentos mais significativos do Conjunto.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Casario e o Sobrado do Padre Taborda é formado por um grupo de 10 edificações listadas, tendo a Matriz de Santo Antônio, tombada isoladamente, bem defronte ao largo. É um importante acervo da arquitetura mineira correspondente ao ciclo da mineração.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1694
Fundação do município:	1962
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Itaverava virou município em 1962, quando foi desmembrada de Conselheiro Lafaiete. A história do povoamento do sítio onde está assentada a cidade é, no entanto, antiga. Foi um dos primeiros arraiais a se constituir no final do século XVII, como resultado da busca do ouro, passando a pertencer, já no século XVIII, à Comarca de Vila Rica. A mineração, no entanto, não ofereceu bons resultados por muito tempo, o que fez com que a população do Arraial passasse a se dedicar primordialmente à agricultura.

Apesar de não contar com a riqueza do ouro, os moradores de Itaverava partilharam da "cultura do ouro", como frisa o Guia dos Bens Tombados de Minas Gerais. São testemunhos dessa concepção de mundo da sociedade itaverense no século XVIII a Igreja Matriz de Santo Antônio (religioso, século XVIII), o Sobrado do Padre Taborda (habitação, século XVIII) e o Casario (ignorado, século XVIII).

A Igreja Matriz de Santo Antônio substituiu em 1726, ano da elevação da Cidade à condição eclesiástica de paróquia, a antiga capela. Sua construção levou todo o século XVIII, sendo que só em 1824 a decoração interna foi finalizada. Participaram de sua construção alguns dos mais brilhantes artistas das minas setecentistas, destacando-se aqui a pintura de Manuel da Costa Athaide. Já no século XX, entre 1915 e 1920, efetivou-se uma reforma que alterou a fachada da Igreja. Ao lado da Igreja Matriz, está o Sobrado do Padre Taborda, que foi o primeiro vigário residente no Arraial. É uma típica construção mineira da segunda metade do século XVIII, fase àurea da "economia do ouro", quando muitas casas térreas passam a ser substituídas por sobrados. A riqueza do edifício é confirmada por seus ornamentos que contam, inclusive, com pinturas atribuídas ao mestre Athaide. Completando o Conjunto está o Casario, sobre o qual as informações são escassas, salvo no que respeita à sua harmonização com os demais edifícios do século XVIII.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

Em 1998, o IEPHA/MG, por meio do Programa Minas Para Sempre, fez a consolidação das estruturas de vedação, das estruturas portantes, dos painéis de vedação e substituição de toda a cobertura da Casa do Padre Taborda. Depois disso não houve nenhuma continuidade de trabalhos de restauração ou manutenção. A casa encontra-se aberta, sem vigia e em risco de depredação.

Entre 1998 e 1999 o IEPHA/MG, com recursos da comunidade substituiu toda a cobertura da Matriz de Santo Antônio, que perfaz uma área de quase 1.000 m² de telhado, e entre 1999 e 2000, com projeto do IPHAN e recursos da comunidade, foi substituída toda a instalação elétrica da Igreja.

DINÂMICA URBANÍSTICA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Existem imóveis desocupados em Itaverava, mas o asfaltamento recente entre a Cidade e Conselheiro Lafaiete, em 1998, causou o incremento de novas construções, porém sem nenhum padrão urbanístico. A população rural ainda é predominante; prevalecem no Município as pequenas propriedades rurais. A partir do começo do asfaltamento, em 1997, houve no Núcleo Urbano a substituição do uso residencial para comercial, bares, posto de gasolina, casa de material de construção, supermercado, e uma pequena expansão de ocupação com uso residencial. Há uma tendência, ainda dentro do município de Lafaiete, na estrada em direção à Itaverava, de ocupação de chacreamento de lazer, mas ainda muito incipiente.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O asfaltamento executado em conjunto pelo DNER e Prefeitura Municipal, em julho de 1998, está causando infiltrações nas laterais dos Imóveis Tombados.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A Matriz de Santo Antônio, que possui pinturas comprovadas de Manuel da Costa Athayde, e talha e imaginária de Francisco Vieira Servas, e obras de outros artistas, está necessitando de restauração de elementos artísticos.

A Casa do Padre Taborda, que possui pinturas atribuídas a Manuel da Costa Athayde, necessita de continuidade da restauração, por se encontrar em estado de risco.

Está havendo infiltração nas laterais de todos os imóveis devido à troca da pavimentação original da rua, de pedra com calha no eixo central, por bloquetes de concreto alterando o perfil transversal da via, jogando as águas para as laterais, mais próximas das edificações. Com o asfaltamento por cima dos bloquetes, a situação se agravou.

É necessária a retirada de poste da CEMIG da esquina da Casa do Padre Taborda.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A prefeitura desapropriou a Casa do Padre Taborda em 1997 e o IEPHA/MG fez intervenções, em 1998 por meio do Programa Minas Para Sempre.

O IPHAN e o IEPHA/MG atuaram com obras e projeto na Matriz de Santo Antônio, com recursos da comunidade entre 1998 e 2000.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Inventário, pelo IPHAN, de Bens Móveis e Integrados da Igreja de Santo Antônio.

Plantas cadastrais da CEMIG (ortofoto e mapa digitalizado da sede com arruamento e principais edificações) e do IBGE.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Desde março de 1999, quando entrou em vigor a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a Associação dos Amigos da Casa do Padre Taborda está com projetos prontos para a continuidade da restauração deste Monumento e para a restauração dos elementos artísticos da Matriz de Santo Antônio, sem, no entanto ter conseguido captar qualquer recurso.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Até o momento nenhuma empresa demonstrou interesse em apoiar os projetos já prontos de intervenções necessárias no Conjunto. Não existe setor turístico organizado na Cidade, que, embora já recebendo um pequeno número de turistas, não conta com oferta de serviços para a demanda.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Existe uma banda de música e três grupos de congado, muito ativos.

Na Cidade são comemoradas as festas que atraem muitos visitantes como a de: São Sebastião, dia 19 de janeiro; de Santo Antônio, dia 13 de junho; e de Santa Efigênia, em setembro, com características de congado.

Itaverava produz artesanato de taquara, esteiras, balaios, crochet e bordados.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico Santa Rita Durão

(2) MUNICÍPIO:

Mariana

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS

(5) DENOMINAÇÃO:

Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, 356-T

(6) DATA:

05/12/45

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA insc. 240 fl.40

LH insc. 306 fl.64

Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 357-T

05/11/45

LBA insc. 357 fl.40

LH insc. 307 fl. 64

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICÍPIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Não existe.

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Igreja de Nossa Senhora de Nazaré

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Mariana é uma Cidade Histórica de características arquitetônicas e urbanísticas do século XVIII bastante especiais. Possui um Tombamento Federal de Conjunto, 14 Tombamentos Federais Isolados no Sítio Tombado e mais 7 em seus distritos. O Distrito de Santa Rita Durão, que possui três Tombamentos Federais Isolados, também é tombado como Conjunto pelo IEPHA.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

2.500

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

700 imóveis, da estimativa para o inventário do Núcleo Urbano, sendo estimados 500 domicílios

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade tem sua origem no final do século XVII (1696) e, dentre as cidades coloniais de Minas, é a única que possui traçado regular, por determinação real, sendo reconhecida como a Primeira Cidade do País a ter esse tipo de desenho urbano.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Tombado corresponde hoje ao núcleo setecentista, o Centro Histórico. Porém em toda a Área Urbana da Cidade existem edificações de interesse histórico.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1696
Fundação do município:	1711
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1780-1820

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os Bens Tombados inseridos no Centro Histórico de Santa Rita Durão são a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (religioso, c. 1.729) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (religioso, século XVIII).

Santa Rita Durão, antiga Inficionado, teve sua matriz construída pelo sargento-mor Paulo Rodrigues Durão, cuja benção ocorreu a 28 de maio de 1729. Entretanto, informa Germain Bazin que o templo atual não é o primitivo, acrescentando que o Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento faz alusão aos trabalhos executados, na segunda metade do século XVIII, por Domingos Francisco Teixeira. Consta que se concedeu licença para reedificar a capela-mor em 1779, pelo conhecido construtor José Pereira Arouca. Sabe-se que Domingos Francisco Teixeira executou toda a obra de carpinteiro e de pedreiro pertencente a esta Irmandade até 1794, ano em que ainda ali trabalhava. Trata-se de uma construção mista de madeira, adobe e taipa. Já sobre a Igreja Nossa Senhora do Rosário, segundo o IPHAN e o Guia dos Bens Tombados, não há muitos registros. Para Germain Bazin, a construção do Monumento data possivelmente da segunda metade do século XVIII, conservando as características do estilo sóbrio de 1720. Uma singularidade consiste na existência de uma varanda, na parte posterior da Igreja, formada pela continuação do telhado da capela-mor, que possivelmente era usada como abrigo de animais. Internamente, a Capela de Nossa Senhora do Rosário é valorizada pela presença intensa de elementos artísticos e decorativos. Informa Germain Bazin que o altar colateral, do lado do Evangelho, pode com certeza ser atribuído ao Aleijadinho. Na inscrição existente no painel sob o coro, datada de 1792, figura a assinatura de João Batista de Figueiredo. Segundo a especialista Myriam Ribeiro de Oliveira, como geralmente esta parte do edifício é a última a ser decorada, pode ser situada a data das pinturas da Nave e da Capela-Mor entre 1788 - 1790. Desde 1940, a Capela de Nossa Senhora do Rosário vem exigindo obras sucessivas de reforma para garantir sua integridade física. Em 1957-1958, por exemplo, ela, foi totalmente restaurada pelo IPHAN, quando uma das torres teve que ser totalmente refeita.

A precariedade dos materiais empregados originalmente na construção estrutura de madeira com vedação em taipa-de-pilão e pau-a-pique- explica, em parte, a necessidade periódica de obras e reformas, considerando-se, também, o alto índice de chuvas na região. Soma-se ainda a falta de uso constante da Capela, por não ser a sede de paróquia e por estar situada em local de difícil acesso, dificultando os trabalhos rotineiros de conservação.

As Igrejas do Centro Histórico de Santa Rita Durão registram a euforia provinda da economia do ouro. A ornamentação interna, que conta inclusive com obras de Aleijadinho, talvez sejam os elementos mais destacáveis destas construções.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Sítio necessita de intervenções em seu Acervo Arquitetônico e Paisagístico, embora tenha passado por algumas à época de seu aniversário de 300 anos.

Em 1995, foram restauradas as Igrejas do Carmo, São Francisco de Assis, Nossa Senhora da Glória, no Distrito de Passagem de Mariana, São Caetano, no Distrito de Monsenhor Horta e Santana, num convênio entre a Arquidiocese de Mariana, a Companhia Vale do Rio Doce e o IPHAN.

Foi restaurada a Casa da Câmara e Cadeia, num convênio entre a Prefeitura e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA.

Em 1997, houve troca de pavimentação de pé-de-moleque para paralelepípedo na Rua Monsenhor Horta, pela Prefeitura.

Em 1999, desastrosamente, o fogo consumiu a Igreja do Carmo.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O crescimento desordenado da Cidade deu-se com a instalação de grandes empresas de exploração mineral, a partir de 1960. A área a ser preservada não tem o seu perímetro de entorno oficialmente definido e nenhum planejamento para sua proteção.

A ocupação recente das encostas interfere na leitura visual do Sítio. A poluição do ribeirão e de seus tributários, a perda da vegetação que emoldura a paisagem da Cidade e a falta de um programa de manutenção e conservação das edificações são fatores que comprometem a continuidade da existência dos valores do Conjunto Urbano. Há alguns anos, houve muita polêmica no Município, quando um prefeito construiu um enorme ginásio esportivo na Cidade.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Tem havido um crescimento muito rápido de Mariana, com construções novas que interferem na ambiência do Sítio. A poluição visual do comércio é grande. As reformas de imóveis particulares sem técnica adequada e sem recursos financeiros têm alterado a leitura espacial.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A má conservação de alguns imóveis está pondo em risco a sua preservação. Já houve o desabamento de vários sobrados tendo ocorrido, um caso de desmoronamento de um sobrado na Praça da Sé. O Palácio da Olaria, segunda residência episcopal, está entrando em processo de arruinamento. As instalações elétricas mal feitas ou antigas são um perigo. O fogo na Igreja do Carmo, em 1999, foi provocado por falha humana durante a finalização da obra, quase concluída depois de 10 anos. A infiltração pelos telhados ou pelo solo causam apodrecimento das madeiras. A população não possui preparo técnico para a administração do casario. Falta uma política local, estimulada pelo IPHAN para a valorização do acervo.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A 13ª SR mantém um Escritório Técnico em Ouro Preto que atende Mariana. Existem ações cooperadas entre a Prefeitura, o IEPHA, IPHAN e outras instituições. Ao mesmo tempo, ocorre a pulverização das responsabilidades.

Em 1997, foi defendida uma tese de doutorado por um arquiteto do IPHAN, Altino Barbosa Caldeira, cujo objeto de estudo é a cidade de Mariana, onde destacou os problemas e apontou soluções.

O Estado incentiva a preservação patrimonial com a contemplação da cota-parte do ICMS para o Município que tiver ações preservacionistas. Mariana não tem utilizado esse benefício.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe legislação urbanística. Em 1974, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento para Ouro Preto e Mariana, pela Fundação João Pinheiro, IPHAN, IEPHA e prefeituras das duas Cidades, mas falhou por falta de suporte político e financeiro. Em 1989, começou-se a discutir o Plano Diretor, com envolvimento do setor industrial, políticos e organizações Federais, Regionais e Locais, mas sem ser levado a Termo.

Os Inventários do IPHAN só contemplam os Bens Móveis e Integrados das Igrejas Nossa Senhora da Assunção (Sé), Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora das Mercês, de São Francisco de Assis, São Pedro dos Clérigos, passos da Ladeira do Rosário e da Ponte de Areia, Capelas de Santana e Nossa Senhora Rainha dos Anjos, Cúria Metropolitana, Casa do Barão de Pontal, Casa do Seminário Menor, e Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de Nazaré em Santa Rita Durão, Nossa Senhora da Conceição em Camargos, Nossa Senhora da Glória em Passagem

de Mariana, Bom Jesus da Morte, em Furquim e São Caetano em Monsenhor Horta. Não existe um inventário de bens imóveis.

Base cartográfica: Mapa da CEMIG de 1974. Levantamento aerofotogramétrico da CEMIG. Mapa digitalizado de traço da sede (arruamento e principais edificações) da CEMIG. Mapa do IBGE. Mapa da Prefeitura de 1990. Mapa de 1967 produzido por Sampaio. Mapa de 1945 do arquivo do IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A questão da preservação é sempre discutida e tratada em jornais locais, sendo parte da população comprometida com a preservação e outra a favor da modernização.

Existem associações participativas em Mariana ligadas às artes, ao turismo, aos estudantes. Para as comemorações dos 300 anos houve muito envolvimento da comunidade.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado tem patrocinado projetos de preservação, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Samarco, a Samitri.

O setor turístico é organizado. Existe uma Associação dos Guias de Turismo de Mariana.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Existem muitas instituições culturais como a Sala Afonso Ávila, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto, Centro de Cultura e Galeria do SESI-Mariana, Museu Casa Alphonsus de Guimarães e a Casa Setecentista do IPHAN, onde acontecem muitas atividades culturais. Corporação Musical XV de Novembro, Banda Santa Cecília, Bloco Zé Pereira de bonecos, grupos de teatro, de capoeira, grêmio literário, artistas plásticos locais e campeonatos esportivos. Museu de Música, na Casa do Barão de Pontal. Concertos de órgão na Catedral da Sé.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Minas Novas

(2) MUNICÍPIO:

Minas Novas

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Igreja de São José, 720-T-63

Sobradão ou Casa na Av. Getúlio Vargas s/nº, 597-T-59

(6) DATA:

27/04/67

25/09/59

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH inscr. .396 fl.. 64

LAEP inscr. 28 fl.. 07

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Matriz de São Francisco, Decreto Estadual nº 20.557, de 13/05/80

Igreja de São Gonçalo, Decreto Estadual nº 20.557 de, 13/05/80

(9) RESP. P/ TOMBAM.

IEPHA

IEPHA

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Casa na Avenida Getúlio Vargas

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Minas Novas possui edificações significativas, como: a Igreja de São José, único exemplar conhecido no Brasil de partido octogonal da época colonial; a Matriz de São Francisco, ambas tombadas pelo IPHAN; o Sobradão de quatro pavimentos de meados do século XIX, construído com técnica, materiais e características da época colonial, e a Igreja de São Gonçalo, ambos tombados pelo Estado; e outras edificações de interesse histórico, destacando-se as Igrejas de Nossa Senhora do Amparo e do Rosário.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



Centro da cidade de Minas Novas

1 - Igreja d

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

180

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

36

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A sede do Município é praticamente uma única rua. Os monumentos ficam espalhados ao longo da via. Existem outras edificações de interesse histórico sem tombamento no Conjunto.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, REFERENCIANDO-SE À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A antiga Fanado, hoje Minas Novas, localiza-se no Alto Jequitinhonha, região onde a colonização se deu pela Bahia, e depois pelo sul com a descoberta de ouro e diamantes.

Seu acervo colonial encontra-se no núcleo da pequena Cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1727
Fundação do município:	1730
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1780-1820

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os Bens Tombados inseridos no Centro Histórico de Minas Novas são: a Igreja Matriz São Francisco de Assis (religioso, século XVIII), a Igreja de São José (religioso, século XVIII), a Igreja de São Gonçalo (religioso, segunda metade do XVIII) e o Sobradão (ignorado, 1821).

Segundo o Guia de Bens Tombados de Minas Gerais não existem documentos sobre a história da Igreja Matriz de São Francisco de Assis. A descrição sobre a importância e a riqueza interior do Templo é feita de forma desdenhosa pelo Guia. Também pouco se conhece sobre a construção da Igreja de São José, não existindo, segundo Maria Elisa Carrazzoni, documentos a respeito da data precisa da fundação. Mais antiga que as outras duas construções, a Igreja de São Gonçalo é fruto da presença portuguesa na região das Minas. Consta que tenha sofrido uma restauração em 1980, quando se tentou salvar a construção da completa ruína. Já sobre a casa da Avenida Getúlio Vargas, conhecida como Sobradão, sabe-se que foi construída em 1821, mas se ignora o seu uso original. Consta que tenha abrigado por muito tempo a sede do Fórum da Comarca de Minas Novas e hoje está desativada.

As primeiras populações da Cidade vieram do Distrito de Diamantina, fugindo de uma epidemia. Fixaram-se por volta de 1727, sendo a descoberta de ouro a principal responsável pela vinda à cidade de inúmeros forasteiros, inclusive de Portugal. Apesar de contar, em 1730, ainda com uma pequena população, sua importância econômica lhe valeu a elevação à condição de vila. O sucesso incomum da extração aurífera fez inclusive cogitar-se a mudança da capital da Capitania para Minas Novas.

Os Monumentos do Centro Histórico registram a condição econômica e principalmente técnica do povoado entre os séculos XVIII e XIX. A Igreja de São José, por exemplo, tem uma planta igual à da Capela Templária de Léon (França, século XIII), mas conta também com soluções locais como a utilização da técnica de pau-a-pique. Pode-se inferir disto, desconsiderando-se a hipótese de coincidência, a aspiração "civilizatória", comum as partes mais prósperas da colônia. Também impressiona, como solução técnica, o Sobradão pelos seus quatro pavimentos em estrutura de madeira e taipa, incomum para construções do período que utilizavam este método de edificação.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Estado de conservação razoável. A Igreja de São José passou por restauração arquitetônica pelo IEPHA/MG, em 1998, faltando a restauração de elementos artísticos. A Capela de São Francisco e a Igreja do Rosário está em estado razoável. A Igreja do Amparo sofreu intervenção realizada pela paróquia em 1997, com várias descaracterizações.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Crescimento desordenado com processo de adensamento. As edificações de interesse histórico estão sendo demolidas para substituição por construções de arquitetura contemporânea descaracterizantes. Há uma pequena tendência de substituição nas casas antigas do uso residencial para misto, com comércio em baixo e residência em cima.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O reflorestamento de eucaliptos, que ocorreu na região, causou um impacto ambiental, restando hoje no local uma floresta homogênea.

O turismo é muito pequeno, só existindo em nível regional, para passeios na barragem existente no Município. O Carnaval e as festas religiosas tradicionais atraem muitos visitantes.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A Capela de São Gonçalo está em péssimo estado, com problemas de estrutura, cobertura e elementos artísticos; o forro da nave está desmontando. O Sobradão está em estado precário; existe projeto de intervenção há mais de 5 anos, aguardando recursos. Na Igreja de São José, falta restauração de elementos artísticos. A Capela de São Francisco e as Igrejas do Rosário e do Amparo também necessitam de serviços.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura possui Secretaria de Cultura, mas sem equipe técnica devido à pobreza do Município. O IEPHA/MG dá assistência quando solicitado pela Prefeitura. Existe o acompanhamento da Sub-regional do IPHAN de Diamantina para fiscalização.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O IEPHA/MG começou um trabalho junto com a Prefeitura para a elaboração de legislação urbanística do Município.

Em 1997, foi realizada vistoria de Bens Móveis pelo IEPHA/MG, em convênio com o IPHAN. O Órgão Estadual de Preservação realizou na Cidade um curso, pelo FAT, de Inventário de Bens Móveis e Imóveis, com a finalidade de se fazer o mapeamento e tombamentos com vistas ao recebimento da cota-parte do ICMS, cujo resultado prático foi nenhum.

Mapas da Cemig: ortofoto e mapa digitalizado de traço da sede, arruamento e principais edificações. Mapa do IBGE. Planta cadastral com curvas de nível da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE - de 1996. Levantamento do IEPHA/MG.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

O grau de conscientização da comunidade é pequeno, conseqüentemente a mesma apresenta pouca ação.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Existe um forte grau de vitalidade nas manifestações culturais da Cidade, como as festas realizadas no mês de julho, do Rosário, do Carnaval. A Semana Santa é bastante comemorada.

A feira de sábado, que ocorre em Minas Novas, é uma forte tradição e já foi motivo de programa da TV Educativa de Minas Gerais. Nesse dia, a população da área rural leva a sua produção para ser vendida na Cidade.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Sabará, Igrejas, Passos e Chafarizes

(2) MUNICÍPIO:

Sabará

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MON. NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Pedro II (com 3 tombamentos isolados)	27/10/65	LAEP insc. 36 fl. 09, LH insc. 379 fl. 61
Sede da Prefeitura, 418-T	07/02/50	LBA insc. 349 fl. 71
Casa Azul, 167-T	10/03/65	LH ins. 380 fl.62
Teatro Municipal, 437-T	02/01/63	LH insc. 356 fl.58
Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 67-T	13/06/38	LBA insc. 111 fl.20
Igreja das Mercês, 67-T-38	13/06/38	LBA insc. 114 fl. 20
Igreja do Carmo e Cemitério, 67-T-38	13/06/38	LBA insc. 116 fl. 21
Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 67-T-38	13/06/38	LBA insc. 112 fl. 20
Igreja de Nossa Senhora do Ó, 67-T-38	13/06/38	LBA insc. 110 fl. 20
Igreja de Nossa Senhora do Pilar e Hospício da Terra Santa, 409-T-49	09/05/50	LBA insc 364 fl.73
Igreja de São Francisco de Assis, 67-T-38.	13/06/38	LBA insc 365 fl.73
Igreja de Sant'Ana (Distrito do Arraial Velho), 408-T-49	09/05/50	LBA insc. 113 fl. 20
Capela de Santo Antônio (Distrito de Pompéu), 547-T	08/09/58	LBA insc. 445 fl.83
Passos à Rua Marquês de Sapucaí, 408-T-49	09/05/50	LBA insc 366 fl.73.
Passo de Nossa Senhora do Carmo, 408-T-49	09/05/50	LBA insc. 367 fl.74
Chafariz do Caquende, 418-T-49	07/02/50	LBA insc. 351 fl 71
Chafariz do Rosário, 419-T-50	07/02/50	LBA insc. 352 fl.71
Museu do Ouro, 429-T	28/06/50	LBA insc. 384 fl. 75
Casa à Rua Borba Gato nº 7, 167-T	17/06/38	LBA insc. 123 fl.22

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Pontilhão sobre o Rio das Velhas

MUNICÍPIO

Pontilhão do Gaia

MUNICÍPIO

Chafariz da Corte Real

MUNICÍPIO

Capela do Senhor do Bom Jesus

MUNICÍPIO

Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho

MUNICÍPIO

Teatro Municipal (também possui tombamento federal)

MUNICÍPIO

Segundo Passo da Rua Marquês de Sapucaí

MUNICÍPIO

(também possui tombamento federal)

Chafariz da Confraria

MUNICÍPIO

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Igreja de Nossa Senhora da Lapa (Distrito de Ravena) - Decreto nº. 18.531-02/06/77.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Sabará é uma Cidade Histórica, embora não tenha sido tombada como tal; possui características arquitetônicas especiais e de desenho urbano do século XVIII. Possui um Tombamento Federal de Conjunto, a Rua, D. Pedro II, que, embora seja muito significativa, se restringe a uma única rua. Nessa Rua situam-se três Tombamentos Federais Isolados, sendo que um deles, o Teatro, também é tombado pelo Município. O Município efetuou vários tombamentos isolados no Núcleo Histórico.

O crescimento urbano da Cidade foi definido por uma rua perpendicular à Rua D. Pedro II, e por outra, paralela ao mesmo rio. No topo do morro, a Igreja do Rosário situou-se em uma grande praça. Outras vias seguiram integradas no desenho urbano. Fora da Rua D. Pedro II, Sabará conta ainda com mais 16 Tombamentos Federais Isolados e Tombamentos Federais e Estaduais em Distritos. Para o inventário, estão estimadas 500 edificações, sendo 380 consideradas pelo IPHAN como de interesse de preservação.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



1) Solar Padre Correia ; 2) Teatro Municipal; 3) Chafariz da Corte Real; 4) Chafariz do Kaquende, 5) Matriz Nossa Senhora da Conceição; 6) Nossa Senhora do Carmo; 7) Nossa Senhora do Ó; 8) Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; 9) São Francisco de Assis; 10) Nossa Senhora das Mercês; 11) Museu do ouro.

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
 (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
 (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

3.500

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

500

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio tem conformação urbana do século XVIII, marcado por um traçado irregular sobre o terreno de topografia acidentada, demonstrando um crescimento orgânico da povoação.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
 (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
 (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, REFERENCIANDO-SE À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área representada pelos tombamentos abrange a maior parte do núcleo urbano original, com as principais edificações cívicas e utilitárias que caracterizam a vida urbana.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1672
Fundação do município:	1711
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico sequencial

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os Bens Tombados inseridos no Centro Histórico de Sabará são a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (religioso, c. 1700), Igreja das Mercês (religioso, início do séc. XVIII), Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo (religioso, 1763), Igreja de Nossa Senhora do Ó (religioso, c. 1720), Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Barra (religioso, final do século XVIII), Igreja de Sant'ana (religioso, meados do XVIII), Igreja de São Francisco de Assis (religioso, 1840), Passo do Carmo (religioso, século XVIII), Passo da Rua Marquês de Sapucaí (religioso, século XVIII), Chafariz do Caquende (público civil, 1757) e Chafariz do Rosário (público civil, 1752).

A história da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é muito prejudicada pela ausência de documentos a seu respeito, restando apenas a suntuosidade que impressionou Saint-Hilare em uma de suas obras. Também datando o início de suas obras do começo do século XVIII, a Igreja das Mercês foi construída pela iniciativa da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, uma agremiação de homens negros. Seu atual aspecto é fruto de várias reformas e intervenções ocorridas até pelo menos 1822.

Já a Igreja de Nossa Senhora do Carmo data da segunda metade do século XVIII, ainda que haja ampliações do Edifício até 1847, tendo sido erguida por iniciativa da Ordem Terceira do Carmo. Destaca-se no Conjunto do Monumento as várias obras atribuídas a Aleijadinho. O Coro, por exemplo, chama atenção pela sua concepção arrojada, cujas linhas moduladas, acentuam o efeito de profundidade e monumentalidade. É guarnecido por balaustrada em madeira torneada, com colunas e ornatos dos suportes de gosto Rococó. Destacam-se lateralmente duas expressivas esculturas de atlantes. Também de autoria do Aleijadinho, os Púlpitos possuem enquadramento das portas e suportes em pedra trabalhada, tambores em madeira com superfícies onduladas, e esculturas em baixo-relevo reproduzindo cenas do Novo Testamento nas faces centrais. O Altar-Mor foi executado em 1806 pelo entalhador Francisco Vieira Servas, seguindo o mesmo risco do autor das outras obras, porém não apresenta o mesmo apuro técnico.

Um dos destacados Templos de Sabará é a Igreja de Nossa Senhora do Ó que, construída por volta de 1720, sofreu em 1929, algumas alterações a mando do presidente do Estado. Sua originalidade está registrada em sete painéis em estilo e motivos chineses, atribuídos ao pintor Jacinto Ribeiro, natural da Índia e residente na Capitania desde 1711. Contrariando o fausto da maioria das Igrejas Mineiras do período, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Barra tem uma pobre ornamentação no seu interior. Além disso, sua construção iniciada no final do século XVIII estendeu-se por praticamente todo o século XIX, sendo que algumas partes da obra continuam inacabadas.

A Igreja de Sant'ana, por sua vez, foi construída na metade do século XVIII, sendo que o atual edifício é uma reconstituição do IPHAN, que o tombou em 1950 em estado de completo abandono. Já a Igreja de São Francisco de Assis, erguida no século XIX, parece ter problemas similares à sua contemporânea Igreja do Rosário, sendo que as obras de ornamentação ficaram inacabadas. Os Passos do Carmo e da Rua Sapucaí fazem parte da tradição mineira do século XVIII de construir pequenas capelas em que ficam registradas cenas dos episódios da Paixão de Cristo, tomando parte nas comemorações da Semana Santa. No entanto, os dois Passos têm uma conservação e uma riqueza estética desigual, sendo o Passo do Carmo superior ao encontrado na Rua Sapucaí nestes dois quesitos. Por fim, dentre os chafarizes que abasteciam a população da cidade, o do Caquende parece ter sido o mais popular, dando origem a várias lendas, enquanto que o do Rosário registraria uma qualidade estética mais refinada.

Povoado formado já no final do século XVII, Sabará gozou de poderio e riqueza ao longo do século XVIII. Depois de elevada a condição de Vila Real em 1711, foi escolhida, em 1714, para ser a sede de uma das quatro comarcas em que a Capitania de Minas foi dividida pelo Império. A extração de ouro neste período fez da Vila um dos núcleos de mineração mais importantes da América Portuguesa, tanto assim que a Coroa fez instalar em Sabará a Casa da Intendência para a cobrança do quinto. Nesse período a Vila viveu seu apogeu, criando um estilo suntuoso e luxuoso de vida por parte de alguns habitantes.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Na Rua D. Pedro II, o estado de conservação é bom, talvez por ser a Rua principal da Cidade. É onde está situada a Prefeitura, o Teatro e a sede de diversos órgãos públicos.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Há um crescimento dinâmico na Rua Pedro II, porém é ordenado devido à restrição do tombamento quanto à taxa de ocupação, gabarito e substituição de imóveis. O uso é predominantemente de comércio e serviços, mais concentrado no centro urbano, próximo à Igreja do Rosário. No restante da Cidade o crescimento tem sido desordenado, mas de ocupação horizontalizada. Há um processo de rápido crescimento degradado nas periferias, devido a conurbação com Belo Horizonte.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Na Rua D. Pedro II não ocorre crescimento desordenado, mas no entorno próximo e distante sim, e nas periferias também. Os fundos dos vales e as encostas de morro são pano de fundo do Sítio Histórico e estão sendo afetados. Sabará faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sofrendo o processo de conurbação. Suas áreas funcionam como periferia de Belo Horizonte, com loteamentos clandestinos e também legalizados, porém inadequados, com lotes pequenos, e não obedecendo integralmente à Legislação Federal, com a reserva de 25% da área para equipamentos públicos, destinados à ocupação de moradias populares.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Na Rua D. Pedro II não ocorrem processos erosivos. Há casos isolados de má conservação, pois o local é o centro comercial, bem valorizado, com casas de boa qualidade. Em casos isolados há o problema de ataque de insetos xilófagos, infiltrações e fiação elétrica.

A ocupação das encostas e a retirada da cobertura vegetal têm causado erosão e interferência na ambiência.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura tem uma Secretaria de Turismo e Cultura e um Conselho Municipal do Patrimônio. A equipe técnica municipal conta com arquiteto, geógrafo, engenheiro, pessoal da área de biologia e de planejamento turístico que estão estudando a regulamentação do PD, a legislação urbanística e a valorização do turismo. Está em andamento um projeto de saneamento e tratamento das encostas, e outro de tratamento paisagístico das margens dos Rios Sabará e das Velhas e da lagoa, para lazer contemplativo.

A 13ª SR mantém um Escritório Técnico em Sabará com um arquiteto, uma secretária e um estagiário de nível superior.

Há um entrosamento muito positivo entre a Prefeitura e o IPHAN. Existe um termo de cooperação técnica entre a Prefeitura, o IPHAN, o IEPHA e o CREA para criar uma comissão de análise e aprovação das intervenções na área de proteção.

A fiscalização da Prefeitura e do IPHAN são rotineiras, sendo a do órgão de preservação mais incisiva.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe um Plano Diretor, com diretrizes, e uma minuta de legislação de ocupação e uso do solo urbano, meio ambiente e zoneamento que é compatível com a preservação. Não tem código de obras. O código de posturas é antigo.

Não tem inventário ainda. Embora o número de imóveis na área tombada seja em torno de 150, a estimativa para a elaboração do inventário é de 500. Planta cadastral utilizada pelo IPHAN, Prefeitura e Fundação João Pinheiro baseada em aerofoto.

Inventários do IPHAN de Bens Móveis e Integrados dos Imóveis Tombados: sede da Prefeitura e suas outras propriedades, Casa Azul, Igrejas Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Mercês, de São Francisco de Assis, de Santana do Arraial

Velho, Passos do Carmo e da Sapucaí, Capelas Nossa Senhora do Ó e de Santo Antônio em Pompeu, Hospício da Terra Santa, e de monumentos não tombados.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade não é participativa e a mobilização não é muito forte. Os Conselhos possuem membros das entidades civis.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A participação do setor privado não é expressiva. Como Sabará faz parte da RMBH, ela está incluída no roteiro turístico da região.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Existem muitas festas na cidade: religiosas, folclóricas, da Jabuticaba, Festival da Cachaça, as festas no tradicional Clube do Cravo Vermelho. Existe um artesanato razoável com cursos para artesãos nas áreas de culinária, licores, bordados. Em Sabará existe um grupo de artesãos que produzem até hoje flores artificiais, na técnica do século XVIII, para enfeitar os altares das igrejas e os oratórios. Essa tradição ainda é viva na cidade, e no Museu do Ouro existe um espaço onde se dão cursos nessa arte.

O IPHAN é responsável pelo Museu do Ouro e a Casa de Borba Gato, que são muito visitados.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Santa Bárbara

(2) MUNICÍPIO:

Santa Bárbara

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Igreja Matriz de Santo Antônio, 168-T-38

13/06/38

LBA insc. 109, fl.20.

Casa no Largo do Rosário, 513-T-39

29/11/54

LBA insc. 419, fl. 80.

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Capela da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco

IEPHA e Município

Igreja de Nossa Senhora das Mercês

IEPHA e Município

Capela do Senhor do Bonfim

IEPHA e Município

Igreja Nossa Senhora do Rosário

IEPHA e Município

Parque Municipal "Recanto Verde"

Município

Prédio do Antigo Patronato Afonso Pena

Município

Praça Leste de Minas

Município

Casa de Cultura, no Largo do Rosário

Município e Iphan

Igreja do Cemitério

Município

Casa da Rua Tenente Carlos 112

Município

Escola Nossa Senhora do Sagrado Coração

Município

Ruínas do Hospital Velho

Município

Chafariz do Brumal

Município

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Casa de Cultura, no Largo do Rosário.



Igreja Matriz de Santo Antônio

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Centro Histórico compreendendo Sede, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Capela da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco, Capela do Senhor do Bonfim, Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Decreto Estadual nº 29.399, de 21/04/89.

Centro Histórico do Distrito de Brumal, Decreto Estadual nº 29.399, de 21/04/89.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Centro Histórico; Conjunto Paisagístico da Praça Cleves de Faria.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Santa Bárbara é uma cidade oriunda do ciclo do ouro, com um acervo colonial significativo, com a Matriz de Santo Antônio e a Casa de Cultura tombadas pelo IPHAN, um tombamento de conjunto pelo Estado e vários Tombamentos Municipais no Núcleo Urbano. Existem ainda Tombamentos Federais, Estaduais e Municipais em distritos.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



- A. Cadeia Pública;
- B. Igreja Matriz de Santo Antônio;
- C. Prefeitura Municipal;
- D. Antigo Hotel Quadrado;
- E. Casa Afonso Pena;
- F. Estádio Municipal Raimundo Edson de Costa;
- G. Casa da Cultura;
- H. Igreja do Rosário;

- 1. Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração;
- 2. Prédio do Antigo Patronato Afonso Pena.

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

135

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

27

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio acautelado tem conformação urbana do século XVIII, marcado por um traçado irregular sobre o terreno de topografia acidentada, demonstrando um crescimento orgânico da povoação, conseqüência do assentamento aleatório das edificações.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área definida pelo IEPHA contém as principais edificações cívicas da povoação, mas a área histórica da Cidade é bem mais ampla do que a selecionada.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1704
Fundação do município:	1839
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os Bens Tombados inseridos no Centro Histórico de Santa Bárbara são a Igreja Matriz de Santo Antônio (religioso, início do séc. XVIII), a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (religioso, início do séc. XVIII), a Igreja de Santo Amaro (religioso, séc. XVIII) e o Centro de Cultura (habitação, fins do séc. XVIII).

A Igreja Matriz de Santo Antônio começou a ser erguida no começo do século XVIII, por iniciativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento. As Irmandades do Santíssimo reuniam então os elementos mais abastados da sociedade e lideravam o esforço coletivo para a construção dos templos locais, arregimentando os demais setores sociais que, por meio de sua Irmandade, constituíam seus oragos nos altares laterais. Ambicionando sempre a edificação de templos monumentais, as Irmandades esbarravam em dificuldades materiais que reduziam o ritmo ou interrompiam as obras, muitas vezes arrastadas por todo o século XVIII, como é o caso da Matriz de Santa Bárbara. Assim, a Matriz resume etapas construtivas e soluções estéticas de diversos momentos dos séculos XVIII e XIX, destacando-se as pinturas do Mestre Athayde na Capela-Mor.

Se existe uma rica documentação preservada a respeito da Igreja de Santo Antônio, o mesmo não pode se dizer da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Sabe-se apenas que sua construção estendeu-se por um longo período, com as obras e a ornamentação se dando até pelo menos 1780. Várias alterações

também aconteceram com a construção da Igreja de Santo Amaro, um dos melhores exemplares da primeira fase do barroco mineiro, verificando-se reformas e obras de complementação até meados do século XIX. A Igreja foi construída no atual Distrito de Brumal, distante duas léguas do antigo arraial de Santo Antônio de Santa Bárbara. A escassa produção aurífera, se comparada a Santa Bárbara, não impediu que se consolidasse em torno da Capela de Santo Amaro - que tem seu pedido de edificação datado de 1727 - um povoado. Já o único edifício não religioso do Conjunto foi coincidentemente a residência de um padre que a mandou erguer no fim do século XVIII. É, segundo o IPHAN, o mais destacado exemplar da arquitetura civil existente na Cidade, que remonta ao século XVIII. Foi durante algum tempo sede da Agência dos Correios e abriga desde 1984 a Casa de Cultura local, que tem como objetivo a "preservação" e os "resgate" da história e da cultura da Cidade.

O povoado de Santa Bárbara começou a se formar em 1704, quando lá fixaram-se alguns bandeirantes vindos principalmente de Catas Altas. A produção aurífera fez a população crescer rapidamente, sendo elevado, já em 1724, a distrito. Foi fundado em Santa Barbara, no século o XIX, o Santuário e Colégio do Caraça que, alcançando fama em todo Império, é indicativo do poderio das elites da Região mesmo depois do "ciclo do ouro". Em Santa Bárbara, como outros remanescentes do século XIX podem ser citados o Chalé Barroco, na Avenida Governador Valadares, e a Casa de Afonso Pena. O Centro Histórico de Santa Bárbara é um registro da riqueza e da opulência do período mais promissor da extração aurífera.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

De uma maneira geral o Conjunto está conservado, em estado razoável. A Matriz de Santo Antônio está sendo restaurada. As demais igrejas estão bem conservadas, passando por um processo de restauração, com revisão da parte elétrica de algumas já elaborada e de outras ainda a ser feita.

Dentro do Sítio Histórico Tombado pelo IEPHA/MG e pelo Município, existe um casarão, na Praça Cleves de Faria, que está sendo restaurado para ser transformado numa pousada, mas não tem a aprovação do órgão estadual.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Não há legislação urbanística. O crescimento é desordenado. Não há a tendência de substituição do uso residencial.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTO NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O controle do uso do solo é feito ao sabor das conveniências políticas. Dentro do Centro Histórico existe um prédio de 3 pavimentos, com comércio no térreo e uso residencial nos andares superiores, o que produz um impacto negativo no Conjunto. Ao lado deste existe uma padaria onde está sendo construído um outro pavimento, alterando a volumetria tradicional.

Existem problemas de impacto ambiental, o CODEMA local é atuante, mas tem sérias dificuldades para aplicar a legislação.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A Cadeia está numa situação precária depois que os presos atearam fogo ao prédio. Existe intenção de transformá-la em museu.

O prédio da Casa de Cultura, de propriedade do IPHAN, foi cedido à Prefeitura com a condição de ser conservado, mas está com problema estrutural e de ataque de cupins.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Existe Secretaria e Conselho de Cultura Municipais, mas sem poder político. Existe um Plano de Política Cultural que não é utilizado. A fiscalização da Prefeitura é casuística, dependendo da relação política do proprietário com a administração local. A atuação do IEPHA não é respeitada, haja visto o caso de demolição de imóvel de interesse cultural com reconstrução, indevidamente sendo considerada como restauração.

O Município está se utilizando dos incentivos culturais da legislação do ICMS.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A Lei Orgânica não é compatível com a preservação, com artigos ambíguos, que permitem várias interpretações. Não existe Plano Diretor. A Lei de Uso do Solo não é aplicada. Inventários do IPHAN, de Bens Móveis e Integrados das Matrizes de Santo Antônio e de Santo Amaro em Brumal. Plantas cadastrais da CEMIG, ortofoto e mapa digitalizado da sede com arruamento e principais edificações, TELEMIG, IBGE e Associação dos Municípios do Médio Piracicaba.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem associações de bairro e vários Conselhos Municipais, mas não exercem fortemente o papel de cidadania, exigindo melhorias de serviços públicos para os bairros.

A Associação dos Artesãos é muito participativa.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A Companhia Vale do Rio Doce está patrocinando a restauração da Matriz de Santo Antônio.

A Companhia Vale do Rio Doce e a São Bento patrocinaram a restauração da Igreja do Rosário.

A participação do setor privado geralmente acontece pela iniciativa e relação do vigário com a empresa.

O setor turístico desenvolve ações isoladas. Santa Bárbara recebe alguns turistas que visitam as cidades do Ciclo do Ouro. As escolas promovem excursões de alunos para visitar as Igrejas da Cidade.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As festas tradicionais estão tomando outra conotação. Na Festa do Padroeiro, por exemplo, não existem mais as barraquinhas, e sim procissão de carros. Na Semana Santa, estão retomando a encenação ao vivo, mas não existem mais as procissões a pé.

O Carnaval é muito festejado.

A Casa de Cultura, localizada na antiga Praça Central, no Largo do Rosário, promove eventos, divulga informações sobre patrimônio cultural e abriga a exposição de artesanato.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Santa Luzia

(2) MUNICÍPIO:

Santa Luzia

(3) ESTADO:

MG

(4) SR IPHAN

13^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:
TOMBO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE

Recolhimento de Macaúbas ou Convento de Macaúbas, 420-T-49
fl .86

08/02/63

LBA inscr.471,

Casa na Praça da Matriz, Quartel General dos Revolucionários, 419-T-50
LBA inscr. 272, fl.46

08/05/50

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Igreja Matriz de Santa Luzia, Decreto
Estadual nº 17.779 de 09/03/76

IEPHA e Município

Mosteiro de Macaúbas, Decreto
Estadual nº 19.347 de 22/08/78

IEPHA e Município

Casa à rua Direita 101, Decreto
Estadual nº 18.531 de 02/06/77

IEPHA e Município

Conjunto Residencial, Rua Felipe Gabrich, 229

Município

Conjunto Residencial, Praça Pres. Vargas, 61

Município

Conjunto Residencial, Rua do Comércio, 427 e s/nº

Município

Igreja São João Batista (Praça São João)

Município

Conjunto Residencial, Rua do Carmo, 943

Município

Fazenda Boa Esperança

Município

Monumento a Duque de Caxias e Trincheira
dos Revolucionários (bairro 42)

Município

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Centro Histórico de Santa Luzia, homologado em 28 de dezembro de 1998, com perímetro menor que o de interesse paisagístico.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Conjunto Arquitetônico e Histórico, coincidente com o Estadual, com 70 monumentos listados;

Conjunto Ferroviário: Estação e residência à Praça Pres. Vargas 61, e 3 casas à Rua Barão do Rio Branco: 16, 48, 80.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Em Santa Luzia estão localizados dois Tombamentos Federais, sendo a Casa da Praça da Matriz que serviu de Quartel-General dos Revolucionários em 1842, no Centro Histórico, e o Mosteiro de Macaúbas, mais afastado, entretanto ainda no Distrito Sede. O Estado fez o Tombamento do Conjunto de seu Centro Histórico, assim como os Tombamentos Isolados da Casa à Rua Direita 101 e do Mosteiro de Macaúbas. O Município tombou o Centro Histórico, edificações isoladas, conjunto de arquitetura ferroviária, Monumento a Caxias e Fazenda Boa Esperança, abrangendo área bem maior que o centro.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



Fonte: mapa digitalizado do iepha / mg

PERÍMETRO DA ÁREA TOMBADA PELO ESTADO E MUNICÍPIO

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

465

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

93

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O município de Santa Luzia é integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O seu Distrito de São Benedito, por sua proximidade com Belo Horizonte, já se encontra totalmente conturbado com a Região Metropolitana. Existem ainda três Distritos Industriais no Município, com grandes empresas funcionando na região, dando uma característica semelhante à das grandes metrópoles brasileiras. A Sede, porém, ainda guarda características de cidade interiorana, com seus Monumentos preservados, a despeito das novas edificações descaracterizantes na área periférica ao Tombamento Estadual.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

No centro concentram-se as edificações históricas, porém, fora dele existem exemplares significativos, sendo o maior deles o Mosteiro de Macaúbas.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1692
Fundação do município:	1847
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1780-1820

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Os Bens Tombados inseridos no Centro Histórico de Santa Luzia são a Igreja Matriz de Santa Luzia (religioso, século XVIII), o Recolhimento de Macaúbas (cultural, 1733) e a Casa na Praça Matriz (habitação, início do século XIX).

O Guia dos Bens Tombados de Minas Gerais oferece poucas informações sobre a construção da Igreja Matriz de Santa Luzia. Sabe-se, no entanto, que o Templo sofreu diversas reformas que, nos termos do Guia, acabaram por descaracterizá-la totalmente. Contemporânea à Matriz, o Recolhimento de Macaúbas, hoje um convento, foi erguido no local onde havia desde 1714 um colégio de meninas. O prédio que conhecemos só foi construído em 1733, três anos depois de receber benefícios de D. João V. Anibal Mattos descreve as realizações da antiga escola atribuindo-lhe certa evidência dentro do Império, que seria confirmada pela proteção real concedida algum tempo depois do início dos seus trabalhos.

Fundada quase um século depois, a Casa da Praça Matriz é lembrada por motivos bem diferentes. A habitação serviu de abrigo para os Revoltosos Liberais em 1842 quando estes ficaram encurralados pelas tropas do Barão de Caxias. Segundo o Guia dos Bens Tombados, a Casa registrou a violência do combate com marcas de bala em toda fachada.

A participação de Santa Luzia neste episódio parece ser o aspecto mais importante da história da Cidade. A Revolta comandada pelos Liberais Mineiros, alguns meses depois de deflagrada a rebelião em São Paulo e já sob a maioridade, teve sua cena final no povoado em 20 de agosto de 1842 esta passagem da Enciclopédia dos Municípios é um pouco confusa. Este parece ser o fato mais singular nesta Cidade que surgiu como boa parte dos Municípios Mineiros seguindo o rastro do ouro.

O Conjunto do Centro Histórico de Santa Luzia, cidade vizinha de Belo Horizonte, parece pouco harmônico. Tanto a arquitetura quanto às Representações Históricas dos Monumentos são bastante diversas.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado de conservação do Sítio é razoável. As construções recentes fora do Centro Histórico e na parte baixa da Cidade, na região da estação ferroviária, descaracterizam o Conjunto. Há algumas residências que foram descaracterizadas, como na Rua do Serro, por exemplo.

A Matriz foi restaurada há mais de 5 anos pela comunidade, com o acompanhamento do IEPHA/MG, e foi uma obra muito bem feita. No início do ano 2000 foi realizada a pintura externa da Igreja.

O Mosteiro de Macaúbas está sendo restaurado pela comunidade segundo orientações do IEPHA/MG. Inicialmente a obra foi patrocinada pela Companhia Vale do Rio Doce, mas os recursos esgotaram-se. Faltando ainda projeto e restauração de elementos artísticos.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Por fazer parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e por ser cidade com Distritos Industriais em expansão, com empresas de porte, Santa Luzia sofre processo de crescimento muito rápido, desordenado,

com ocupações regulares, irregulares, clandestinas e invasões. A legislação chega a ser omissa, o novo código de obras ainda não foi aprovado, estando ainda em discussão, vigora o Código de 1992, que praticamente foi copiado de outra cidade. Na área do Centro Histórico as diretrizes de intervenção do IEPHA/MG controlam a ocupação.

Não há abandono de imóveis e existe uma tendência de substituição do uso residencial.

Uma parte do Município de Santa Luzia apresenta os problemas típicos da conurbação, com processo de periferização e até favelização.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A instalação recente de antenas de telefonia, apesar de estar a 1 km da Matriz, portanto fora do perímetro de entorno aprovado pelo IEPHA/MG, que é de 100 m, causa impacto na paisagem histórica, inclusive à noite, por atender às normas de balizamento noturno. A Prefeitura demonstrou preocupação com a preservação de sua paisagem histórica ao autorizar a instalação a uma distância maior que a exigida pelo IEPHA/MG.

Ao norte da Cidade, no lado oposto ao de Belo Horizonte, a paisagem ainda é bastante rural. É aí onde se situa o Mosteiro de Macaúbas, à margem do Rio das Velhas.

O turismo é insignificante no Município.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Não há traços de deterioração nos Monumentos Principais. Em algumas residências particulares, há problemas de má conservação e descaracterização causados pela contingência econômica de seus proprietários, principalmente na Rua do Serro.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

O Centro Histórico de Santa Luzia é tombado pelo Estado e pelo Município. Na instância estadual o tombamento foi questionado, os proprietários entraram com recurso administrativo e o processo está na Procuradoria do Estado para elaborar o parecer para o governador.

Quanto aos Bens Tombados isoladamente, que são Monumentos significativos para a população, a comunidade arrecada fundos para suas restaurações, trabalhando junto ao órgão de preservação estadual.

O IEPHA/MG tem diretrizes para intervenção no Conjunto Tombado. O Município conta com Secretaria de Cultura e de Obras e Conselho do Patrimônio.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A Lei Orgânica, de 1990, relacionou diversos Bens e os colocou sob proteção especial do Município, declarando que, sua conservação é de interesse público por seus valores históricos e artísticos. A Lei de Uso do Solo, de 1992, estende a proteção aos setores considerados especiais, espaços ocupados por esses edifícios e suas vizinhanças. O novo Código de Obras ainda não foi sancionado, estando em vigor o de 1992, que é omissivo quanto à preservação.

Foi realizado o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de MG - IPAC, pelo IEPHA, em 1984.

Cartografia básica: CEMIG (mapas 1:1000 e 1:5000 e ortofotocarta 1:10000); Mmapa do Tombamento digitalizado, com lotes e curvas de nível, não atualizada, disponível no IEPHA / MG; planta cadastral atualizada da Prefeitura.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade ligada à Matriz tem uma associação muito atuante, tanto nas questões ligadas à sua Igreja, quanto em relação à Cidade. Essa associação arrecadou fundos para a restauração da Matriz.

O Mosteiro de Macaúbas está sendo restaurado pela comunidade.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A restauração do Mosteiro de Macaúbas começou a ser restaurado com recursos, já esgotados, da empresa Campanha Vale do Rio Doce.

O SECS/MG, por meio do Liceu de Artes, Cultura, Esportes e Saúde de Santa Luzia, participa do desenvolvimento sócio-cultural do Município, tendo publicado, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, o trabalho didático e explicativo para a população "Santa Luzia - Seu Patrimônio Artístico/Cultural," sobre a História, Patrimônio e Tombamentos no Município pelas três esferas.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As festas principais da Cidade são: Festa de São Benedito, em janeiro; Festa do Divino, em dezembro; Festa de Nossa Senhora do Rosário, em outubro, quando grupos locais revivem o congado; Festa de Santa Luzia, a padroeira, em 13 de dezembro, com procissão; “As Pastorinhas”, em dezembro e janeiro, saem às ruas para visitação aos presépios.

A produção artesanal consta de bordados do Asilo São Jer nimo, panelas de barro do povoado de Pinh es, rendas de bilros e vinhos caseiros do Mosteiro de Macaúbas.

Ficha de Informações Básicas

Sítios Históricos Urbanos Nacionais



Angra dos Reis - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Mambucaba Localidade de Mambucaba

Nova Friburgo - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas

Parati - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati

Petrópolis - Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeller
- Conjunto Urbano e Paisagístico da Companhia Petropolitana de Tecidos (Casactinha)

Rio de Janeiro - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Morro do Valongo

- Área Central da Praça XV de Novembro

Vassouras - Conjunto Urbano Paisagístico de Vassouras

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Angra dos Reis - Centro Histórico (igrejas e sobrados)

Itaboraí - Praça Central (Igreja Matriz São João Batista e casa do Visconde de Itaboraí)

Rio de Janeiro - Catete (Palácio do Catete com respectivo parque e conjunto arquitetônico)

- Cinelândia (Biblioteca Nacional, Passeio Público e chafariz Praça Mahatma Gandhi)

- Praça Tiradentes (Igreja do Santíssimo Sacramento, Solar V. Rio Seco e Monumento D. Pedro I)



Rio de Janeiro

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Localidade de Mambucaba, 816-T-89

(2) MUNICÍPIO:

Angra dos Reis

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6**a****CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Localidade de Mambucaba

(6) DATA:

11/12/1969

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 47, fl. 11

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

1 . 2 5 6

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Foto década de 1970 – arq. IPHAN

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Legislação municipal de ordenamento urbano que prevê trabalho em conjunto com o IPHAN.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

250

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

50

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Todo o núcleo está abrangido pelo Perímetro Tombado. A Cidade se desenvolve a partir da Igreja, situada na praça principal, articulada com o fundeadouro. Implantação urbana típica do período de colonização, resultante também da localização entre o mar e a montanha.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área Tombada abrange toda a comunidade, estando delimitada por um raio de 2Km, em torno do adro da Igreja do Rosário.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1554
Fundação do município:	1608
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1 8 6 0 - 1 9 3 0

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

As primeiras notícias referentes ao povoado de Mambucaba remontam a 1554, antes mesmo da colonização de Angra dos Reis, Município ao qual atrelou seu desenvolvimento posterior. A posição portuária de Angra dos Reis favoreceu a atividade de piratas estrangeiros nos séculos XVI e XVII. No século XVIII, a Região conheceu grande atividade ligada ao comércio de escravos, café e cachaça. Era ponto terminal de uma das várias estradas que ligavam o litoral sudeste à região das minas. Mambucaba localiza-se no caminho para Parati, cerca de 50 km do centro de Angra dos Reis.

Atualmente, em termos de edifícios da época, resta pouca coisa. O largo principal é o do Rosário, onde se localiza a Igreja do Rosário (religioso, 1834), construída em substituição a uma primitiva capela. Em torno dele, numa área de raio de 2 km, encontram-se doze sobrados em ruínas, alguns casebres, dois engenhos de açúcar e quatro de aguardente, que documentam a relação da localidade com a economia da América Portuguesa nos séculos XVII, XVIII e XIX. Por outro lado, a Região possui rica vegetação da Mata Atlântica, sendo sua praia uma das mais visitadas por turistas.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado do Sítio, mais amplo, abarcado pelos 2km de raio definido pela poligonal de tombamento, não é dos melhores, já tendo havido diversos acréscimos de novas construções no local. O Centro Histórico, propriamente dito, encontra-se mais preservado, apesar das edificações do local apresentarem-se de forma bastante degradada. Não houve intervenções recentes do IPHAN no local.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Devido ao fato da poligonal de tombamento ser muito ampla, o problema pode ser analisado sob dois aspectos: o da Área Tombada como um todo e o do Centro histórico. A área maior, de 1.256ha, apresenta-se problemática, em termos de crescimento desordenado, apesar do problema não ser agudo, pois as pressões imobiliárias no local ainda não são tão fortes quanto em outras áreas. O Núcleo Urbano apresenta-se mais preservado, do ponto de vista de tendências de uso e ocupação do solo, mas os problemas apontados tendem a comprometer a preservação do sítio.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Como fatores de degradação do Sítio deve-se apontar, como relevantes, a falta de uma política urbana que leve à revitalização ordenada do sítio que, de outra forma, continuará a apresentar os problemas de decadência observados.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Há problemas generalizados, em diversas edificações, causados por insetos xilófagos e má conservação dos prédios Pintura: infiltrações, entre outros.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Há Legislação Municipal específica, mas não há um gerenciamento especial, com infra-estrutura para a Área. As ações em cooperação com o IPHAN também se dão de forma esporádica e assistemática.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe uma Legislação Municipal para a área (Lei nº 158, de 22 de abril de 1982). Esta prevê a consulta prévia ao IPHAN em qualquer caso de intervenção, garantido sua compatibilidade com a preservação do espaço. Não há informações maiores disponíveis sobre o Bem.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe mobilização por parte da comunidade, mas, do ponto de vista da preservação, pode-se considerar esta como sendo desprezível.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não há.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Nenhuma manifestação cultural expressiva.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas, 833-T-71

(2) MUNICÍPIO:

Nova Friburgo

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas

(6) DATA:

04/07/1972

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP, inscr. 50, fl. 12.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

3,5

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há. Existem tombamentos isolados.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

São os seguintes os Bens Tombados na área: Escola Estadual Ribeiro de Almeida; Antiga residência do Barão de Nova Friburgo, atual Câmara Municipal e Biblioteca de Nova Friburgo; Catedral Metropolitana de São João Batista, antiga Igreja Matriz.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
 (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
 (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

150

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

30

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Praça Getúlio Vargas desenvolveu-se em um vale cercado de elevações com encostas íngremes, determinando os eixos de expansão da povoação original, condicionada pela topografia. O arruamento e a divisão dos quarteirões são irregulares.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
 (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
 (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Praça Getúlio Vargas é um espaço na urbe, representativo da arquitetura e urbanismo do início do século XIX e produzida por imigrantes.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1820
Fundação do município:	1820
Datação genérica (origem):	1820-1860
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Nova Friburgo surgiu com a imigração de suíços para o Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, a criação da colônia foi aprovada por D. João VI em 1818. O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas esta localizada no centro da Cidade, no lugar da antiga Praça Quinze de Novembro. A praça atual, foi desenhada pelo arquiteto e paisagista Glaziou no final do século XIX, compreende altos eucaliptos, uma fonte luminosa, um coreto, canteiros floridos e árvores plantadas simetricamente. Trata-se de área de lazer de moradores e turistas, que documenta a influência, bastante forte em muitas cidades brasileiras no final do século XIX, de estéticas e concepções urbanísticas européias.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

A Praça foi bastante modificada, tanto nos jardins quanto nas extremidades: ao sul foi criada a Praça Demerval Barbosa; e ao norte, em 1996, foi construído um terminal Rodoviário. Quanto ao casario ao redor, foi em grande parte substituído por prédios mais altos. Não aconteceram intervenções recentes do IPHAN na área.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO**(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:**

A área imediata do Sítio Tombado é protegida por legislação de entorno do IPHAN, de forma que há um certo controle quanto ao crescimento urbano do Sítio, embora exista uma tendência, ainda não acentuada, de mudança do uso dos imóveis. A Cidade, por encontra-se no perímetro definido como "Grande Rio", sofre pressões de expansão muito fortes, que estão resultando em adensamento e verticalização.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO**(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:**

Foram observados problemas também relacionados ao trânsito intenso nessa área.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Não há problemas maiores, além dos ocasionados por conservação descuidada e inconstante de alguns prédios, mas que não chega a prejudicar o conjunto.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há um gerenciamento especial com infra-estrutura para a Área. As ações em cooperação com o IPHAN também se dão de forma esporádica e assistemática.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A legislação municipal existente leva em conta as determinações de preservação do IPHAN. Existe inventário dos Bens de valor cultural do Município, levantado pelo INEPAC, órgão de preservação do Estado.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem associações de moradores e ONGs ligadas às atividades culturais, sendo que algumas, como a Associação Comercial, têm setores específicos que tratam da questão cultural.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Existe um certo interesse dos grupos privados na questão de preservação do Patrimônio, mas, especificamente para o Sítio Tombado, a participação do setor privado ainda é reduzida.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Não há.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati, 563-T-57 (obs. 1 e 2)

(2) MUNICÍPIO:

Parati

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6

a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati, Separadamente o Edifício da Santa Casa (Proc. 563-T-57)

(6) DATA:

13/02/1958

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 17, fl.4; LBA, insc. 441, fl. 82

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

10 de 24/ 09/ 1981

(9) ÁREA (em ha):

7

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

O Centro Histórico e seu entorno.

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

- 1 - Igreja de Nossa Senhora das Dores, 657-T-61;
- 2 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 658-T-61;
- 3 - Igreja de Santa Rita, 656-T-61;
- 4 - Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, 655-T-61;
- 5 - Forte Defensor Perpétuo, 532-T-55.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Vista geral da cidade de Parati pelo mar



Vista aérea da cidade de Parati (Cais e Praia Terra Nova)

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe uma proteção estadual para o Bairro Histórico de Parati, sendo inclusive anterior à proteção Federal. No que se refere a áreas ambientais, a Legislação Estadual é mais recente.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe Legislação de Tombamento na instância Municipal. O trabalho do IPHAN na área é considerado suficiente.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.000

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

400

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado corresponde ao Centro Histórico. Porém, como o Município de Parati é Tombado, o IPHAN trabalha mais detalhadamente com o Sítio Histórico e também com a Área de expansão.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Tombado ocupa a parte mais antiga da área urbana, inserida no Município Tombado.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1597
Fundação do município:	1660
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Parati surgiu como porto exportador de açúcar, estando privilegiadamente situado em uma encruzilhada de dois caminhos que interligavam São Paulo e Minas Gerais. Logo prosperou em razão do ouro no século XVIII, mas declinou com a abertura do "Caminho Novo" entre Rio e Minas. No século XIX, voltou a ter importância como porto exportador, desta vez com a produção de café e aguardente no século XIX, metade dos engenhos do Rio de Janeiro localizavam-se em Parati.

Seu Conjunto Arquitetônico é um exemplo de cidade colonial da América Portuguesa, inteiramente tombada pelo IPHAN. Dentre as cidades fundadas nos séculos XVII e XVIII, foi uma das que posteriormente melhor preservou a disposição dos logradouros, a arquitetura civil e religiosa. No século XVIII, chegou a possuir 1.700 casas e sobrados com portais coloridos, sacadas de ferro batido, obras de talhas e mármore, mosaicos e ladrilhos franceses e ruas calçadas com pedras redondas, em muitos casos, somente a fachada original foi preservada, tendo sido alterados radicalmente os fundos e as próprias estruturas internas das moradias. Deste período, ainda existem numerosos e bem preservados sobrados, de altas portas, paredes espessas, sacadas de ferro e lampadários. As ruas estreitas, que foram calçadas pelos escravos, as igrejas, a cadeia, o grande Casarão do Fórum, com as janelas voltadas para a Baía, as casas baixas de um só piso e os três engenhos remanescentes formam um abundante Conjunto Arquitetônico.

Do Sítio Histórico Urbano mereceram tombamento especial do IPHAN: o Forte Defensor Perpétuo (militar, 1822), a Capela de Nossa Senhora das Dores (religioso, 1800), a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios (religioso, 1787), a Igreja Santa Rita de Cássia (religioso, 1722), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (religioso, 1725) e a Santa Casa de Misericórdia (público, século XIX).

O Forte Defensor Perpétuo foi erguido entre as praias do Pontal e da Jabaquara. Visando a defesa do tráfego marítimo, fortificou-se a Baía, com o rearmamento de alguns fortes existentes nas ilhas e a construção do Forte em situação estratégica: permite visão panorâmica do oceano. Dos sete fortes que protegeram Parati de invasão de corsários, no período em que a Cidade recebia ouro das Minas Gerais para enviar a Portugal, este é o único existente. Foi reformado em 1822 e desapropriado em 1971, passando a abrigar o Centro de Artes e Tradições Populares de Parati.

A Capela de Nossa Senhora das Dores é a menos opulenta das igrejas de Parati, tendo sido construída por uma irmandade de mulheres, abrigando um cemitério particular. Foi reconstruída em 1901.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a maior da Cidade, teve sua construção iniciada em 1787, mas ficou inacabada e passou por sucessivas adições em sua estrutura e fachada. Atualmente sedia festas típicas e tradicionais da Região, como as do Divino Espírito Santo, da Padroeira e as cerimônias da Semana Santa. Abriga também a pinacoteca da Cidade.

A Igreja de Santa Rita de Cássia é considerada a mais antiga edificação religiosa da Cidade. Sob o ponto de vista da história da arquitetura, Lúcio Costa a toma como a mais preciosa de Parati. Atualmente é

utilizada como Igreja e Museu de Arte Sacra. Ela ainda conserva seu antigo mobiliário, lanternas em cobre, lavabos em cantaria, além das alfaias pertencentes às três irmandades de Parati: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Nossa Senhora dos Remédios e Santa Rita.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito foi erguida pelas irmandades de São Benedito e do Rosário dos Pretos, que nela realizavam festas. Junto a ela foi construído o cemitério de escravos.

A Santa Casa de Misericórdia foi erguida já no século XIX, tendo como pretexto a aclamação de D. Pedro Imperador do Brasil, em 1822. Assim, sua pedra fundamental foi lançada em 12 de outubro daquele ano. Trata-se de uma construção térrea que conserva rigorosamente o estilo arquitetônico típico do século precedente.

O Conjunto de Parati documenta não apenas sucessivas economias desenvolvidas na região Sudeste do Brasil, desde o século XVII, açúcar e ouro até o XX, café e aguardente, como também conflitos e estratificações sociais e diferentes formas de expressão cultural daí advindas.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado geral de conservação do Sítio é bom. A presença da Sub-regional - IPHAN na Cidade é da maior importância, pois favorece uma atuação ágil e constante do IPHAN sobre o Conjunto Acautelado. As intervenções são permanentes, considerando-se as alterações pretendidas pelos proprietários/moradores do Município.

Brevemente será implantado o Sistema de Esgotos, cabendo decidir a respeito da localização da Estação de Tratamento, de maneira a não prejudicar o Conjunto Protegido.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Há uma tendência de crescimento constante e dinâmico nas partes novas da Cidade exercendo pressão para aprovação de loteamentos. No Bairro Histórico, por força do crescimento periférico, tem ocorrido uma modificação do uso residencial para comercial ou hotelaria, pousadas, albergues, para atender a procura turística.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Na Área Histórica, estão controlados estes fatores, embora sempre surjam problemas próprios de uma Cidade "sob pressão" das imposições do turismo.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Seria oportuno solucionar a questão da iluminação pública, hoje com grande número de postes e fiação aérea por toda a Cidade. Devido ao alto investimento de recursos para tornar a rede de eletricidade subterrânea, esta medida não foi apoiada pela CERJ. Já a questão dos esgotos vem sendo estudada com vistas ao controle das interferências no Bairro Histórico de Parati.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Existem diversas ações. A Legislação Estadual é anterior a do IPHAN, mas alguns decretos estaduais têm se voltado para as áreas naturais. Não há, contudo, estrutura física implantada pelo Estado para gerenciamento da Área. Por todo o Município ser tombado, pode-se dizer que os órgãos municipais ligados à questão urbana tratam do Sítio Protegido.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Os Plano Diretor, de Uso do Solo e Posturas, vigentes de implantação recente, foram iniciados em conjunto pelo Governo Federal/Estadual e Municipal, em reunião de apoio externo, por intermédio do IBAMA, adequando-se, portanto, à preservação do sítio.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe consciência do valor turístico da Cidade, por parte da população. As associações existentes, ONGs, entre outros, para determinados casos têm sido eficientes na participação de ações de proteção.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Tem havido investimentos de iniciativas particulares, especialmente em hotéis, pousadas, restaurantes, cartões de visitas da Cidade, passeios de escuna, etc. Estes investimentos, apesar de terem caráter puramente especulativo, por se voltarem para a questão turística, implicam em retorno para a proteção ao Patrimônio.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Principalmente as festas religiosas: do Divino, da Padroeira e de Santa Rita.

Observação:

1 - No tombamento foi dado destaque ao Edifício da Santa Casa.

2 - O processo foi rerratificado em 1974, de forma a incluir todo o município de Parati, de acordo com a inscrição nº 510, fl. 93 do LBA e insc. 63, fl. 14 do LAEP, ambas de 1/3/1974.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto e Urbano e Paisagístico da Avenida Koeller, 662-T-62

(2) MUNICÍPIO:

Petrópolis

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Urbano e Paisagístico da Avenida Koeller

(6) DATA:

8/6/64, 11/7/80 e 14/1/82

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP, insc. 34, 80 e 84, fl. 09, 22 e 24 (obs)

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

213/ 96 de 14/ 05/ 1996 (Entorno)

(9) ÁREA (em ha):

5

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PER. TOMBADO

(Nº e relação)

1 - Palácio da Princesa Isabel, 194-T-39

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Av. Koeller (panorama da Catedral)



Catedral de Petrópolis

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A Área em foco é tombada pelo Município. Trata-se do chamado “sobretombamento”.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

O conjunto da Avenida Koeller é tombado pelo Município.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



1-Palácio da Princesa Isabel

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

100

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

20

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Avenida corresponde ao primeiro Conjunto Urbano e Paisagístico Tombado pelo IPHAN na cidade de Petrópolis (em 1962). Localiza-se em um dos vales que contornam a Cidade, acompanhando pelas duas margens a calha do Rio Palatino - antigo Córrego Seco. Neste Sítio encontram-se cerca de vinte edificações de arquitetura requintada. Numa das extremidades da Avenida, destaca-se a Catedral de São Pedro de Alcântara. O Tombamento foi ampliado e abrange hoje uma área bem maior. No contexto da Cidade, a Avenida Koeller é um pequeno trecho que guarda as características básicas do Núcleo Projetado.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Selecionado, Avenida Koeller, conserva a harmonia entre o urbanismo e a natureza, características do plano original da Cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1844
Fundação do município:	1857
Datação genérica (origem):	1820-1860
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeller, localizado no centro da Cidade, compõe-se de várias casas, com diversidade de estilos e de características arquitetônicas, construídas entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. A Avenida Koeller, prevista pelo plano paisagístico da Cidade, de acordo com a planta de autoria do Major Júlio Frederico Koeller datada de 1846, tem início na antiga Praça São Pedro de Alcântara, onde se localiza a Catedral, e termina na antiga Praça D. Pedro, hoje Rui Barbosa. Ladeiam, as suas calçadas e o Rio, árvores frondosas, que se unem às árvores que compõem os amplos jardins residenciais. A densa arborização daí resultante forma um destacado conjunto paisagístico.

O Conjunto Urbano da Avenida Koeller não se limita, apenas ela.

O Tombamento se estende à Avenida Sete de Setembro, Avenida Tiradentes, Avenida Ipiranga, Catedral, Rua São Pedro de Alcântara, Rua Raul de Leôni, Praça Visconde de Mauá, Avenida Piabanha. De todo este acervo, mereceram tombamento especial: o Palácio Imperial (habitação, 1845-1849) e o Palácio da Princesa Isabel (habitação, 1877).

O projeto do Palácio Imperial de Petrópolis fez parte da própria fundação da Cidade. Coube ao Major Júlio Frederico Koeller, autor do plano urbano da Cidade, fazer o levantamento da planta do Palácio, com suas dependências. Em 1845, o Prédio de linhas Neoclássicas, com dois pavimentos de terraço sobre o pórtico, foi aprovado por D. Pedro II, tendo sua construção iniciada em 1845 e concluída em 1849. Atualmente abriga o Museu Imperial de Petrópolis.

O Palácio da Princesa Isabel na Avenida Koeller, nº 42, tem sua origem na casa construída por José Pedro da Mota Saiã, Barão de Pilar. Em 1876, a Casa foi adquirida pelo Conde D'Eu e pela Princesa Isabel. Em 1877, sofreu grande reforma sob a direção do engenheiro Paulo de Freitas, tendo sua frente ampliada e erguido um sobrado. Com a ida da Família Imperial para a Europa após a proclamação da República, o Prédio permaneceu fechado. Desde 1891, passou a ser alugado, servindo de sede para diversas legações e embaixadas estrangeiras, colégios. Em 1953 foram ali instalados os escritórios da Companhia Imobiliária de Petrópolis.

O Conjunto da Avenida Koeller documenta o apogeu da monarquia brasileira na segunda metade do século XIX, com seu estilo de vida luxuoso e ostentatório, bem como sua desapareição com o advento do regime republicano.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

A Avenida Koeller é um dos trechos da cidade de Petrópolis melhor preservados. Zona rica da Cidade, teve recentemente alguns imóveis restaurados e adaptados a um novo uso, como ocorreu com o Palácio da Princesa Isabel, que passou a constituir um Centro Cultural, contando com aportes públicos e privados, e ainda a casa que foi adequada para abrigar as Juntas Federais da Justiça, com recursos da Justiça.

A arborização que ladeia o rio, entretanto, tem sofrido sérios danos, em decorrência da poda efetuada pela CERJ, com o objetivo de proteger, desimpedir as redes aéreas de energia elétrica e de telefonia.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Nesta Área há uma nítida tendência de substituição do uso residencial por serviços, estando já três dos prédios ocupados por órgãos públicos, enquanto, em um outro, foi instalado um restaurante. As transformações de uso encerram riscos e devem ser estudadas caso a caso para não causar prejuízos ao Conjunto. Até o momento, contudo, tem sido um fator de revitalização do lugar, motivando investimentos que têm contribuído de forma especial para a preservação dos Imóveis e das características do ambiente.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A rede elétrica e de telefonia é um dos pontos problemáticos da Avenida Koeller. A arborização das margens do rio convive com a fiação aérea e com uma grande quantidade de postes, o que além do impacto negativo relativo às interferências na visibilidade, vem acarretando danos à natureza, vez que as podas efetuadas pela CERJ privilegiam a proteção das redes em detrimento da Vegetação Tombada. O investimento em redes subterrâneas não está nos planos do Estado do Rio de Janeiro, mas deveria ser considerado como prioridade para a Avenida Koeller. O Inventário Fitosanitário, projeto que contou com a participação do IPHAN, com vistas a analisar a evolução e definir normas para tratamento do acervo natural, foi encaminhado, no início de 1999, a APA de Petrópolis, Comitê Gestor com representantes do IBAMA, SERLA, SEMA.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Há um grave problema de presença e proliferação de insetos xilófagos, atingindo tanto os imóveis quanto à arborização da Cidade, em conseqüência dos desmatamentos nas áreas periféricas, junto aos mananciais. A poda predatória das árvores pela CERJ, concorre para o maior destaque do posteamento e das redes aéreas, enquanto a plantação de um tipo de arbustos, em cota alta, pela Prefeitura, prejudica a visibilidade dos Bens e a perspectiva das Avenidas.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

As chamadas ações cooperativas entre município e IPHAN não ocorrem de fato, usualmente. O atendimento das recomendações e o controle do entorno, muitas vezes partem do pressuposto da compatibilidade com os interesses e prioridades da Prefeitura, autorização e execução de obras, em prédios do município, vêm sendo realizadas sem ouvir o IPHAN.

Apresentado à APA de Petrópolis, no início de 1999, o Inventário Fitosanitário busca viabilizar, com recursos do IBAMA, a análise da evolução e as normas para tratamento e proteção do acervo. O Comitê Gestor conta com representantes do IBAMA, SEMA e SERLA, entre outros e há expectativa de trabalho ainda este ano.

O Conselho Municipal foi reativado recentemente.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A Legislação do Município existe, assim como a Cartografia Básica sobre a Cidade. Não existe inventário de Bens Tombados.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Na questão cultural, existe pouca mobilização. As organizações passam por um período de pouca atividade, embora exista consciência da importância da preservação. As ONGs também têm tido alguma atuação, porém não voltada para a questão. Destacam-se as tentativas, conjuntas com o INEPAC, para a área da Avenida Koeller.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Especialmente na Avenida Koeller, o término do Comodato assinado com a FIRJAN para instalação de um Setor na região de Petrópolis.

Questionário entre os proprietários do Acervo Tombado mostrou envolvimento com a intenção preservacionista.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Não há

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Urbano Paisagístico da Companhia Petropolitana de Tecidos, 662-T-62

(2) MUNICÍPIO:

Petrópolis

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Urbano Paisagístico de Cascatinha

(6) DATA:

14/ 01/ 1982
08/06/64

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc .84, fl. 24 a 28 (extensão das inscrições nº 34 e 80 de
e 11/07/80)**DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO** SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

nº 5 de 24/6/1981 (Entorno: Área 3)

(9) ÁREA (em ha):

1,5

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PER. TOMBADO

(Nº e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



OUTRAS PROTEÇÕES

(12)EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(13)EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A Área é tombada pelo Município.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

1.735

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

347

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto Tombado é situado em área afastada do Centro Urbano da sede do Município. Por ter uma proposta específica, de fábrica de tecidos, forma uma unidade isolada em relação à Cidade, com características próprias. O crescimento desordenado em torno do Bem já afeta a compreensão da implantação original da fábrica, com suas vilas e demais unidades integrantes do Conjunto.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Núcleo Tombado compreende uma fábrica, vila operária, praça com coreto e a Igreja Matriz. Contudo, o sítio onde foi implantado o Conjunto Fabril é um trecho do espaço urbano, classificação adotada, vez que não são encontrados aí todos os tipos de edificações representativos de uma cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1844
Fundação do município:	1857
Datação genérica (origem):	1860-1930
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio urbano de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Conjunto Urbano paisagístico da Companhia Petrolitana de Tecidos (industrial, c.1890), localizado na Cascatinha, é formado por várias construções: um antigo prédio da fábrica original; um novo edifício de 150 metros de comprimento por 100 metros de largura; construções anexas que compreendem as oficinas de forja, funilaria, carpintaria e almoxarifado; o escritório central de administração. Num outro prédio localizam-se a oficina de lampista, o serviço de guarda, de socorros e de incêndios. E, finalmente, num outro se localizam a farmácia, a escola e a sala de música. O bairro da Cascatinha era uma extensão da fábrica, a partir da qual se adensava a ocupação da área. Em 1896, a Cia. Petropolitana contava com 445 funcionários, residentes em aproximadamente 200 casas operárias. Em 1925, chegou a contar com 1.263 funcionários, conhecendo uma diminuição de suas atividades por volta de 1930. Em 1930, houve uma diminuição da demanda de trabalho — a fábrica passa a contar com 1.183 funcionários — o que repercutiu e afetou diretamente a ocupação da área.

Este conjunto é um exemplo dos complexos fabris que existiram no Rio de Janeiro entre 1890 e 1930, documentando um quadro geral de acentuado desenvolvimento industrial do Brasil no período. Numa dimensão local, mostra como a vida econômica de Petrópolis não entrou em decadência após o fim do regime monárquico, ao qual se associava intimamente durante boa parte do século XIX.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

É extremamente grave o estado do Sítio. Cerca de 80% do acervo estão alterados. O tecido deste trecho urbano está, em grande parte, ocupado ilegalmente. A antiga “Fábrica Petropolitana de Tecidos, uma construção de centenas de metros quadrados, está ocupada nos dias atuais, precariamente, por meia centena de fabriquetas, sem critério ou fiscalização, acarretando riscos (inclusive de incêndio) para todo o Conjunto. A este respeito foi encaminhado, à Promotoria de Justiça Estadual, um documento pela sub-regional do IPHAN.

Apenas três das vilas originais do conjunto mantêm algumas das características originais, tendo sido, há algum tempo, desativados o clube e outras instituições de caráter social/assistencialista, originalmente existentes.

Até o momento, as tentativas de trabalho compartilhado vêm sendo postergadas.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

É crescente e desordenada a ocupação que vem ocorrendo nas áreas de entorno do núcleo de Cascatinha, no Distrito de Cascatinha. Esta situação tem favorecido a descaracterização do ambiente e já interfere

na leitura do Bem Tombado. Não existe fiscalização por parte da Prefeitura Municipal e o “inchamento” verificado na localidade: “beira o caos”, informações gentilmente fornecidas pela responsável da Sub-regional, Jurema Kopke Eis Arnaudt.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A ocupação das áreas próximas aos mananciais e espaços entre as edificações da Companhia Petropolitana de Tecidos, e seu conseqüente desmatamento, tem contribuído para a degradação do ambiente natural e urbano.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Problemas dos mais diversos permeiam todo o Conjunto de Cascatinha.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Ações conjuntas para gestão do Sítio têm sido iniciadas, porém não têm tido a continuidade necessária. Nos últimos dois anos, a Portaria do Entorno, cuja aplicação depende de apoio Municipal, por falta deste, não tem sido aplicada de fato.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não ocorre fiscalização por parte da Prefeitura, para o controle das construções irregulares na Área. Como se trata de um Sítio que vem se degradando a cada momento, pouco pode ser ainda feito com base na legislação de acatamento.

Trabalhos, ação política e recursos, discutidos com a população, não tiveram continuidade.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Grande parte dos atuais moradores da localidade desconhece a história da Fábrica e dos antigos operários. Perderam-se as relações originais e a consciência da importância de proteger o Sítio, que só se revelam quando e onde se encontram descendentes dos antigos operários.

Existem alguns trabalhos, iniciados em conjunto com o IPHAN, para proteção do sítio de Cascatinha, mas a descontinuidade das ações, especialmente as institucionais, tem levado ao descrédito quanto às soluções.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Nenhum. As condições da Área e o incipiente interesse das instituições na preservação e recuperação do Conjunto não têm motivado a aplicação de recursos de grande porte, como seria necessário.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Dos festejos da padroeira e das diversas manifestações culturais deste lugar, pouco se manteve.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Jardins e Morro do Valongo, 099-T-38

(2) MUNICÍPIO:

Rio de Janeiro

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Jardins e Morro do Valongo

(6) DATA:

30/6/38

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 65, fl. 12; LBA insc. 157, fl. 28.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

2, de 14 de março de 1986

(9) ÁREA (em ha):

7

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

1 - Casa n° 21 da Ladeira do Morro do Valongo, 010-T-38

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Ladeira do Morro do Valongo

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



Casa nº 21 da Ladeira do Morro do Valongo

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

75

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

15

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado corresponde a um trecho da Rua do Valongo, que começa no Jardim com o mesmo nome, desenvolvendo-se pelo Morro, condicionado pela topografia. A Cidade, apesar de apresentar várias outras áreas resultantes de propostas de urbanismo planejado, não pode ser classificada como tendo se desenvolvido a partir de uma proposta governamental, sendo seu desenvolvimento irregular, muito condicionado pela topografia e pelas vias de acesso aos espaços centrais e periféricos.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Tombado corresponde a um trecho da Rua do Valongo, que começa no Jardim com o mesmo nome, desenvolvendo-se pelo Morro, sem conter todos os tipos de prédios representativos das atividades urbanas.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1531
Fundação do município:	1565
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Em 1741, a antiga Rua do Valongo ainda não estava definitivamente aberta, sendo apenas uma trilha, prolongada em 1758, que passava por algumas chácaras ali existentes. Logo, contudo, o panorama modificou-se significativamente, com a determinação do Vice-Rei Marquês do Lavradio de transferir o centro de comércio de escravos da Rua Direita para a área do Morro do Valongo. Assim, ela passou a concentrar esta atividade por meio do antigo Cais dos Mineiros e do mercado de escravos, que se situava ao pé do Jardim. Em 1842, a Rua do Valongo passou a chamar-se Rua da Imperatriz, assim como o Cais, e depois Rua Camerino, em homenagem a Francisco Camerino de Azevedo, combatente da Guerra do Paraguai. Em 1906, ambos foram destruídos como parte do projeto de reurbanização do porto a cargo de Pereira Passos, Prefeito do Rio de Janeiro, que implantou um novo plano paisagístico. O Jardim foi então erguido a sete metros acima do nível da rua. Mesmo assim, a área continuou tomada por várias habitações bastante simples, datadas, em sua maioria, do final do século XIX e início do XX. O único Bem Isolado Tombado pelo IPHAN é, dentre estas, a Casa nº 21, da Ladeira do Morro.

O Conjunto do Valongo documenta fundamentalmente as transformações urbanísticas levadas a cabo pelo governo republicano brasileiro em seus primeiros anos, que indicam uma concepção de ordem social excludente e da Cidade como "locus" civilizatório.

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado de conservação do Conjunto formado pelas casas e Jardim do Valongo é ruim. O Jardim encontra-se descaracterizado, com a vegetação e o mobiliário urbanos originais destruídos. As estátuas do cais da Imperatriz, que deveriam ter sido substituídas por réplicas, foram removidas, nada tendo sido colocado em seu lugar. As casas da Rua do Valongo apresentam estado de conservação variado, indo de muito descaracterizada até regular. A Prefeitura fez uma intervenção no Jardim, em 1999, mas os resultados foram desprezíveis, pelo que se pôde observar.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO**(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:**

Por estar incluído em Área Tombada e situar-se em área de população de baixa renda, o que se constata é que o Bem Tombado encontra-se estabilizado, não tendo sido observado maiores problemas no seu perímetro, não tendo sido constatada, por exemplo, tendência de substituição do uso domiciliar das casas por outro uso. O entorno imediato, parte do centro comercial da Cidade, sofre pressão muito grande de especulação imobiliária, havendo diversos prédios de gabarito elevado nas proximidades.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO**(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS COMO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:**

Não se constataram problemas que pudessem indicar a existência de fatores que levam à destruição do Sítio, a não ser a situação da área periférica, de população de baixa renda.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS**(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:**

Os problemas maiores de conservação encontrados podem ser divididos em dois campos: os referentes ao Jardim e às casas. O problema maior do Jardim é o vandalismo, extremamente acentuado na área. As Casas sofrem problemas causados por falta de manutenção e de acompanhamento dos órgãos de proteção, tendo havido substituição de algumas construções por outras mais modernas, em uma passado não muito próximo.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há um gerenciamento especial com infra-estrutura, para a Área. As ações em cooperação com o IPHAN também se dão de forma esporádica e assistemática.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Bem faz parte da Área de Proteção Ambiental definida pelo Decreto nº 7.351, de 14 de janeiro de 1988. Esta, assim como as outras leis da edilidade, levam em conta as determinações de preservação do IPHAN. Não há inventários para a área.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Inexistente. Nas proximidades do Bem há associações de classe e ONG's, com algumas atividades culturais, mas sem levar em conta a preservação do Sítio Tombado.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Inexistente.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Não há.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Área Central da Praça Quinze de Novembro. 1213-T-86

(2) MUNICÍPIO:

Rio de Janeiro

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Área central da Praça Quinze de Novembro. 1213-T-86

(6) DATA:

14/03/90

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH v. 2 insc. 531, fls.15/16; LBA v.2 insc. 598, fls. 19-20; LAEP insc. 106, fls. 63/65

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

4

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

- 1 - Casa à Praça Quinze de Novembro 101 (antigo Convento do Carmo), 689-T-62;
- 2 - Chafariz da Praça Quinze de Novembro (do Mestre Valentim), 101-T-38 e 154-T-38;
- 3 - Arco do Teles e Casas nºs 32 e 34, 99-T-38;
- 4 - Paço Imperial, 101-T-38;
- 5 - Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, 24-T-38;
- 6 - Igreja da Lapa dos Mercadores, 15-T-38;
- 7 - Igreja Santa Cruz dos Militares 14-T-38;
- 8- Arco e oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança, 589-T-58;
- 9 - Prédio da Alfândega, 101-T-38.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Não há.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Não há.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Sobrado à Rua Visconde de Itaboraí, nº 8

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Tribunal Regional Eleitoral.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

750

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

150

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado corresponde à área central da Praça, bem como a trechos de ruas em torno da mesma. O desenvolvimento das ruas foi condicionado pela situação do antigo atracadouro do Paço, sendo as ruas paralelas ou perpendiculares à antiga linha costeira, desenvolvendo-se, igualmente, a partir da Praça. A Cidade, apesar de apresentar várias outras áreas resultantes das propostas do Urbanismo Planejado, não pode ser classificada como decorrente de uma proposta governamental, sendo seu desenvolvimento irregular, muito condicionado pela topografia e pelas vias de acesso aos espaços centrais e periféricos.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Apesar do Trecho Tombado corresponder à Área Central da antiga Cidade, desenvolvida a partir do Palácio do Governo, o crescimento da Urbe, nos séculos XIX e XX, fez com que a maior parte das edificações cívicas ficasse localizada fora da Área Tombada.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1531
Fundação do município:	1565
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1780-1820

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Sítio Histórico da área central da Praça XV de Novembro, onde desde o século XVI existia o Convento do Carmo (religioso, 1590), teve sua conformação urbana mais definida no século XVIII, durante o Governo de Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela. Desta época é o Conjunto que compreende o Paço Imperial, antiga Residência dos Governadores (público civil, 1743), o Arco e as Casas de nºs 32 e 34 dos Teles de Meneses (habitação, século XVIII), estas edificações passaram a ladear o Terreiro do Carmo, mais tarde do Paço e atual Praça XV de Novembro. A partir da transferência da Capital Vice-Reinal de Salvador para o Rio, em 1763, e por todo o século XIX, esta área configurou-se o “coração” da cidade. Deste período são a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Arco e Oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança (religioso, século XVIII); e o Chafariz do Mestre Valentim da Fonseca e Silva (cultural, c.1789). A antiga Residência dos Governadores, depois Paço Imperial, inaugurada em 1743, era originalmente uma casa de dois pavimentos destinada à moradia dos Vice-Reis, no Rio de Janeiro. Com a transferência da Corte Portuguesa para a Cidade, em 1808, tornou-se residência do Príncipe D. João VI. Em 1822, com a escolha da Quinta da Boa Vista para ser a residência oficial de D. Pedro I, o Paço tornou-se sede de boa parte dos cerimoniais do novo governo, ali foi assinada a Lei Áurea de 1888. Neste período, a Praça XV de novembro já abrigava a maioria dos principais edifícios administrativos da Corte. Com a República, o Paço tornou-se sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que depois se mudou para prédio próprio na Avenida Presidente Vargas. O Palácio, ao longo de sua vida, foi recebendo sucessivas reformas, como acréscimos de terceiro piso, até que, no século XX, este o circundou inteiramente.

As Casas dos Teles de Meneses, em frente ao Paço Imperial, são de duplo sobrado. No térreo, há um arco de volta abatida, que dá passagem através dos sobrados para o Beco do Comércio, que estabelece ligação com a antiga Rua da Cruz, atual Rua do Ouvidor. Em um desses prédios, funcionou a Câmara da Cidade, que, com todo o seu arquivo, foi destruída por um incêndio em 1790.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, antiga Sé da Cidade, forma um subconjunto com o Arco e Oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança e com o Convento do Carmo, este foi possessão dos carmelitas após disputas com a municipalidade que queria, no século XVII, edificar no Largo do Carmo suas instalações. Com a vinda da Corte em 1808, os carmelitas foram desalojados do Convento, que passou a servir de residência da Rainha D. Maria I, acrescido de uma passagem que o interligava ao Paço.

O Passeio Público, iniciado em 1783 com o aterro da Lagoa do Boqueirão, foi projetado por Mestre Valentim, um dos principais artífices do Rio de Janeiro da época. Com a remodelação do Passeio em 1789, foram implantados o Chafariz e o Portão, obras do próprio Valentim, ainda hoje existentes.

Todo este Conjunto documenta algumas das principais transformações políticas da história do Império Português, bem como do Império do Brasil, nos séculos XVIII e XIX.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado geral de conservação dos imóveis e da área em geral é bom. Não houve intervenções recentes nos Prédios Acautelados pelo IPHAN, mas as realizadas, nos últimos quinze anos, como a revitalização do Paço Imperial e a reforma do Caís da Praça, bem como do acesso às barcas, apresentaram excelentes resultados do ponto de vista de catálise, como a reforma da Travessa do Comércio.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Não houve modificações notáveis nos últimos quinze anos, devido ao espaço ser acautelado pelo IPHAN. A área passou por um bem sucedido processo de revitalização, que fez com que a parte dos prédios que tinham, originalmente, uso misto, passassem a ter uso exclusivamente comercial, restaurantes, por exemplo.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não são observáveis fatores notáveis de degradação.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Não há problemas maiores no Conjunto, a não ser aqueles causados pela manutenção inadequada em alguns Imóveis.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há uma organização específica, além dos Órgãos de Preservação do Patrimônio do Estado e Município. No momento não há ações em cooperação com estes Órgãos.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Há Legislação Municipal, plano diretor e outros, compatível e com as determinações do IPHAN. O Local está em processo de inventário.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade tem diversas associações que tratam dos interesses locais, mas não se pode dizer que a preservação do Patrimônio seja um fator preponderante em suas considerações.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Como a Área tem uma certa importância e diversas associações e empresas comerciais de vulto, há alguns investimentos de caráter cultural na Área, mas estes são desprezíveis, se comparados com os investimentos públicos.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Área em processo de revitalização cultural com a realização de exposições e outros eventos.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras, 566-T-57

(2) MUNICÍPIO:

Vassouras

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras

(6) DATA:

26/06/1958

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 18, fl. 4

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

Portaria 12/86

(9) ÁREA (em ha):

2

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PER. TOMBADO

(Nº e relação)

Não há.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Praça Sebastian Lacerda

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCRIVER:

Não há outra proteção nesse Sítio Histórico; o INEPAC tombou isoladamente uma residência fora destes. O IPHAN tem outro Imóvel Tombado na Cidade em caráter isolado – Museu Casa da Hera.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCRIVER:

Não há Proteção Municipal, embora caiba registrar que o Município é o maior proprietário de imóveis na área tombada, a saber: Paço Municipal, antiga Casa de Câmara e Cadeia, Casa de Cultura, Oficina e, por comodato, a Casa do Barão do Ribeirão, onde funcionou o Fórum.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não há

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:**RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

350

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

70

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado compreende a maior parte do Núcleo Histórico que originou a Cidade. O povoado se desenvolveu à frente da Capela de 1828, em grande largo, posteriormente a Praça Principal, ladeada por duas ruas que se encontram atrás da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição até o cemitério Nossa Senhora da Conceição.

O arruamento é relativamente regular, revelando uma intenção urbana, embora não resultante de um planejamento formal. As condições topográficas obrigaram a formação de quarteirões não regulares. O crescimento do Núcleo Original, exceto em um trecho, também se compõe de quarteirões irregulares pela mesma imposição topográfica.

A Vila Original era ladeada por chácaras de médio e grande porte que, com a decadência do café, foram urbanizadas criando a área de entorno do Núcleo Histórico, com população adensada e características urbanas, lotes bem menores e arquitetura bastante diversa da parte histórica.

A Cidade, até o momento, ainda tem como referencial o seu Centro Histórico, onde se situam os mais importantes referenciais institucionais: legislativo, executivo, religioso e cultural.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área Tombada compreende a maior parte da Cidade e todo o seu Centro Histórico, com todas as principais edificações cívicas, além de exemplos de todos os tipos representativos de construções urbanas. A Cidade, contudo, não se limita ao Perímetro Tombado.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1828
Fundação do município:	1833
Datação genérica (origem):	1820-1860
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Vassouras surgiu no século XIX, como um povoado no caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro “Caminho de Polícia”, logo concentrando várias fazendas voltadas para a produção do café. O seu Sítio Histórico compreende a parte central do antigo Núcleo Urbano, sendo que do Perímetro Preservado faz parte a extensa Praça em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o próprio Adro da Matriz e os logradouros que dos fundos da Igreja se dirigem ao Cemitério de Nossa Senhora da Conceição. Na parte baixa da Praça, a atual Rua Barão de Vassouras corresponde ao traçado do antigo “Caminho”. Ali encontra-se a casa que foi do Barão de Vassouras (habitação, século XIX); o sobrado que pertenceu ao Barão do Ribeirão (habitação, 1859); e a antiga Casa de Câmara e Cadeia (público civil, 1850-1874). Do acervo do Conjunto Urbano também merecem destaque: o chafariz de D. Pedro II (cultural, 1869); o Chafariz Monumental (cultural, 1847); o Prédio da Santa Casa de Misericórdia (público civil, 1849); e os sobrados na Rua Custódio Guimarães, nº 65 e Barão do Tinguá, nº 3 (habitação, século XIX).

A casa que foi do Barão de Vassouras é um extenso Prédio Térreo com porão alto. A Casa, em forma de “U”, tem pátio ao centro, para o qual as salas íntimas se abrem através de portas envidraçadas com vergas em arco pleno. A casa conserva ainda ambientes e mobiliário original. Outras extensas residências de mesmo estilo são as casas do Barão do Ribeirão, atualmente abriga o Fórum e a Cadeia da cidade e os dois sobrados acima referidos.

O edifício, sobrado da antiga Casa de Câmara e Cadeia foi construído pela Direção de Obras Públicas da Província, a partir de 1850, mas só foi inaugurado em 1874, passando, desde então, por várias intervenções que modificaram substancialmente seus aspectos originais. Atualmente abriga a Prefeitura e a Câmara de Vereadores.

Completam o Conjunto os dois Chafarizes: Monumental e de D. Pedro II e a Santa Casa de Misericórdia.

O deslocamento do eixo produtor de café do Vale do Paraíba para o oeste paulista, a partir da segunda metade do século XIX, esvaziou a importância econômica de Vassouras, cujo período de prosperidade, riqueza e ostentação, por parte dos senhores do café, está documentado por seus edifícios e Monumentos.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Como escala de medição do estado de conservação do Núcleo, podemos dizer que o mesmo caracteriza-se como regular, ou seja, sem apresentar maiores problemas

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Na Área Tombada, a incidência de novas edificações é baixa, pois depende da comprovação, ao IPHAN, da existência anterior de imóvel. Há um caso de abandono de imóvel e diversos de mudança de uso por se tratarem de Casarões de dimensões quase inviáveis para uso residencial. A legislação não permite alteração das características externas de todos os Imóveis e aumento da taxa de ocupação, ou seja, garante a manutenção volumétrica do Imóvel. Pequenas alterações de interior são permitidas na maioria dos casos para atender ao uso, sempre compatível com a estrutura do Imóvel.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O maior fato de degradação e descaracterização fica por conta da pressão imobiliária na área de entorno, que em muito contribui para a paisagem do Núcleo Histórico.

A Legislação Urbana está ultrapassada, a última é de 1977, e qualquer estudo carece de ser precedido de aerofotogrametria, por ser Sítio de topografia muito sinuosa e de difícil leitura. Existe resistência da comunidade em entender a necessidade de proibição do adensamento e da verticalização para não comprometer as estruturas históricas, aqui incluídos os serviços urbanos que não suportam o adensamento e que estão saturados.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Fatores que têm contribuído para a degradação da Cidade: falta de manutenção do calçamento histórico, da arborização, dos Chafarizes e da rede aérea de fiação elétrica; a falta quase total de rede coletora de águas pluviais; a carência de equipe de manutenção dos telhados dos Prédios de maior porte; o trânsito de caminhões de grande porte, fugindo do pedágio da Rio-São Paulo, dentro do Núcleo Histórico. Apresenta-se, como o maior problema da conservação dos Imóveis, o cupim. Grande área do Núcleo Histórico, incluído as árvores, estão com significativas infestações; das intervenções realizadas nos últimos anos, a mais significativa foi a desinfestação dos cupins realizadas nos três maiores imóveis – Casa de Cultura, Casa do Barão do Ribeirão e Prefeitura.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há uma organização específica para a proteção da área, além dos Órgãos de Preservação do Patrimônio e do Estado. No momento, não há ações em cooperação com os Órgãos Municipais ou estaduais. Faltam políticas municipais para viabilizar a elaboração de estudos a realização de trabalhos técnicos e a fiscalização de obras novas.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Há Legislação de 1977, mas a responsável pela fiscalização do Núcleo, por parte do IPHAN, aponta que a Mesma está defasada. A Portaria nº 12/86, do IPHAN, foi redigida com base neste texto. Não há nenhuma planta correta da Área; não há aerofotogrametria; o cadastro é falho e incompleto. Todas as legislações Municipais que favoreciam a preservação sofreram emendas que as descaracterizaram. A única Lei Municipal que atende a preservação hoje é o Código Tributário, que dá isenção de IPTU aos Bens preservados.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Em 16 anos de atividades contínuas no local, o IPHAN consegue hoje alguma mobilização a favor da preservação. Mas são situações circunstanciais e não permanentes. Foi instalada em 1988 uma Associação de Amigos do Patrimônio Histórico, que não desenvolveu nenhuma atividade. As parcerias dependem dos projetos e dos interesses circunstanciais.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Praticamente inexistente no que tange à preservação de imóveis, e média nas manifestações culturais.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Há algumas manifestações culturais consagradas: festas religiosas, festas de caráter rural, exposições de arte e cultura. O Museu Casa da Hera (1835) mantém, além da exposição de rico acervo representativo do Ciclo do Café, a tradição do chá imperial. O artesanato local desapareceu na quase totalidade.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Angra dos Reis

(2) MUNICÍPIO:

Angra dos Reis

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

Convento de São Bernardino de Sena, 371-T-47

Convento do Carmo, 344-T-4

Igreja de Nossa Senhora do Carmo, 432-T-50

Igreja da Lapa da Boa Morte, 432-T-50

Igreja de Santa Luzia, 432-T-50

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 432-T-50

Sobrado à Praça General Osório, s/nº, 794-T-67

Sobrado à Praça General Osório, nº 3 a 13, 794-T-67

Sobrado à Praça General Osório, nº 35, 794-T-67

Sobrado à Praça General Osório, nº 19, 794-T-67

(6) DATA:

23/07/1947

28/11/1944

09/08/1950

01/12/1954

01/12/1954

01/12/1954

17/12/1969

17/12/1969

17/12/1969

03/11/1970

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 246, fl. 41

LH insc. 239, fl. 40

LBA insc. 388, fl. 76

LBA insc. 421, fl. 80

LBA insc. 422 fl. 80

LBA insc. 420, fl. 80

LH insc. 421 fl. 68

LH insc. 422 fl. 69

LH insc. 423 fl. 69

LH insc. 429 fl. 70

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Prefeitura Municipal; Câmara; Mercado Municipal; Sobrados

(9) RESP. P/ TOMBAM.

INEPAC

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Praça General Osório

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A legislação de Zoneamento Urbano leva em consideração as necessidades de proteção do IPHAN.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Existência de um grande número de edificações acauteladas em Nível Federal, o que significa o reconhecimento do valor histórico do Conjunto.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

6.000

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

1.200

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Considera-se o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais como sendo formado por todo o Centro Histórico da Cidade, delimitado pelos rios que desembocam na enseada. A Cidade teve seu crescimento determinado pelo porto e pelos espaços centrais, que se articularam a partir dos adros dos conventos e da Igreja Matriz, dando à Cidade um arranjo de ruas irregular.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto, formado por significativas edificações do século XVIII, compreende todo o Centro Histórico da Cidade, delimitado pelos rios que desembocam na enseada. A maioria das demais construções, na área, são reconstruções ou novas edificações, conseqüência do desenvolvimento da Cidade, justificando o tombamento pontual. Fora desses limites, existem áreas de expansão mais recente.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1552
Fundação do município:	1608
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1780-1820

Tipologia:

Sítio urbano de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Centro Histórico de Angra dos Reis teve seu estabelecimento no século XVI, desenvolvendo-se em função da atividade portuária. A inauguração do ramal férreo de São Paulo e o fim da escravidão trouxeram-lhe um período de estagnação econômica que só terminou em 1930, com sua integração às redes ferroviárias do país. Em razão dessa defasagem, o Centro Histórico acabou preservando elementos de sua fundação colonial. Além dos sobrados localizados na Praça General Osório (habitação, século XVIII), deve-se destacar a Igreja e o Convento de Nossa Senhora do Carmo (religioso, 1625); a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (religioso, 1625-1749); a Capela de Santa Luzia (religioso, 1632); a Capela da Lapa da Boa Morte (religioso, 1753); e o Convento de São Bernardino de Sena (religioso, 1653), todos tombados pelo IPHAN entre 1944 e 1970.

As Casas na Praça General Osório, de números 3 a 13, 19, 35 e outra sem número, formam um Conjunto Arquitetônico que conserva características da arquitetura civil do século XVIII. Segundo o Guia dos Bens Tombados: "o tombamento foi justificado pela conotação histórico-urbana que apresenta o Conjunto, além do apuro das construções e a escala grandiosa da concepção." (p. 355). Atualmente as casas são usadas para fins comerciais e residenciais.

A Igreja e o Convento de Nossa Senhora do Carmo era originalmente, por volta de 1593, uma modesta casa de Missão dos Carmelitas. Em 1625, quando também foi construída a Igreja atual, esta foi transformada em convento. Em 1918, uma das alas da Igreja foi adaptada para a instalação de um colégio e alterou-se sua fachada principal.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição teve sua construção iniciada em 1625 e, a exemplo de muitas outras edificações do período, só foi concluída muito tempo depois. O aspecto geral predominante é o de uma construção do século XVIII.

A Capela de Santa Luzia e a da Lapa da Boa Morte são edificações menores, provavelmente construídas por irmandades religiosas.

O Convento de São Bernardino de Sena, originário do século XVII, gradualmente perdeu importância com a criação do Carmelita, até ser abandonado definitivamente em 1763.

O Conjunto, representado pelo Centro Histórico de Angra dos Reis, reúne vários elementos da história econômico-social-cultural do Sudeste da América Portuguesa no século XVIII, documentando a preeminência da Vila com relação a outros centros urbanos da mesma região, como Mambucaba e Parati.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

A Cidade tem passado por um processo de modernização que tem efeitos negativos em termos de conservação do casario antigo existente. Do ponto de vista do Conjunto, não se pode dizer que este apresente-se preservado, pois há muitas intervenções atuais, com arquitetura não compatível no Centro Histórico, apesar do gabarito e taxa de ocupação dos imóveis ainda serem aceitáveis para a compreensão dos valores acautelados pelo IPHAN. Não houve intervenções recentes do IPHAN na Cidade.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJ URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O crescimento urbano da Cidade tem ocorrido, até o momento, de forma ordenada, mantendo a relação existente na malha urbana. Os prédios novos, contudo, algumas vezes têm gabaritos mais elevados dos que os existentes, quatro ou até cinco pavimentos, de forma que, do ponto de vista da altura dos imóveis, mas não de adensamento da área urbana, a situação está se deteriorando. Com o aumento da atividade turística, há uma tendência de transformação do uso do solo, com a concentração em atividades comerciais e de serviços, em relação à ocupação por moradias, apesar deste processo ainda se encontrar em um estágio não muito avançado.

IDENT DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJ URB DE MON NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não se constata a presença de fatores de degradação mais violentos, a não ser os decorrentes da mudança natural das atividades desenvolvidas no Centro Histórico, devido à evolução urbana natural. A existência de diversos bens tombados na área central da Cidade faz com que haja um certo controle nos fatores que podem levar à degradação desta.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Não se constata problemas maiores nos principais monumentos, a não ser os ocasionados por manutenção descuidada. Há alguns imóveis com problemas de conservação, mas são minoria.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há setores específicos do Município tratando da gestão do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, do ponto de vista da preservação do Patrimônio Cultural, apenas os que tratam da gestão urbana, mas que levam em consideração a questão do Patrimônio Tombado. Não se pode caracterizar a existência de ações cooperadas entre os diversos níveis da administração, mas não há antagonismos.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Há Legislação de Uso do Solo/Plano Diretor e esta leva em consideração as necessidades da proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade tem diversas associações que tratam dos interesses locais, mas não se pode dizer que a Preservação do Patrimônio seja um fator preponderante em suas considerações.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A participação do setor privado não é um fator predominante nas ações de conservação, apesar da posição da Cidade, como centro de serviços de uma área turística, fazer com que o problema da preservação seja levado em consideração.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A Cidade é centro de algumas manifestações, das quais se destaca a procissão marítima do início do ano. Observa-se, contudo, que não há relação direta entre os Bens Acautelados e as manifestações citadas.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Itaboraí

(2) MUNICÍPIO:

Itaboraí

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Casa do Visconde de Itaboraí (fórum), 681-T-62

Igreja Matriz de São João Batista, 616-T-60

(6) DATA:

23/04/1964

18/03/1970

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 366 fl. 59

LH insc. 425 fl. 69

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

3 - Sede da Prefeitura (casa de Câmara e Cadeia).

(9) RESP. P/ TOMBAM.

INEPAC

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Programa Monumenta

Itaboraí - Página 1 de 6

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A proteção estadual só se aplica a Bens Isolados, havendo, contudo, uma zona de proteção ambiental que abrange os lotes em torno da praça.

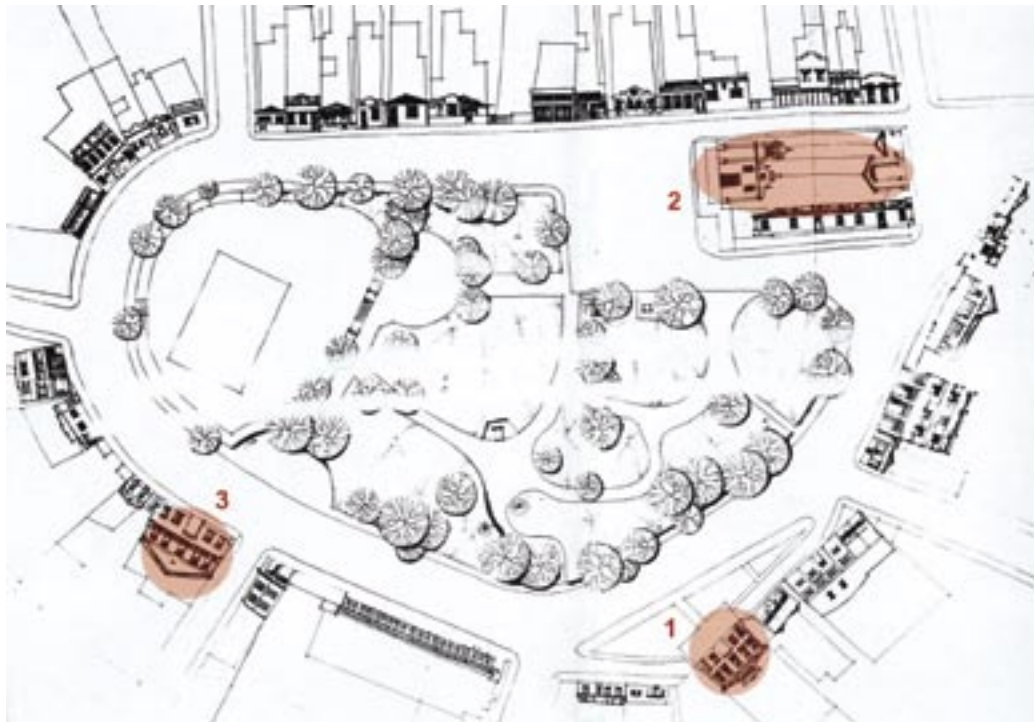
(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Plano diretor que leva em consideração as necessidades de preservação do Sítio.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Existência de um espaço urbano, formador do Núcleo Urbano, com relativa preservação dos imóveis e o traçado urbano, contendo diversos Imóveis Tombados pelo IPHAN ou pelo Estado do Rio de Janeiro, situados bem próximos uns aos outros, ao redor da Praça.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



Casa do Visconde de Itaboraí (fórum); Igreja Matriz de São João Batista; Sede da Prefeitura (casa de Câmara e Cadeia).

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

180

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

36

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Praça, situada em uma elevação, é o Núcleo Original da Cidade, que cresceu radialmente à mesma, com alinhamento das vias em xadrez.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais abrange o Núcleo Original da Cidade e seus principais prédios cívicos, mas não corresponde ao total da área urbana atual, por ter havido grande crescimento urbano.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1696
Fundação do município:	1833
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico sequencial

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Conjunto Urbano da Praça Central de Itaboraí tem sua origem na antiga Vila de Santo Antônio das Caixas, Vila Portuária cuja prosperidade se deu, sobretudo, em função da produção do açúcar na região. Em 1833, Itaboraí, um distrito freguesia da Vila de Santo Antônio das Caixas foi elevada à condição de vila, sendo desta época a estagnação da produção de açúcar na região. A partir daí, a economia do café foi sendo integrada à Vila. Da Praça Central original restam a antiga Casa do Visconde de Itaboraí (habitação, 1818) e a Igreja Matriz de São João Batista (religioso, 1742), ambas tombadas pelo IPHAN. Na mesma Praça, encontram-se a Casa de Câmara e Cadeia, atual prefeitura e a Casa da Família Alberto Torres, tombadas em outras instâncias.

A Casa localizada na Praça Marechal Floriano, nº 16, foi propriedade do Visconde de Itaboraí. Sua construção data do início do século XIX, tendo passado por reformas em 1840. Em 1845, o Visconde ali recebeu o Imperador D. Pedro II quando em visita à Cidade. Posteriormente, o Prédio de três pavimentos foi utilizado como sede da Associação de Caridade São João Batista, instituição de amparo à maternidade e à infância. Já na metade do século XX, sofreu um incêndio que só lhe poupou a fachada. Foi restaurado de acordo com a planta original por determinação do Governo Estadual e, atualmente, abriga o Fórum da Cidade.

A Igreja Matriz de São João Batista, localizada na atual Praça Marechal Floriano Peixoto, tem sua origem na primeira Igreja Matriz de São João Batista, construída às margens do Rio Iguá, em 1627. Em 1670, uma nova matriz foi erguida. A atual, de pedra e cal e possuindo muros espessos, data do século XVIII, mas o termo de sua construção só ocorreu no início do século XIX.

Este Conjunto documenta, sobretudo, a importância da economia cafeeira na região a partir do início do século XIX, bem como uma ordem social personificada por ricos proprietários detentores de títulos de nobreza.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Razoável estado de conservação. Não houve intervenções recentes por parte do IPHAN na Área.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A área imediata do Sítio Tombado é protegida por Legislação Municipal, que leva em consideração as necessidades de proteção do Patrimônio. Desta forma, há um controle quanto ao crescimento urbano

do Sítio. Consta-se que houve uma mudança generalizada do uso dos imóveis, de residenciais/mistos para comerciais/escritórios. A Cidade, por se encontrar no perímetro que se define como o "Grande Rio", sofre pressões de expansão muito fortes, que estão resultando em adensamento e verticalização.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não foram observados problemas nessa área, pelo menos no Conjunto Urbano.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Não há problemas maiores, além dos ocasionados por conservação descuidada e inconstante de alguns prédios, mas que não chegam a prejudicar a compreensão do Conjunto.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há um gerenciamento especial com infra-estrutura para a Área. Entretanto, o fato da Prefeitura e da Secretaria de Cultura manterem imóveis na Praça facilita em muito o acompanhamento das ações feitas no local. As ações em cooperação com o IPHAN se dão de forma esporádica e assistemática.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Plano Diretor e Lei de Uso do Solo, sendo que esses levam em consideração as necessidades de preservação do local. Existe inventário dos Bens de Valor Cultural do Município, levantado pelo INEPAC, órgão de preservação do Estado.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem associações de moradores e ONG's ligadas às atividades culturais, que não têm uma ação muito efetiva na área acautelada.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não é relevante para a área.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Não há.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Palácio do Catete e Conjunto Arquitetônico da Rua do Catete

(2) MUNICÍPIO:

Rio de Janeiro

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Palácio do Catete com respectivo
Parque, 101-T-38 e 153-T-38
Conjunto Arquitetônico do Catete,
(extensão do tombamento) (1)

(6) DATA:

06/04/38

15/05/62

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH insc. 07, fl. 03 e

LBA insc. 20, fl.05

idem

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Museu do Folclore, à Rua do Catete nº 181

(9) RESP. P/ TOMBAM.

INEPAC

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Área composta por uma série de edificações portadoras de referências à história nacional, centradas no Conjunto Monumental do Palácio do Catete e seu jardim.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Desprezível

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

34 prédios

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto compreende o Palácio do Catete e o Conjunto Arquitetônico da Rua do Catete, abrangendo trinta e quatro sobrados: cinco na mesma calçada e os demais ocupando uma quadra e meia à frente do Palácio. Reduto da nobreza do final do século XIX, o Catete, entre a praia e os morros, teve desenvolvimento irregular, condicionado pela topografia e pelas vias de acesso. A principal rua do bairro, a Rua do Catete, desenvolveu-se paralelamente à linha costeira, determinante de seu alinhamento, interligando a Glória, Largo do Machado e Flamengo.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, REFERENCIANDO-SE À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O trecho urbano faz parte significativa da história do País, bem como sua arquitetura, representativa de um determinado período da república.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1531
Fundação do município:	1565
Datação genérica (origem):	1820-1860
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico simultâneo

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Conjunto Urbano do Catete compõe-se do Palácio do Catete (habitação/público civil, 1858-1867), seu parque e o Conjunto Arquitetônico formado por trinta e quatro casas na Rua do Catete (habitação/comercial, 1826-1921).

O Palácio do Catete, cujo projeto é de Gustav WaehnelDt, deve sua construção ao primeiro Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto. Foi vendido à firma Grande Hotel Comercial. Antes de tornar-se estabelecimento comercial, foi adquirido pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que o utilizou como residência. Depois foi hipotecado ao Banco da República e, em 1896 adquirido pelo Governo Federal, sofrendo grande reforma sob a orientação de Aarão Reis. O Edifício de linhas Neoclássicas, de três pavimentos e fachadas de mármore, à feição de um palácio renascentista italiano, foi a partir daí sede da Presidência da República. Durante o Governo Getúlio Vargas, o Parque, que ocupa todo um quarteirão recebeu diversos pavilhões para abrigar os serviços burocráticos da Presidência da República. Foi nele que, em 1954, o então Presidente Vargas suicidou-se. Em 1960, com a inauguração de Brasília e a mudança da Capital Federal, tornou-se Museu da República.

As trinta e quatro Casas na Rua do Catete, n.ºs 126 a 196 e 179 a 187 são assobradas, típicas da arquitetura civil dos meados e do final do século XIX. A construção mais antiga é de 1826; a construção mais recente data de 1921. Originalmente tinham finalidade residencial, mas muitas em seu pavimento térreo passaram a abrigar lojas de comércio. O Conjunto Arquitetônico compreende a parte em que a Rua do Catete se abre, formando uma praça.

O Conjunto do Catete documenta, sobretudo, acontecimentos nodais da recente história política brasileira, como o fim do Governo Vargas e o esvaziamento da cidade do Rio de Janeiro, quando da inauguração da nova Capital Brasília. Também se relaciona com uma memória histórica relevante construída em torno da figura de Getúlio Vargas.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Palácio do Catete está em bom estado de conservação, enquanto o Conjunto do Casario apresenta situação que varia de razoável a completo abandono. Intervenções pontuais revitalizaram a área: praças, iluminação, reutilização de prédios, polarizada pelo Palácio/Museu. O calçamento da Rua do Catete, substituído pelo Programa Rio-Cidade, encontra-se já em más condições na área de entorno. Na mesma Rua, embora fora do Conjunto Tombado pelo IPHAN, foi restaurado e adaptado para restaurante, o grande sobrado da esquina com a Rua Andrade Pertence, harmonizando e valorizando o ambiente.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE ESTÁ INSERIDO O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

As edificações do trecho acatelado são em sua maioria de uso misto, mas há uma forte tendência para substituição do uso residencial para comercial. Existem imóveis abandonados, em estado de degradação

progressiva ao longo da Rua do Catete. Nas ruas transversais, o uso ainda é majoritariamente residencial. Os Museus da República e do Folclore têm se aparelhado com cinema, teatro, vídeo, livraria, espaços para cursos e exposições, com áreas abertas (parque) para o desenvolvimento de atividades voltadas também para o entretenimento. Os "Sebos" têm se multiplicado, assim como as lanchonetes, bancos, entre outros estabelecimentos. Está controlado o crescimento/adensamento da Área, em conformidade com a Legislação Municipal e a Portaria do IPHAN.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Alguns empreendimentos têm aumentado o tráfego e o estacionamento na Área. A instalação do Bingo Catete é um deles.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O prédio da tradicional casa de móveis "Renascença" esteve prestes a se transformar em mais uma unidade de uma Igreja, e está sendo gravemente afetado pelo abandono em que se encontra, há aproximadamente 4 anos. Em sua maioria, o segundo piso do Casario continua a ser área de depósito de mercadorias, não recebendo, em geral, os cuidados necessários à manutenção e conservação.

Colocada sobre um pedestal na esquina com a Rua Correia Dutra, uma placa com dizeres a respeito do Tombamento Municipal, surpreendentemente não está mais no lugar.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não há estrutura física específica para o gerenciamento da proteção ao Patrimônio Histórico na Área, seja pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal. As ações em cooperação são esporádicas e assistemáticas.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A Cidade tem Plano Diretor, Lei de Uso do Solo e Posturas, que são adequados às determinações do IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem Associações de Moradores dos bairros da Glória, do Flamengo e do Catete com alguma participação nas reivindicações junto ao Município. Do ponto de vista do Patrimônio, cabe destacar a Associação de Amigos do Museu da República, com participação e resultados apreciáveis, em se tratando de atividades da comunidade do Catete, utilizando o espaço do Museu: serestas, cursos, comemorações diversas.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

É pouco expressivo, a não ser na revitalização de prédios tombados, para usos comerciais e de serviços, seguindo as determinações do IPHAN, mas com objetivos financeiros.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Não há.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Urbano - Cinelândia.

(2) MUNICÍPIO:

Rio de Janeiro

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Biblioteca Nacional, 860-T-72

24/05/1972

LBA, insc. 504, fl. 92

Museu Nacional de Belas Artes, 860-T-72

24/05/1973

LBA, insc.505, fl.92

Teatro Municipal, 860-T-72

24/05/1973

LBA, insc.503, fl. 92

Passeio Público, 99-T-38

30/06/1938

LBA, insc. 153, fl. 27

LH, insc. 71, fl. 13

5 - Chafariz na Praça Mahatma Gandhi, 1.132-T-84

21/02/1990

LBA, insc.597, fl. 18

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Monumento ao Marechal Floriano Peixoto

INEPAC

Palácio Pedro Ernesto

INEPAC

Chafariz do Monroe

DGPC

Supremo Tribunal Federal (edifício)

DGPC

Conjunto Arquitetônico da Cinelândia

DGPC

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Conjunto Arquitetônico da Cinelândia, Tombamento Municipal.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Existência de uma série de Monumentos Tombados em níveis Federal, Estadual e Municipal próximos uns aos outros, em uma área fisicamente bem delimitada, com uma certa concentração de Bens Ecléticos, resultantes de uma proposta de modernização do Rio de Janeiro, no início da República.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



1 - Biblioteca Nacional; 2 - Museu Nacional de Belas Artes; 3 - Teatro Municipal; 4 - Passeio Público; 5 - Chafariz na Praça Mahatma Gandhi. A - Monumento ao Marechal Floriano Peixoto; B - Palácio Pedro Ernesto; C - Chafariz do Monroe; D - Supremo Tribunal Federal (edifício); E - Conjunto Arquitetônico da Cinelândia.

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Desprezível.

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

900 unidades

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto selecionado é formado por duas praças, a Marechal Floriano e a Mahatma Ghandi, articuladas por um trecho de via urbana. Todos esses espaços são recentes, início do século XX ou posteriores, produtos de uma proposta de modernização do urbanismo. A Cidade, contudo, apesar de apresentar várias outras Áreas nascidas de propostas de valorização e melhoramentos urbanos, não pode ser classificada como resultante de um plano governamental, sendo seu desenvolvimento irregular, muito condicionado pela topografia e pelas vias de acesso aos espaços centrais da Cidade.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, REFERENCIANDO-SE À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto selecionado corresponde a um trecho da Área Central da Cidade, formado por: duas Praças, a Marechal Floriano e a Mahatma Ghandi; por um jardim urbano – o Passeio Público; por um trecho da Avenida Rio Branco, onde situam-se alguns imóveis do século XX, de grande expressão no cenário carioca, mas sem incluir todos os tipos de edificações que caracterizam a vida urbana.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1531
Fundação do município:	1565
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Conjunto Urbano da Cinelândia compreende a Biblioteca Nacional (público civil, 1905-1910); o Passeio Público (espaço público, 1783); e o Chafariz Monroe (cultural, século XIX).

A Biblioteca Nacional, localizada na Avenida Rio Branco, tem sua origem na Biblioteca Real do Rio de Janeiro, fundada por D. João VI no antigo Convento do Carmo, quando da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808. O acervo de mais de catorze mil volumes desta antiga Biblioteca faz parte da atual Biblioteca Nacional, construída entre 1905 e 1910. À mesma comissão encarregada da construção da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, coube o encargo de sua construção. De arquitetura eclética, deve seu projeto aos escritórios parisienses de Hector Pepin e Taupenot.

O Passeio Público deve sua origem ao aterramento do antigo Boqueirão da Ajuda, em 1783. Por determinação do Vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, o pântano foi aterrado e, após quatro anos de trabalho, deu lugar ao Jardim do Passeio Público, feito sob o traçado do mestre Valentim da Fonseca e Silva. Em 1835, já sofrendo o peso da falta de cuidados, o Passeio Público foi cercado com grades de ferro e reformado em suas varandas e pavilhões. Em 1861, por determinação de D. Pedro II, sofreu grande reforma sob a direção do paisagista Auguste Glaziou. Da época da construção restam o antigo Portão, obra do mestre Valentim, a Fonte dos Jacarés, as Armas de Luís de Vasconcelos, duas pirâmides e a estátua em chumbo de um menino com a inscrição, "Sou útil inda brincando".

O chafariz Monroe é de origem francesa, e encontrava-se inicialmente na Praça XV.

Este Conjunto documenta diferentes aspectos da vida política e cultural do Rio de Janeiro, desde a sua transformação em Capital Imperial Portuguesa até Capital da República do Brasil. Devem ser destacadas, as empresas de urbanização levadas a cabo no século XX e reveladoras de um projeto "civilizador".

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado de conservação dos Edifícios Tombados pelo IPHAN é satisfatório, todavia os demais prédios situados nesta área estão apenas em estado razoável. Há poucos anos foi realizada uma reforma na Praça. Acontece, neste momento, a restauração do Cinema Odeon.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O uso do solo é fundamentalmente de comércio e serviços. Não há crescimento urbano nesta área. Um dos cinemas tradicionais da área foi modificado e ocupado como templo da Igreja Universal.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O desenvolvimento do local em questão já foi consolidado. As modificações que ocorrem na área são desprezíveis, não alterando, portanto, a estrutura urbanística do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais e seu entorno.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Alguns dos edifícios mais altos da Cinelândia vêm sendo objeto de reformas, pois estavam, até pouco tempo, em condições precárias de conservação, como foi o caso do prédio do Restaurante Amarelinho e agora do Edifício Serrador e do Odeon. Os outros problemas detectados são passageiros, decorrentes apenas de problemas menores de manutenção.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Área tem sido trabalhada pela Prefeitura, que tombou a Praça. Não existe cooperação efetiva entre os diferentes órgãos de preservação, a não ser em iniciativas isoladas.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A Cidade dispõe de Legislação de Uso do Solo e Plano Diretor, que prevêem tratamento diferenciado a Áreas Acauteladas, como a presente.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade tem diversas associações que tratam dos interesses locais, mas não se pode dizer que a preservação do patrimônio seja um fator preponderante em suas considerações.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

É existente, mas não é um fator preponderante. Constatou-se que o apoio da iniciativa privada nas restaurações foi originária de empresas que não se localizam na Área, Banco Real, no caso da Biblioteca Nacional, por exemplo.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Ocorrem no local manifestações políticas e reivindicativas, promovidas por segmentos específicos da sociedade: estudantes, funcionários públicos, membros de ONG's. Após passeatas na Avenida Rio Branco, ocupa-se a Praça no trecho fronteiro à Câmara dos Vereadores, Teatro Municipal e Biblioteca Nacional.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico da Praça Tiradentes

(2) MUNICÍPIO:

Rio de Janeiro

(3) ESTADO:

RJ

(4) SR IPHAN

6**a****CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

1 - Solar do Visconde do Rio Seco, 1.406-T-97

26/06/1998

LBA vol.2 insc. 611,
fl. 33

2 - Monumento a Dom Pedro I, 1.173-T-85

04/03/1999

LBA vol.2, insc. 615,
fl. 41; LH vol.2, insc.
552, fl. 047**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Teatro Carlos Gomes

DGPC

Estátua Equestre a D. Pedro I

INEPAC

Solar do Visconde do Rio Seco

INEPAC

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

Praça Tiradentes - foto: Cristiano Mascaro - 2002



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Existência de uma série de Monumentos Tombados em níveis Federal, Estadual e Municipal, próximos uns aos outros, em uma área fisicamente bem delimitada, com uma certa concentração de Bens Ecléticos. Estes Bens são localizados em um dos eixos de expansão natural da Cidade, durante seu crescimento no século XIX.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



A- Teatro Carlos Gomes; B- Estátua Equestre a D. Pedro I; C- Solar do Visconde do Rio Seco

RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

200

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

40

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto selecionado é formado por uma praça, articulada a duas vias de expansão da Cidade, paralela à costa. Neste espaço e nos arredores, nota-se uma proposta de ordenação urbana. A Cidade, contudo, apesar de apresentar várias outras áreas resultantes de propostas de urbanismo, não pode ser classificada como tendo se desenvolvido a partir de uma intenção governamental, sendo seu desenvolvimento irregular, muito condicionado pela topografia e pelas vias de acesso aos espaços centrais da Cidade.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Selecionado é formado por uma praça, trecho urbano que não contém todos os tipos representativos de edificações de uma Cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1531
Fundação do município:	1565
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade por vazio cronológico
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica

O Conjunto Urbano da Praça Tiradentes compreende a Igreja do Santíssimo Sacramento (religioso, 1816-1859), o Solar do Visconde do Rio Seco (habitação) e a Estátua Equestre de D. Pedro I (cultural, século XIX).

A Igreja do Santíssimo Sacramento tem sua origem no estabelecimento da Irmandade do Santíssimo Sacramento, entre 1567 e 1569. Em 1816, os Irmãos adquiriram um terreno na Rua do Erário, atual Avenida Passos, para a construção da Igreja. Com donativos e apoio do Governo Imperial, o Templo, de autoria do arquiteto João da Silva Muniz, foi iniciado no mesmo ano, sendo terminado somente em 1859. Seu exterior segue o estilo Luís XV, com traços barrocos. Entre 1898 e 1903, passou por várias modificações.

Já existente em 1808, o Solar do Visconde do Rio Seco, palacete assobradado, antes de vir a ser propriedade do Visconde, pertenceu ao Juiz e Presidente do Senado da Câmara, o Desembargador Agostinho Petra de Bittencourt. Com a transferência da Corte em 1808, o Barão, mais tarde Visconde do Rio Seco, um dos áulicos do Príncipe Regente, o adquiriu em 1812. Em 1876, foi vendido ao Governo do Império, que ali instalou a Secretaria de Justiça e Negócios do Interior. Com a República, passou a sediar o Ministério da Justiça. Atualmente, bastante deteriorado, abriga a Inspetoria de Trânsito e outras repartições da polícia. O Prédio, que sofreu reformas ao longo de sua vida, ainda mantém, no seu estado original, o grande portão de entrada dando para o largo, atual Praça Tiradentes.

A estátua em homenagem a D. Pedro I é uma obra de autoria de Louis Rochet, no século XIX.

O Conjunto da Praça Tiradentes documenta alguns aspectos da história política do Rio de Janeiro e do Império do Brasil no século XIX, bem como uma indicação de memória histórica acerca do primeiro Imperador do Brasil.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado de conservação do Conjunto não é bom, se considerarmos que um dos imóveis tombados que definem o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, o Solar do Barão do Rio Seco, apresenta-se semidestruído. Os outros prédios da Praça apresentam-se com conservação regular, apesar de haver um número razoável de edificações com problemas de conservação mais graves, em seus aspectos estéticos. Foi iniciada uma obra de restauração no Solar do Barão do Rio Seco, mas esta não foi concluída. O cercamento da Praça, efetivado há alguns anos, reduziu a população marginalizada no local, diminuindo uma série de elementos que poderiam causar degradação no local.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE ESTÁ INSERIDO O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A Área está estabilizada em termos de crescimento urbano, apesar de, em décadas passadas, ter havido um processo de verticalização, que resultou em um conjunto heterogêneo, com prédios de gabaritos elevados convivendo com sobrados do início do século. Observa-se que, no momento, a área encontra-se estagnada, mas não em decadência. A substituição do uso dos imóveis – de mistos (residenciais/comerciais) para escritórios ou lojas já aconteceu há bastante tempo, não sendo um processo em andamento.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A Área está com seu crescimento estabilizado. Os problemas prejudiciais à conservação constatados no local, são aqueles ligados à situação degradada mesmo e à população que usa o Bem, entre a qual se incluem os elementos ligados a setores considerados como marginais à sociedade. A existência de um “quase terminal” de ônibus no local apresenta-se problemática do ponto de vista de conservação dos Imóveis e da implantação de projetos de revitalização.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Há diversos prédios com problemas de conservação causados por manutenção inadequada, com infiltrações, descolamento de elementos decorativos, desgaste na pintura, entre outras. O Solar do Barão do Rio Seco encontra-se em situação de ruína.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Em boa parte do Corredor Cultural, a Prefeitura já manteve escritório nas proximidades. A Legislação, de nível Municipal, não é específica, sendo parte das normas de tratamento da Cidade, que privilegiam alguns setores, como a Praça Tiradentes. Não há cooperação efetiva entre as diversas instâncias da administração pública, a não ser em projetos específicos e esporádicos.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Há legislação municipal, Plano Diretor e outros, compatível e que leva em consideração as determinações do IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A comunidade tem associações que tratam dos interesses locais, mas não se pode dizer que a preservação do patrimônio seja um fator preponderante em suas considerações, apesar de não ser totalmente ignorada devido à presença de Órgãos Culturais na Praça e seu entorno, Teatros, Gabinete Português de Leitura, Centro Cultural Hélio Oiticica, entre outros.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Desprezível na Área.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Com exceção das gafieiras tradicionais que existem no Local, não se pode dizer que a área da Praça tenha uma vitalidade cultural significativa.

Ficha de Informações Básicas

Sítios Históricos Urbanos Nacionais



Carapicuíba

• Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba

Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais

Itu • Centro Histórico (Convento Nossa Senhora Carmo, Igreja Matriz Nossa Senhora Candelária e Museu Republ.)

Santos • Centro Histórico (Casa de Câmara e Cadeia, igrejas e casas)

São Paulo • Área da Luz (Estação da Luz)



São Paulo

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba, 218-T-39

(2) MUNICÍPIO:

Carapicuíba

(3) ESTADO:

SP

(4) SR IPHAN

9ª

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba

(6) DATA:

13/05/1940

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP, inscr. 07, fl. 03

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

2

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

2

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Capela de São João Batista, 221-T-39

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Vista da Capela de São João Batista

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O conjunto é tombado “ex-officio” pelo Condephaat – Processo nº 00330/73, de 24/07/74.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

Não existe proteção formal do Conjunto por parte do Município.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe proteção formal de Bens Imóveis inseridos no Conjunto por parte do Estado.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe proteção formal de Bens Imóveis inseridos no Conjunto por parte do Município.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



1-Capela de São João Batista

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

50

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

10

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Histórico da Aldeia de Carapicuíba não chega a constituir um bairro do Município. É, por assim dizer, uma pequena mancha, dentro de um território que, a partir de uma rala e caótica ocupação, vem se adensando rapidamente. Este tipo de expansão urbana desordenada, ao envolver a pequena Aldeia,

desorganiza os seus horizontes tradicionais, o perfil da topografia e de sua vegetação, passa a ser o recorte do casario, do posteamento e da fiação. O Sítio Tombado compreende o espaço do aldeamento indígena fundado em 1580 pelos jesuítas, no Sítio de Carapicuíba. A antiga forma foi mantida e o conjunto de casas baixas e a capela, dispostas ao redor do pátio retangular, está inserido na área metropolitana de São Paulo, com arruamento e ocupação mais adensados que o original.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Sítio Histórico corresponde à área urbana da Cidade Tombada em 1938.

Outrora, a Aldeia de Carapicuíba pertenceu ao município de Cotia; constituía um núcleo rural bastante vinculado ao acesso à sede do Município, à Rodovia Raposo Tavares. Foi este pequeno conjunto o objeto do tombamento realizado em 1938. Com a criação do município de Carapicuíba, e especialmente depois da abertura da Rodovia Castelo Branco, o novo e principal acesso ao oeste e sudoeste paulista, acelerou-se a decadência da região. Vizinha de condomínios de classe média alta, como a Granja Viana, ainda continua sob uma razoável influência da sua antiga sede municipal. De resto, mantém-se como uma mancha atípica na tradicional urbanização da periferia de São Paulo. A consequência deste processo é a alteração brutal dos usos e funções das edificações, a imposição de adaptações incompatíveis com a compartimentação tradicional das frágeis estruturas arquitetônicas e, especialmente, a criação de puxados e anexos que as desvirtuam completamente.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1580
Fundação do município:	
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio de pequena abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A primitiva aldeia de Carapicuíba teve sua origem no século XVI, como um aldeamento de índios administrado pelos jesuítas. Ao contrário, porém, de outras regiões de mesma origem, como Embu e Itapeverica, Carapicuíba teve seu Conjunto Arquitetônico e Urbanístico preservado, ao menos em seu traçado original central. O traçado do largo, ainda hoje existente, remonta ao final do século XVII ou início do XVIII. Em termos de edifícios, apenas algumas casas remontam ao século XVII, bem como a Igreja de São João Batista (religioso, 1736), que também abrigava residência e escola. O Conjunto foi Tombado pelo IPHAN em 1938.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Conjunto se ressentia especialmente da indefinição de suas funções, de uma adequada utilização e uma desejada valorização. Destes fatos decorrem problemas de conservação das edificações, assim como de adaptações inadequadas e ocupação irregular do entorno do Conjunto. O grande esforço desenvolvido pela Administração Municipal, anterior à que ora se encerra, no sentido de envolver a Aldeia com um parque que atenuasse o impacto da Malha Urbana sobre o Núcleo Tombado, particularmente em relação ao tráfego que cruza a Praça da Aldeia, como também para equacionar um programa de conservação, utilização e valorização das edificações. Espera-se que seja retomado em 2001, quando assumirá uma nova Administração.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Ao contrário do que ocorre tradicionalmente, o centro administrativo e comercial não coincide com a área de ocupação mais antiga e se consolidou numa região distante cerca de 7 km, em razão da abertura da Rodovia Castelo Branco, na década de 60. Deste novo centro, a ocupação se expandiu radialmente, atingindo a pequena aldeia, até então isolada na área rural. Esta malha urbana apresenta as características comuns de toda a periferia de São Paulo, constituída por loteamentos populares, sem qualquer planejamento ou regras, legalizados a partir de situações de fato e entremeados por conjuntos habitacionais construídos pelo poder público. Carapicuíba é basicamente uma cidade dormitório. Suas indústrias se localizam principalmente ao longo das rodovias que cortam seu território e a maior parte de sua população é formada por famílias de baixa renda. Esta realidade atinge de maneira preocupante a Aldeia, onde, até então, o isolamento era o fator que mais contribuía para a preservação.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O impacto do quadro descrito na pequena Aldeia é significativo. Este tipo de dinâmica urbana de periferia é considerado difícil de ser administrado. Há que se criar novas relações entre o contexto urbano mais amplo e a Aldeia; criar vínculos, relações de interesse, seja por força da prestação de serviços à comunidade, seja pelo estabelecimento e fortalecimento de elos culturais e afetivos. Neste sentido, a criação de um parque no entorno do Bem e a definição de atividades e usos socialmente relevante serão tão importantes quanto à conservação física dos imóveis. Todo o potencial turístico está concentrado na exploração de um restaurante com anexos, edificado de forma absolutamente irregular em área contígua às construções do casario preservado.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

As técnicas e sistemas construtivos utilizados nas edificações impõem uma orientação e acompanhamento permanente. Como isto não ocorre, o ataque de insetos xilófagos, as pequenas mais numerosas adaptações e acomodações dos programas de uso dos prédios, o trânsito, a sinalização inadequada e o "adro franciscano" com palmeirins e cruzeiro, vêm descaracterizando formalmente o Conjunto e alterando brutalmente os remanescentes arquitetônicos.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Apesar de periódicos esforços e tentativas de ações articuladas entre o órgão estadual de preservação, a 9ª SR/IPHAN e a Prefeitura do Município, nunca foram firmados instrumentos formais de cooperação ou realizadas articulações entre as legislações aplicáveis à proteção do Conjunto Tombado. Constata-se, por parte dos técnicos, um grande potencial para que isto aconteça.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não tem.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não se constatou atuação relevante da comunidade, sendo que a Diocese e Paróquia locais apresentam desinteresse com a preservação das tradições e os poucos moradores e detentores de posse de Imóveis que ainda guardavam fortes relações afetivas e culturais com a Aldeia, envelheceram e morreram sem repassar a história do Bem.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Está no início do processo.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A Aldeia mantém, ainda que bastante alterada, a Festa de Santa Cruz, que vem sendo documentada desde a década de 20.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Itu.

(2) MUNICÍPIO:

Itu

(3) ESTADO:

SP

(4) SR IPHAN

9

a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo. 384-T-48

21/ 06/ 1967

LH, insc. 401, fl. 65

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária. 188-T-38

26/ 12/ 1938

LBA, insc. 230, fl. 40;
LH, insc. 114, fl. 20

Edifício Sede do Museu Republicano
Convenção de Itu. 767-T-66

27/ 04/ 1967

LH, insc. 399, fl. 64

CARACTERÍSTICAS DOS TOMB. ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Edifício da Fábrica de Tecidos São Luiz – Proc n° 22338/82

CONDEPHAAT

Igreja do Bom Jesus – Proc. n° 16765/70

CONDEPHAAT

Pedreira de Varvitos – Proc. n °09884/69

C O N D E P H A A T

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Ig. Matriz de Nossa Senhora da Candelária



Vista aérea da cidade de Itu



Museu Republicano Convenção de Itu



Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo



Edifício da Fábrica de Tecidos São Luís



Igreja do Senhor Bom Jesus

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Todos os bens tombados pelo IPHAN são também tombados pelo Condephaat.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Itu reúne importante acervo da arquitetura paulista dos séculos XVIII e XIX.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACINAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS**RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO**

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

4.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

900

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Até o final do século XIX, a cidade de Itu ocupava apenas uma acrópole na paisagem, na verdade um promontório com terrenos que caem à oeste, norte e sudoeste e se estendem em nível, a leste. Progressivamente, a Malha Urbana ocupou as encostas e as diretrizes dos caminhos para Sorocaba e São Paulo. O Centro Histórico ainda foi envolvido por bairros que datam de 1940 e 1950, de características

tradicionais, e ainda por uma ocupação de melhor qualidade, inclusive arquitetônica, que data dos anos 60 e 70 do século XX. Nesta região que envolve o Centro Histórico e os bairros adjacentes, existem poucas intrusões de prédios de mais de quatro pavimentos, das quais se destaca um edifício de mais de 10 andares construído irregularmente na década de 60, entre a Igreja Matriz e Museu Republicano. Fora desta região, destacam-se, à oeste, a estação ferroviária e o cemitério da Cidade.

No início da década de 80 do século XX, como os entorno dos Prédios Tombados pelo IPHAN criassem uma mancha contínua de tecido urbano submetido a controle, foram estabelecidas normas e critérios comuns entre a Prefeitura, Condephaat e IPHAN, que vigoram até hoje. Com isto, o adensamento foi transferido para uma região periférica ao Centro Histórico, aliviando-o das pressões imobiliárias e valorizando as edificações antigas, fomentando sua vocação turístico-cultural. Esta tendência foi consolidada pela criação de grandes condomínios fechados afastados da área de ocupação mais adensada.

Conseqüentemente, a relação entre as áreas de expansão da Cidade e o Centro Histórico vivem um momento de convivência relativamente harmônica, que, no entanto, ainda necessita ser consolidada e intensificada.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Trata-se do Sítio de ocupação mais antiga, que manteve relativamente íntegra sua feição, tanto relativamente a seus Marcos Arquitetônicos Religiosos, Institucionais e Industriais, como a uma amostragem razoável das edificações de morada. As áreas de ocupação subsequente apresentam-se bastante definidas e perfeitamente identificáveis. Do ponto de vista da proteção legal, os três Prédios Tombados pelo IPHAN (Matriz, Conjunto Carmelita e Museu Republicano), que também o são, ex-ofício, pelo CONDEPHAAT, são complementados pela Fábrica São Luiz e pela Capela Bom Jesus, que estão sob a proteção do Órgão Estadual. As regras estabelecidas para o controle de substituição ou alteração do Conjunto Edificado, que envolve e emoldura estas edificações, têm se mostrado relativamente eficiente. Não obstante, há um forte movimento de entidades profissionais no sentido de envolver mais formal e efetivamente a Prefeitura neste processo, ampliando-o e complementando-o.

Por outro lado, existe um progressivo reconhecimento e envolvimento da população tanto na valorização do Centro Histórico como em função de sua memória e cultura, assim como quanto ao seu valor econômico, se considerado o crescente turismo cultural.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1610
Fundação do município:	1657
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico com monumento de singular importância

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O marco da fundação da cidade de Itu foi a construção, em 1610, de uma capela devotada a Nossa Senhora da Candelária, no lugar em que hoje está a Igreja do Bom Jesus. O povoado se formou ao lado desta Capela que, de 1653 a 1657, foi Igreja Matriz. Entre 1657 e 1750, a Vila de Itu não passou de um pequeno núcleo, com menos de 100 casas, concentradas no pátio da antiga Matriz e numa única rua, que ia do pátio até a capelinha do primeiro povoado. Uma boa parte das casas - as do pátio, sobretudo - pertenciam a fazendeiros. Quando aumentou a escravatura e a produção das fazendas, seus donos ajudaram a erguer dois conventos na Vila - o de São Francisco (1692) e o do Carmo (1718). Os comerciantes ergueram, em 1726, a Capela de Santa Rita, num lugar ainda descampado.

Em 1760, já existiam cerca de 105 casas e mais uma rua, chamada da Palma (hoje, dos Andradas). Nessa época, Itu se firmou como entreposto de comércio na rota entre o sul do país e as regiões mineradoras de Mato Grosso e Goiás. Alguns anos depois, em 1776, com o crescimento das lavouras do açúcar e do algodão, a Vila cresceu, contando com 180 casas e com as mesmas ruas de antes. Quem deu vida à localidade foram os artesãos, sapateiros, ferreiros, latoeiros, carpinteiros, tecelões, costureiras e fiandeiras, que ocuparam 119 casas. Os comerciantes interessados na venda de tecidos, colchas e cobertores para outras regiões, promoveram o cultivo do algodão e a produção caseira de tecidos.

A partir de 1777, a Vila de Itu cresceu em função dos negócios de exportação de açúcar para a Europa. O número de engenhos de cana e de escravos, naquela ocasião vindos da África e não do sertão, se multiplicam. De 1785 a 1792, foram abertas as ruas que desceram paralelas, pelas encostas do espigão. Nessas ruas e seus prolongamentos pelo lado da Igreja do Patrocínio é que se formou, até 1865, a cidade que hoje constitui o Centro Histórico. A fase de maior crescimento da cidade foi entre 1836 e 1854, quando atingiu o número de 800 casas. Nesta época, Itu era a Vila mais rica de toda a Província, com importante participação na vida política e econômica. Em 1860, ocorreu uma grande crise no mercado internacional do açúcar. O plantio da cana entrou em decadência, causando, com o tempo, um conflito entre os políticos e os fazendeiros ituanos contra o Governo Imperial. Cresceu em Itu o movimento republicano que resultou, em 1873, na realização da Primeira Convenção Republicana do País. O açúcar foi sendo gradativamente substituído pelo café.

Com a ajuda do Governo Republicano, proclamado em 1889, vieram para Itu milhares de imigrantes, a maioria italianos. A Cidade possuía, naquela época, cerca de 1.000 casas. O café foi a base da economia do Município até 1935, ano da maior produção, decaindo depois, pela concorrência de outras áreas de plantio e pelo esgotamento de suas terras.

De 1935 a 1950, Itu quase não cresceu além da área ocupada. A partir de 1950, novas indústrias se instalaram na Cidade, principalmente as de cerâmicas. Ocorreu grande migração rural em busca de trabalho nas fábricas. A Cidade começou novamente a crescer com a abertura de diversos loteamentos na periferia. Itu já não tinha a mesma importância de antigamente, sendo influenciada pela Capital do Estado, já então uma metrópole. O velho centro, a maior e mais importante herança cultural dos tempos da colônia, passou a ser transformado. Os objetos antigos, imagens das igrejas e pertences particulares, começaram a ser comercializados, sobrando hoje pouca coisa na Cidade.

O Centro Histórico de Itu conserva na sua estrutura urbana um documento da ocupação e colonização do interior paulista durante o período colonial. Tal processo de valorização do espaço manifesta-se na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária (religioso, 1780) e da Igreja e Convento da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (religioso, 1762). Marcando um segundo período da história da Cidade, o Edifício sede do Museu Republicano da Convenção de Itu (residencial, 1867) se ligou ao crescimento da economia cafeeira, no final do século XIX.

A atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária teve sua origem na construção da Capela de Nossa Senhora da Candelária em 1610. A Capela tinha sua construção nas terras de plantação do Bandeirante Domingos Fernandes. Após modificações e reformas, esta capela de Nossa Senhora da Candelária, edificada no local onde hoje é a Igreja de Bom Jesus, passou à condição de Igreja Matriz. Em 1667, foi construída, no mesmo terreno onde mais tarde seria erguida a atual Igreja Matriz, uma nova Igreja. A atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária teve o início de suas obras em 1774.

Para a realização do empreendimento, foram contratados os melhores mestres e qualificados operários das redondezas. Em 1888, foram executadas obras para proteção de seu frontispício. A mais importante característica do templo está no seu interior, que possui tetos decorados e grande quantidade de telas cuja autoria é de José Patrício da Silva Manso e do frei Jesuíno do Monte Carmelo. As obras de entalhe da Igreja, de autor desconhecido, são comparadas às dos melhores artistas das edificações religiosas de Minas Gerais e Bahia.

O Edifício sede do Museu Republicano da Convenção de Itu foi construído em 1867, na antiga Rua do Carmo, hoje rua Barão de Itaim. Em 18 de abril de 1873, a casa, de propriedade de Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado, foi palco da primeira Convenção do Partido Republicano. Um dia antes fora inaugurado a Estação de Ferro de Itu, que ligava a cidade à Jundiá e ao Porto de Santos e propiciava o crescimento da economia exportadora de café na região. Em 1921, o prédio foi adquirido pelo Presidente Washington Luís. Sofreu reformas e foi destinado a servir de sede do Museu Republicano da Convenção de Itu. O Museu foi inaugurado em 1923. A decoração do vestibulo, em azulejaria, foi encomendada por Afonso de Taunay, diretor do museu, na década de 1940.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Alguns edifícios foram integralmente restaurados, outros, como o Conjunto Carmelita, sofreram apenas intervenções limitadas, e grande parte do casario foi objeto de recuperação de fachadas e obras de adaptação do interior da edificação, particularmente as destinadas a adaptar residências a atividades comerciais. De maneira geral, no entanto, não se encontram regiões deterioradas ou em processo de abandono no interior do Centro Histórico.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Apesar de existir Plano Diretor, existe pressão imobiliária e tendência de substituição do uso residencial para comercial.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não ocorre.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Alguns edifícios históricos necessitam obras de restauro.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura não possui norma legal específica destinada à proteção do Centro Histórico, mas, na medida do possível, tem incorporado esta questão à suas políticas de gestão urbana. Neste sentido, existe um forte movimento no sentido de fazer com que a próxima administração incorpore formalmente a preservação e valorização do Centro Histórico da Cidade. Um indicador desta tendência é a repercussão do estacionamento da antiga pedreira de varvito, vizinha à Cidade.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Há necessidade de compatibilização do Plano Diretor às normas de preservação. Não existe inventário.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existe um progressivo reconhecimento e envolvimento da população tanto na valorização do Centro Histórico, com referência à sua memória e cultura, assim como ao seu valor econômico, se considerado o crescente turismo cultural.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Há um forte movimento de entidades profissionais no sentido de envolver mais formal e efetivamente a Prefeitura no processo de organização do crescente turismo cultural, ampliando-o e complementando-o.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas religiosas.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico (Casa de Câmara e Cadeia, Igrejas e Casas).

(2) MUNICÍPIO:

Santos

(3) ESTADO:

SP

(4) SR IPHAN

9ª

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Edifício de dois pavimentos com frontaria azulejada na Rua do Comércio, 94, 96, 98. 751-T-65

Antiga Casa de Câmara e Cadeia na Praça dos Andradas. 545-T-56

Igreja da Ordem Terceira de Nossa

Senhora do Monte do Carmo. 216-T-39

Igreja e Mosteiro de São Bento. 348-T-45

Casa do Trem Bélico, 219-T-39

(6) DATA:

03/05/1973

12/05/1959

09/05/1940 e

24/03/1941

18/03/1948

19/02/1940

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH, insc. 441, fl. 72

LBA, insc. 448, fl. 83

LH, insc. 162, fl. 27 e

LBA, insc. 299, fl. 51

LBA, insc. 314, fl. 66

LH, insc. 124, fl. 22

LBA, insc. 277, fl. 48

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Bolsa do Café

Igreja de Santo Antonio do Valongo

Igreja da Primeira Ordem do Carmo

Estação da São Paulo Railway

Edifício Praça. Monte Alegre, 16

Teatro Coliseu

Outeiro de Santa. Catarina

Casarão do Valongo

Museu da Pesca

(9) RESP. P/ TOMBAM.

(Condepasa/Condephaat)

(Condepasa/Condephaat)

CONDEPASA

CONDEPASA

(Condepasa/Condephaat)

(Condepasa/Condephaat)

(Condepasa/Condephaat)

(Condepasa/Condephaat)

(Condepasa/Condephaat)

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Vista da Cidade de Santos



Igreja da Ordem Terceira de N. Sra. do Carmo



Casa de Câmara e Cadeia



Igreja e Mosteiro de São Bento



Casarão do Valongo



Casa com Frontaria Azulejada



Conj. Arq. de Santo Antônio do Valongo



Outeiro de Santa Catarina



Teatro Coliseu



Museu de Pesca

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe proteção Estadual do Conjunto composto pela concentração dos prédios e edificações, legalmente preservados de forma isolada.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe proteção Municipal do Conjunto composto pela concentração dos prédios e edificações, legalmente preservados de forma isolada, exceto naquilo que dispõem, um tanto quanto vagamente, as posturas municipais e as propostas em discussão para criação de corredores de proteção e valorização estimulada, assim como já acontece na cidade do Rio de Janeiro.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Testemunhos arquitetônicos de uma das mais antigas cidades do Brasil.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

5.000

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

700

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O antigo Centro Histórico da Cidade está perfeitamente definido numa delgada faixa de terrenos delimitada pelo canal, ao sul, e pelos morros, ao norte. As zonas de expansão mais recentes, tanto do novo centro comercial, como a destinada ao veraneio, convivem em relativa harmonia. Apenas o escoamento da área mais antiga do Porto exerce uma certa pressão no sentido da ampliação de suas vias de acesso. Os danos decorrentes das estruturas do sistema viário, como a rodoviária, os viadutos e as novas vias já ocorreram até a década de 80 do século XX. A tendência atual é a valorização e revitalização do que restou das antigas estruturas urbanas e arquitetônicas.

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais corresponde ao centro antigo do urbano, nas proximidades do Porto, com um desenvolvimento irregular, acompanhando a linha costeira, mas com eixos de expansão criados em função de praças existentes no local, como a fronteira à Ordem do Carmo, à Rui Barbosa e à Marques de Monte Alegre, além da Praça dos Andradas. O resto da Cidade tem um desenvolvimento bem mais uniforme, em grade de xadrez.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área Tombada corresponde ao antigo Centro Histórico da Cidade, onde originalmente havia todos os tipos de edificações típicas de uma cidade. Com o crescimento, expandiu-se para muito além da área em estudo, sendo que alguns dos elementos caracterizadores de um centro histórico, como moradias, são, hoje em dia, praticamente inexistentes.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1532
Fundação do município:	1545
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico sequencial

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A Área Tombada em Santos corresponde ao antigo centro da cidade. O Conjunto Urbano, próximo ao Porto, é de desenvolvimento irregular, acompanhando a linha costeira; tem uso hoje iminentemente comercial.

No Conjunto Urbano merecem destaque: a casa com frontaria azulejada (residencial e comercial, 1865-1869), localizada na Rua do Comércio, n.ºs 94, 96 e 98; a antiga Casa de Câmara e Cadeia na Praça dos Andradas (público civil, 1837), a Igreja da Ordem Primeira (religioso, 1754) e Capela da Ordem Terceira do Carmo (religioso, 1752); a Igreja e Mosteiro de São Bento (religioso, 1644); a Igreja de Nossa Senhora do Mont Serrat (religioso, século XVII); e o Conjunto do Valongo, formado pela Igreja de Santo Antônio e Capela da Ordem Terceira de São Francisco (religioso, século XVII).

A casa com frontaria azulejada na Rua do Comércio, n.ºs 94, 96 e 98, deve sua construção ao desenvolvimento comercial de Santos a partir da segunda metade do século XIX. Ela foi construída entre 1865 e 1869 pelo comendador Manuel Joaquim de Ferreira Neto, comerciante de café. O térreo era destinado a escritório e armazém. O pavimento superior era utilizado como residência. A grande dimensão e a duplicidade de funções guarda um testemunho de uma nova organização econômica da região, cuja figura central era o comissário de café, a um só tempo capitalista comerciante, exportador e armador.

A antiga Casa de Câmara e Cadeia, na Praça dos Andradas, teve o início de sua construção em 1837. Inacabada ainda em 1865, passou a ser utilizada pelos poderes públicos do Império e da República. Veio a ser conhecida como "Cadeia velha" em razão da demora no término das obras. A construção está ligada a diversos acontecimentos da vida política e pública da Cidade. Somente em 1870 passou a funcionar como cadeia. O plano da cadeia se subordinou a um programa mais humanitário representado pela atenção dada à separação dos presos, pelo grau de seus crimes e pelos cuidados de assistência hospitalar, assegurada pela enfermaria. Em 1958, foi doada ao Município para a instalação do Museu Histórico e Pedagógico dos Andradas, seu uso atual.

O Conjunto do Carmo foi fundado inicialmente em 1589. A Igreja atual, localizada na Praça Barão, data de 1754, com fachada unida à Capela por uma torre azulejada, numa solução arquitetônica bastante característica do período. Em seu interior, estão imagens coloniais e quadros de autoria do pintor Benedito Calixto. A Capela possui junto à porta uma pia com datação inscrita de 1710.

O Mosteiro de São Bento originou-se de uma capela fundada em 1644, doada em 1650 à Ordem de São Bento. O Edifício foi reconstruído em 1725, com arcos típicos da arquitetura beneditina. Atualmente abriga o Museu de Arte Sacra, que possui rica coleção de imagens sacras, lápides funerárias e objetos de uso cotidiano da época.

A Igreja de Nossa Senhora do Mont Serrat localiza-se num dos pontos mais altos da Cidade. Teve sua construção iniciada nas primeiras décadas do século XVII, de dimensões bastante modestas e ainda hoje muito bem conservada.

O Conjunto do Valongo teve sua construção iniciada em 1640, sendo a Capela inaugurada em 1691. Foi restaurado no século XVIII, encontrando-se atualmente em ótimo estado de conservação.

Todos estes edifícios documentam diferentes fases de desenvolvimento histórico da região Sudeste, desde os primeiros séculos de pobreza e despojamento, passando por um período de maior prosperidade no século XVIII até conhecer grande importância econômica no cenário nacional, com o porto exportador de café, a partir do século XIX.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Inúmeros imóveis necessitam de urgente intervenção.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE ESTÁ INSERIDO O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Existe pressão imobiliária e tendência a substituição de uso residencial por comercial.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O crescimento da Cidade tem ocasionado grandes descaracterizações no entorno dos monumentos.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Má conservação, má conservação e ataque por insetos xilófagos.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não existe ação integrada das esferas administrativas e deveriam ser mais intensas as ações de intervenção de conservação.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe proteção municipal do Conjunto. Demais dados precários.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Praticamente não existe com relação ao Conjunto.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Desde os anos 70 do século XX, existe a tendência em ocupar grandes prédios e conjuntos conventuais com atividades voltadas para o turismo cultural, porém ainda de forma incipiente face às necessidades locais.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Festas religiosas.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Área da Luz Estação da Luz - São Paulo

(2) MUNICÍPIO:

São Paulo

(3) ESTADO:

SP

(4) SR IPHAN

9ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Mosteiro Igreja da Imaculada Conceição da Luz, 325-T-43

16/ 08/ 1943

LBA, insc.282-A,Fl.60;
LH insc. 60, fl.36

Estação da Luz, 944-T-78

10/10/96

LBA(v.2)insc.606,fl.2;
LH(v.2), insc. 540,fl.26.

Conjunto Histórico da Área da Luz do Conselho Consultivo

Reunião de 10/8/2000

Proc. 1463 – T – 00

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Edifício Paula Souza e Edifício Mattos de Azevedo

CONDEPHAAT

Portal de Pedra

CONDEPHAAT

Seminário Episcopal

CONDEPHAAT

Vila Inglesa

DPH (município)

Pinacoteca do Estado

CONDEPHAAT

Hotel Federal Paulista

CONDEPHAAT

Hotel Queluz

CONDEPHAAT

Jardim da Luz

CONDEPHAAT

Armazém Central da Sorocabana

CONDEPHAAT

Quartel da Luz

CONDEPHAAT

Escola Estadual Prudente de Moraes

CONDEPHAAT

Antigo Conjunto de Edifícios da Escola Politécnica

DPH (município)

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Pinacoteca em frente a Av. Tiradentes



Vista geral do centro da cidade de São Paulo



Estação e Praça Júlio Prestes antes da transformação e Estação da Luz ao fundo



Estação da Luz

OUTRAS PROTEÇÕES

(10)EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

No Estado de São Paulo, está previsto o Tombamento “ex-ofício”, pelo CONDEPHAAT, de todos os Bens colocados sob a proteção do IPHAN. No caso do Bairro da Luz, isto ocorre e a proteção dos dois organismos praticamente coincide, não se explorando a combinação de ambas legislações com caráter complementar.

(11)EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Com relação à Legislação Municipal, a mesma situação ocorre, no entanto, com um impacto mais grave, vez que o zoneamento urbano, especialmente as Z8, poderia contribuir para uma ação articulada de extrema eficiência, esta sim com possibilidades reais de intervenção na potencialidade e valorização da região

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Existência de elevado número de Bens acautelados pelas diversas esferas, com relativa proximidade espacial e articulando-se cronologicamente e em proposta arquitetônica.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

10.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

500

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Área periférica ao antigo centro da Cidade, organizada a partir da diretriz da Avenida Tiradentes e dos terminais ferroviários de carga e passageiros das Estradas de Ferro Santos - Jundiá e Sorocabana, inclusive o comércio, serviços e hotéis que atendiam os passageiros em trânsito; compõe-se ainda de edificações conventuais, hospitalares, militares ou de atendimento público, como o antigo horto e, de construção mais recente, a Escola Politécnica e Liceu de Artes e Ofícios. A maior parte das edificações que ocupam as quadras da região, constituídas por prédios de alguns andares, abrigam uma percentagem menor de habitações.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Antigo ponto de entrada da Cidade, em função da existência da Estação da Luz, a área corresponde apenas a um pequeno trecho da Urbe, sendo próximo, mas fisicamente distinto, do antigo centro urbano. Os Tombamentos existentes abrangem apenas alguns prédios dentro de um perímetro maior.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1554
Fundação do município:	1558
Datação genérica (origem):	1820-1860
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Na fundação de São Paulo, a Área da Luz encontrava-se originalmente na periferia da Cidade. Foi a construção da Estação da Luz (1900) que modificou essa situação. Erguida sobre 7.520 m² e localizada na atual Rua Mauá, n.º 1, o Edifício teve todo seu material, desde a planta até os tijolos, oriundo do Inglaterra. A atual Estação da Luz teve sua construção ligada ao surgimento e expansão da rede ferroviária em São Paulo durante o final do século XIX, que, por sua vez, não foi sem o crescimento da produção de café pelo interior paulista de terra roxa. Em 1867, foi construída a "The São Paulo Railway" (1867), a estrada de ferro que vinha ligar Jundiaí, próspera região de café, ao Porto de Santos.

Em 1875, foi aberta a "Sorocabana" e passou a funcionar a Estrada de Ferro do Norte, até Mogi das Cruzes, em 1876, estendida até Jacareí e Taubaté, em 1877, até o Porto de Cachoeira e depois até o Rio de Janeiro. O edifício da Estação da Luz substituiu a antiga estação de trem inaugurada em 1867. Ela funciona hoje como entroncamento do sistema metropolitano de transporte público.

Na Área da Luz também mereceu tombamento especial do IPHAN o Mosteiro Igreja da Imaculada Conceição da Luz (religioso, século XVIII e início do século XIX). Localizado na Avenida Tiradentes, o Mosteiro teve sua origem na Capela Nossa Senhora da Luz, construída por volta de 1583 nos campos do Guaré, hoje Bairro da Luz. O Mosteiro resultou de uma reforma dessa Igreja. Em 1774, foi inaugurado o convento, que levou mais quarenta e oito anos em mudanças e expansão. A partir de 1970, o Museu de Arte Sacra de São Paulo passou a funcionar na sua ala esquerda.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Ainda que o prédio da Pinacoteca tenha recebido investimentos de grande monta, para a execução e implantação de um adequado projeto de adaptação; idem para a Estação Júlio Prestes, onde foi criada a Sala São Paulo; ainda que o Jardim da Luz tenha recebido recentes obras de recuperação; que o Convento da Luz guarde uma das mais importantes coleções de arte do estado; muito há ainda por fazer. A Estação da Luz reclama por urgentes obras de restauração e pela definição de um melhor aproveitamento.

O Quartel, a Sede do DPH e grande parte dos prédios comerciais estão mal ou inadequadamente utilizados ou ainda aguardam a definição de uma política de valorização que estimule um novo perfil de atividades.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE ESTÁ INSERIDO O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A atividade comercial de tecidos e confecções, de caráter popular, se mantém com certa vitalidade na área, antes exercida pela comunidade judaica e árabe, e, mais recentemente, pelos coreanos; convive com uma crescente concentração de serviços públicos e lazer. No entanto, convive também com a prostituição, com o comércio informal e com os cortiços, indicadores mais evidentes da decadência geral do centro da Cidade e desta região em particular. É bastante evidente a falta de investimentos na conservação de prédios e logradouros públicos, mesmo o abandono completo e as invasões decorrentes.

Por vezes, esta situação é dissimulada por cartazes, painéis e tapumes. Mas exceto pelos megas investimentos pontuais já realizados e em andamento, não há proposta objetiva de estímulos a novos usos e funções que transformem a região em novo Pólo Cultural da Cidade, como preconizam alguns dirigentes da cultura e do Governo do Estado e do País.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O principal fator do atual processo de degradação da área central da Cidade é a ausência de planejamento, intercedendo na dinâmica urbana da Cidade, particularmente naquilo que se refere à reciclagem de suas antigas estruturas. Por outro lado, a omissão com que a Administração Municipal tem tratado as questões relativas à conservação de prédios públicos e a quase completa descoordenação entre a ação e a intervenção das diversas esferas administrativas têm, até certo ponto, estimulado o processo de degradação constatado.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Grande parte dos prédios comerciais estão mal conservados.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Carece uma política de valorização desta região visando a definição de novo perfil de atividades; existe ausência de proposta objetiva de fiscalização para o controle das invasões e do abandono completo em que se encontram alguns prédios e logradouros públicos. Administração Municipal e Estado apresentam completa descoordenação entre suas ações.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Plano Diretor desatualizado, não atendendo as necessidades da Área Tombada. Inventário e cartografia incompletos.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Incipiente.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Tem ocorrido, no entanto não de forma a atender aos projetos de preservação, deixando muito a desejar.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

São Cristóvão; Santo Expedito; e tradição Joinville le Point, ligada à cavalaria no quartel Tobias de Aguiar.

Ficha de Informações Básicas

Sítios Históricos Urbanos Nacionais



Lapa

· *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade da Lapa*

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais

Curitiba

· *Conjunto no entorno do Antigo Paço Municipal*

Paranaguá

· *Centro Histórico (igrejas e Colégio dos Jesuítas)*



Paraná

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lapa, 1309-T-90

(2) MUNICÍPIO:

Lapa

(3) ESTADO:

PR

(4) SR IPHAN

10^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lapa

(6) DATA:

14/08/98

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA vol. 2 insc. 613, fl. 34; LH vol. 2 insc. 548, fl. 35; LAEP, fl. 85, insc. 117.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

200

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Cadeia pública, 106-T-38;

Casa à Rua Francisco Cunha, 108-T-38;

Casa do Coronel. Joaquim Lacerda, 29-T-38;

Igreja Matriz da Lapa, 21-T-38;

Teatro São João, 1120-T-84.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA



Centro histórico –Rua Westphalen com a R. Francisco Cunha (1999)



Centro histórico – Rua Francisco Cunha / leste (1999).

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Setor Histórico de Lapa, coincidente com o Sítio, foi tombado pelo Estado em 26 de julho de 1989. O tombamento estabeleceu, de acordo com o valor das edificações, quatro diferentes graus de proteção: GP1 e GP2, de proteção rigorosa; GP3, unidades de acompanhamento que devem manter a volumetria; e GP4, unidades que poderão ser substituídas. Junto com o tombamento, o Conselho Estadual, do Patrimônio Histórico e Artístico – CEPHA - aprovou normas de uso e ocupação do setor e parâmetros para intervenções nas edificações.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A Lei de Zoneamento e Uso do Solo Urbano de 1987, anterior aos Tombamentos Estadual e Federal, define como Centro Histórico um conjunto parcialmente coincidente com o Sítio; previu possibilidade de concessão de benefícios, mas não estabeleceu normas específicas para o setor.

O Decreto n.º 2002, de 4 de julho de 1990, declarou o reconhecimento do valor histórico das edificações inseridas na área tombada pelo Estado.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Teatro São João (1969); Imóvel sito à Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Barão dos Campos Gerais (1971); Igreja de Santo Antonio (Igreja Matriz, 1972); Casa a Praça Coronel Lacerda (1972); Casa Vermelha (1981).

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Casa Vermelha (1981).

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



Observação: 1 - O perímetro tombado abrange um número de edificações bem superior ao listado acima, mas que foram excluídas, nominalmente, do tombamento; os dados acima refletem apenas a população residente nos edifícios efetivamente acautelados.

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

600

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

118 (Ver observação 1)

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A Cidade tem um arranjo espacial em malha de xadrez, de acordo com as determinações urbanísticas do final do período colonial. Esse arranjo, atualizado para as normas mais atualizadas, se mantém nas áreas não acauteladas.

Do tombamento foram excluídos diversos imóveis do Centro Histórico, cerca de 50%, por não manterem características arquitetônicas/históricas condizentes com os motivadores do tombamento. Estes Imóveis são considerados como área de entorno.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área Tombada é formada pela antiga cidade de Lapa, do século XVIII, mas a Cidade atual cresceu, excedendo em muito estes limites e os do tombamento.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1731
Fundação do município:	1806
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A área referente ao conjunto da Lapa é composta por catorze quarteirões. Foi um antigo pouso de tropeiros que conduziam o gado dos campos de Curitiba para o Rio Grande do Sul. Fundação setecentista na estrada de Sorocaba a Viamão, apresenta traçado comum às cidades implantadas no trajeto: conformação linear; as ruas, ligadas por travessas de reduzida largura, se estruturaram em paralelo ao caminho das tropas. Durante a Revolução Federalista (1893-1894), Lapa sofreu um longo cerco das tropas federalistas, que durou 26 dias.

Dentre os Bens do Conjunto, receberam tombamento particular do IPHAN: a Igreja Matriz de Santo Antônio (religioso, século XVIII); a Casa de Câmara e Cadeia (público civil, 1806); o Teatro São João (cultural, 1876); a casa na Praça Coronel Joaquim Lacerda (residencial, 1835); e a casa localizada na Rua Francisco Cunha (residencial, século XIX).

Na Igreja Matriz de Santo Antônio, datada de meados do século XVIII, foi celebrada a primeira missa da Freguesia de Santo Antônio do Registro (13/06/1769).

A Casa de Câmara e Cadeia foi erguida como conseqüência da elevação da Lapa à condição de vila, num momento de crescimento populacional (c.1500 habitantes).

O Teatro São João foi construído pouco depois da sua elevação à condição de sede de comarca, com o que recebeu o seu nome atual de Lapa. Foi reformado em 1976.

A casa da Praça Coronel Joaquim Lacerda foi, durante a Revolução Federalista (1893-1894), sede da 2ª Brigada Militar, comandada pelo Coronel Joaquim Lacerda, que junto com outros, durante o episódio militar conhecido como "Cercos da Lapa", defenderam a Cidade e o Governo Floriano Peixoto contra as forças federalistas. Ali morreu o Coronel Dulcídio, comandante do Regimento de Segurança do Estado, e ali foi redigida, em 11 de fevereiro de 1894, a Ata de Capitulação da Cidade.

Já a casa da rua Francisco Cunha foi onde faleceu o General Gomes Carneiro, comandante das forças legalistas.

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Lapa conserva, na sua estrutura urbana, um documento da ocupação e colonização do segundo planalto paranaense durante os séculos XVIII e XIX. Já os seus edifícios documentam fundamentalmente aspectos da Revolução Federalista e da construção de uma memória regional a seu respeito.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado geral de conservação do Conjunto Tombado, exceto pelas condições precárias dos passeios, em algumas ruas, e de seus imóveis é bom. As intervenções públicas mais recentes são obras de conservação em prédios municipais – Casa de Câmara e Cadeia, Biblioteca, Teatro São João, Sede da Prefeitura e Panteon dos Heróis – e de restauração do antigo clube Operário, que hoje abriga órgãos da administração pública.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

No Centro Histórico da Lapa estão localizados os órgãos da administração pública, inclusive a sede da Prefeitura Municipal, os principais estabelecimentos comerciais. Na sua grande maioria, as edificações têm uso exclusivamente residencial ou uso misto - residencial e comercial. Não há, portanto, o risco de estagnação da área. Como há poucos terrenos vagos e o Conjunto Urbano está protegido por normas de ocupação, o crescimento desordenado e o adensamento prejudicial também não se constituem em risco.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A legislação vigente é bem definida no que se refere aos usos permitidos, aos parâmetros para as novas construções e às intervenções nos edifícios protegidos, o que afasta o risco de que fatores, como o desenvolvimento econômico ou empreendimentos com impacto ambiental negativo, venham a degradar ou descaracterizar o conjunto urbano.

A fiação aérea das redes de distribuição de energia elétrica, de iluminação e de telecomunicações, somente em alguns trechos foram substituídas por redes subterrâneas, é fator prejudicial à visualização do Conjunto.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os problemas mais graves nos edifícios do Centro Histórico são a rachaduras causadas pelo tráfego pesado, o ataque por insetos xilófagos e o processo acelerado de degradação de paredes de pau-a-pique. Outro problema comum são as infiltrações causadas pelas más condições dos telhados.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A gestão do Centro Histórico, na Prefeitura Municipal, está a cargo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras que não tem estrutura específica para o setor, mas conta com a estrutura da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado para análise e orientação de qualquer intervenção na área urbana e nos edifícios particulares ou públicos.

Cabe à Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria de Estado da Cultura, a fiscalização para o cumprimento das normas estabelecidas pelo tombamento do Setor Histórico de Lapa e, nesta função, é auxiliada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Plano Diretor Urbano, de 1979, criou o Centro Histórico da Cidade, cujos limites foram alterados pela Lei nº 940/87, tornando-o menor.

Normas de Zoneamento e Uso do Solo Urbano são estabelecidas pelas Leis n.º 734, de 15 de dezembro de 1980, e n.º 940, de 30 de novembro de 1987, que altera parcialmente a Lei 734/80, não havendo incompatibilidade com a preservação do Conjunto.

O Código de Obras do Município, instituído pela Lei nº 735, de 15 de dezembro de 1980, é compatível com a preservação.

As informações sobre os imóveis localizados no Centro Histórico, existentes na Prefeitura Municipal, são as disponíveis no cadastro geral do Município e aquelas anexadas aos processos de reforma, restauração ou construção.

Informações mais específicas são encontradas na Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria de Estado da Cultura e na 10ª SR do IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por meio do Setor de Patrimônio Histórico, promove palestras, visitas orientadas, treinamentos e reuniões que envolve e mobiliza a comunidade lapaense que, de modo geral, se orgulha da Cidade e de sua História.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

As obras de conservação executadas no Teatro São João em 1998/99 contaram com recursos da Telepar, sendo esta a única participação do setor privado na preservação.

Empresas cinematográficas têm utilizado o Centro Histórico da Lapa e seu casario como cenário de seus filmes.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As manifestações culturais mais significativas são a Congada de São Benedito da Lapa e a Banda Municipal João Francisco Mariano.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Conjunto no entorno do Antigo Paço Municipal

(2) MUNICÍPIO:

Curitiba

(3) ESTADO:

PR

(4) SR IPHAN

10^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Antigo Paço Municipal, 1166-T-84

(6) DATA:

10/10/1984

(7) LIVRO DE TOMBO:

LBA, vol. II inscr. 564, fl.7

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

Antigo Paço Municipal

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Estadual. Inscrição

06/1966

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não há.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está inserido do Setor Especial Histórico previsto na Lei n.º 9.800/00, que dispõe, sobre Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo. O Decreto nº 185, de 03/04/2000, define seus limites e estabelece parâmetros de uso e ocupação.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

O Antigo Paço Municipal, atual Museu Paranaense, localiza-se no centro de duas praças – Generoso Marques e José Borges de Macedo – sendo as edificações de seu entorno, quer pela volumetria quer pelas características arquitetônicas, fundamentais para a ambiência do Imóvel Tombado pelo IPHAN.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

1900

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

38

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais localiza-se nas proximidades do marco zero, é um pequeno trecho do Setor Especial Histórico e da Cidade atual, que excede em muito os seus limites.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O critério para a delimitação do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais foi a sua importância para a visualização do Edifício Tombado pelo IPHAN e pelo Estado, ponto focal de todo o Conjunto.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:

Fundação do município:

Datação genérica (origem):

Datação genérica (predominante):

Datação genérica (final):

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A ocupação do primeiro planalto teve início no século XVII com uma série de núcleos de garimpeiros, provisoriamente instalados. Entre os arraiais existia um, às margens do Rio Atuba, denominado Vilinha, hoje Atuba, um bairro de Curitiba. Seus moradores, não se sabe a razão, resolveram mudar de região e, no novo local escolhido, erigiu-se uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, local onde hoje está a Catedral, próxima ao Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais e onde, em 29 de março de 1693, organizou-se a Vila de Curitiba. Em 1853, com o desmembramento da comarca da Província de São Paulo, tornou-se capital da Província do Paraná, e posteriormente capital do Estado. Evidentemente a área passou por muitas transformações, ao longo dos anos, e em 1913, o local escolhido para construção da sede própria da Prefeitura foi o então denominado Largo da Liberdade, onde existia o antigo Mercado Municipal. Este foi demolido para dar lugar ao prédio do Paço Municipal, inaugurado em 1916.

Trata-se de um trecho do Setor Especial Histórico de Curitiba que conserva edificações do final do século XIX e início do XX. Com a conclusão, em 1916, do prédio do Paço Municipal – oficialmente denominado Paço da Liberdade – tombado pelo IPHAN e pelo Estado, Curitiba tornou-se uma das raras cidades, no Brasil, a ter sede própria para Prefeitura Municipal.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado geral de conservação do CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS é bom. A maioria dos edifícios no entorno do Museu Paranaense necessitam de obras de conservação e um está em ruínas. A situação mais grave é a do Prédio Tombado.

Há aproximadamente 5 anos a Prefeitura Municipal realizou obras na área. Equipamentos urbanos existentes em frente ao Museu Paranaense e que impediam a sua visualização foram retirados e as praças passaram por completa reformulação. A Rua Riachuelo, que tangencia a Praça Generoso Marques, até então exclusiva para a circulação de ônibus expresso, foi aberta à circulação de veículos e o itinerário dos ônibus alterado. Essas medidas possibilitaram a revitalização da área.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais insere-se numa área essencialmente comercial, cultural e turística da Cidade, o que afasta o risco de estagnação. Como não há terrenos vagos e a maioria dos edifícios está protegida pelo Poder Público Municipal, como Unidades de Interesse de Preservação, o crescimento desordenado e o adensamento prejudicial também não constituem risco para o Conjunto.

As recentes intervenções da Prefeitura Municipal, referenciadas, e a definição do Setor Especial Eixo Barão - Riachuelo (Decreto n.º 186/00), que tangencia o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, apontam como tendência o aumento do uso residencial, turístico e cultural

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não há fatores de degradação ou descaracterização do Conjunto Urbano causados pelo desenvolvimento econômico ou empreendimentos com impacto ambiental negativo, pois a legislação existente é bastante clara e adequada, no que se refere aos usos permitidos, aos parâmetros para as novas construções e às intervenções nos Edifícios Protegidos.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

A situação mais grave e que merece atenção especial é a do principal Prédio do Conjunto, o do antigo Paço Municipal. Os principais problemas são: a degradação do reboco e dos elementos decorativos externos e a má condição da cobertura e das pinturas decorativas internas.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A gestão do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está a cargo da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural – CAPC – e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUC, ouvidos o IPHAN-10ª e a Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

A equipe da Prefeitura conta com arquitetos e urbanistas em seus quadros.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A Legislação Municipal é perfeitamente compatível com a preservação, vez que esta matéria está inserida na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei n.º 9.800/00) e nos decretos que a regulamentam (Decretos n.º 185 e 186, de 03 e 04 de abril de 2000) .

A Prefeitura Municipal possui mapas atualizados, cadastro de identificação e registro fotográfico de todas as edificações localizadas no centro histórico.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não há dados disponíveis que permitam a avaliação do grau de conscientização e mobilização da comunidade relacionadas ao Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado participa da preservação do Centro Histórico, investindo na conservação de seus imóveis localizados na área, mas não há investimentos externos de apoio a projetos de preservação.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Em função das características do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, não há manifestações culturais próprias do Conjunto.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Paranaguá

(2) MUNICÍPIO:

Paranaguá

(3) ESTADO:

PR

(4) SR IPHAN

1**0****a****CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Colégio dos Jesuítas de Paranaguá ou

24/05/1938

LBA, inscr. 105, fl.19 e

Museu de Arq. e Etnologia, 155-T-38

LH, inscr. 52, fl.11

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco

27/02/1967

LH, inscr. 391, fl.63 e

das Chagas, 455-T-51

Igreja de São Benedito, 455-T-51

03/08/1967

LH, inscr. 403, fl.65

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas

Estado. Inscrição 1/62

Igreja da Irmandade de São Benedito

Estado. Inscrição 2/62

Igreja Nossa Senhora do Santíssimo (Matriz de Paranaguá)

Estado. Inscrição 18/67

Antigo Colégio dos Jesuítas

Estado. Inscrição 37/72

Casa onde moraram Brasília Itibere e Monsenhor Celso
(Praça Monsenhor Celso)

Estado. Inscrição 39/73

Casa sita à Praça Monsenhor Celso 106

Estado. Inscrição 43/74

Setor Histórico de Paranaguá
Inscrição 109/90

E s t a d o .

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Centro histórico da cidade de Paranaguá



Centro histórico - Rua General Carneiro - 2000



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está inserido no Setor Histórico de Paranaguá, tombado pelo Estado em 22 de dezembro de 1990. Além da Área Tombada, pouca coisa maior que a do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais, o tombamento de estabelece, acordo com o valor das

edificações, quatro diferentes Graus de Proteção: GP1 e GP2, de proteção rigorosa; GP3, unidades de acompanhamento que devem manter a volumetria; e GP4, unidades que poderão ser substituídas; e define uma área envoltória de proteção. Junto com o tombamento, o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – CEPHA - aprovou normas para intervenções no Setor e nas edificações.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

O Centro Histórico da Cidade de Paranaguá está protegido por Legislação Municipal desde 1969, quando o Plano Diretor definiu sua área. A Lei Complementar n.º 4, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, dedica o capítulo VI ao Centro Histórico subdividido-o em três áreas: Setor Histórico Tombado e Setor da Área Envoltória, que coincidem com as áreas definidas pelo Estado, e a Zona de Proteção do Setor Histórico.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Paranaguá, vila desde 1648, é a Cidade mais antiga do atual território do Estado do Paraná. Até meados do século XIX, quando Curitiba tornou-se capital da Província, era também o mais importante centro econômico e social. Apesar das mutilações sofridas, a Paranaguá dos séculos XVIII e XIX é ainda perfeitamente identificável no Conjunto Urbano.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

530

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

106

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

É hoje um pequeno trecho da Cidade atual, com uma trama de ruas e vielas tortuosas, acompanhando mais ou menos a linha do antigo porto, hoje com a função de atracadouro de embarcações de pequeno porte, especialmente dos ilhéus, e daquelas utilizadas em passeios turísticos. O resto da Cidade se desenvolveu em uma grade de xadrez, mais regular.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais foi escolhido tendo em vista a existência de uma Legislação de Proteção municipal, abrangendo o Centro Histórico da Cidade, com todas as principais edificações cívicas da mesma, dentro do qual se articulam os três Tombamentos Federais e Tombamentos Estaduais. Entretanto, a área total da Cidade excede em muito a Área Protegida.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1640
Fundação do município:	1649
Datação genérica (origem):	1550-1650
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Centro Histórico de Paranaguá é hoje um trecho menor da Cidade atual. Sua trama de ruas e vielas avizinha-se da linha do Porto. Dentre várias construções coloniais e fortificações militares nos arredores, merecem destaque o antigo Colégio dos Jesuítas (religioso, 1740-59); a Igreja de São Francisco das Chagas (religioso, 1741); e a Igreja de São Benedito (religioso, 1784).

O antigo Colégio dos Jesuítas, às margens do Rio Itiberê, é todo construído em pedra de cantaria, com planta quadrangular que se desenvolve em volta do pátio interno, em dois andares, e ao seu lado uma capela, da qual restam apenas as fundações da nave e torre, além do arco cruzeiro na parede. Sua construção se deveu a uma solicitação da municipalidade da então Vila de Nossa Senhora do Rosário - futura Paranaguá - ao padre provincial da Ordem da Companhia de Jesus. Mal terminada sua construção, foi confiscado pela Real Fazenda Portuguesa em 1760, após a expulsão dos jesuítas da América. Pertencente hoje à Universidade Federal do Paraná, foi restaurado em 1958 e abriga a Sede do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá.

A Igreja de São Francisco das Chagas foi construída um pouco depois do Colégio dos Jesuítas, tendo sido restaurada e transformada em galeria de arte, sua utilização atual.

A Igreja de São Benedito relaciona-se à existência em Paranaguá, desde meados do século XVII, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Trata-se de uma construção de linhas simples, toda feita em cantaria de granito, que foi restaurada em 1965.

A estrutura urbana do Centro Histórico de Paranaguá documenta a ocupação e colonização do sul da América Portuguesa, iniciada no século XVIII, motivada, sobretudo pelas disputas com a Espanha por domínios territoriais sulinos. A presença de ordens religiosas indica a tentativa do estabelecimento estável da empresa colonizadora na região.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:**

De um modo geral, o Centro Histórico está bem conservado. Nos últimos anos, a Prefeitura Municipal investiu na conservação e revitalização dos logradouros públicos e na recuperação dos imóveis de sua

propriedade que se encontravam desocupados ou sem condições de uso. Essas ações do Poder Público têm incentivado os proprietários particulares, que começam a investir em seus imóveis.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

O Centro Histórico de Paranaguá é o principal centro comercial e turístico da Cidade, o que afasta o risco de estagnação da Área. Como há poucos terrenos vagos e a maioria dos edifícios está protegida pelo Poder Público, o crescimento desordenado e o adensamento, que possam causar prejuízos, também não se constituem em risco para o Conjunto Urbano.

Há décadas, em alguns trechos do Centro Histórico, especialmente nas Ruas XV de Novembro e General Carneiro, o pavimento superior da maioria dos sobrados deixou de ser utilizado como residência e passou a ser utilizado como depósito das lojas do térreo ou para atividades de serviço. A não ser pelos restaurantes que permanecem abertos à noite, o Centro Histórico tem sua atividade noturna bastante reduzida.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não há fatores de degradação ou descaracterização do Conjunto Urbano causados pelo desenvolvimento econômico ou empreendimentos com impacto ambiental negativo, pois a legislação existente é bastante clara e adequada no que se refere aos usos permitidos, aos parâmetros para as novas construções e às intervenções nos Edifícios Protegidos.

Apesar de não significar risco à integridade física dos edifícios e apesar de haver normas para a publicidade ao ar livre, a poluição visual causada, especialmente na Rua XV de Novembro, é ainda fator que interfere na visualização do Conjunto Urbano. Contribui também para a poluição visual, a fiação aérea das redes de distribuição de energia elétrica, de iluminação e de telecomunicações.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os problemas mais comuns nos edifícios do Centro Histórico são a má conservação, a degradação dos rebocos e o ataque por insetos xilófagos, entretanto há alguns, especialmente na Rua General Carneiro, que gerou a graves problemas estruturais, já que alguns edifícios estão em ruínas ou em processo de arruinação.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A gestão do Centro Histórico de Paranaguá está a cargo do Departamento de Planejamento - Órgão da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento - que coordena as intervenções urbanísticas e acompanha e orienta as intervenções nos edifícios particulares ou públicos. Na sua estrutura, há arquiteto especialista em conservação e restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos.

Cabe à Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria de Estado da Cultura, a fiscalização para cumprimento das normas estabelecidas pelo tombamento do Setor Histórico de Paranaguá; e à Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento, por intermédio de seu órgão de fiscalização, o cumprimento do disposto na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

No que se refere às condições de segurança dos edifícios, a Prefeitura Municipal conta com ação de uma comissão formada por técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento e do Departamento de Planejamento, do Corpo de Bombeiros e da Promotoria Pública.

O Município dispõe ainda do Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico - Cultural de Paranaguá – CONDEPH – que, entre outras atribuições, é responsável pela concessão incentivos fiscais e pela de gestão dos recursos do Fundo Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural de Paranaguá

Em julho de 1993, o IPHAN - 10ª SR, a Secretaria de Estado de Cultura e a Prefeitura Municipal firmaram um termo de cooperação técnica objetivando a revitalização do Centro Histórico de Paranaguá.

Legislação municipal para gestão do Centro Histórico:

- Lei Complementar n.º 4, de 21/01/1998 "Dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo das Áreas Urbanas do Município de Paranaguá e dá outras providências".

- Lei n.º 1.815, de 24/01/1994 "Institui, sob a denominação de Fundo Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico - Cultural de Paranaguá, um fundo especial, com caráter rotativo; cria o Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico - Cultural de Paranaguá – CONDEPH e adota outras providências".

- Decreto nº 499, de 12/11/1993 "Dispõe sobre os procedimentos para execução de obras de manutenção, conservação e preservação, de reforma, ampliação e construção ou de demolição parcial ou total de imóveis localizados no Setor Histórico".

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A Legislação Municipal é perfeitamente compatível com a preservação, vez que esta matéria está inserida na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar n.º 4).

A Prefeitura Municipal possui mapas atualizados, cadastro de identificação e registro fotográfico de todas as edificações localizadas no Centro Histórico e levantamento arquitetônico de alguns destes Imóveis.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Apesar de não haver associações formalmente constituídas para a preservação do Centro Histórico, há, em Paranaguá, grupos naturalmente preocupados com a questão, como os estudantes de história da faculdade local e os membros das famílias mais tradicionais na cidade.

A partir de 1993, ações promovidas pelo IPHAN -10ª SR, Secretaria de Estado da Cultura e Prefeitura Municipal – cursos de extensão universitária, exposições, seminários e debates – contribuíram para diminuir a resistência dos comerciantes e das Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, e deram início a um processo de discussão sobre a importância do Centro Histórico de Paranaguá e a necessidade de sua preservação. As recentes obras de revitalização executadas pela Prefeitura no Centro Histórico propiciaram maior aproximação com o IPHAN e incrementação da participação.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor privado começa a participar da preservação do Centro Histórico investindo na restauração ou conservação de seus Imóveis localizados na área, mas não há investimentos externos de apoio a projetos de preservação. O setor turístico está presente no Centro Histórico especialmente na gastronomia, na venda de artesanato e nos passeios de barco pela Baía de Paranaguá e às suas ilhas.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

As festas que se realizam no do Centro Histórico com forte participação da população parnanguara e de grupos locais são o Carnaval, a Paixão de Cristo, a Festa Junina e a Festa da Tainha.

Não há no Centro Histórico uma produção artesanal própria, mas é ali que é mostrado e comercializado o artesanato produzido nas Ilhas, tais como: as rabecas da Ilha dos Valadares, onde o fandango está muito vivo; a cerâmica da Ilha de Medeiros; os objetos dos índios da Ilha da Cotinga.

Ficha de Informações Básicas

Sítios Históricos Urbanos Nacionais



- Antônio Prado** · Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado
- Porto Alegre** · Centro Histórico de Porto Alegre

Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais:

- Pelotas** · Centro Histórico de Pelotas (Prédios à Praça Coronel Pedro Osório)
- Piratini** · Centro Histórico de Piratini
- Rio Grande** · Centro Histórico de Rio Grande



Rio Grande do Sul

IDENTIFICAÇÃO

1) NOME:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado, 1248-T-87

(2) MUNICÍPIO:

Antônio Prado

(3) ESTADO:

RS

(4) SR IPHAN

12^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado

(6) DATA:

10/ 01/ 1990

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH vol.2, inscr. 529, fl. 11

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

16

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

16

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Casa de Dona Neni ou Casarão de Madeira na Rua Gustavo Sampaio, 34 - Proc. 1145-T-85

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA**OUTRAS PROTEÇÕES**

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

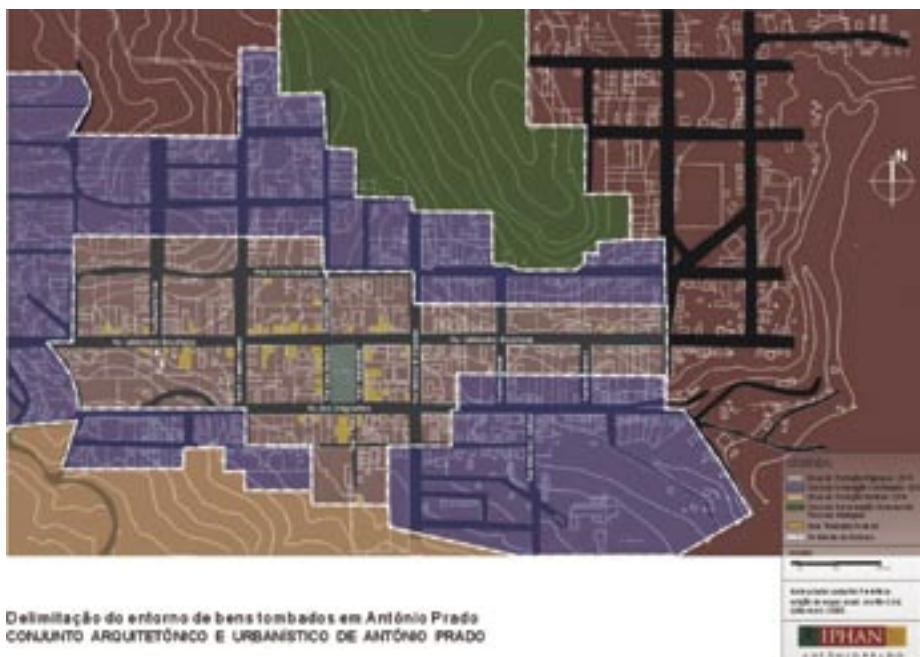
(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

235

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

47

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Tombamento refere-se a edifícios (48) dentro de um Conjunto de Bens Isolados. O arranjo espacial das ruas do Conjunto segue traçado regular em xadrez, sobre o terreno de topografia acidentada. As elevações maiores que cercam o Conjunto são os limites da Cidade. O Tombamento se concentrou em edificações que situam-se ao longo do eixo formador da Cidade e da praça central da mesma.

Os Edifícios Tombados são tipicamente urbanos, com predominância de edificações de uso misto comercial/residencial, com a concentração das edificações, com seus volumes expressivos e grandes "cubos" com telhados de zinco e jardins laterais. Isto se manifesta na relação direta com a via pública, sem relevos frontais.

O Tombamento da área central não tira o valor dos edifícios fora deste perímetro.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Tombamento inclui um conjunto de imóveis isolados, localizados no entorno da praça central e da rua principal da Cidade, constituindo-se no espaço do Centro Cívico Municipal, onde se localizam os prédios representativos dos poderes e das atividades públicas.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1888
Fundação do município:	1899
Datação genérica (origem):	1860-1930
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A cidade de Antônio Prado foi fundada a partir da política do Governo Imperial, que buscava consolidar as fronteiras do país ocupando o território com imigrantes europeus. Em 1885, em virtude do sucesso da colonização italiana no Campo dos Bugres, região central do Planalto Rio-Grandense, o Governo Imperial de D. Pedro II resolveu ampliá-la.

A colônia de Antônio Prado foi criada no início de 1886. Seu traçado urbano é típico das povoações surgidas no século XIX, a maioria delas feitas por engenheiros militares, estruturada com ruas retas e grandes quarteirões quadrangulares, muitas vezes difíceis de serem implantados devido à declividade dos terrenos.

Os primeiros habitantes da Cidade eram inicialmente abrigados em um barracão, chamado Casão dos Imigrantes, sendo que a primeira casa só foi construída em 1888, por Antônio Longo. O Sítio Histórico de Antônio Prado, que forma o maior acervo arquitetônico urbano em madeira da imigração italiana no Brasil, é composto de 48 edificações, na sua maior parte grandes casarões em alvenaria e madeira construídos no início do século XX. Muitos deles continuam habitados e mantêm a tradição de funcionar, no térreo, o comércio e, no piso superior, a moradia da família. Destacam-se entre as edificações tombadas: a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (religioso, 1897), a Casa da Neni (habitação/comercial 1910), a Farmácia Palombini (comercial, c.1930) e a Casa Bocchese (residência, c.1910).

A Igreja do Sagrado Coração de Jesus teve sua construção começada em 1891, um ano depois que a Colônia passara a fazer parte do município de Vacaria e no momento do desenvolvimento da Cooperativa de Consumo, que havia sido fundada em 1889. De arquitetura eclética, possui vitrais coloridos, escadarias portuguesas e sinos italianos. Já a Casa da Neni, tombada em 1985, com seu frontão decorado por lambrequins, único na Cidade, possuindo ainda detalhes executados em madeira torneada, representa uma típica edificação urbana do apogeu das serrarias que exploravam as matas de araucária da Serra Gaúcha. A Farmácia Palombini preserva os desenhos internos, armários e balcões originais, assim como a Casa Bocchese, uma das mais bem conservadas da cidade, com calhas trabalhadas.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Desde que foi instituído o Tombamento, o IPHAN iniciou um processo permanente de fiscalização e conservação das edificações protegidas. As obras foram realizadas com recursos próprios ou em parceria com Prefeitura/ empresários/ proprietários.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Existe um processo de crescimento ordenado baseado nas diretrizes para o disciplinamento do entorno de bens tombados da cidade de Antônio Prado, elaborado pelo IPHAN.

Existe um processo de adensamento também controlado por estas diretrizes. Quanto ao uso, continua sendo predominantemente comercial, no primeiro pavimento, e residencial, no segundo pavimento.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS, COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Logo após o Tombamento foram traçadas diretrizes para o crescimento urbano organizado. E não houve nenhum empreendimento causador de algum impacto ambiental.

Foram feitos encontros e seminários para incentivar o turismo cultural auto-sustentável.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO: PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Algumas casas apresentam problemas de infiltração principalmente pelo telhado; e o Conjunto, como um todo, apresenta problemas causados por insetos xilófagos.

Também existem alguns problemas quanto as más instalações hidráulicas e elétricas causadoras de danos nas edificações.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não existe.

O IPHAN possui um escritório técnico equipado no local, porém fechado, mantendo um técnico que faz fiscalização esporádica.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Inventário, cartografia e cadastros existentes foram realizados pelo IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Não existe.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Os habitantes preservam suas tradições culturais que incluem festas religiosas, gastronomia e artesanato típico da região.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Porto Alegre

(2) MUNICÍPIO:

Porto Alegre

(3) ESTADO:

RS

(4) SR IPHAN

12ª**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Centro Histórico de Porto Alegre

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

(9) ÁREA (em ha):

aprox. 16

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Solar dos Câmara, Cais do Porto, Cais Mauá, Praça da Alfândega, Praça da Matriz, Monumento Júlio de Castilhos, Correios e Telégrafos, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública, Teatro São Pedro, Palácio Piratini, Igreja Nossa Senhora das Dores.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Praça da Alfândega - foto: Cristiano Mascaro - 2002



Igreja de Nossa Senhora das Dores - foto: Cristiano Mascaro - 2002



Cais Mauá - foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12)EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe

(13)EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Antigo Palácio do Governo
Arquivo Público
Banco Meridional
Bens móveis e integrados e o acervo de obras
Biblioteca Pública
Museu de Artes – MARGS
Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”.
Museu Julio de Castilhos
Palácio Piratini
Praça da Alfândega e entorno
Prédio da antiga Alfândega de Porto Alegre
Prédio da antiga Secretaria de Obras Públicas
Prédio da Secretaria da Fazenda
Prédio Força e Luz (Museu da Eletricidade)
Theatro São Pedro

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Clube do Comércio
9 prédios no Cais Mauá

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:

RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Portão Central e os Armazéns laterais do Cais do Porto constituíam a porta de entrada da Cidade pela Bacia do Rio Guaíba. É hoje um pequeno trecho da Cidade atual, mas corresponde ao Núcleo Urbano original. O desenvolvimento da Cidade deu-se em grade xadrez irregular, apesar do planejamento feito por engenheiros militares.

Os Edifícios Tombados ocupam quarteirões, com porte monumental, e são de caráter excepcional, integrando um Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de grande relevância.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Trata-se de um trecho da cidade de Porto Alegre atual, que conserva algumas características do antigo Centro Histórico. Ainda guarda testemunhos de meados do século XIX e das primeiras décadas do século XX, revelados na arquitetura excepcional.

O Tombamento inclui um conjunto de prédios localizados no perímetro entre a Praça da Matriz e a Praça da Alfândega. Somente a Igreja Nossa Senhora das Dores está localizada fora deste perímetro. Esta Igreja construída em 1807, com escadaria para Rua da Praia, atual Rua dos Andradas, é elemento marcante na paisagem da península. Tinha em seu projeto torres barrocas com cúpulas arredondadas, ao gosto português. Sua construção foi concluída em 1901, por obra do arquiteto Júlio Weise. A decoração interna e as talhas dos altares são obra do mestre português João do Couto e Silva; as pinturas dos forros foram feitas por Germano Traub.

O Solar dos Câmara foi palco do poder do Estado, tendo sido residência dos dois primeiros Presidentes do Estado, um no Império e outro na República. Construído em 1818 para José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, historiador e chefe da Alfândega do Sul. Abrigou a partir de 1851 seu genro, Marechal Câmara, o Visconde de Pelotas. Seu último proprietário, o professor Armando Câmara, foi reitor da UFRGS e fundador da PUC. Esta construção, ao longo do tempo, foi modificada, demonstrando as peculiaridades de cada época. Inicialmente seguia os padrões da arquitetura colonial brasileira. Mais tarde, foi adaptada ao gosto "Neoclássico". As esquadrias foram modificadas e a fachada recebeu balcões com grades em ferro. O beiral foi cortado e construída uma platibanda ornamentada com estátuas de louça. O interior foi decorado com diversas pinturas murais, com motivos florais, geométricos e religiosos.

O Prédio dos Correios e Telégrafos, projetado pelo alemão Theo Wiedersphan, foi construído em 1910 e 1913. O edifício ocupa um quarteirão e sua arquitetura expressa a influência do Barroco alemão que marcou Porto Alegre no início do século. Integra um Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Monumental, composto pelo edifício da Delegacia Fiscal, hoje Museu de Arte, no entorno da Praça da Alfândega. Possui torreões com cúpulas de cobre nas esquinas e uma torre principal, que, em conjunto com a Torre da Alfândega, marcam a entrada da Avenida Sepúlveda que conduz ao Portão do Porto.

Em 1919, foi encomendada de Paris a estrutura de ferro do Portão do Porto, com cobertura de vidro. As obras foram responsabilidade do engenheiro francês Henrique Hauser, sendo concluídas em 1922. O antigo Cais do Porto, que constituía a porta de entrada da Cidade pela Bacia do Rio Guaíba, possuía além dos armazéns, seu entorno urbanizado com conjuntos de escadarias executadas em granito rosa e duas praças urbanizadas com elementos artísticos.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1736
Fundação do município:	1773
Datação genérica (origem):	1860-1930
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A cidade de Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX, cresceu ao longo das linhas de bonde. Os seus primeiros bairros industriais começaram a surgir e o Centro Urbano se viu radicalmente transformado pelo aterro do cais, pelos novos calçamentos e pela construção dos grandes edifícios da Delegacia Fiscal, da Alfândega e dos Correios e Telégrafos.

Presenciando um desenvolvimento econômico, social e produtivo inédito, seria o ideal de modernidade da nascente burguesia urbana, industrial e comercial, que daria a conformação da nova metrópole. Como a filosofia que orientava a práxis administrativa era o positivismo, os investimentos na área de construção eram favorecidos e muitos desses novos edifícios tiveram nos imigrantes os seus artífices.

O Prédio dos Correios e Telégrafos (público civil, 1914) foi um desses. Prédio de arquitetura eclética, que ocupa um quarteirão, expressa a influência do Barroco alemão que marcou Porto Alegre no início do século XX. Projetado pelo arquiteto alemão Theo Wiedersphan, e construído por Rudolf Ahrons, autor do projeto estrutural, este faz parte de uma série de prédios públicos e privados que os dois projetaram e construíram na capital e no interior gaúcho.

O comércio internacional, apesar da primeira Guerra Mundial, foi retomando o seu desenvolvimento e as grandes empresas comerciais, basicamente estrangeiras, começaram a reconstruir novos empórios e grandes armazéns na cidade.

É desse período o Portão Central e os Armazéns laterais do Cais Porto (comercial, 1922). As estruturas metálicas do Pórtico e dos dois Armazéns centrais foram encomendadas em 1919 a Casa Costa Daydée de Paris e a cobertura de vidro foi feita pela vidraçaria de Lucca. Suas obras foram de responsabilidade do engenheiro francês Henrique Hauser, sendo concluídas em 1922, por Trajano Ribeiro. O antigo Cais do Porto, que constituía a porta de entrada da Cidade pela Bacia do Rio Guaíba, possui, além dos armazéns, um conjunto de escadarias executadas em granito rosa e duas praças urbanizadas com elementos artísticos.

Ainda que a economia brasileira do começo do século XX, se caracterize pelo seu vínculo rural, o sentido da transformação e do cosmopolitismo já se faziam sentir nas grandes cidades. O Conjunto retrata, em Porto Alegre, esse momento de transição.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Os prédios, em geral, apresentam um bom estado de conservação.

Portão do Cais - A cobertura apresenta estado de conservação geral satisfatório. Nas laterais onde as telhas são de fibrocimento, encontram-se sujas de material orgânico e estilhaços de vidros quebrados. É urgente a necessidade de serviços de restauração da estrutura de ferro do portão central, assim como a reposição dos vidros. Consideramos também prioritária, em razão do risco que oferece, a substituição da rede elétrica.

Correios e Telégrafos - A edificação recentemente passou por um processo de restauração, dando a mesma um uso de grande importância sócio cultural.

Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) – No aspecto geral, o Prédio apresenta bom estado de conservação, pois foi restaurado em 1997/1998.

Praça da Matriz - Monumento Júlio de Castilhos – O Monumento apresenta problemas de conservação, pois as pedras de granito e os elementos em bronze apresentam-se sujos, com pichações e manchas de azinhavre.

Biblioteca Pública - Em maneira geral, apresenta estado de conservação regular, necessitando de forma mais urgente a recuperação da impermeabilização do terraço e telhado, recuperação dos vãos/esquadrias de ferro do subsolo e a revisão/imunização dos pisos de parquet. A recuperação estética do Prédio restauração das pinturas murais, é possível e recomendável.

Teatro São Pedro - O prédio tem uma boa e constante manutenção, apresentando um bom estado de conservação.

Palácio Piratini - Durante quase oito décadas de funcionamento, o prédio vem sofrendo a degradação provocada pelo uso, pelas intempéries, por infiltrações e pela ação de termitas. Várias intervenções, destinadas a adequar o prédio às novas necessidades surgidas, implicaram em adaptações que nem sempre foram condizentes com suas características arquitetônicas. Há problemas de conforto ambiental em alguns locais de trabalho e as instalações hidro-sanitárias e elétricas, obsoletas ou improvisadas, apresentam algumas situações de risco. É evidente a necessidade e, mesmo, a urgência de uma recuperação global do Palácio, para resgatar e afirmar o valor deste Patrimônio Cultural, eliminar os fatores de risco e insalubridade, além de garantir sua funcionalidade para atender aos tempos atuais e futuros.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A área em que se encontra o Sítio Histórico de Porto Alegre encontra-se consolidada desde aproximadamente a década de 1970. Os prédios do entorno podem ser classificados, "grosso modo" em três grupos: os edifícios particulares multifamiliares, residenciais e comerciais; os prédios residenciais e comerciais em baixa altura, dois a quatro pavimentos, e os prédios públicos. Os primeiros seguem a volumetria permitida pelos Planos Diretores de 1959, Plano Paiva, e de 1979, 1º PDDU, possuindo aproximadamente 12 pavimentos. Os prédios unifamiliares ou comerciais de baixa altura são em pouco número e encontram-se todos protegidos por Legislação Municipal - Lei de Tombamento e Listagem de Bens protegidos pelo Plano Diretor. Os prédios públicos, em geral com caráter monumental, estão em sua maior parte protegidos por Legislação Municipal, Estadual ou Federal.

Atualmente não há mais dinâmica de substituição de prédios privados: os prédios existentes são em sua maior parte multifamiliares, com aproximadamente 12 pavimentos, o que dificulta a renovação. Grande parte destes prédios é de alto valor arquitetônico, construídos no período de apogeu econômico de Porto Alegre, entre as décadas de 30 e 50 do século XX. Entretanto, verifica-se um processo alarmante de abandono destas estruturas, que ficam ociosas e sem conservação, com péssimas conseqüências para a Cidade. A Prefeitura possui um grupo que trata de políticas de combate ao abandono dos prédios, coordenado pelo Gabinete do Prefeito.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O Sítio apresenta degradações de diversos níveis. No âmbito das formas de ocupação da área, é grande o número de camelôs e artesãos que se instalaram no local, sobretudo na Praça da Alfândega, dificultando a livre circulação de pedestres, a visualização do Conjunto de prédios e a limpeza em geral. A eles associam-se engraxates, bancas de revistas e outros equipamentos de mobiliário urbano em escala inadequada e com design incompatível com uma área histórica. Além disto, no interior da Praça da Alfândega e entorno, é grande a atividade de prostituição e de venda de drogas.

Num segundo nível, há a degradação do espaço por falta de conservação. Em que pese um grande número de restauros e de ações pontuais dos poderes públicos, os logradouros estão necessitando urgentemente de uma reforma e restauração completas. A vegetação das praças cresceu sem controle, tornando-as úmidas, escuras e sem segurança; a pavimentação em pedra portuguesa está em péssimo estado; os Monumentos, canteiros e vegetação arbustivas sofrem constantes agressões dado o alto fluxo.

Por fim, há alguns empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos relativamente recentes que causaram impacto negativo ao Conjunto. Dentre eles, destaca-se o prédio da Delegacia Regional do Trabalho, na Avenida Mauá; o Muro da Mauá, que interrompe a relação da Cidade com o Porto e com o Guaíba e a presença do pátio de manobras do Trensurb (metrô), que avança muito próximo ao Portão Tombado do cais, prejudicando sua visualização.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O Sítio Histórico, de um modo geral, está em bom estado de conservação.

Destacam-se alguns problemas que deverão receber intervenções emergenciais:

Portão do Cais: Considerado prioritária, em razão do risco que oferece, a substituição da rede elétrica

Biblioteca Pública: Necessita, de forma mais urgente, a de recuperação da impermeabilização do terraço e telhado.

Palácio Piratini: As instalações hidro-sanitárias e elétricas, obsoletas ou improvisadas, apresentam situações de risco. É evidente a necessidade e, mesmo, a urgência de uma recuperação global do Palácio, para resgatar e afirmar o valor deste Patrimônio Cultural, eliminar os fatores de risco e insalubridade, além de garantir sua funcionalidade para atender aos tempos atuais e futuros.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Município

a) A equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), ligada à Secretaria da Cultura é responsável pelos projetos, tombamentos, fiscalização, inventário, obras de restauro.

b) O Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), ligado à Prefeitura, com representantes da sociedade organizada.

Estado

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), ligado à Secretaria de Cultura é, responsável por projetos, tombamentos, Restauros.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

A área é considerada “Centro Histórico” pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (LC 434/99).

O Município dispõe de Lei de Tombamento Municipal (LC 275/92), com 60 Prédios Tombados.

A Área possui Inventário do Patrimônio Cultural: foram arrolados aproximadamente 700 prédios.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Grupo de “Revitalização do Centro”, coordenado pelo Gabinete do Prefeito, integrando associações de comerciantes, empresários, entidades de classe, associações e organizações comunitárias.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Participação no grupo “Revitalização do Centro” da Federasul, Associação Comercial de Porto Alegre, Sinduscon, IAB, Sociedade de Engenharia, Sindilojas, CDL (Clube de Diretores Lojistas), Associação dos Comerciantes de Material de Construção (ACOMAC).

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

Trata-se do Centro Cultural de Porto Alegre, com Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), Memorial do RGS, Casa de Cultura Mário Quintana, Museu Hipólito José da Costa.

Na Praça da Alfândega, anualmente ocorre a Feira do Livro de Porto Alegre, um dos maiores eventos do gênero na América Latina.

Além disto, cruza a Praça da Alfândega, a “Rua da Praia”, a mais antiga da Cidade, pólo comercial e de manifestações políticas e culturais (Esquina Democrática e Largo dos Medeiros).

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Pelotas: Prédios à Praça Coronel Pedro Osório.

(2) MUNICÍPIO:

Pelotas

(3) ESTADO:

RS

(4) SR IPHAN

12^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Prédios nº 2, nº 6 e nº 8 à Praça Cel. Pedro Osório. Proc. 925-T-75

15/ 12/ 1977

LBA, inscr. 526, fl. 97 e

LAEP, inscr.70, fl.16

Teatro Sete de Abril. Proc. 640-T-61

11/ 02/ 1972

LH, inscr. 438-A, fl.72

LBA, inscr. 501-A, fl91

Caixa D'Água de Pelotas- Proc. 1064-T-82

19/ 07/ 1984

LBA, inscr. 561, fl.2

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Prefeitura municipal de Pelotas

Município

Clube Comercial

Município

Mercado Público Municipal

Município

Solar da Baronesa

Município

Escola de Belas Artes – ILA

Município

Conservatório de Música e SANEP

Município

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

Município

Grande Hotel

Município

Obelisco

Município

Jóquei Clube de Pelotas

Município

Edifício Barão da Conceição

Município

Ponte do Arroio Santa Bárbara

Município

Antiga Estação Ferroviária

Município

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Mercado Público Municipal – foto: Cristiano Mascaro - 2002



Prefeitura Municipal de Pelotas – foto: Cristiano Mascaro - 2002



Teatro Sete de Abril – foto: Cristiano Mascaro - 2002



Casa nº 2 - Centro Cultural Adail B. Costa - foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Existe um prédio tombado pelo Estado em Pelotas. Está localizado à volta da Praça Principal e é considerado a primeira construção do entorno. É conhecido como a Casa da Banha.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Foi aprovado recentemente o conjunto de leis denominado, Sistema Municipal do Patrimônio Arquitetônico e Cultural - SIMPAC, com objetivo de proteger o Patrimônio de Pelotas e controlar as novas construções dentro do Centro Histórico.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

Os bens indicados são representativos de uma arquitetura sofisticada, própria do período de grande desenvolvimento econômico de Pelotas, o século XIX. O trecho urbano que compreende a Praça Coronel Pedro Osório preserva as características originais do traçado da povoação projetada, com ruas retas e quarteirões quadrados.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

1.500

(5) Nº ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

300

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Delimitado pelas Ruas Almirante Barroso, Conde de Porto Alegre, Canal de São Gonçalo, Arroio Santa Bárbara, Marcílio Dias, Dr. Amarante, Domingos de Almeida, o Conjunto selecionado concentra parte expressiva da Cidade Histórica, correspondendo hoje a um pequeno trecho da Cidade atual.

Os Imóveis, Tombados pelo IPHAN estão localizados no espaço do segundo loteamento projetado em 1835 pelo Eng. Eduardo Kretschmer. Foi mantido, do núcleo primitivo, o traçado regular, com as ruas principais correndo na direção norte-sul e as secundárias, agora chamadas travessas, no leste-oeste. O desenho original foi uma quadrícula de 142 quarteirões, caracterizando o traçado “regular espanhol”.

Este “segundo loteamento” desenvolveu-se, rumo ao sul, em direção ao Canal São Gonçalo, englobando a “nova Praça da Matriz” atual Praça Coronel Pedro Osório, que passou a ser o espaço principal da Cidade, pela qualidade e importância das construções que a delimitam. A Praça tem um traçado retangular e ao seu redor foram construídos o Teatro Sete de Abril (1835), a Prefeitura (1879), a Biblioteca Pública Pelotense (1888), Clube Caixeiral (1904), o Banco da Província década de 20 do século XX, o Banco do Brasil (1926), o Grande Hotel (1928) e as Casas nº 8, nº 6 e nº 2 (início do século XIX).

Os três casarões da Praia Coronel Pedro Osório formam ainda hoje um conjunto homogêneo que identifica a qualidade arquitetônica e urbana da Cidade do século XIX, sendo inegável a importância deste Conjunto para a história da arquitetura brasileira.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Trata-se de um espaço da cidade de Pelotas que conserva características materiais da Cidade do século XIX, não incluindo todos os elementos característicos de uma cidade, como os seus principais prédios cívicos.

O entorno da Praça Coronel Pedro Osório é caracterizado pelos edifícios mais significativos de Pelotas. O Conjunto representa o período de apogeu da economia do charque.

A arquitetura de Pelotas utilizou projetos, materiais e elementos decorativos importados da Europa, num caso de rara sofisticação para os padrões da época.

O conjunto de três imóveis, tombados pelo IPHAN, é formado por três casarões em estilo Neoclássico construídos por volta de 1880, por charqueadores e políticos de famílias tradicionais, como Viana, Moreira, Albuquerque Barros e Antunes Maciel. Os interiores apresentam requintados forros em gesso, pinturas e barras decorativas nas paredes e esquadrias com vidros de cristal trabalhados. Nos exteriores, há gradis de ferro fundido, além de platibandas decoradas com estatuas e jarrões de louça.

O Teatro Sete de Abril foi fundado em 1831 para festejar a abdicação de D. Pedro I, com projeto do Engenheiro Militar alemão Eduardo Von Kretschmar. Foi construído pela Sociedade Scenica do Theatro Sete de Abril, e inaugurado em 1834. Mantém-se em funcionamento desde sua fundação e abrigou inúmeras companhias de ópera líricas europeias, assim como a Filarmônica Pelotense.

A construção original com dois pavimentos foi muitas vezes modificada. Passou por reformas em 1895 e a atual feição é fruto da reforma efetuada em 1916, com influência do Art Nouveau. Sua sala de espetáculos à italiana, com decoração sóbria, possui galerias protegidas com gradis metálicos.

A Caixa D'água de Pelotas é um exemplar de arquitetura industrializada em metal, foi importada da Casa Fouila, Frères e Cia. de Paris, pela Cia. Hidráulica Pelotense, em 1872. Sua construção foi concluída em 1875, logo após o início do abastecimento de água potável da Cidade. O reservatório, com placas de ferro, tem forma cilíndrica com diâmetro de 15m. Apóia-se em 45 colunas esbeltas, com 8m de altura, decoradas com detalhes em ferro fundido. No centro, uma escada em caracol conduz a um torreão superior coberto com um "zimbório", que se constituía em atrativo para visita pública. Localiza-se no meio da Praça Piratinino de Almeida, onde se destaca o prateado, da vegetação que o envolve.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1780
Fundação do município:	1830
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1930-1960

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazão cronológico

No final do século XVIII, em função da produção de charque, que começava nas áreas do Rio Pelotas e do Rio São Gonçalo e se destinava à alimentação dos escravos e populações pobres nos centros agrário-exportadores, estabelece rotas de comércio importantes do Sul com o restante da colônia.

No século XIX, em função da indústria do charque, Pelotas alcançou um grande desenvolvimento econômico. O antigo Vilarejo às margens do Rio Pelotas foi abandonado e uma nova povoação foi planejada, se diferenciando dos outros núcleos de origem portuguesa. Charqueadores e políticos de famílias tradicionais construíram casarões em estilo Neoclássico, demonstrando o enriquecimento da região.

Os três casarões que formam o Conjunto da Praça Coronel Pedro Osório foram construídos nesse momento da história do Município.

Tanto o Prédio nº 2ª (habitação, 1817), pertencente atualmente a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB, como os Prédios nº 6 e nº 8 (habitação, século XIX), ambos de propriedade particular, foram construídos utilizando-se de materiais e elementos decorativos importados da Europa, num caso de rara sofisticação para os padrões da época.

A região de Pelotas teve o início do seu povoamento ligado às lutas, entre Portugal e Espanha, pelo domínio territorial da Colônia de Sacramento. No período de paz, entre 1780-1801, o Rio Grande entrou em uma fase de franco desenvolvimento, com uma rápida multiplicação das estâncias e com a intensificação da criação de gado. No final do século XVIII, começou o estabelecimento das charqueadas.

O Conjunto é representativo do apogeu do ciclo econômico do charque no Rio Grande do Sul.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado de conservação do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é ruim. Os Imóveis necessitam de restauração e de uma política de manutenção mais adequada.

A Casa nº 8 está em péssimo estado de conservação, estando com alguns espaços demolidos, tanto na parte interna como na parte externa. Os forros de estuque com revestimento em gesso decorado estão muito danificados. Este problema acontece principalmente pela falta de manutenção e se agrava pelas condições climáticas de Pelotas, como o excesso de umidade e por estar desocupada há muitos anos, o que possibilita ainda mais a ação de agentes externos.

A Casa nº 6 não está em bom estado de conservação mas, por estar ocupada pela Secretaria de Cultura da cidade de Pelotas, alguns reparos emergenciais têm sido realizados. O maior problema dos casarões é a infiltração, os telhados deverão ser devidamente restaurados.

A Casa nº 2 está em boas condições. Recentemente foi restaurada pelo IPHAN. Também, o Teatro Sete de Abril foi recentemente restaurado pelo IPHAN, estando em boas condições.

A Caixa D'água, localizada à Praça Piratinino de Almeida, está em péssimas condições de conservação, necessitando de reparos urgentes, pois está sofrendo um processo de corrosão bastante sério.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Atualmente, o crescimento da Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é ordenado devido à Lei de Proteção do Entorno, feita pelo IPHAN. Esta Lei prevê altura máxima para os prédios novos construídos ao redor da Praça Coronel Pedro Osório, conforme a altura do "Grande Hotel", construção de 1929. A área, anterior a esta Lei, sofreu um processo de degradação, principalmente pela demolição de edifícios muito importantes, representativos da arquitetura do século XIX, e pela construção, nestes locais, de edifícios residenciais em altura de até 12 andares.

Este problema ocorreu principalmente por causa do Plano Diretor de Pelotas, de 1982, que permite altura máxima para novos edifícios na zona central, ou seja, no Centro Histórico. Este foi um grande incentivo às demolições e um grande incentivo às novas construções em altura.

A tendência de uso, neste local, permanece residencial; o incentivo a novas construções levou ao aparecimento de várias agências bancárias que não levaram em consideração a arquitetura existente.

Por intermédio da aplicação da SIMPAC, aprovado recentemente, prevê-se ações mais eficientes na proteção dos Bens Tombados do Centro Histórico e entorno.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES TAIS, COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

A construção de agências bancárias, ao redor da Praça, não levaram em conta a arquitetura existente. O último prédio edificado, uma nova agência bancária e um *shopping center*, em altura, não estão de acordo com as edificações do entorno.

Não existe nenhum empreendimento, atualmente, que possa causar algum impacto no ambiente. Neste momento foi aprovada uma Lei de Proteção do Patrimônio de Pelotas SIMPAC, pela Câmara Municipal, que prevê a proteção, manutenção e restrição para novas construções no seu entorno.

Existe atualmente a Fundação de Incentivo ao Turismo - FITUR, com intuito de desenvolver o Turismo Cultural no Município.

Na Praça Piratinino de Almeida, onde está localizada a Caixa d'água, não existe nenhum empreendimento que cause algum impacto, pois, a Caixa d'água está protegida pela exuberante vegetação da praça. São árvores muito antigas que protegem e completam o entorno do Monumento.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os edifícios ainda não restaurados sofrem um grande processo de degradação devido a infiltrações e pela falta de manutenção. Por este motivo, outros agentes de degradação encontram um ambiente propício para seu desenvolvimento. Outro problema que sofrem estes Edifícios é o abandono por parte dos proprietários ou por parte dos locatários que não são responsabilizados pelos danos causados aos Monumentos. Recentemente a Prefeitura Municipal foi punida pelo Ministério Público por de uma ação movida pelo IPHAN, referente à depredação pela má utilização dos Monumentos. Este órgão utilizou a Casa nº8 por mais de dez anos, como sede a Secretaria de Obras do Municipais, sendo responsável por grande parte da sua deterioração como: colocação de luminárias nas paredes com escaiolas, colocação de ar condicionado e destruição parcial da esquadrias, pisos, entre outros. Os Prédios também apresentam problemas sérios em relação à instalação elétrica adaptada ao longo do tempo, comprometendo seriamente a segurança dos mesmos.

A Caixa D'água sofre um grave problema quanto à oxidação. A estrutura em ferro do século passado, até hoje não recebeu nenhuma obra de manutenção ou restauração de suas peças, encontrando-se em péssimas condições de conservação.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura de Pelotas conta atualmente com um escritório técnico, junto à Secretaria de Cultura, criado especialmente para responder sobre as questões que tratam do Patrimônio de Pelotas. São responsáveis pelo trabalho, duas arquitetas especialistas em patrimônio, formadas pelo Curso de Pós-Graduação em Artes "Especialização em Patrimônio Cultural – Conservação em Artefatos" da Universidade Federal de Pelotas.

O IPHAN é responsável pelos Prédios Tombados pelo órgão, sendo também responsável pela fiscalização de qualquer obra executada.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Recentemente foi aprovada a Primeira Lei Municipal para Proteção do Patrimônio de Pelotas, Sistema Municipal de Proteção do Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Pelotas - SIMPAC.

A nova Lei conta com alguns instrumentos criados como apoio e com alguns estudos feitos anteriormente: Estudo de Compatibilização com o entorno - ECO; o Inventário do Patrimônio Arquitetônico. Cria também e delimita uma zona de preservação que envolve o 1º e o 2º loteamentos e impõe regras rígidas quanto ao entorno e aos índices de utilização, desestimulando as construções nestas áreas.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas, com os professores que trabalham na área de patrimônio e urbanismo, possui um grupo de estudos para assessorar a comunidade.

O projeto "Mar de Dentro", que envolve um trabalho entre Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Faculdade de Arquitetura da UFPEL, tem um plano na área de eco-turismo, saneamento, planejamento regional, patrimônio arquitetônico.

Fundação para Incentivo do Turismo que inclui o Turismo Cultural no Município, visto que a vocação turística de Pelotas é o Patrimônio Arquitetônico e sua História, criou a Fundação para Incentivo ao Turismo - FITUR.

A comunidade está tomando consciência da sua história e da importância da preservação do Patrimônio, como resgate do seu passado e como possibilidade econômica por intermédio do turismo.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor turístico está se organizando, criando entidades. Recentemente foram criadas duas Faculdades de Turismo em Pelotas, sendo uma na Universidade Federal de Pelotas e a outra na Universidade Católica de Pelotas.

O trabalho foi o anteprojeto de lei do SIMPAC, elaborado por professores, alunos e técnicos da Prefeitura.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

São famosos em todo o país os "Doços de Pelotas", doces trazidos pelos imigrantes portugueses. É organizada em Pelotas, há muitos anos, a FENADOCE, feira que tem como motivo principal à exposição e venda de doces confeccionados pela "Cooperativa das Doceiras de Pelotas". A Festa também tem a oportunidade de mostrar aos visitantes a cultura da Cidade e sua história, sempre com enfoque para o seu rico patrimônio arquitetônico, por meio de exposições de trabalhos e cenários criados para a Festa.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Piratini

(2) MUNICÍPIO:

Piratini

(3) ESTADO:

RS

(4) SR IPHAN

12ª**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Casa de Garibaldi - Proc. 097-T-38

03/ 10/ 1941

LH, inscr.179, fl.30

Palácio Farroupilha - Proc. 097-T-38

05/ 02/ 1941

LH, inscr.152, fl.25

Quartel General Farroupilha

05/ 09/ 1952

LH, inscr. 296 fl.50

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Antiga Cadeia

Governo do Estado, n.º Portaria 27/86

Antiga Casa da Fazenda

Governo do Estado, n.º Portaria 31/86

Antiga Casa Fabião

Governo do Estado, n.º Portaria 38/86

Antiga Farmácia Caridade

Governo do Estado, n.º Portaria 32/86

Antiga Moradia de Egydio Rosa

Governo do Estado, n.º Portaria 33/86

Antigo Teatro

Governo do Estado, n.º Portaria 30/86

Casa Comercial dos Fabião

Governo do Estado, n.º Portaria 37/86

Casa de Camarinha

Governo do Estado, n.º Portaria 28/86

Casa do Comendador Fabião

Governo do Estado, n.º Portaria 26/86

Casa de Gomes de Freitas

Governo do Estado, n.º Portaria 36/86

Casa de Vicente Lucas de Oliveira

Governo do Estado, n.º Portaria 39/86

Logradouro Padre Reinaldo Wist

Governo do Estado, n.º Portaria 29/86

Ponte do Império

Governo do Estado, n.º Portaria 09/84

Prédio da Rua Bento Gonçalves

Governo do Estado, n.º Portaria 34/86

Sobrado da Dorada

Governo do Estado, n.º Portaria 35/86

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

A Cidade integra o “Plano Prioritário de Desenvolvimento do Governo do Estado - Projeto da Metade Sul”.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

“O Centro Histórico abrange três imóveis tombados pelo IPHAN e dezesseis pelo Estado, característicos da arquitetura luso-brasileira, alguns dos quais vinculados à Revolução Farroupilha”.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

420

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

84

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

Cidade originária de uma expansão que se deu a partir de uma praça central, com dois eixos longitudinais nas laterais da mesma. O desenvolvimento da grade urbana, a partir desse núcleo central, foi espontâneo, decidido pela construção de diferentes edificações, sem relação com um planejamento prévio ou mesmo de um arruamento básico, resultando em uma malha totalmente irregular, com vias quase concêntricas à Praça Central.

O traçado de Piratini caracteriza o período colonial. A arquitetura urbana se desenvolveu segundo as antigas tradições urbanísticas de Portugal. Com ruas de aspecto uniforme, casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos. A implantação do lote dá a idéia da via pública gerando, assim, um traçado orgânico que cresceu naturalmente.

Os três Edifícios Tombados são exemplares típicos da arquitetura colonial e estão localizados ao longo da avenida principal. É Conjunto de Bens Isolados com uso principalmente residencial ou cultural.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

Os prédios selecionados para tombamento pelo IPHAN situam-se próximos à Praça Central, núcleo original da Cidade, mas esta se expandiu em relação ao existente no período selecionado para valoração pelo Conselho Consultivo do IPHAN, a Revolução Farroupilha.

O Palácio do Governo Farroupilha abrigou, em 1836, a reunião das Câmaras Municipais durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), que declararam a independência da Província e estabeleceram que a cidade de Piratini seria a capital da recém criada República Rio-Grandense.

É uma construção em dois pavimentos, de esquina, mandada construir em 1826 por Manuel Jacinto Dias. Exemplar de arquitetura tradicional luso-brasileira possui em sua lateral uma escada externa que conduz a uma parte posterior, anexa, de pavimento único. A Casa possui, na fachada, um relevo com as datas 1826 - 1845, além de placas alusivas aos fatos históricos ali ocorridos.

A Casa Garibaldi é assim chamada por que ali morou Giuseppe Garibaldi em companhia de Luigi Rosseti, quando a Cidade foi Capital Farroupilha. Também italiano, Rosseti era partidário dos Carbonários e redator do Jornal Revolucionário "O Povo", que era editado em sua residência. A Edificação é térrea, pequena, e tem as características tradicionais da arquitetura luso-brasileira no Rio Grande do Sul.

O Quartel General Farroupilha, antigo Ministério da Guerra, foi instalado em um prédio de esquina, construído na rua principal, no início do século XIX por Manuel Rodrigues Barbosa. Provavelmente a construção antes abrigava um estabelecimento comercial no térreo e residência no andar superior. É formada por dois blocos adjacentes de dois pavimentos, com coberturas independentes com telhas tipo capa-e-canal. Em 1878, voltou a ser residência e, mais tarde, o Governo do Estado ali instalou o Museu Farroupilha.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1826
Fundação do município:	1830
Datação genérica (origem):	1820-1860
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico com monumento de singular importância

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Criada a partir do assentamento de colonos açorianos em 1789, por ordem do Vice-Rei do Brasil, Piratini foi elevada à condição de vila em 1830. O local tomou relevância nacional quando, em outubro de 1835, foi ocupado pelos revoltosos da Farroupilha. Nela instalam, em 1836, a capital da República Rio-Grandense.

Para sede administrativa do novo governo, foi escolhido um sobrado de dois pavimentos, mandado construir em 1826 por Manoel Jacinto Dias. Exemplar de arquitetura tradicional luso-brasileira, a Casa possui na fachada um escudo em relevo com as datas 1826-1835, além de placas alusivas aos fatos históricos ali ocorridos. Denominada Palácio Farroupilha (público civil, 1826), passou a representar a mais longa revolta da história do Brasil.

Durante o período farroupilha, também residiu em Piratini o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi. Unindo-se à revolta em 1837, se tornaria uma das suas principais figuras. Em 1839, junto com Davi Canabarro, tomaram a cidade de Laguna, proclamando a República Catarinense ou República Juliana.

A pequena Casa Térrea onde morou Giuseppe Garibaldi, em companhia de Luigi Rosseti, também italiano, partidário dos Carbonários e redator do jornal revolucionário O Povo, que era editado em sua residência, foi posteriormente tombada, e é conhecida hoje como Casa Garibaldi (habitação, século XIX), tendo sofrido uma reforma em 1959.

O Movimento Farroupilha (1835-1845) se insere no quadro de revoltas do período Regencial, momento de consolidação do processo de emancipação política e da organização de um Estado Nacional Soberano, que se seguiu à abdicação de D. Pedro I. Os dois Bens nomeados representam a memória desse Movimento, em seu período áureo, remetendo à capital Farroupilha e ao líder italiano.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado de conservação do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais é razoável, necessitando de uma política de intervenção efetiva.

O antigo Ministério da Guerra está fechado devido a sérios problemas de infiltração e de deterioração, necessitando de uma restauração.

O Palácio Farroupilha também necessita de restauração mas, como hoje o Prédio abriga o Museu Municipal, recebe constantemente alguns reparos urgentes.

A Casa Garibaldi foi restaurada pelo IPHAN, em 1990, estando atualmente em estado razoável de conservação.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A ocupação do Centro Histórico de Piratini mantém-se ordenada conforme o núcleo original primitivo. A Cidade sofreu um processo de estagnação muito grande ao longo deste século tendo sido possível, desta forma, a permanência do seu patrimônio arquitetônico. A tendência do uso também foi mantida, na maior parte das construções, no Centro Histórico, como residência e comércio, conforme o uso no início da sua formação.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Ocorreram alguns empreendimentos que causaram impacto, como algumas construções que cortaram a perspectiva urbana em relação à paisagem. Também foram construídas algumas residências dentro do Centro Histórico sem a preocupação de manter relação com o entorno.

Um fator importante a salientar é que não foi feita nenhuma construção em altura no Centro Histórico. Foi mantido assim o gabarito da Cidade Antiga.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os problemas mais importantes que ocorrem nos edifícios de Piratini são as infiltrações, causa da maior parte das degradações, aliada à presença de insetos xilófagos e às más condições das instalações elétricas e hidráulicas.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Existe Lei Municipal com objetivo de controlar as construções no Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais. Este trabalho de fiscalização é feito pela Secretaria de Obras e pela Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do município.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Não existe um Plano Diretor, somente uma Lei Municipal reguladora das construções dentro do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

A Cidade possui um Inventário dos Bens Patrimoniais do Município feito pelo IPHAN.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Foi criada a Associação dos Amigos de Piratini que tem o objetivo de promover, divulgar e proteger a história e o patrimônio da Cidade.

A Secretaria de Educação desenvolve um trabalho com Educação Patrimonial nas escolas municipais.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Não existe participação efetiva do setor privado na preservação do patrimônio.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

A maior festa do município é a Semana Farroupilha, que tem como objetivo principal divulgar a História da Revolução Farroupilha por meio dos Monumentos e da cultura local.

Também é mantida a tradição da Festa do Divino Espírito Santo, festa portuguesa trazida para o Estado.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Rio Grande

(2) MUNICÍPIO:

Rio Grande

(3) ESTADO:

RS

(4) SR IPHAN

12^a

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(5) DENOMINAÇÃO:

Casa à Rua Marechal Floriano
ou Alfândega, 765-T-65

Matriz de São Pedro e Capela

de São Francisco contígua, 01-T-38

(6) DATA:

04/ 09/ 1967

17/ 05/ 1938

(7) LIVRO DE TOMBO:

LH, inscr. 404, fl.65

LBA, inscr. 71, fl.13

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

O valor do Conjunto vincula: as tradições culturais de influência açorianas e o processo de transformação pelo qual passou a economia do Município e o seu Centro Histórico, decorrente da dinâmica portuária canalizadora da maior parte da produção agrícola e industrial do Estado e da instalação de um Distrito Industrial na década de 70.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS:



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

10.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

400

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais está localizado em área central e de grande vitalidade da Cidade. Possui traçado em grade de xadrez não muito regular, acompanhando a linha do Porto, típica das cidades costeiras do final do período colonial. A grade mantém-se no resto da cidade, sem ter, contudo, a mesma relação com o Porto que tem o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

Os Edifícios Tombados estão ao redor da Praça Central, onde se localizam os prédios do Poder Público. Estes são de caráter especial, como a Catedral de São Pedro, primeira igreja portuguesa construída no Rio Grande do Sul e a Capela de São Francisco, construída na sua parte posterior, em frente à praça principal. No lado norte da mesma Praça, encontra-se a Alfândega, historicamente o mais importante ponto de acesso ao Estado, construída em 1875 e 1879.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:**

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A Área escolhida tem as características de um Centro Histórico, por conter, originalmente, os tipos básicos de edificações urbanas, residenciais, cívicos, religiosos e de comércio, mas o crescimento da Cidade fez com que essa excedesse em muito a área trabalhada pelo Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

O tombamento inclui imóveis isolados, na área central da Cidade, localizados ao redor da praça principal.

A Igreja de São Pedro foi construída, com projeto do Engenheiro Militar Manoel Vieira Leão, sendo inaugurada em 25 de agosto de 1755. Mais tarde foi construída, em sua parte posterior, uma capela dedicada a São Francisco de Assis, com acesso pela rua de trás. A Catedral de São Pedro é uma edificação sóbria e pequena, com duas torres e acesso central encimado por frontão. Com nave única e coro, possui retábulos trabalhados no altar e capela-mor. A Capela de São Francisco hoje abriga o Museu de Arte Sacra da Cidade. Ambos os monumentos foram recentemente restaurados.

A Alfândega, construída em 1875 e 1879, junto ao antigo Porto de Rio Grande, historicamente o mais importante ponto de acesso ao Estado, por determinação do Visconde de Rio Branco, com projeto de autoria do Engenheiro Francisco Nunes Miranda. É uma edificação basicamente térrea, marcada por pilastras de linhas Neoclássicas, e ocupa todo um quarteirão. Construída em alas que se desenvolvem ao redor de pátios, possui acessos pelos eixos centrais dos quarteirões. As coberturas feitas com telhas

capa e canal são encobertas por platibandas com balaustres. Na entrada principal localiza-se um pórtico executado em mármore branco em arco pleno, ladeado por pares de colunas coríntias. Na fachada posterior, junto ao cais do porto, destaca-se um torreão central coberto por cúpula além de dois grandes acessos encimados por frontões triangulares. O Edifício foi restaurado, mantendo-se em boas condições.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1737
Fundação do município:	1755
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1860-1930
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano orgânico sequencial

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

Com a preocupação de criar um núcleo de apoio defensivo para a colônia de Sacramento e manter aberto o caminho que a ligava com Laguna, o Brigadeiro José Silva Pais fundou, no dia 19 de fevereiro de 1737, na foz do Rio Grande de São Pedro, o Forte Jesus Maria José, que daria origem à cidade de Rio Grande.

Com o início da demarcação das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750), os índios de Sete Povos das Missões se rebelaram e teve início a Guerra Guaranítica. Foi durante um período de armistício dessa Guerra que Gomes Freire de Andrade, o demarcador da fronteira a serviço da Coroa portuguesa, traçou a planta da Vila de Rio Grande e mandou fazer uma Igreja que dedicou a São Pedro.

A fundação da Igreja de São Pedro a 25 de Agosto de 1755, como da Vila de Rio Grande, está intrinsecamente ligada às lutas pela ocupação do extremo sul do território colonial. Ocupação híbrida, militar-religiosa, teve nas colônias de Sacramento e na área das reduções jesuíticas de Sete Povos das Missões, a representação do impasse entre Portugal e Espanha pelo domínio da região ao norte da Bacia do Prata.

Primeira igreja portuguesa no Rio Grande do Sul, a Igreja de São Pedro (religioso, 1755) marca a proposta colonial de dar feições de povoado a uma ocupação militar em uma região que permaneceu em conflito até o final do século XVIII. Projetada pelo engenheiro militar Manoel Vieira Leão, com duas torres e nave única, predominam, em sua edificação, as linhas retas e sóbrias. Em 1792 foi construída, em sua parte posterior, uma capela para a Ordem Terceira de São Francisco de Assis, que hoje abriga o Museu de Arte Sacra da cidade.

Nas primeiras décadas do século XIX, Rio Grande associou a sua formação marcadamente militar a de centro de escoamento de carne de charque, tornando-se importante porto exportador. Entre 1875 e 1879, foi construído, junto ao antigo porto da Cidade, historicamente o mais importante ponto de acesso ao Estado, a Casa da Alfândega (habitação, 1879), onde posteriormente passou a funcionar a Alfândega de Rio Grande, tendo essa função até os dias de hoje.

Edificada por determinação do Visconde de Rio Branco, a partir do projeto do engenheiro Francisco Nunes Miranda, sua construção é basicamente térrea possuindo, segundo o Guia dos Bens Tombados, linhas clássicas em todas as suas fachadas e ocupando todo um quarteirão.

O Rio Grande foi um dos pólos de ocupação do Rio Grande do Sul sendo que, o Conjunto, que corresponde ao Centro Histórico, compreendido pela Igreja Matriz, a primeira do Estado, e à Alfândega, representa dois vértices estruturais da ocupação, a religião e o comércio (atividade portuária).

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Os Edifícios Tombados estão em bom estado de conservação. A Catedral de São Pedro está em fase de conclusão de suas obras, encontrando-se em ótimo estado de manutenção. A Capela de São Francisco de Assis também foi recentemente restaurada e encontra-se em bom estado de conservação.

A Alfândega foi restaurada na década de 80 do século XX encontra-se ainda em bom estado de manutenção.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Existe um Plano Diretor que prevê o crescimento ordenado da Cidade, mas não contempla o Patrimônio.

Foi aprovada uma Lei Municipal de Edificações de interesse Sócio-cultural – Lei de Proteção do Patrimônio, que controla as áreas de entorno dos Monumentos do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

Não existe tendência de substituição de uso.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não existe nenhum empreendimento causador de impacto ambiental, ou desenvolvimento não acompanhado.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Os Monumentos foram recentemente restaurados e encontram-se em bom estado de conservação.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Não existe uma organização específica deste Órgão para fiscalizar o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais.

O IPHAN fiscaliza de forma esporádica os Monumentos Tombados por ele, assim como o Estado.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Existe Lei Municipal de Edificações de Interesse Sócio-cultural – Lei de Proteção.

Existe um Plano Diretor, mas não contempla o Patrimônio da Cidade. Não existe inventário ou alguma cartografia básica.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Foi criada a Associação Pró Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural de Rio Grande - APAC. Esta associação tem como objetivo captar recursos para as obras de restauração de monumentos. Sendo produtora cultural, tem como objetivo do seu trabalho a restauração da Catedral de São Pedro, a Capela de São Francisco de Assis e, atualmente, a Casa dos Azulejos, prédio tombado pelo Estado.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Todas as restaurações em Rio Grande foram feitas por meio da Lei de Incentivo à Cultura do Estado e da Lei de Incentivo à Cultura Federal, com patrocínio de empresas privadas, tais como a Ipiranga, responsável por todas as maiores obras de restaurações da Cidade.

Atualmente está sendo restaurado um Retábulo da Catedral de São Pedro, considerado o mais antigo do Estado, com produção Cultural da Mitra Diocesana e patrocínio também da Ipiranga.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

É organizada, a cada dois anos, a Festa do Mar, com objetivo de promover o município em todas as áreas culturais como arte, artesanato, dança. Também é comemorada a Festa dos Navegantes, no mês de fevereiro, e a Festa de São Pedro.

Ficha de Informações Básicas

Sítios Históricos Urbanos Nacionais



Laguna

• Conjunto Histórico de Laguna

São Francisco do Sul

• Conjunto Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais

Florianópolis

• Centro Histórico (Casa Natal Vítor Meirelles, antiga Alfândega e Forte)



Santa Catarina

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Laguna, 1122-T-84

(2) MUNICÍPIO:

Laguna

(3) ESTADO:

SC

(4) SR IPHAN

11^a

CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL

(5) DENOMINAÇÃO:

Centro Histórico e Paisagístico de Laguna

(6) DATA:

25/04/1985 e 23/12/1985

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP insc. 89, fl. 39 e LH insc. 500, fl. 89.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO

SIM

(8) PORTARIA Nº / DATA:

161- 02 de agosto de 1990

(9) ÁREA (em ha):

28

NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

28

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(Nº e relação)

Casa à Praça das Bandeiras (antiga casa de Câmara e Cadeia), 492-T-53

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA**OUTRAS PROTEÇÕES**

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

As ações de proteção em nível Estadual, aconteceram tardiamente em Santa Catarina, e são sempre posteriores aos Tombamentos Federais. Em Laguna, a ação do Estado foi julgada dispensável, na medida que o conjunto do Centro Histórico já estava eficientemente protegido por Lei Federal. A estrutura do Órgão Estadual permanece deficiente.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIALMENTE – DESCREVER:

O Tombamento Municipal, anterior ao Federal, ocorreu por meio do Decreto nº 17/78, restringindo-se a dois conjuntos do Centro Histórico:

- Fachadas do casario do Largo do Rosário. O largo, possuía três pequenos becos, que formavam um triângulo, chamado Potreiro. Ao centro, onde hoje se localiza uma praçinha e um monumento, foi demolido um quarteirão, também de forma triangular. Une-se à Praça da República Juliana por um de seus vértices.

- Fachadas do Casario da Praça da República Juliana. A praça possui forma triangular, composta por edificações na sua maioria térreas, construídas no alinhamento predial. Apesar de algumas alterações, a estrutura urbana pouco se modificou, composta por edificações em geral de dois tipos: com beiral de cimalha e com platibanda ornamentada. Completa o conjunto de casas o Museu Anita Garibaldi, antiga Casa de Câmara e Cadeia, razão da existência da praça.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

O Tombamento Municipal, anterior ao Federal, ocorreu em 1978, por meio do Decreto nº 17/78, considerando para efeitos de lei:

Casa Pinto D'Ulysséa

Palacete Polidoro Santiago

Casa nº 10 da Rua Rio Branco

Casa de Anita, Rua Fernando Machado

Casa nº 2 da Travessa Manoel Pinho, esquina com Fernando Machado

Casa da Rua Rio Branco, onde está localizado o Hotel Rio Branco

Ruínas do Camacho

Casa nº 420 da Voluntário Benevides, esquina com Fernando Machado

Decreto nº 26/81, considerando como tombados para efeitos de lei:

Casa de Cid Cecconi Costa, Rua Raulino Horn, 133

Casa de Alexandre Grandemagne, Rua Raulino Horn, 11

Rua Raulino Horn, 185; 4 – S.R União Operária, Rua Santo Antônio

Decreto nº 28/82, considerando como tombados para efeitos de lei:

Casa nº 208, localizado à Rua Raulino Horn, esquina com a Rua Rio Branco

Ruínas do Forte Garibaldi, Ponta da Barra.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

3.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

600

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

A escolha do local onde hoje se encontra o Centro Histórico não aconteceu por acaso. Laguna foi, por, muito tempo, o limite sul da América Portuguesa.

Seguindo a tradição, foram considerados diversos fatores, preponderando à cuidadosa escolha de um ponto natural protegido dos ventos, uma faixa de terra plana, junto à lagoa, permitindo a edificação de uma vila com abastecimento fácil de água e, principalmente, a posição geográfica estratégica sobre a imaginária linha do Tratado de Tordesilhas. A ocupação deste Sítio ocorreu a partir de dois núcleos de expansão, a Igreja de Santo Antônio dos Anjos, iniciada em 1696, e a Casa de Câmara e Cadeia, hoje Museu Anita Garibaldi. Como coloca Simon:

“Ao contrário da maioria das vilas litorâneas em Santa Catarina, a Igreja e o Paço Municipal não se localizam na mesma praça, e é a partir da ligação destas duas praças e delas com o porto e a fonte de água, que as ruas vão surgindo. Dentro deste polígono, mais tarde, localiza-se então uma malha xadrez mais uniforme.” (SIMON, 1998).

O maior Centro Histórico do Sul do Brasil consolidou-se como o último local apropriado para um porto ao norte do Rio da Prata. Como pano de fundo deste conjunto, voltado para a Lagoa de Santo Antônio, encontram-se várias elevações cobertas de densa vegetação, e que separam o Centro Histórico das áreas de ocupação mais recente.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A área tombada corresponde ao Centro Histórico da cidade, com todos os elementos que a caracterizam. É o conjunto que historicamente, comercial e religioso, acolhe o centro cívico, abrigando os espaços e as edificações simbólicos da urbe. O Centro Histórico de Laguna continua exercendo a sua posição de centralidade, oriunda da escolha criteriosa do sítio, implantado com a firme intenção de configurar um espaço urbano permanente, iniciado pela construção da matriz defronte a uma praça voltada para o mar, em volta da qual se desenvolveu o casario.

Hoje corresponde a uma parcela do conjunto da cidade, que se desenvolveu e expandiu em duas direções principais, preservando a característica do Centro Histórico. Como coloca Franco, isso se deve à peculiaridade do sítio, que contribuiu para a contenção da hostilidade com que a nova cidade se apresentava.

“...O mesmo sistema formado pelos morros do Rosário, da Caixa d’Água, do Moinho e da Glória, que os povoadores viram como abrigo acolhedor e derradeiro de uma costa inóspita, deixou documentada em modo excepcional a separação entre o Centro Histórico e os dois organismos novos que se lhe contrapõe morfológicamente: ao Norte, os bairros de pequena indústria, serviços e habilitação degradada – Campo de Fora, Portinho e Progresso – e, em seqüência cronológica, a partir do começo do século com a expansão do carvão, os bairros em torno do Morro da Glória – Ponta das Pedras, Magalhães, Navegantes, até o desenvolvimento turístico de Mar Grosso.” (FRANCO, 1995:13)

No século XX, Laguna sofreu o declínio da fase do carvão, gerando uma estagnação econômica que acabou impedindo grandes transformações no Centro Histórico. No entanto, a abertura da BR- 101, na década de 70, trouxe a expansão dos balneários e a pressão do “progresso”. Nesta fase do processo de crescimento da cidade, os tombamentos, Municipais e Federais tiveram importante papel para a manutenção das características do Centro Histórico, tanto do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, como de Núcleo Central da Urbe.

FORMAÇÃO / REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1684
Fundação do município:	1720
Datação genérica (origem):	1780-1820
Datação genérica (predominante):	1780-1820
Datação genérica (final):	1820-1860

Tipologia:

Sítio urbano de grande abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Conjunto Histórico de Laguna se insere no processo de colonização do sul da América Portuguesa. A Área Tombada corresponde ao antigo centro da cidade, formado a partir do porto original e que tinha dois núcleos para sua expansão: o antigo rossio e a Praça das Bandeiras, formando o maior centro

histórico do sul, abrigando aproximadamente seiscentos imóveis. Merecem destaque a Igreja Santo Antonio dos Anjos (religioso, 1696); a antiga Casa de Câmara e Cadeia (público civil, 1720); e a Casa de Anita Garibaldi (habitacional, século XIX).

A Casa de Câmara e Cadeia, também denominada Paço do Conselho - porque ali funcionava a Câmara Municipal de Laguna - é considerada o Monumento Histórico mais antigo do sul do Brasil. A nobreza do edifício atesta a importância de Laguna no ciclo de colonização portuguesa, como ponto de resistência à expansão espanhola. Em 1838, a Casa foi o palco da proclamação da República Juliana pela forças Farrroupilhas, lideradas por Giuseppe Garibaldi.

Atualmente, a Casa serve como Museu Anita Garibaldi, em homenagem à heroína natural de Laguna, mulher do revolucionário italiano. A Casa de Anita Garibaldi é o outro Imóvel que documenta acontecimentos importantes da história republicana do Brasil, bem como a construção de uma memória regional acerca deles. No conjunto, Laguna mescla estes aspectos com a história da colonização portuguesa no Sul (século XVIII), tardia com relação a outras partes da América.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O Tombamento Federal de 1985 proporcionou ao Centro Histórico de Laguna a garantia da conservação de sua ambiência através da preservação da estrutura urbana, da paisagem natural das edificações de grande valor histórico e arquitetônico. Atualmente, existem dificuldades na conservação das edificações, em três casos principais:

- residências de moradores de baixa renda - sem recursos financeiros para manutenção e recuperação das edificações;
- imóveis compreendendo terrenos baldios ou construções deterioradas, pertencentes a proprietários desinteressados de sua utilização ou de sua conservação;
- comunicação visual imprópria - dificuldade de adequação dos estabelecimentos comerciais às normas estipuladas pelo IPHAN, tirando a harmonia da paisagem tombada;

Durante a década de 90 do século XX, várias ações foram desenvolvidas para a valorização do Centro Histórico, tanto na conservação das edificações mais significativas, como na qualificação do espaço urbano. As primeiras obras de restauração em Laguna foram realizadas por iniciativa do IPHAN, buscando a originalidade e autenticidade do patrimônio arquitetônico e a conscientização da população. Dentro das obras realizadas, são destaques:

1. Casa Pinto d'Ulysea - Casa inteiramente revestida em azulejos portugueses, construída em 1866 sendo a primeira com platibanda. Encontrava-se em vias de arruinamento. Abriga atualmente a Secretaria de Turismo do Município.
2. Casarão do IPHAN - Importante edifício eclético, situado na Praça Central de Laguna. Construído para ser a sede do tradicional Clube Blodin, hoje abrigando a representação do IPHAN em Laguna. Funciona como escritório técnico, laboratório de pesquisas arqueológicas, além de contar com amplo espaço para exposições e pequeno auditório.
3. Casa Candemil - Casa luso-brasileira que servia exclusivamente como residência. Foi totalmente restaurada pelo IPHAN e cedida à Prefeitura para o funcionamento do Arquivo Público Municipal.

4. Casa de Anita - Uma das edificações luso-brasileiras mais antigas de Laguna, servindo durante muito tempo como a casa onde as noivas se vestiam antes do casamento. Localizada ao lado da Igreja Matriz, funciona hoje como museu, com peças de Anita Garibaldi.

5. Praça República Juliana - A praça possui forma triangular e, apesar de algumas alterações, mantém a estrutura urbana. É um dos conjuntos mais íntegros do Centro Histórico. Completa o conjunto de casas o Museu Anita Garibaldi, antiga Casa de Câmara e Cadeia, razão da existência da praça. Foi realizada a recuperação do casario por meio de ações do IPHAN em parceria com a Associação dos Moradores da Praça. A urbanização da praça ainda não foi concluída pela falta de recursos.

6. Revitalização do Museu Anita Garibaldi - Antiga Casa de Câmara e Cadeia, sendo construída em duas etapas. A primeira data de 1797, sendo da sua sacada proclamado a República Juliana. Atualmente é utilizada como museu, onde foram concluídas as obras de restauração e início da adequação museológica.

7. Igreja de Nossa Senhora do Anjos - Construída em 1696, onde anteriormente havia a capela de pau-a-pique erguida por Domingos Brito Peixoto, o fundador de Laguna. A nave e as torres foram construídas posteriormente, com características Barrocas. A Matriz vem sendo restaurada com recursos do BNDES com projeto e fiscalização do IPHAN.

Atualmente o IPHAN vem gerenciando, desenvolvendo e coordenando projetos de intervenção, buscando estabelecer parcerias com o setor público e privado para suas realizações. Muitas das ações previstas vem tornando-se realidade, demonstrando a repercussão das obras já realizadas e a conscientização destes setores sobre a importância e o potencial do Centro Histórico de Laguna.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

A cidade hoje vive basicamente da prestação de serviços, pequeno comércio, da pesca artesanal e do turismo de veraneio. O seu Centro Histórico é um retrato desta realidade, carente de serviços e atividades que animem o espaço urbano e dêem infra-estrutura adequada ao uso dos moradores e da atividade turística. Funciona basicamente como centro comercial e administrativo. As atividades que atendem o setor turístico estão concentradas nos balneários, principalmente no Mar Grosso.

Essa situação vem sendo revertida com a valorização do Centro Histórico, considerando que a atividade econômica mais madura para ser desenvolvida no Município é o turismo cultural. Por meio de ações de valorização dos locais com maior potencial para promover o "encontro" de pessoas, vem sendo incentivada a instalação de comércio, serviços, pousadas, bares e restaurantes, possibilitando o uso multifuncional do espaço urbano.

O uso residencial ainda se mantém no Centro Histórico, ocupado em geral por moradores mais antigos. Existem muitos imóveis fechados, e alguns abandonados. O IPHAN vem incentivando a permanência do uso residencial, facilitando a adequação dos imóveis para este fim, e estimulando a instalação

de atividades permanentes de reforço à centralidade do Centro Histórico. Tais como: instalação de ensino superior, áreas de lazer, valorização do comércio e do centro em geral. A instalação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNISUL garantirá a ocupação de moradias e atividades de vivência no Centro Histórico tombado.

Em resumo, a Cidade caracterizou-se pelo uso residencial e comercial ligado ao porto. Em meados do século XX ocorreu a estagnação do comércio e a transferência das moradias para os balneários. Nos últimos anos, o comércio apresenta-se em expansão. Lentamente inicia-se, provocado principalmente pelo IPHAN, a retomada das funções de moradia e lazer.

O tombamento Federal possibilitou a contenção, de forma disciplinada e dentro da legislação, da ocupação e uso do solo no Centro Histórico. Com fiscalização e controle rígido, foi possível conter a verticalização, ocupação das encostas e implantação de atividades que desqualifiquem a malha urbana e as edificações históricas.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O município de Laguna não possui qualquer tratamento de esgoto, com exceção do balneário do Mar Grosso. O Centro Histórico dispõe apenas de escoamento da rede fluvial, onde são lançados os esgotos residenciais. Realizam-se atualmente estudos com vistas à elaboração de projeto para tratamento de esgoto do Centro Histórico e outros bairros ainda não contemplamos com esse serviço.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

O Conjunto Tombado engloba mais de 600 edificações. Atualmente, por volta de 10 imóveis estão em estado precário de conservação, e 50 com dificuldades de manutenção pela falta de recursos financeiros. Os principais problemas de conservação da maioria das edificações dizem respeito ao ataque de insetos xilófagos, umidade e incompatibilidade no uso de materiais, ocasionando danos às edificações. Os problemas com instalações elétricas são freqüentes.

Faz-se necessário o treinamento de profissionais especializados em obras de conservação e restauro, capazes de utilizarem materiais adequados a edificações históricas por meio de técnicas atuais de conservação, prescrevendo procedimentos de redução de umidade, ampliação da ventilação, iluminação, segurança e salubridade.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Laguna, por meio da Secretaria do Planejamento, mantém parceria com a 11ª SR IPHAN, para a gerência do Centro Histórico. Através da contratação de um arquiteto responsável pela orientação, fiscalização, análise de projetos e desenvolvimento de propostas para as áreas públicas, possibilitou a garantia da estrutura operacional para a gestão do sítio tombado. A 11ª SR IPHAN é responsável pela manutenção da infra-estrutura para realização deste trabalho, assim como das orientações técnicas.

Essa parceria assegura o cumprimento da Lei Municipal Complementar nº 33 de 1997, em que o município garante incentivos fiscais às edificações dentro do limite de tombamento. São necessários pareceres técnicos a cada ano, avaliando a porcentagem de desconto admitida em cada edificação, dependendo do seu valor histórico, arquitetônico e estado de conservação.

Por intermédio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, o Estado vem contribuindo para a viabilização de projetos essenciais para a manutenção do Centro Histórico. O projeto de Revitalização do Mercado Público foi contemplado com o patrocínio da CELESC, que qualificará um espaço hoje degradado, devolvendo à Cidade um local de grande potencial para o comércio, lazer e encontro.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O Plano Diretor, Lei de Uso do Solo e Posturas são anteriores ao Tombamento Federal. Não existe lei específica para o Centro Histórico, mas a Legislação Municipal não é conflitante com os parâmetros utilizados pelo IPHAN na proteção da Área Tombada.

O Sítio Histórico Tombado dispõe de cartografia básica digitalizada. Foi realizado para o tombamento, o inventário de todos os imóveis do Centro Histórico, com ficha técnica contendo: levantamento, dados tipológicos e cronológicos, histórico da edificação, dados técnicos, características ambientais e das instalações. A sua digitalização está praticamente finalizada para o Inventário de Bens Imóveis - INBI, sendo necessária ainda à atualização dos dados.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A sociedade de Laguna vem se organizando em associações, sendo visível à compreensão de que a preservação do patrimônio é assunto de crescente interesse geral, devendo obrigatoriamente integrar os planos de desenvolvimento social da Cidade.

Esta postura deve-se, em muito, às iniciativas do IPHAN em promover cursos e palestras debatendo questões da Cidade e do Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico de Laguna, sempre buscando parcerias para sua realização. São constantes também a participação em reuniões de associações, como é o caso do Conselho Municipal de Turismo, sempre enfatizando a importância e o potencial do Sítio Tombado.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

O setor turístico vem percebendo que a atividade econômica mais madura a ser desenvolvida em Laguna é a do turismo cultural. Esta atividade favorece o reconhecimento da população acerca da importância de seu Acervo Arquitetônico e Paisagístico e da sua consequente necessidade de preservação. O turismo cultural traz a possibilidade de crescimento e de um novo ciclo econômico para a Cidade. Esta alternativa, desenvolvida em conjunto com a iniciativa privada local, acabará por consolidar o papel da Cidade como centro regional de lazer, viabilizando o uso permanente de sua infra-estrutura urbana, criando fontes não sazonais de trabalho e captação de recursos.

O turismo cultural vem sendo incentivado com o apoio do setor público e privado em projetos de preservação que qualificam e resgatam locais com potencial para promover o "encontro" de pessoas no Centro Histórico. Desta forma, vem proporcionar o incentivo à instalação de bares, restaurantes, pousadas. Essas ações vem sendo gerenciadas pelo IPHAN e fazem parte de uma proposta global para o Sítio Tombado.

1. Revitalização do Mercado Público - Qualificação de um espaço importante da cidade, mantendo a atividade de comércio de frutos do mar e artesanato regional, ampliando seu uso com bares, restaurantes. A sua viabilização será possível por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, contemplada pelo patrocínio da CELESC.
2. Docas do Mercado - A sua revitalização está incluída na proposta encaminhada ao PRODETUR -Sul, que prevê a requalificação de toda a orla do Centro Histórico.
3. Área para estacionamento de ônibus de turismo - Previsão de local de estacionamento com o intuito de impedir o acesso de ônibus ao interior do Centro Histórico. Está sendo realizado pela Prefeitura Municipal.
4. Nipo Brasileira - Antigos galpões da Cooperativa Nipo Brasileira de Processamento de Pescado que estavam abandonados. Adquirido recentemente pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL com o intuito de instalar o Curso de Arquitetura e Urbanismo, valorizando o Centro Histórico tombado.
5. Antigo Cine Mussi - Um dos edifício "art deco" mais significativos do Estado, com capacidade de 910 lugares. A parceria entre a iniciativa pública e privada proporcionou a locação do prédio, devolvendo à cidade esse grande espaço para eventos. Necessita ainda da continuidade das obras de recuperação, iniciadas pelo IPHAN, para sua plena utilização.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

O Centro Histórico é palco de festas religiosas e populares importantes. Uma delas é a Festa de Santo Antônio, realizada na Igreja Matriz, acontecendo sempre no dia 13 de junho, antecedida de novenas e folguedos que permanece até o final do mês. Com procissões pelas ruas do centro e queima de fogos, retrata a grande religiosidade da população.

Outro grande acontecimento é o carnaval de Laguna, famoso em todo o País. Ele começa trinta dias antes da data marcada, com a apresentação folclórica do Zé Pereira. Os integrantes do grupo vestem-se a caráter, com máscaras e rostos pintados, e saem em desfile pelas ruas do centro. Nos dias de carnaval acontecem os desfiles das escolas de samba e dos blocos carnavalescos pelo Centro Histórico, e há também a apresentação de trios elétricos na Praia do Mar Grosso.

Laguna ainda mantém algumas manifestações culturais, como o Boi de Mamão, o Pau de Fita, e a Bandeira do Divino, entre outros. Essas manifestações são a herança da colonização açoreana ainda presente em alguns setores da sociedade. É o caso também da produção artesanal, com a renda de bilro, os bordados e crochês, os artesanatos em madeira e tecido, além da confecção de tarrafas e redes de pesca.

A lagoa é responsável por um dos setores da economia da Cidade. Nela se pratica a pesca artesanal e em alta escala. Os Molhes da Barra, corredor formado na entrada do canal, proporciona o local ideal para um dos espetáculos mais apreciados por todos. É a pesca, geralmente de tainhas, feita como o auxílio dos botos. O famoso "camarão de Laguna" também é produzido na lagoa. A pesca mais sofisticada utiliza a técnica de iluminação a gás, produzindo durante a noite um belo espetáculo, com pontos de luz ao longe se assemelhando a uma cidade distante.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, 1163-T-85

(2) MUNICÍPIO:

São Francisco do Sul

(3) ESTADO:

SC

(4) SR IPHAN

11^a**CARACTERÍSTICAS DO TOMBAMENTO FEDERAL**

(5) DENOMINAÇÃO:

Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

(6) DATA:

16/10/1987

(7) LIVRO DE TOMBO:

LAEP, insc. 101, fls. 50 a 55 e LH insc. 518, fls. 02 a 05.

DELIMITAÇÃO OFICIAL DO PERÍMETRO TOMBADO SIM

(8) PORTARIA N° / DATA:

161 – 02 de agosto de 1990

(9) ÁREA (em ha):

40

 NÃO

(10) ÁREA TRABALHADA ADOTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA(em ha):

40

(11) BENS IMÓVEIS TOMBADOS ISOLADAMENTE PELO IPHAN INSERIDOS NO PERÍMETRO TOMBADO

(N° e relação)

Não existe.

FOTOGRAFIA DA ÁREA TOMBADA

Museu Nacional do Mar



Baía da Babitonga



Orla

foto: Cristiano Mascaro - 2002

OUTRAS PROTEÇÕES

(12) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(13) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O SÍTIO, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(14) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

(15) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE BENS IMÓVEIS INSERIDOS NO SÍTIO – RELACIONAR:

Não existe.

MAPA DO PERÍMETRO TOMBADO, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO SÍTIO COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O SÍTIO HISTÓRICO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO PERÍMETRO TOMBADO:

2.000

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO PERÍMETRO TOMBADO:

400

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O SÍTIO TOMBADO E O CONTEXTO URBANO – DESCREVER:

O Sítio Tombado implantado sobre pequena elevação apresenta uma malha reticulada regular, mas não ortogonalmente em xadrez, como nas áreas mais recentes. A conformação entre morros e o mar deu ao Sítio uma ambiência excepcional e forte centralidade em relação ao núcleo urbano que ainda hoje se faz presente. Esta característica é reforçada pela presença do Porto, desde sempre, a principal atividade econômica da Cidade, relacionando todo o desenho da Cidade à sua orla marítima.

“Embora realizada de modo incipiente até o século XIX, a vocação portuária do Sítio não só justifica a existência do núcleo e as transformações do suporte natural inerentes a sua existência, como determina também a eleição da orla como fator preponderante de ordenação. A Rua da Praia, juntamente com a praça e os caminhos para o interior, que tangenciam o relevo envolvente, formam a estrutura-matriz, representação sincrônica de um projeto de habitat.

É sobre a diretriz da orla que emergem com maior clareza os vestígios da lenta construção do quadro de vida material em São Francisco. Os lotes, nesse trecho, desenvolvem-se ao longo da pequena enseada, fechando praticamente o vazio entre os morros.”(CHUVA & PESSOA 1995:61)“.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO SÍTIO

O SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

O Centro Histórico de São Francisco do Sul continua a exercer posição de “centralidade” na Cidade. Nele concentram-se o centro cívico e religioso; além do comércio e prestação de serviços, que se estendem também em um entorno imediato. A integridade do Centro talvez tenha ocorrido pela escolha do Sítio. Sua localização entre morros e mar permite uma posição de resguardo e ao mesmo tempo de destaque para a Cidade. Sua relação com o mar e fatores geográficos favoráveis garantem a presença do moderno Porto Graneleiro, a principal atividade econômica da Cidade, nas proximidades do Centro. O Centro Histórico mantém-se assim, ativo economicamente e participe do processo regional de desenvolvimento.

“Embora tenha sido a mais meridional das povoações portuguesas, a razão pela qual São Francisco do Sul foi tombado pelo IPHAN não se deve ao fato da Cidade ter participado de ‘acontecimentos notáveis’, mas por tratar-se de um documento da história urbana do País, dentro do contexto histórico de expansão das fronteiras meridionais”. (CHUVA & PESSOA, 1995:53).

“Não percebemos na Cidade aqueles prédios que guardam em si as características de antigüidade e excepcionalidade que, até bem pouco tempo, a instituição vinha contemplando com o tombamento. Essas características conferem caráter monumental às construções, em razão de virtudes próprias às mesmas, distinguindo-as das outras, tradicionalmente chamadas de arquitetura menor”.

“Por outro lado, temos em São Francisco do Sul, no conjunto dessa arquitetura menor, grande diversidade de elementos. Essa falta de homogeneidade não é prejudicial à eleição de São Francisco do Sul como documento histórico a ser preservado”. (CHUVA & PESSOA, 1995:66).

A estagnação econômica ocorrida a partir da metade deste século impediu que houvesse um grande crescimento na Cidade, evitando uma descaracterização completa, com processos de verticalização. Neste ponto é importante salientar a importância das leis municipais de preservação de 1981 e, posteriormente, do IPHAN, a partir de 1987, com o Tombamento Federal.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1658
Fundação do município:	1660
Datação genérica (origem):	1650-1720
Datação genérica (predominante):	1820-1860
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Sítio urbano de média abrangência

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

O Centro Histórico e Paisagístico da Cidade de São Francisco do Sul corresponde a uma área que abrange o núcleo original da Cidade, a cumeada de elevações que o envolvem e uma linha de proteção ao longo da orla marítima. O tombamento abrange cerca de quatrocentos imóveis. Conserva na sua estrutura

urbana um documento da ocupação e colonização do sul da América Portuguesa a partir das disputas territoriais com a Espanha, a partir de finais do século XVII. Trata-se do mais antigo povoado brasileiro ao sul de Paranaguá.

Dentre vários móveis, merecem destaque a Igreja Matriz (religioso, 1665); o Estaleiro da Vila da Glória (comercial, século XVII), atualmente em ruínas; e o Forte Marechal Luz (público militar, século XIX). Todos eles documentam a história de uma colonização calcada fundamentalmente numa empresa militar de posse do território.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO E SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

O estado geral de conservação do sítio é satisfatório. Entretanto, existem problemas decorrentes de imóveis abandonados, arruinados ou com usos impróprios. O tráfego de automóveis deve ser adequado, assim como a comunicação visual.

Porém, os fatos positivos são mais significativos. Como exemplo, cita-se a revitalização dos grandes armazéns da empresa Hoepcke, abandonados há mais de vinte anos, e que foram transformados no Museu Nacional do Mar. Os galpões estavam em estado de abandono, e hoje abrigam um grande acervo de embarcações brasileiras, no único Museu do gênero em toda América do Sul. O Museu é um grande atrativo para o Centro Histórico, tendo uma visitação de aproximadamente 35.000 pessoas por ano.

As condições particulares que ligam o Centro Histórico à Baía da Babitonga têm atraído investimentos da iniciativa privada. Existe hoje um sentimento generalizado de valorização do centro da cidade e de sua importância em relação ao funcionamento da Cidade, sentimento que se refletiu na valorização geral dos imóveis e na restauração ou conservação de muitos deles.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O SÍTIO TOMBADO

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Existem alguns imóveis em estado de abandono em função do longo período de estagnação econômica que sofreu a Cidade. Entretanto, está acontecendo um processo crescente de valorização do Centro Histórico.

Muitas edificações estão sendo revitalizadas para usos comerciais e residenciais simultaneamente. O IPHAN tem por princípio incentivar a utilização dos imóveis na área tombada como moradias. Desta forma, garante-se a permanência das pessoas e dos serviços essenciais no Centro Histórico, gerando um organismo vivo e aprazível.

Percebe-se um adensamento saudável dentro do Sítio Tombado. Embora exista uma lacuna na legislação urbanística do Município, no que diz respeito à configuração das novas edificações no Centro Histórico, o IPHAN tem conseguido manter a situação sob controle. A expectativa é a de que o Município e particularmente o seu Centro Histórico estejam em vias de um salto qualitativo e quantitativo, a ser impulsionado pelo programa MONUMENTA BID.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

O Tombamento Federal e a fiscalização do IPHAN disciplinaram as atividades no Centro Histórico. Dentro da Área Tombada existe um controle rígido do uso do solo, onde não é permitida a implantação de atividades nocivas à malha urbana ou às edificações históricas.

Há problemas de poluição na Baía da Babitonga, mas dizem respeito à falta de saneamento básico. Atualmente os empreendimentos em vias de implantação são decorrentes do processo de preservação do patrimônio e buscam exatamente os atributos garantidos pelo tombamento. São Francisco do Sul, pela união de seus atrativos culturais e naturais, apresenta excepcionais condições de sustentabilidade para empreendimentos que ali se instalam.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO SÍTIO, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Dentro da Área que abrange o tombamento, estão cerca de 400 imóveis. Pelo menos 20 deles estão em estado de abandono, com praticamente todo o corpo da edificação em ruínas. Os principais problemas de conservação encontrados na maioria das edificações são a presença de insetos xilófagos e umidade. Em trechos das encostas que delimitam o Perímetro Tombado, existem imóveis degradados, assim como parte da vegetação dos morros. A iluminação pública é inadequada, apresentando posteamento e densidade de fios incompatíveis com a qualidade do Centro Histórico. De um modo geral, entretanto, são boas as condições de conservação da área tombada.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SÍTIO

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO SÍTIO. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Existe acordo firmado entre a Prefeitura e a 11ª SR IPHAN, que garante estrutura operacional mínima para a gestão do sítio tombado, incluindo a contratação de um arquiteto responsável pela fiscalização e projetos de intervenção em espaços públicos no centro histórico. Esta parceria garante o cumprimento da lei municipal, que assegura incentivos fiscais aos moradores do centro histórico, tais como: reduções ou isenções do imposto predial. A lei exige pareceres técnicos sobre os imóveis, já que os descontos são proporcionais ao valor arquitetônico e ao estado de conservação dos mesmos.

O Estado não tem ingerência sobre o Sítio. Entretanto, a criação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, viabilizou investimentos no Centro Histórico. O Museu Nacional do Mar foi contemplado recentemente com o patrocínio da Petrobrás, possibilitando a ampliação de seu espaço físico e acervo. O cine-teatro da Cidade também contará com o patrocínio da Petrobrás, cujas obras de restauro já foram licitadas.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

O município de São Francisco do Sul apresenta: Plano Diretor, Lei de Uso do Solo e Código de Posturas. Entretanto, todas as intervenções no Centro Histórico só são liberadas pelo setor de planejamento da Prefeitura, mediante a aprovação do IPHAN.

A planta baixa predial de todo o Centro Histórico foi elaborada pelo IPHAN, e repassada à Prefeitura. O inventário existente contém: levantamento arquitetônico, dados tipológicos e cronológicos, histórico da edificação, dados técnicos, características ambientais e das instalações. A sua digitalização foi realizada para o Relatório de Bens Imóveis - INBI, sendo necessária ainda uma atualização dos dados.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

Existem alguns grupos organizados que se empenham em causas ambientais e de desenvolvimento urbano, promovendo discussões na cidade pela qualidade de vida. Os mais atuantes são: União Francisquense de Engenheiros e Arquitetos - UFEA e Associação Movimento Ecológico Carijós - AMECA. A Associação Comercial, a Associação dos Amigos do Museu do Mar e os clubes de serviços são também muito atuantes.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

A proximidade com Joinville, Curitiba, Blumenau, Itajaí e outras cidades mais densas e industrializadas proporciona a São Francisco do Sul, um grande potencial de lazer regional, ainda pouco explorado. O setor privado parece estar visualizando este fato, e já é presente à injeção de recursos no Centro Histórico.

Uma recente sociedade entre o navegador Amyr Klink e empresários catarinenses resultou na compra de terrenos na área tombada. Projeta-se um hotel ao lado do Museu Nacional do Mar e a construção do porto de entretenimento que otimizará a qualidade náutica da orla da cidade. Este projeto terá grande repercussão sócioeconômica no município. Garantirá sustentabilidade ao Museu Nacional do Mar e o dinamismo que se espera em um museu vivo e contemporâneo de seu gênero.

O projeto PRODETUR-SUL prevê a valorização do conjunto da orla marítima da cidade, incluindo saneamento básico, iluminação com fiação subterrânea e equipamentos públicos. Trata-se de um investimento de 1,5 milhões de dólares na área tombada.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

São bastante presentes em São Francisco do Sul as manifestações da cultura tradicional. A culinária apresenta especificidades ligadas aos frutos do mar, em especial a "cambira", prato típico local. A Dança do Vilão é uma manifestação antiga ligada ao contingente negro. O Pau-de-fita, o Boi-de-mamão, o Terno de Reis, rezas e cantorias também estão registradas.

A Festa da Padroeira Nossa Senhora da Graça é uma comemoração que remonta ao século 17. E a festa das tradições da ilha, a FESTILHA, anima a cidade por três semanas, no mês de abril. São Francisco do Sul é conhecida por seu carnaval, um dos melhores do sul do Brasil.

IDENTIFICAÇÃO

(1) NOME:

Centro Histórico de Florianópolis

(2) MUNICÍPIO:

Florianópolis

(3) ESTADO:

SC

(4) SR IPHAN

11^a**CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS FEDERAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS**

(5) DENOMINAÇÃO:

(6) DATA:

(7) LIVRO DE TOMBO:

Forte de Sant'Ana-101 T e 155 T

24/05/1938

LH 97, fl 10, LBA, fl 18.

Forte de Santa Bárbara. 1053-T-81

29/05/1984

LH, insc. 493, fl.87

Casa à Rua Saldanha Marinho, 3 ou

30/01/1950

LH, insc. 264, fl.45

Casa Natal de Vitor Meireles. 342-T-44

Prédio à Rua Conselheiro Mafra ou

10/03/1975

LBA, insc. 522, fl.95,

Sede da AntigaAlfândega. 914-T-74

LH, insc. 454, fl.10.

Ponte Hercílio Luz

15/08/1998

LH 547, vol. 2, fl 35.

Estado13/05/1997

DE- 1.830/87

Município04/08/1992

DM- 637/92

CARACTERÍSTICAS DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(8) DENOMINAÇÃO:

(9) RESP. P/ TOMBAM.

Palácio Cruz e Souza (antigo Palácio do Governo)

Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Igreja de Nossa Senhora do Desterro (Catedral Metropolitana)

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência

Teatro Álvaro da Carvalho

Faculdade de Educação (antiga Escola Normal Catarinense)

Academia de Comércio da SC (antigo Instituto Politécnico)

Estação de Elevação Mecânica

Área de Preservação Cultural (APC)

Conjunto Centro Histórico

P1 (monumentos)	13
P2 (arquitetura vernacular)	141
P3 entorno (entorno)	69
TOTAL:	223 edificações

Conjunto Santa Rita

P1 (monumentos)	01
P2 (arquitetura vernacular)	21
P3 entorno (entorno)	04
TOTAL:	26 edificações

Malha Viária Central, formada por várias ruas

Antiga Casa de Câmara e Cadeia

Mercado Público

FOTOGRAFIA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS



Ponte Hercílio Luz



OUTRAS PROTEÇÕES

(10) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ESTADUAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Não existe.

(11) EXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO MUNICIPAL DE CONJUNTO COINCIDENTE COM O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TOTAL OU PARCIAL – DESCREVER:

Desde 1986, o Município de Florianópolis tem uma significativa parcela de seu território preservado por Legislação Municipal, quando houve o tombamento de 10 conjuntos na Área Central, totalizando 280 edificações preservadas e 105 unidades de acompanhamento. Neste ato foi inserido também o Conjunto Centro Histórico da cidade, sendo que sua limitação coincide com o COMN, bem como a extensão urbana de ocupação representada pelo Conjunto Rita Maria, localizado próximo à Ponte Hercílio Luz e Forte Sant'Ana.

O Município desde então tem desenvolvido uma política de preservação, que está resultando na gradativa revitalização dessas áreas, iniciada sistematicamente desde 1993, por meio de uma ação de conscientização da importância da sua recuperação, denominada, PROJETO RENOVAR. Dentre os desdobramentos desse Projeto, está em andamento, desde 1999, a "Ação de Despoluição Visual" do Centro Histórico, que objetiva o disciplinamento da comunicação visual e de todos. Paralelamente, têm ocorrido intervenções pontuais de recuperação do casario e de ambientação urbana, resultando na revalorização do espaço urbano central. Por meio dessas ações, o casario histórico tem sido evidenciado, resgatando sua antiga importância como centro polarizador, aumentando o vínculo do cidadão com a sua cidade, por meio do conseqüente reconhecimento popular, o que vem trazendo de volta um maior número de usuários ao Centro Histórico.

(12) JUSTIFICAR A SELEÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

A área apresenta cinco Imóveis Tombados em âmbito Federal. Os dois Monumentos que emolduram o Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais são fortalezas que efetuavam a defesa na antiga Vila, elementos partícipes do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, de importante relevância nacional, haja vista este povoamento ter sido conseqüência de sua função estratégica de apoio e expansão dos interesses portugueses na região meridional do Brasil. Localizada também em uma das extremidades, junto ao Forte Santana, a Ponte Hercílio Luz, além do marco simbólico do Estado de Santa Catarina, representa importante referencial tecnológico.

Os demais monumentos apresentam possibilidade de interligação, por estarem inseridas no Conjunto Tombado Municipal, referente ao Centro Histórico da Cidade, local do início da povoação, que, no século XVII, foi regulada por Provisão Régia. A importância desse Sítio é reiterada pela existência de oito Monumentos Tombados também de âmbito nacional.

A extensão do Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais até a Ponte Hercílio Luz e Forte Santana se justificava, além da evidente importância dos Monumentos Protegidos, também pelo esforço desenvolvido pela Prefeitura Municipal na qualificação dessa extensão urbana. Para tal foi instalada parte da sua estrutura física no local e efetuada a desapropriação de uma antiga edificação colonial, em vista do seu estado de abandono, para instalação do Museu.

MAPA DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, COM INDICAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ISOLADOS



RELAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS COM O CONTEXTO URBANO

PORTE DA CIDADE ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO NACIONAL:

- (1) PEQUENO (até 50.000 hab.);
- (2) MÉDIO (até 400.000 hab.);
- (3) GRANDE (maior que 400.000 hab.).

(4) POPULAÇÃO ESTIMADA NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

725

(5) N° ESTIMADO DE DOMICÍLIOS NO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS:

145

(6) RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E O CONTEXTO URBANO – DESCRIVER:

O Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais engloba o Centro Histórico da cidade, início da povoação, que se deu a partir de um largo fronteiro à ermida, situada sobre uma colina de frente para o mar. Este espaço urbano foi consolidado pela Provisão Régia de 1747, resultando em uma praça central, retangular, congregando as principais edificações de caráter oficial.

Acompanhando a linha do mar, a partir dessa praça central há o desenvolvimento da malha urbana, predominantemente em grade xadrez, que até hoje mantém sua estrutura original. A extensão da ocupação ocorre pelos caminhos de ligação com o sistema defensivo e outros núcleos urbanos do interior da Ilha, e também estio parcialmente preservado por Legislação Municipal. Com o extenso Aterro da Baía Sul, ocorrido na década de 70 no século XX, o Centro Histórico perdeu sua original vinculação com o mar.

TIPOLOGIA FUNCIONAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

O CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS CORRESPONDE:

- (7) A TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE;
- (8) AO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE;
- (9) A UM BAIRRO, TRECHO OU FRAGMENTO DO ESPAÇO URBANO.

(10) JUSTIFICAR A CLASSIFICAÇÃO, COM REFERÊNCIA À SITUAÇÃO ATUAL E, SE POSSÍVEL, AO PROCESSO DE TOMBAMENTO:

A proposta de Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais só abrange uma área restrita da cidade e, apesar de ser o Centro Histórico da mesma, não contém todos os edifícios históricos de função cívica da cidade.

FORMAÇÃO/REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

Fundação do sítio urbano:	1679
Fundação do município:	1726
Datação genérica (origem):	1720-1780
Datação genérica (predominante):	1720-1780
Datação genérica (final):	1860-1930

Tipologia:

Conjunto urbano inorgânico

- Prioridade social
- Prioridade regional
- Prioridade por densidade cronológica
- Prioridade por vazio cronológico

A exemplo das demais vilas e cidades da região sul, originadas entre os séculos XVII e XVIII, Florianópolis deve sua fundação ao movimento de colonização empreendido pela Coroa Portuguesa a partir de dois focos principais: São Paulo, ao norte, e Rio Grande, ao sul. Com isto pretendia Portugal assegurar as possessões sulinas contra as pretensões espanholas e averiguar a possível existência de ouro e outros metais preciosos.

Dentre vários fortes, igrejas e construções antigas, especificamente o Centro Histórico de Florianópolis é organizado em plano regular que acompanha a linha costeira e abriga em seu interior três Bens Tombados pelo IPHAN: a casa natal de Vítor Meireles (residência, século XVIII); o Prédio à Rua Conselheiro Mafra, sede da antiga Alfândega (final do século XIX); e o Forte de Santa Cruz de Anhatomirim (público militar, 1744).

Para além da história da colonização militar da região, estes prédios documentam um aspecto da história cultural brasileira ligada diretamente ao pintor Vítor Meireles.

ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS E DE SEUS IMÓVEIS. INTERVENÇÕES DE PRESERVAÇÃO RECENTES – RESULTADOS:

Satisfatório.

DINÂMICA URBANA DA ÁREA ONDE SE INSERE O CONJUNTO URBANO DE MON. NACIONAIS

(2) INFORMAR SOBRE A DINÂMICA DE USO E OCUPAÇÃO, INDICANDO SE OCORRE CRESCIMENTO ORDENADO OU DESORDENADO, CONFORME LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; ADENSAMENTO OU PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO, COM ABANDONO DE IMÓVEIS. TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TENDÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO USO RESIDENCIAL E OUTROS:

Ocupação consolidada, sem desordenamento ou estagnação.

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE DEGRADAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(3) IDENTIFICAR A PRESENÇA DE FATORES, TAIS COMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NÃO ACOMPANHADO POR CONTROLE DO USO DO SOLO; PRESENÇA DE EMPREENDIMENTOS CAUSADORES DE IMPACTO AMBIENTAL; TURISMO PREDATÓRIO NÃO ACOMPANHADO POR POLÍTICA PRESERVACIONISTA E OUTROS:

Não ocorre.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO LOCALIZADOS

(4) DESTACAR SITUAÇÕES MAIS RELEVANTES REFERENTES A EDIFÍCIOS, A CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS OU A TRECHOS DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS, TAIS COMO PROCESSOS EROSIVOS, INFILTRAÇÕES, MÁ CONSERVAÇÃO, ATAQUE POR INSETOS XILÓFAGOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E OUTROS:

Necessidade de obras de conservação.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS

(1) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA, ESTADO E MUNICÍPIO PARA A GESTÃO DO CONJUNTO URBANO DE MONUMENTOS NACIONAIS. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA OPERACIONAL, FISCALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÕES COOPERADAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO:

A Prefeitura trabalha em conjunto com o IPHAN nos casos dos Bens Tombados.

(2) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Posturas) E SUA COMPATIBILIDADE COM A PRESERVAÇÃO, GRAU DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (inventário, cartografia básica, outros cadastros):

Plano Diretor e cartografia.

(3) GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (existência de associações, participação, resultados):

A população, de modo geral, é consciente da necessidade de preservação de seus Bens.

(4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO (apoio a projetos de preservação, interesse e organização do setor turístico):

Já existe a presença de empresas patrocinando a recuperação de Bens Culturais.

(5) EXISTÊNCIA E GRAU DE VITALIDADE DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS (festas, tradições, produção artesanal):

São cultivadas as festas religiosas e tradicionais, bem como o artesanato.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Francisco Eugênio de. *Dicionário geográfico e histórico do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Ed. Vida Capixaba, 1941.

AULER, Guilherme. "A construção do Palácio de Petrópolis", *Vozes de Petrópolis*. Petrópolis, março-abril de 1952; AULER, Guilherme. "O Palácio da Princesa em Petrópolis", *Vozes de Petrópolis*. Petrópolis, maio-junho de 1953.

BASTOS, Maria Antonieta de Toledo Ribeiro. *A cidade de Itu: berço da República (um estudo de geografia urbana até a Primeira República - 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 1997.

BRUNO, Ernani Silva, *História do Brasil*. São Paulo, Editora Cultrix, 1966.

_____. *História do Brasil - Geral e Regional. Volume IV* (Rio e Minas). São Paulo, Cultrix, 1967.

CABRAL, Oswaldo R. *Santa Catharina*. São Paulo: Nacional, 1937.

CARRAZONI, Maria Elisa (coord). *Guia dos bens tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

CURIO, Pedro. *Como surgiu Friburgo (esboço histórico e episódico): 1818-1840*. Friburgo: Nova Friburgo Ed., 1944.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*.

FORTE, João Matoso Maia e outros. *Vassouras de ontem*. Vassouras: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, 1975.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil. 10ª edição, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1970; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Enciclopédia dos Municípios*. Rio de Janeiro, 1957.

<http://www.cidades.mg.gov.br/cidades>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Enciclopédia dos Municípios*. Rio de Janeiro, 1957.

JANCSÓ, István, *Cronologia de história do Brasil colonial, 1500-1831 / Orientador, István Jancsó, São Paulo, Departamento de História FFLCH-USP, 1994*.

BASTOS, Maria Antonieta de Toledo Ribeiro. *A cidade de Itu: berço da República (um estudo de geografia urbana até a Primeira República - 1930)*.

MARIANO FILHO, José. *Passeio público do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963.

MATHIAS, Herculano Gomes. "O Palácio do Catete", *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, vol. XV, 1965.

MATTOS, Anibal, *Monumentos Históricos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Apollo, 1935.

MIZUBUTI, Satie. Itaboraí: *estudos de geografia urbana*. Dissertação de mestrado apresentada à USP, 1972.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

PRADO JR., Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. 12ª ed.. São Paulo, Brasiliense, 1972.

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Vassouras: Fundação 1º de maio, 1935.

SANTOS, Paulo Ferreira dos. *“Quatro séculos de arquitetura na cidade do Rio de Janeiro”*. In: Quatro séculos de cultura. Rio de Janeiro: Univ. do Brasil, 1966.

SILVA, Fernando Nascimento (dir). *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

SMITH, Robert C. Antônio José Landi. *“Arquitetura civil no período colonial”*, *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro, 17; 27-146, 1969.

SOUZA, Mariana de Mello e. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo brasileiro, 1994.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TAUNAY, Alfonso d’Escagnolle. *Guia do Museu Republicano*. Museu Republicano de Janeiro, 1959.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*. 2ª ed. FENAME/SEAC, 1980.

VASCONCELOS, Francisco de. *Petrópolis: do embrião ao aborto*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

ERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

CRÉDITOS

Gerenciamento do Preenchimento das fichas

Arq. Marco Antônio de Faria Galvão
 Colaboração; Arq. Vera Braun Galvão
 Estagiários: Susana Curi
 Vitor Guerra

Pesquisa e Preenchimento de dados do Arquivo Central do Iphan

Arq. Maria da Graça Soto Queiroz
 Estagiários: João Queiroz Krause
 Leonardo Bungarten de Freitas

Pesquisa e Preenchimento de dados Estaduais

AM - Fernando Magno Rezende
 PA - Juliano Pamplona Ximenes Ponte
 MA/PI - Adriana Martins Tavares
 CE/RN - Maria Beatriz Cruz Rufino / Sabina Studart Fontenele
 PE/PB - Kalina Magliavasca
 SE/AL - Arabela Alves R. Mendonça
 BA - Nadir Gomes Franco Lima
 MG - Edeweiss Herrmann
 RJ/ES - Maria da Graça Soto Queiroz
 SP - Paula Cristina Motta
 PR - Jussara Valentini
 SC - Ivana Lucy Szcuk
 RS - Luzia dos Santos Abreu
 GO/MS/MT/DF - Suzana Curi

Agradecimentos

Sér

Luis

Paula Ferguson, Rossana, Salma Saddi Paiva, Stella Regina Soares de Brito, Theodoro Joels.

Facilitador do Grupo de Trabalho do Relatório Final - Método AHP

Lauro Lage Filho

Equipe técnica

Jurema Machado – UCG - Programa Monumenta

Cyro Corrêa Lyra – GT IPHAN

Istvan Jancso

Pedro Puntoni

Norberto Guarinelo

João Paulo Garrido Pimenta

Coordenação técnica do Dossiê

Jurema Machado – UCG - Programa Monumenta

Diretrizes para concepção do banco de dados e supervisão da seleção de SHUNS e CUMNs

Cyro Corrêa Lyra – GT IPHAN

Dados históricos e referencial teórico para categorização - Anexo I

Istvan Jancso

Pedro Puntoni

Norberto Guarinelo

João Paulo Garrido Pimenta

Maria Luiza Ferreira de Oliveira

Fábio Joly

Revisão

Ecilene Lopes e Mônica Rebouças

Capa

Icô - CE

Ministério da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira
 Ministro

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Antônio Augusto Arantes
 Presidente

Programa MONUMENTA
Luiz Fernando de Almeida
 Coordenador Nacional

